



Revista do Instituto do Ceará
(HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO)

COMISSÃO DA REVISTA

Presidente

José Augusto Bezerra

Eleitos

Pedro Alberto de Oliveira Silva

Francisco Fernando Saraiva Câmara

Francisco Ésio de Sousa

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Maria Clélia Lustosa Costa

(Publicada anualmente desde 1887 – Ano da
Fundação do Instituto do Ceará – sem interrupção)

Tomo CXXV – Ano CXXV

2011

*Dedimus profecto grande
patientiae documentum*

Fortaleza – Ceará – Brasil

Revista do Instituto do Ceará	Fortaleza	Vol. 125	396 p.	2011
----------------------------------	-----------	----------	--------	------

Revista do Instituto do Ceará

Além dos 125 Tomos correspondentes aos cento e vinte e dois anos de existência do Instituto do Ceará, foram editados os Tomos Especiais seguintes:

- 1924 – TE – 1 (Centenário da Confederação do Equador)
- 1929 – TE – 2 (Falecimento do Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil)
- 1938 – TE – 3 (Falecimento do Barão de Studart)
- 1956 – TE – 4 (Centenário do Barão de Studart)
- 1972 – TE – 5 (Sesquicentenário da Independência do Brasil)
- 1977 – TE – 6 (90º aniversário do Instituto do Ceará)
- 1984 – TE – 7 (Centenário da Abolição da Escravatura no Ceará)
- 1987 – TE – 8 (Centenário do Instituto do Ceará)

Endereço:

Rua Barão do Rio Branco, 1594 - Centro

60025-061 – Fortaleza – Ceará – Brasil

Telefone: (85) 3231.6152 - Fax: (85) 3254.4116

<http://www.institutodoceara.org.br>

e-mail: contato@institutodoceara.org.br

PEDE-SE PERMUTA
PÍDESE CANJE
ON DÉMANDE LE CHANGE
WE ASK FOR EXCHANGE
MAN BITTET UM AUSTAUSCH
SI RICHIEDE LO SCAMBO
NI PETAS CANGON

A matéria assinada é de responsabilidade do respectivo autor

Revista do Instituto do Ceará

Fortaleza:

V. anual

Trimestral até 1928

1. Geografia, História, Antropologia – periódico

Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)

CDU: 91 + 93.572 (05)

ISSN 0100-3585

Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)

Diretoria

(4 mar. 2011 - 4 mar. 2013)

Presidente	JOSÉ AUGUSTO BEZERRA
Vice-Presidente	PEDRO SISNANDO LEITE
Secretário-Geral	VALDELICE CARNEIRO GIRÃO
1º. Secretário	PAULO AYRTON ARAÚJO
2º. Secretário	MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA
1º. Tesoureiro	FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA
2º. Tesoureiro	EDNILO GOMES DE SOAREZ
Diretor da Biblioteca e Arquivo	PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA
Diretor de Com. e Rel. Públicas	MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ)

Conselho Superior

Paulo Ayrton Araújo (ex-presidente)

Zélia Sá Viana Camurça

José Murilo de Carvalho Martins

Carlos Mauro Cabral Benevides

Comissões

História

Pedro Alberto de Oliveira Silva
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Valdelice Carneiro Girão
Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos
Gisafran Nazareno Mota Jucá

Geografia

Oswaldo Evandro Carneiro Martins
Caio Lóssio Botelho
Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos
Francisco Êsio de Souza
Maria Clélia Lustosa Costa

Antropologia

Zélia Sá Viana Camurça
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Oswaldo Evandro Carneiro Martins
José Murilo de Carvalho Martins
Rejane Maria V. Accioly de Carvalho

Revista

Pedro Alberto de Oliveira Silva
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Francisco Êsio de Souza
Maria Clélia Lustosa Costa

Verificação de Merecimento

Pedro Alberto de Oliveira Silva
Eduardo de Castro Bezerra Neto
Pedro Sisnando Leite
José Liberal de Castro
José Filomeno de Moraes Filho

Defesa do Patrimônio

Fernando Luiz Ximenes Rocha
Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)
José Liberal de Castro
Aroldo Cavalcanti Mota
Luiz de Gonzaga Fonseca Mota



Instituto do Ceará

(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Fundado a 4 de março de 1887, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, onde tem sede e domicílio.

Sociedade civil, de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos, duração por tempo indeterminado. Reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n. 94.364, de 22 de maio de 1987, Lei Estadual n. 100, de 15 de maio de 1936, e Lei Municipal n. 5.784, de 13 de dezembro de 1983.

Tem por finalidade específica o estudo da História, da Geografia, Antropologia e das Ciências correlatas, especialmente do Ceará.

Para alcançar seus objetivos precípuos, realiza sessões ordinárias, especiais e solenes, e mantém:

- intercâmbio cultural com instituições científicas e literárias nacionais e estrangeiras;
- a *Revista do Instituto do Ceará*, em que se publicam colaborações de sócios, documentos históricos e outros trabalhos que a comissão de redação achar conveniente;
- um Museu Histórico e Antropológico de caráter regional;
- Biblioteca, Hemeroteca, Mapoteca e Arquivo;
- Auditório Pompeu Sobrinho, para solenidades.

Ao Leitor

Damos publicidade a *Revista do Instituto do Ceará*, referente ao ano de 2011, em continuidade a sequência anterior, ininterrupta, de cento e vinte e quatro números anuais consecutivos.

Novos e interessantes assuntos estão nela interpretados por reconhecidos estudiosos, o que transforma este número 125 numa preciosa fonte de consulta para estudantes, professores e pesquisadores.

Textos como: *Há 140 anos a promulgação da Lei do Ventre Livre (Reflexões sobre a Escravidão)*; *Os cearenses no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*; *Planos para Fortaleza esquecidos ou descaminho de desenhos na Cidade*; *Joaquim Telles Marrocos (Um educador e humanista silenciado)*; *Caos etimológico*; *Uma breve história da industrialização cearense*; *A fabricação mitológica do Brasil*; *História da medicina em Sobral*; *80 anos de pesca e piscicultura do DNOCS*; *A história não contada*; *Datas e fatos para a história do Ceará*; *Palestras*; *Homenagem póstuma*, *Notas e transcrições*, *Relatórios*, *Atas*, *Dados informativos*; e *Índice*, dão-lhe irrecorrível consistência histórica.

Registre-se a manutenção da sua bela linha editorial, pelos que a coordenam, releve-se o apoio do BNB, que a patrocina há vários anos, ressalve-se a boa vontade da Expressão Gráfica, que a imprimiu, e louve-se o empenho do Instituto do Ceará, em mantê-la, pujante e valorizada, através de um século e mais um quarto de outro.

José Augusto Bezerra
Presidente



ARTIGOS



Há 140 anos a promulgação da Lei do Ventre Livre (Reflexões sobre a Escravidão)

PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA *

Nosso propósito não é analisar e explicar como se definiu a Lei Visconde do Rio Branco na Câmara e no Senado. Queremos apenas retratá-la como foi promulgada e para um julgamento do acerto de seus objetivos, muitas vezes não reconhecidos ou valorizados por historiógrafos, e desconhecidos por alguns estudiosos de nossa história. Achamos, apenas, que a escravidão foi o fulcro econômico que manteve o Brasil existindo por séculos; daí ter sido muito difícil sua extinção.

Atualmente estigmatizada, a *escravatura* existiu desde a Antiguidade e se prolongou até a Idade Moderna como fato normal, institucionalizado e aceito pelos povos. Na guerra, o vencido pagava resgate, era escravizado ou morto, conforme sua utilidade para o vencedor. Escravos africanos já eram encontrados em Cartago e em Roma.

No Brasil, isso principiou em quase todo o período colonial com a escravização dos índios pelos colonizadores. A ação de escravizar existia até mesmo entre tribos de índios brasileiras. Fato aproveitado pelos bandeirantes e outras expedições que entravam pelo sertão adentro, auxiliados por indígenas que não se negavam em cooperar com eles no aprisionamento de seus irmãos de raça.

As chamadas “guerras justas” são exemplo. Para burlar as leis que protegiam os indígenas contra a escravização, criou-se uma exceção: isso somente poderia ocorrer contra as tribos que se rebelassem com violência contra os colonizadores. Dentre essas lutas sobressaiu a chamada “Guerra dos Bárbaros” ou “Confederação dos Cariris”, no

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Nordeste brasileiro, já no final do século XVII e começo do XVIII, quando foi praticado um verdadeiro genocídio contra eles.

A escravidão era legal, e costume que já existia na península ibérica antes do descobrimento da América e do Brasil. Sua introdução em nosso país pelo colonizador luso não foi opcional, mas circunstancial. Havia uma necessidade premente de mão de obra para os trabalhos agrícolas, sem a qual não haveria possibilidade da terra ser colonizada. Portugal era uma nação com pequena população, impossibilitada de realizar tão grande empresa porque não possuía economia e recursos financeiros.

A escravização do indígena para trabalhar como cativo, em certos aspectos, foi mais agressiva do que o uso do trabalhador africano: escravizado por seus irmãos de raça em sua terra natal e vendido aos traficantes portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses, franceses para ser vendidos nas Américas. Era o dono da terra e livre por natureza. Diversas vezes o aprisionamento dos silvícolas foi proibido pelas autoridades reinóis; determinação desrespeitada no Brasil; colônia longínqua da metrópole onde se fazia difícil fazer cumprir as leis emanadas dela.

Por várias razões ficou comprovado que não se prestava para o trabalho escravo. As atividades agrícolas cresciam e necessitavam de mão de obra mais produtiva e numerosa, sendo a solução encontrada a importação de escravos africanos. Muitas vezes esse fato, um dos mais importantes da história do Brasil, é abordado mais pelo lado sentimental do que o da realidade histórica. A escravização era cruel e desumana, mas era aceita pela lei e a tradição. As *Ordenações Filipinas* (1603), código jurídico maior da nação portuguesa, já legislava em seu LIVRO IV, TÍTULO XVII, *Quando os que compram escravos, ou bestas, os poderão enjeitar, por doenças ou manqueiras*.

Dos cinco séculos de história do Brasil, a população brasileira, por quase quatrocentos anos, conviveu com o *elemento servil*, como assim era tratado o escravo, juridicamente, ao ser tentada a abolição da escravidão. O escravo negro existiu em todas as regiões, durante esse período, participando na formação da nação brasileira desde seus primórdios: com seu trabalho, cultura e *gene*. Destacando-se nos ciclos do açúcar, da mineração e do café. Não queremos afirmar que somente fossem escravo aqueles de etnia negra. O Brasil mestiço de hoje teve

origem no período colonial; e nele já existiam cativos de raça cruzada. Portanto, não era a cor da pele que caracterizava o escravo.

Aquela fase foi a mais importante em nossa formação histórica porque nela se definiu o território nacional, como o conhecemos atualmente; o português generalizou-se como língua oficial em toda sua grande extensão; a participação da religião católica foi fundamental nesse processo, atuando com suas diversas ordens religiosas, ajudando na formação da unidade política nacional; juntamente com um governo centralizado na metrópole sob a jurisdição das citadas *Ordenações Filipinas* e leis complementares. Essencial foi o processo de miscigenação das três raças (etnias) que aqui conviviam; conscientes de sua ligação com a terra natal. A guerra contra os holandeses foi um episódio desse fato. O sistema colonial não achava necessária a vinda de estrangeiros para o Brasil. No último século desse período poderíamos dizer que havia nascente uma consciência nacional. Existiam então privilégios especiais para os reinóis, o que desgostava os filhos de portugueses nascidos no Brasil, portanto brasileiros, que eram chamados por aqueles de “mazombos”, com sentido discriminativo. Dentre outros fatos, a “Guerra dos Mascates” foi uma evidência dessa rivalidade entre portugueses e brasileiros.

Devido sua importância, é interessante citarmos algumas fontes testemunhais sobre nossa história colonial: como o *Tratado da Província do Brasil*, de Pêro de Magalhães de Gandavo; *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de Brandônio (1618); *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa; *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, do Padre Fernão Cardim, *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador; *Viagem à Terra do Brasil*, Jean de Lery, e outras mais.

Entretanto destaca-se, dentre elas, o livro *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas, e Minas*, da autoria do provincial jesuíta João Antônio Andreoni, sob o pseudônimo de André João Antonil; publicado em Portugal, em 1711. Por razões específicas do colonialismo português, a imprensa era proibida no Brasil. O conteúdo dessa obra foi considerado tão importante, pelas informações nela contidas, que uma primeira tiragem foi confiscada e destruída pelo governo português, pois achava que poderia pôr em risco sua rica colônia, despertando a cobiça de outros reinos.

CULTURA, E OPULENCIA DO BRASIL

POR SUAS DROGAS, E MINAS,
Com varias noticias curiosas do modo de fazer o Açúcar ; plantar,
& beneficiar o Tabaco ; tirar Ouro das Minas ; & descu-
brir as da Prata ;

*E dos grandes emolumentos , que esta Conquista da America Meridional
dá ao Reyno de PORTUGAL com estes, & outros gene-
ros, & Contratos Reaes.*

O B R A
DE ANDRE JOAO ANTONIL

OFFERECIDA

Aos que desejaõ ver glorificado nos Altares ao Veneravel Padre JOSEPH DE ANCHIETA
Sacerdote da Companhia de JESU, Milionario Apolitoico, & novo Thom-
maturgo do Brasil.



L I S B O A,

Na Officina Real DESLANDESIANA.

Com as licenças necessarias Anno de 1714.

O frontispício dessa obra, aqui reproduzido, apresenta os temas nele registrados. O capítulo IX é um dos mais importantes porque focaliza o escravo africano. Intitula-se *Como se há de haver o Senhor do Engenho com seus Escravos*. Transcrevemos literalmente alguns tre-

chos para dar mais ênfase a citação: “**Os escravos são as mãos & os pés do Senhor do Engenho**, porque sem eles no Brasil não he possível fazer, conservar, & aumentar Fazenda, nem ter Engenho Corrente. E do modo, com que se há com eles, depende tellos bons, ou maos para o serviço. Por isso he necessário comprar cada anno algumas Peças, & repartillas pelo Partidos, Roças, Serrarias, & Barcas. É porque cõ-mummente são de Nações diversas, & huns mais boçaes que outros, & de forças muito diferentes, se há de fazer repartição com reparo, & escolha, & não às cegas. Os que vêm para o Brasil, são Ardas, Minas, Congos, de S. Thomé, de Angola, de Cabo Verde, & alguns de Moçã-bique, q’vem nas Naos da India. Os Ardas & os Minas são robustos. Os de Cabo Verde, & de S. Thomé são mais fracos. Os de Angola creados em Loanda são mais capazes de aprender officios mecânicos, q’ os das outras partes já nomeadas. Entre os Congos há também alguns bastantemente industriosos, & bons, não somente para o serviço da cana, mas para as Oficinas, & para o meneo da casa.

Huns chegãõ ao Brasil muito rudes, & muitos fechados, & assim continuaõ por toda a vida....As Mulheres usãõ de fouce, & enxada, como os Homens; porem nos Mattos, somente os Escravos usãõ de machado. Dos Ladinos se faz escolha para Caldeireiros, Carapinas, Calafates, Tacheiros, Barqueiros, & Marinheiros; porque estas occupaões querem mayor advertência.... Os que naceraõ no Brasil, ou se crearaõ desde pequenos em casa de Brancos, afeiçoando-se a seus Senhores, dão boa conta de si: & levando bom cativo, qualquer deles val por quatro boçaes.

Melhores ainda saõ para qualquer officio os Mulatos: porem muitos deles usando mal do favor dos Senhores, saõ soberbos, & viciosos, & eprezaõ-se de valentes, aparelhados para qualquer desaforo. E contudo elles, & ellas da mesma cor, ordinariamente levaõ no Brasil melhor sorte; porque com aquella parte de sangue de Brancos, que tem nas veas, & tal-vez dos seus mesmos Senhores, os enfeiçaõ de tal maneira, que alguns tudo lhes sofram, tudo lhes perdoãõ... E não he fácil cousa decidir; se nesta parte saõ mais remissos os Senhores, ou as Senhoras; pois não falta entre elles, & ellas, quem se deixe governar de Mulatos, que saõ os melhores: para que se verifique o proverbio, que diz: **Que o Brasil he inferno dos Negros, Purgatório dos Brancos, & Paraíso dos Mulatos, & Mulatas**: salvo quando por alguma descon-

*fiança, ou ciúme, o amor se muda em ódio, & sae armado de todo gênero de crueldade, & rigor. ... No Brasil costumaõ dizer, que para o Escravo são **necessários três PPP, a saber Pao, Paõ, & Panno.** ... fazendo algum Senhor mais caso de hum Cavallo, que de meya dũzia de Escravos: pois o Cavallo he servido, & tem quem lhe busque capim, tem panno para o suor; & sella, & freyo dourado. ...Negarlhes totalmente os seus folguedos, que saõ o único alivio do seu cativo, he querellos desconsolados, & melancólicos, de pouca vida, & saúde. Portanto não lhes estranhem os Senhores o crearem seus Reys, cantar, & e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do anno, & o alegrarem-se inocentemente à tarde e depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosario, de Saõ Benedito, & do Orago da Capella do Engenho, sem gasto dos escravos...*

O livro de *Antonil* mereceu nossa referência especial por ser um testemunho idôneo daquela época e retratar de modo objetivo e claro uma pequena parte da realidade socioeconômica nela existente. Devido a extensão do país, com variações de toda ordem, a escravatura apresentava-se muito complexa com características próprias; tanto na concentração populacional do elemento escravo, como sua utilidade econômica e importância histórica.

O historiador **Jonathas Serrano** em seu livro *História do Brasil*, no prefácio da 1ª edição, publicada em 1929, foi muito feliz quando assim definiu a participação do elemento negro em nossa história: *Foi também de importância capital a ação do negro nos destinos históricos da sociedade brasileira. Renovou a raça portuguesa, tornou-lhe acessível a natureza esmagadora do Brasil, guarneceu-lhe as cidades e as fazendas, defendeu-lhe a costa, os fortes e os estabelecimentos, frutificou a terra com seu suor, desbravou os sertões com sua energia, e, finalmente, acalentou-lhe os filhos e amparou-a com sua dedicação e amizade. Se a raça negra muito ganhou no solo da América, quer sob o ponto de vista físico, quer sob o ponto de vista moral, a raça portuguesa, por seu turno, nela encontrou o elemento que lhe garantiu a integridade da terra descoberta. A raça negra, aliás, não é uma raça inferior; e sim uma raça **inferiorizada** em consequência de seu longo cativo.* Serrano escreveu esse texto antes de sua morte em 1944. Deve ter se referido ao negro brasileiro, já desligado de sua origem e se miscigenando em sua pátria, fato que ainda hoje continua. Inegavel-

mente a desunião étnica existente entre seus antepassados, na África, contraditoriamente foi extirpada com a escravidão no Brasil, pois quando aqui chegavam, advindos de diversos locais daquele continente, tinham que conviver juntos, como cativos que eram, adaptando-se a um novo ambiente de vida. Hélio Vianna no livro *História do Brasil*, citando João Pandiá Calógeras (*Formação Histórica do Brasil*), assim se refere ao elemento negro: "Não exagera quem disser que, sob a direção do branco, eles realizaram todo o trabalho material e os esforços precisos para criar e construir o Brasil".

O escravo existia integrado na sociedade por ser costume tradicional e cultural de muitos séculos do colonizador que o explorava como mão de obra. Entretanto, não poderemos esquecer a violência sofrida pelos africanos durante a escravatura, como já nos atestou Antonil ao dizer que o Brasil *he o inferno dos negros...* O que continuou existindo, ainda, até a primeira metade do século XIX. Como afirmamos anteriormente, o cativo africano era escravizado por seus irmãos de raça e assim vendido aos traficantes que os traziam para o Brasil. A escravidão foi uma fatalidade histórica. Naquela época extingui-la era muitas vezes mais difícil do que erradicar atualmente a pobreza extrema existente em nosso país.

O ódio que continua entre diversas *etnias* em alguns locais da África subsaariana ainda hoje persiste, sendo explorada pelos mesmos aproveitadores de antigamente, que fomentam a violência entre elas; agora não para lhes explorar como mão de obra, mas para se apropriar de suas riquezas naturais: vendendo armas e estimulando a desunião.

Mudanças de toda ordem ocorreram no final da Idade Moderna. Com o progresso econômico, o advento da *máquina* e as novas ideias do *liberalismo*, a escravidão passou a ser considerada um problema, não apenas econômico, mas também socioeconômico e humanitário. Tanto na Europa como no Brasil já havia tênue posicionamento da opinião pública contrária ao tráfico negreiro, seu mantenedor.

Já naquela época, opiniões sobre o escravismo divergiam entre os defensores e opositores dele. Dom Joaquim José da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821), nascido no Rio de Janeiro, foi um grande educador, tendo criado e inaugurado o Seminário de Olinda, em 1800, foi eleito deputado para Assembleia Constituinte, pelo Rio de Janeiro, afirma-se ter introduzido os estudos econômicos em Portugal, foi Bispo

de Pernambuco e último Inquisidor Geral do Reino (1818). Defendeu o tráfico e a escravidão como fatores de desenvolvimento da lavoura. Sobre esse tema escreveu: *Análise sobre a justiça do comércio do resgate de escravos da Costa da África* e outro intitulado *Concordância das Leis de Portugal e das Bulas Pontificias das quais umas permitem a escravidão dos pretos da África e outras proibem a escravidão dos Índios do Brasil*, publicados em 1808.

Posicionamento contrário tinha José Bonifácio de Andrada e Silva que chegou a escrever um projeto contra a escravidão, em 1823, a ser apresentado na Constituinte, mas somente publicado em 1825. Evaristo de Moraes em seu livro *A Escravidão Africana no Brasil* assim enumera os princípios humanitários contidos nele: *fixava a proibição do tráfico para o término de cinco anos; firmava o direito de se alforriar o próprio escravo, pagando o preço por que fora comprado; facilitava a libertação gradual; obrigava o senhor a sustentar o escravo que alforriasse por muito velho ou por enfermo; proibia a venda em separado de mãe escrava e filhos menores de 12 anos; assegurava a liberdade das escravas com as quais se amiassem os senhores, bem como os filhos que elas houvessem dos senhores; em garantia a propriedade do pecúlio do escravo, permitindo-lhe herdar e deixar por sua morte o que possuísse; vedava trabalhos insalubres e demasiados a escravos menores de 12 anos; velava pela saúde da escrava grávida ou depois do parto; facultava o casamento de escravos e escravas com pessoas livres, uma vez obedecidas certas cláusulas; estimulava a libertação dos escravos pertencentes a párocos e outros eclesiásticos*. Esses propósitos foram enunciados antes do contexto socioeconômico brasileiro que veio a ocorrer pelo resto do século XIX. “Eram platônicos”.

A sociedade brasileira nessa época era formada por pessoas livres, escravos e um número reduzido de *indígenas aculturados*, com status de livres, conforme registram as estatísticas oficiais, por sinal incompletas ou distorcidas. A população de negros e mestiços era dominante. Segundo cálculos relativos a 1660, o Brasil possuía uma população constituída de 184 mil habitantes, sendo 74.000 brancos e 110.000 escravos. Em 1816 esse número aumentou para 3.358.500, sendo 1.428.500 livres, inclusive os pretos e pardos forros, e 1.910.000 escravos.

No tocante ao tráfico negro, o número de escravos africanos transmigrados para o Brasil desde o início da colonização não é confiável; diversos historiadores que se dedicaram ao assunto não chegaram a um denominador comum. Aliás a escravidão é um dos fatos históricos mais estudados. Aceitamos, portanto, como referência, os dados apresentados por Hêlio Vianna, citando Afonso de E. Taunay. No século XVI foram trazidos 100.000 cativos; século XVII – 600.000; século XVIII – 1.300.000; século XIX – 1.600.000 escravos, quantidade esta que nos parece exagerada. Esse comércio foi praticado por quase todas as nações europeias, que abasteciam com a mão de obra escrava suas colônias nas Américas sendo, portanto, muito difícil a extinção desse comércio dentro deste contexto. O Brasil foi mais dependente do trabalho escravo do que os países da América espanhola. Nestes, o indígena foi o grande sacrificado.

No início do século, a Inglaterra uma das mais beneficiadas com o *tráfico*, depois de longos debates no Parlamento, aboliu o comércio de escravos africanos, em 1807, e usando seu poder militar, econômico e diplomático, passou a forçar os demais países europeus a segui-la. Em 1833 libertou seus escravos; seguida pela Suécia e Holanda, em 1846; França e Dinamarca, em 1848; e Portugal em 1856.

A transferência da família real em 1808, foi uma libertação política e econômica para o país. A *abertura dos portos às nações amigas* pelo príncipe regente Dom João, naquele ano, além de outros benefícios, incentivou a cultura do algodão, a indústria açucareira, a exploração do sal, além de iniciar o cultivo de trigo e cânhamo nas províncias sulinas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O crescimento da agricultura trouxe obrigatoriamente a necessidade crescente de mão de obra escrava, forçando a importação deles das costas da África em quantidade nunca antes ocorrida. Em 1815, como consequência da situação política na Europa, o Brasil deixa de ser uma colônia e ganha o status de Reino Unido ao de Portugal e Algarves, fato que fez crescer a importância do nosso país no cenário internacional.

A Grã-Bretanha, nação hegemônica, induziu e protegeu a transmigração da família real e toda a corte portuguesa para o Brasil; mas disso tirou proveito quando, em 1810, forçou os *Tratados de Aliança e Amizade, e Comércio e Navegação*, aumentando mais o domínio econômico e diplomático sobre o reino português e trazendo consequências

posteriores no *tráfico de escravos* africanos para o Brasil, sempre forçando a extinção dessa atividade. Portugal assumiu, então, o compromisso de cooperar com aquele país “adotando os mais eficazes meios para conseguir em toda extensão de seus domínios gradual abolição do comércio de escravos”.

Desde o início do século nenhum outro assunto social teve mais importância do que o problema do *elemento servil*. No reinado de Dom João VI ele esteve presente nos tratados feitos com a Inglaterra em 1810, 1815 e 1817. Na Convenção Adicional de 15 de março de 1823 o Brasil foi prejudicado em sua soberania quando aceitou intervenções abusivas em navios que faziam o *tráfico*. O reconhecimento da independência do Brasil pela Inglaterra envolvia a aceitação ou confirmação de certos privilégios obtidos anteriormente. O tratado anglo-brasileiro de 23 de novembro de 1826, ratificado em 13 de maio de 1827, estabeleceu que “três anos após a troca de ratificações, não seria mais lícito aos súditos do Império do Brasil fazer o tráfico de escravos da costa da África, sob qualquer pretexto ou maneira, sendo a continuação desse comércio, depois da dita época, considerada e tratada como pirataria.”

Forçado pelas circunstâncias, promulgou o Brasil a lei de 7 de novembro de 1831, durante a primeira Regência Trina, referendada pelo Ministro da Justiça, o Pe. Diogo Antônio Feijó, declarando que “eram livres todos os escravos que vindos de fora, entrassem no território do Brasil. Cominava aos importadores de escravos pena corporal do art. 179 do Código Civil Criminal (referente a reduzir a escravidão pessoa livre), e mais a multa de 300\$ por cabeça de escravo importado, além do pagamento das despesas com a reexportação”. O tráfico, porém, continuou intenso, usando os traficantes navios com bandeiras de diversas nacionalidades para burlar a lei, contrariando a Inglaterra que se achava prejudicada em seus interesses coloniais. Calcula-se que mais de 600 mil africanos foram introduzidos no Brasil no período de 1831 a 1851.

Contra essa infração diplomática, a Inglaterra promulgou em 8 de agosto de 1845 uma lei, mais conhecida por *Bill Aberdeen*, dando pleno direito a marinha inglesa a apresiar navios negreiros, considerados piratas, mesmo em nossas costas, metê-los a pique, incendiá-los, e entregar suas respectivas tripulações ao julgamento dos tribunais da “Serra Leoa”. Houve pronta reação diplomática do Brasil, mas o tráfico continuou, aumentando a repressão inglesa. Afirma-se que em

1846, foram importados 50.000 escravos, em 1847 – 56.000, 1848-60.000, 1849-54.000.

Enfrentando essa realidade, foi promulgada a Lei nº 584 de 4 de setembro de 1850, a histórica *Lei Euzébio de Queiroz* (Matoso Câmara) proibindo com severas penas o tráfico de escravos africanos para o Brasil. Ocorrendo alguns vícios em sua execução, o conselheiro José Tomás **Nabuco de Araújo** elaborou o decreto de 5 de junho de 1854, cassando o júri de centros pouco povoados o direito de julgar os contraventores; trazendo para as grandes cidades essa incumbência, evitando a influência de senhores poderosos nas decisões da justiça. O último contrabando de escravos de que se tem conhecimento ocorreu em Serinhaém, Pernambuco, quando foram desembarcados 209 cativos.

Estancado o *tráfico*, continuava com mais consistência a luta contra a escravidão. A escravatura tinha profundas raízes na vida histórica brasileira. Não era apenas uma luta ideológica entre escravistas e abolicionistas. Essas raízes tornaram-se mais profundas com a introdução do grande número de africanos em apenas meio século. Era o escravo a base material do sistema ruralista dominante, carente de mão de obra, e representava o patrimônio econômico da maioria dos seus beneficiários, que também detinham o poder político. Acrescenta-se a isso os escravos de toda ordem que participavam ativamente em outros tipos de ocupação vivendo o cotidiano da sociedade.

A existência da escravidão sempre foi para os mais esclarecidos uma agressão aos direitos humanos. A presença dela no subconsciente da população era mais tolerada como um costume do que aceita com justiça. O citado projeto que iria ser apresentado na *Constituinte*, por José Bonifácio, em 1823, era uma tênue evidência desse estado de espírito. Os ideólogos das revoluções de 1817 e 1824 já tratavam o problema do elemento servil como uma realidade.

A extinção do *Tráfico* (1850) foi um marco no processo histórico contra a escravidão, que continuou com a promulgação da *Lei do Ventre Livre* (1871) e culminou com a *Lei Áurea* (1888). Entre aquele fato e este último foram trinta e oito anos. Nesse período aconteceram os fatos mais importantes do Segundo Reinado, neles incluído o *movimento abolicionista*, cheio de idealismo, espírito de humanidade e coragem da parte dos seus participantes.

Pioneiros da Lei do Ventre Livre e Abolição da escravidão foram três projetos de lei apresentados pelo deputado cearense *Pedro Pereira da Silva Guimarães* na Câmara dos Deputados. Nascido na cidade de Aracati, bacharel em Direito; foi “curador dos africanos livres de Fortaleza, por nomeação de 1839”, promotor público de Fortaleza, juiz municipal e de órfãos de Fortaleza; representante da província do Ceará na Câmara dos Deputados, nas 8ª e 9ª Legislaturas.

O primeiro, apresentado na Sessão de 22 de março de 1850 da Assembleia Geral Legislativa, continha apenas três artigos: *Art. 1º - Todos os nascidos de ventre escravo no Brasil serão considerados livres da data da presente lei em diante. Art. 2º - Os senhores de escravos ficam obrigados a libertar os mesmos escravos, toda a vez que estes pela sua alforria derem uma quantia igual à aquela por que foram comprados, doados ou havidos por qualquer outro título. Art. 3º - Os Snrs de escravos, aos que forem casados, não poderão vender ou alienar por qualquer forma um dos cônjuges sem o outro sob pena da nulidade da alienação. Ficam revogados as leis e disposições em contrário. Rio de Janeiro, 22 de março de 1850. O Deputado Silva Guimarães.* Lido o projeto não foi considerado objeto de deliberação.

O segundo, apresentado na Sessão de 2 de agosto de 1850, estava assim redigido: *A Assembleia Legislativa Decreta. Art. 1º - São livres todos os que no Império nascerem de ventre escravo, ou mesmo, nascidos em outra parte que para ele vierem da data da presente lei em diante. Art. 2º - Todo o escravo que der em remissão do seu cativoiro, um uma soma igual ao preço que ele tiver custado ao seu Senhor, ou este o possua por título de doação, herança, troca, de compra, será obrigado à passar Carta de Liberdade sob pena do art. 79 do Código Criminal. Art. 3º Nenhum escravo, casado poderá ser vendido ou libertado sem que o seja conjuntamente o outro consorcio, sob pena de nulidade da venda. Art. 4º - O Governo fica autorizado a criar os estabelecimentos precisos na corte e nas províncias, para onde se recolherão os recém nascidos de que trata o art. 1º, e que os possuidores dos mesmos não quiserem criar, e proveja da maneira mais conveniente sobre sua sorte futura. Art. 5º - O Governo é igualmente autorizado à expedir: os regulamentos precisos aos “parochos” e mais autoridades para a boa execução desta lei. Art. 6º - Ficam revogadas as leis e disposições em contrário – s.a.R. Rio, 2 de agosto de 1850. O deputado Silva Guimarães.*

Como o anterior, o projeto não foi considerado objeto de deliberação.

O terceiro foi apresentado na Sessão de 4 de junho de 1852. *A Assembleia Geral decreta: Art.1º - São livres, da data da presente lei em diante, todos os que no Brasil nascerem de ventre escravo. Art.2º- São igualmente considerados livres os que nascerem em outra parte vierem para o Brasil da mesma data em diante. Art.3º- Todo aquele que criar desde o nascimento até a idade de 7 anos qualquer dos nascidos no art.1º, o terá por outro tanto tempo para o servir, e só então aos 14 anos, ficará emancipado para bem seguir a vida que lhe parecer. Art.4º - Todo escravo, que der em remissão de seu cativoiro uma soma igual ao preço que ele tiver custado a seu senhor, ou este o houvesse por titulo oneroso, ou gratuito, será o senhor obrigado a passar carta de liberdade, sob pena do Art.179 do código criminal. Art.5º- Não havendo preço estipulado, o valor do escravo para ser alforriado será designado por árbitros, um dos quais será o promotor público da comarca respectiva. Art. 6º- Nenhum escravo casado será vendido, sem que seja igualmente à mesma pessoa o outro consorte. Art.7º- O governo fica autorizado a dar os regulamentos precisos para a boa execução da presente lei, e igualmente autorizado a criar os estabelecimentos que forem necessários para a criação dos que nascidos da data desta lei em diante, foram abandonados pelos senhores dos escravos. Art.8º- Ficam revogadas as leis e disposições em contrário. Paço da Câmara dos Deputados, maio de 1852.*

Este terceiro teve a mesma atenção dos anteriores, não foi considerado objeto de deliberação; com apenas cinco votos a favor: o do autor, e os do Dr. Casimiro de Moraes Sarmiento (do Rio Grande do Norte), Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira (de Sergipe), padre Venâncio Henriques de Rezende e Dr. Francisco de Paula Batista (de Pernambuco). As ideias de justiça e humanidade de *Pedro Pereira* eram muito adiantadas naquela época, somente começaram a se tornar realidade vinte anos depois, com a promulgação da Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários (1885), e finalmente a Lei Áurea (1888).

O espírito libertário do povo cearense era evidente quando foi promulgada, em plena Guerra do Paraguai, a Lei nº1254, de 28 de dezembro de 1868, determinando uma verba orçamentária no valor de quinze contos de réis (15:000\$000) destinada à libertação de cem crianças escravas que fossem nascendo, de preferência do sexo feminino. As

alforrias seriam no ato do batismo, e cada uma custariam 150\$000 réis aos cofres públicos. Essa iniciativa do poder legislativo demonstrava o pensamento abolicionista de grande parte da população da província.

É bem expressiva a manifestação feita pelo membro da primeira *Comissão de Manumissão de Escravos*, José Francisco da Silva Albano (Barão de Aratanha), quando deixou registrado nos livros da Câmara de Fortaleza a seguinte declaração:

Offereço à patriótica e ilustrada comissão, da qual sou mais humilde membro, a quantia precisa para a liberdade de três escravinhas do sexo feminino, no grande dia 2 de dezembro, como exemplo para os meus três filhos. E para exemplo de minhas duas filhas, obrigo-me por meio deste a libertar o ventre não só de duas escravas que possuo presentemente, como também da que para o futuro possa possuir. É um sinal para que os meus filhos fiquem sabendo que seu pai, nos dias em que passou sobre a terra, consagrou sempre o mais íntimo culto à liberdade. Sala das sessões de emancipação em 1.º de dezembro de 1869. José Francisco da Silva Albano. Nada mais continha do que está aqui, fielmente transcripto. Fortaleza, 3 de dezembro de 1869. O escrivão ad hoc Antônio Arthur.

Já era quase consensual que a escravidão não mais satisfazia as necessidades do progresso constante do país. Em 1862, quando de sua posse como deputado pela província de Minas Gerais o Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, presidente do Instituto dos Advogados, dedicou parte do seu discurso ao problema da escravidão. No ano seguinte, em outro discurso, tomou como tema *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo*. O livro de sua autoria *A Escravidão no Brasil – Ensaio Histórico, Jurídico, Social*, escrito em quatro anos e publicado em 1866-1867 é considerado uma obra clássica sobre a escravidão. Assim se expressou comentando sua importância *Joaquim Nabuco*: “um dos maiores abolicionistas, “*A Escravidão no Brasil*”, de Perdigão Malheiro, é a obra mais compreensiva e, a muitos respeito, a mais valiosa sobre o assunto.” Em 1865, o Visconde de Jequitinhonha (Francisco Gê Acayaba de Montezuma), em três projetos apresentados no Senado, incluía: *Quinze anos depois da promulgação desta lei fica abolida a escravidão civil no Brasil*. Em 1869, quando era ministro da

Justiça José de Alencar, foi promulgada uma lei determinando que “*todas as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição publica ficam proibidas*”. Nesse mesmo ano, Rui Barbosa proclamou a ilegalidade da escravidão no Brasil, baseado naquela lei de 1831 assinada pelo Pe. Diogo Feijó, ato considerado como a definição do movimento abolicionista.

Em 1870, quando em discussão um projeto de lei sobre o *elemento servil*, participou ativamente Perdígão Malheiro, prestando preciosas informações com projetos de lei de sua autoria em sessão da Câmara de Deputados visando resolver o problema da escravidão. Em parte foram aproveitadas pelo projeto do Visconde do Rio Branco no ano seguinte. O estudo apresentado pela Comissão Especial na Sessão de 1870 era mais detalhado e completo. Isso justifica o posicionamento de Malheiro não concordando com a aprovação da Lei do Ventre Livre da forma como foi promulgada.

Apresentado novamente pelo governo no dia 12 de maio, em 15 de maio de 1871, na Câmara dos Deputados, sob a presidência do Conde Baependi (Braz Nogueira da Costa e Gama), deputado pela província do Rio de Janeiro, entrou na Ordem do Dia o estudo do projeto de lei sobre o *elemento servil* do Gabinete presidido pelo Visconde do Rio Branco. Em regime de urgência, foi eleita uma Comissão Especial de cinco membros: Ângelo Thomáz do Amaral, deputado pelo Amazonas; João Mendes de Almeida, deputado por São Paulo; Mons. Joaquim Pinto de Campos, deputado por Pernambuco; Luiz Antônio Pereira Franco, deputado pela Bahia; Raymundo Ferreira de Araújo Lima, deputado pelo Ceará. Esse último nasceu em Lavras (1818-1908), era Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda e “foi dos primeiros a entrarem para o Instituto do Ceará na classe dos sócios correspondentes”, como afirma o Barão de Studart.

Em 30 de junho o deputado Joaquim Pinto de Campos “fez a leitura dos estudos a cargo da Comissão Especial. Na sessão de 10 de julho começou a discussão da proposta do Governo, nela, o Visconde do Rio Branco fez pela primeira vez uso da palavra. A oposição tendo à frente os deputados Paulino José Soares de Souza (Rio de Janeiro); Domingos de Andrade Figueira (Rio de Janeiro); Antônio Ferreira Vianna (Município Neutro); Rodrigo Augusto da Silva (São Paulo) e José Martiniano de Alencar (Ceará) usaram de recursos protelatórios contra o projeto Rio Branco.

Alencar representa o ponto de vista existente entre muitos deputados, quando se referindo aos dois projetos apresentados pelo governo em 1870 e 1871 assim se pronuncia: *porque ambos contém uma ideia nefasta, que é a do ventre livre, contra a qual me empenharei com todas as forças, porque entendo que há de ser fatal e há de produzir calamidades capazes de apavorar o próprio Governo. Combato porque ambos os projetos ainda pela convicção em que estou de que ambos tiveram a mesma origem: um é a linha reta, o outro foi a linha curva; um é o original, o outro foi a cópia; um é o direito de que o outro era o avesso; mas ambos vieram do alto, ambos são uma imposição do poder a opinião.* Esse talvez não fosse o pensamento verdadeiro do romântico cearense, expresso mais pela influência do momento e ressentimentos políticos.” Durante os debates “As discussões seguem tempestuosas, interpelações tomam cada vez aspecto mais agressivo” o que não impede a aprovação dos artigos que compõem o projeto de lei.

No dia 28 de agosto de 1871 foi encerrada na Câmara dos Deputados em três discussões a proposta do governo. O projeto foi aprovado por 61 votos a favor e 35 contra, seguindo para o Senado.

O projeto da reforma servil foi lido no Senado em 29 de agosto. O senador Frederico de Almeida e Albuquerque requereu que fosse criada uma Comissão Especial posta votação ela foi criada formada por 5 membros: Visconde de São Vicente (José Antônio Pimenta Bueno), senador por São Paulo; Bernardo de Souza Franco, senador pelo Pará e Relator da Comissão; João Lustosa da Cunha Paranaguá, senador pelo Piauí; Visconde de Sapucahy (Cândido José de Araújo Vianna), senador por Minas Gerais; Francisco do Rego Barros Barreto, senador por Pernambuco.

No dia 31 a Comissão Especial apresentou parecer opinando que o projeto fosse entregue ao plenário para ser discutido diretamente pelos senadores a fim de acelerar os trabalhos. A segunda discussão teve início em 4 de setembro, e a terceira em 25 de setembro de 1871. A oposição se fez presente criticando e atacando o projeto em cada artigo que foi discutido. A sessão de 27 de setembro foi a mais solene. Vários senadores discursaram, e não havendo mais quem pedisse a palavra, deu-se como encerrada a discussão. Procedendo-se a votação, o projeto foi aprovado com 32 votos a favor e 4 contra. Votaram contra os senadores: Zacarias de Góes Vasconcellos, da Bahia; Barão das Três Barras (José Ildefonso de

Souza Ramos), de Minas Gerais; Carlos Carneiro de Campos, de São Paulo; Joaquim Antão Fernandes Leão, de Minas Gerais.

A Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre) foi sancionada pela Princesa Isabel, então Princesa Imperial Regente, por se encontrar ausente D. Pedro II.

Para alguns, a Lei do Ventre Livre pouco representou para a extinção da escravidão. Para outros é considerada a primeira Lei Áurea por propiciar legalmente ao escravo direito e oportunidades de alforria; protegê-lo de excessos do sistema escravista; definir obrigações ao Estado de estabelecer meios para a extinção definitiva da escravidão. Nenhum projeto de lei foi mais analisado e discutido pelo Legislativo. Somente os Anais da Câmara e do Senado são testemunhos históricos que dimensionam a luta de ideias e interesses que cercavam a existência do *elemento servil* no Brasil. Transcrevemos a seguir a **Lei do Ventre Livre** expressão do resultado sintetizado dos debates travados por luminares da cultura política que tanto enobreceram o Império Brasileiro.

LEI Nº 2040 – DE 28 DE SETEMBRO DE 1871

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos de nação e outros, e providência sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor Dom Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a assembleia geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º. Os filhos da mulher escrava, que nascerem no império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º. Os ditos filhos menores ficaram em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos.

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção ou de receber do Estado a indenização de 600\$, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.

No primeiro caso o governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.

A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de

renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de 30 anos.

A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos, e, se a não o fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.

§ 2º Qualquer desses menores poderá remir-se do ônus de servir, mediante prévia indenização pecuniária, que por si ou por outrem ofereça ao senhor de sua mãe, procedendo-se a avaliação dos serviços pelo tempo que lhe restar a preencher, se não houver acordo sobre o quantum da mesma indenização.

§ 3º Cabe também aos senhores criar e tratar os filhos que as filhas de suas escravas possam ter quando aquelas estiverem prestando serviços.

Tal obrigação, porém, cessará logo que findar a prestação dos serviços das mães. Se estas falecerem dentro daquele prazo, seus filhos poderão ser postos à disposição do governo.

§ 4º Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito anos, que estejam em poder do senhor dela por virtude do § 1º, lhe serão entregues, exceto se preferir deixa-los, e o senhor anuir a ficar com eles.

§ 5º No caso de alienação da mulher escrava, seus filhos livres, menores de 12 anos, a acompanharão, ficando o novo senhor da mesma escrava sub-rogado nos direitos e obrigações do antecessor.

§ 6º Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1º, se, por sentença do juízo criminal, reconhecer-se que os senhores das mães os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos.

§ 7º O direito conferido aos senhores do § 1º, transfere-se nos casos de sucessão necessária devendo o filho da escrava prestar à pessoa a quem nas partilhas pertencer a mesma escrava.

Art. 2º O governo poderá entregar a associações por ele autorizadas os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder destes em virtude do art. 1º, § 6º.

§ 1º As ditas associações terão direitos aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos e poderão alugar esses serviços, mas serão obrigadas:

1º) A criar e tratar os mesmos menores.

2º) A constituir para cada um deles um pecúlio, consistente na quota que para este fim for reservada nos respectivos estatutos.

3º) A procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada colocação.

§ 2º As associações de que trata o parágrafo antecedente serão sujeitas à inspeção dos juizes de órfãos, quanto aos menores.

§ 3º A disposição deste artigo é aplicável às casas de expostos, e às pessoas a quem os juizes de órfãos encarregarem a educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos criados para tal fim.

§ 4º Fica salvo ao governo o direito de mandar recolher os referidos menores aos estabelecimentos públicos, transferindo-se neste caso para o Estado as obrigações que o § 1º impõe às associações autorizadas.

Art. 3º Serão anualmente libertados em cada província do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação.

§ 1º O fundo da emancipação compõem-se:

1º) Da taxa de escravos.

2º) Dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade dos escravos.

3º) Do produto de seis loterias anuais, isentas de impostos, e da décima parte das que forem concedidas de ora em diante para correrem na capital do Império.

4º) Das multas impostas em virtude desta lei.

5º) Das quotas que sejam marcadas no orçamento geral e nos provinciais e municipais.

6º) De subscrições e legados com este destino.

§ 2º As quotas marcadas nos orçamentos provinciais e municipais, assim como as subscrições, doações e legados com destino local, serão aplicadas à emancipação nas províncias, comarcas, municípios e freguesias designadas.

Art. 4º É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, com consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.

§ 1º Por morte do escravo, metade do seu pecúlio pertencerá ao cônjuge sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmitirá aos seus herdeiros, na forma da lei civil.

Na falta de herdeiros, o pecúlio será adjudicado ao fundo de emancipação de que trata o art. 3º.

§ 2º O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito à alforria. Se a indenização não fixada por acordo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários o preço da alforria será o da avaliação.

§ 3º É, outrossim, permitido ao escravo, em favor da sua liberdade, contratar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete anos, mediante consentimento do senhor e aprovação do juiz de órfãos.

§ 4º O Escravo que pertencer a condomínios, e for libertado por estes, terá direito à sua alforria, indenizando os outros senhores da quota do valor que lhes pertencer. Esta indenização poderá ser paga com serviços prestados por prazo não maior de sete anos, em conformidade do parágrafo antecedente.

§ 5º A alforria com a cláusula de serviços durante certo tempo não ficará anulada pela falta de complemento da cláusula, mas o liberto será compelido a cumpri-la por meio de trabalho nos estabelecimentos públicos ou por contratos de serviço a particulares.

§ 6º As alforrias, quer gratuitas, quer a título oneroso, serão isentas de quaisquer direitos, emolumentos ou despesas.

§ 7º Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos é proibido sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de 12 anos, do pai ou da mãe.

§ 8º) Se a divisão de bens entre herdeiros ou sócios não comportar a reunião de uma família, e nenhum deles preferir conservá-la sob seu domínio, mediante reposição da quota, parte dos outros interessados, será a mesma família vendida e o seu produto rateado.

§ 9º Fica derogada a Ord. liv. 4º, título 63 na parte que revoga as alforrias por ingratidão.

Art. 5º Serão sujeitas à inspeção dos juizes de órfãos as sociedades de emancipação já organizadas e que de futuro se organizarem.

Parágrafo único. As ditas sociedades terão privilégio sobre os serviços dos escravos que libertarem, para indenização do preço da compra.

Art. 6º Serão declarados libertos:

§ 1º Os escravos pertencentes à nação, dando-lhes o governo a ocupação que julgar conveniente.

§ 2º Os escravos dados em usufruto à coroa.

§ 3º Os escravos de heranças vagas.

§ 4º Os escravos abandonados por seus senhores.

Se estes os abandonarem por inválidos, serão obrigados a alimentá-los, salvo o caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de órfãos.

§ 5º Em geral os escravos libertados em virtude desta lei ficam durante cinco anos sob a inspeção do governo. Eles são obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos.

Cessarà, porém, o constrangimento do trabalho sempre que o liberto exhibir contrato de serviço.

Art. 7º Nas causas em favor de liberdade:

§ 1º O processo será sumário.

§ 2º Haverá apelações *ex officio* quando as decisões forem contrárias à liberdade.

Art. 8º O governo mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida.

§ 1º O prazo em que deve começar e encerrar-se a matrícula será anunciado com a maior antecedência possível por meio de editais repetidos, nos quais será incerta a disposição do parágrafo seguinte.

§ 2º Os escravos que, por culpa em omissão dos interessados não forem dados à matrícula até um ano depois do encerramento desta, serão por este fato considerados libertos.

§ 3º Pela matrícula de cada escravo pagará o senhor por uma vez somente o emolumento de 500 réis, se o fizer dentro do prazo marcado, e de 1\$000 se exceder o dito prazo. O produto deste emolumento será destinado às despesas da matrícula e o excedente ao fundo de emancipação..

§ 4º Serão também matriculados em livro distinto os filhos da mulher escrava que por esta lei ficam livres.

Incorrerão os senhores omissos, por negligência, na multa de 100\$ a 200\$, repetidas tantas vezes quantos forem os indivíduos omitidos, e, por fraude, nas penas do art. 179 do código criminal.

§ 5º Os párocos serão obrigados a ter livros especiais para o registro dos nascimentos e óbitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os párocos à multa de 100\$000.

Art. 9º O governo em seus regulamentos poderá impor multas de 100\$ e penas de prisão simples até um mês.

Art. 10 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Manda portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O secretário de estado e negócios de agricultura, comércio e obras públicas a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palácio do Rio de Janeiro, aos vinte e oito de setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagésimo da independência e do Império.

PRINCESA IMPERIAL REGENTE

Bibliografia

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana, 1711. Edição Fac-similar.

O Parlamento e a Evolução Nacional (3ª serie. 1871-1889). Brasília: Senado Federal, 1979.

BONAVIDES, Paulo, VIEIRA, R.A. Amaral. *Textos Politicos da História do Brasil*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, s.d.

CASTRO, Terezinha de. *História Documental do Brasil*. São Paulo: Distribuidora Record, s.d.

MAFRA, Manoel da Silva. *Promptuario das Leis de Manumissão – Indice Alfabético das Disposições*. (Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871). Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1877.

MATTOSO, Kátia de Queirós. O Filho da Escrava (Em torno da Lei do Ventre Livre). In ANPUH, *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, 1988.

MORAES, Evaristo de. *A Escravidão Africana no Brasil (Das Origens a Extinção)*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, INL, 1986.

RIO BRANCO, Miguel Paranhos do. *Centenário da Lei do Ventre*

Livre. Brasília, Conselho Federal de Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, 1976.

SERRANO, Jonathas. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia, 1968.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da Escravidão no Ceará – Das Origens à Extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963.

Cearenses no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB (séculos XIX e XX)

MELQUÍADES PINTO PAIVA *



Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 21 de outubro de 1838, e desde então vem funcionando ininterruptamente. Teve 27 sócios fundadores e o seu primeiro presidente foi José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, de 1838 até 1847.

Entre os sócios fundadores não houve nenhum cearense. O primeiro cearense a ingressar na nova instituição foi Manuel do Nascimento Castro e Silva (1788 – 1846), em 24 de agosto de 1839.

Desde sua fundação em 1838 até ano 2000 (séculos XIX e XX), num total de pouco mais que 161 anos de existência, o contingente cearense no IHGB chegou a 33 sócios, em suas diversas categorias. Neste trabalho estudo tais sócios.

Material e Método

A seleção dos cearenses que pertenceram ao IHGB, nos séculos XIX e XX, foi feita a partir da série de 6 volumes do *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*, cujo autor/coautor mais frequente é Vicente Costa Santos Tapajós (1916 – 1998), relacionados na bibliografia consultada.

De cada um dos 33 cearenses encontrados, escrevi um pequeno esboço biobibliográfico, com informações existentes nas fontes biblio-

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará. Sócio honorário brasileiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

gráficas disponíveis e consultadas, sem muita preocupação de torná-los muito extensos.

Esboços Biobibliográficos

Antônio Martins Filho (1904 – 2002)

Sertanejo do Cariri – sul do Ceará, nasceu em 22 de dezembro de 1904 no sítio Santa Tereza – município de Missão Velha, mas foi registrado na cidade do Crato. Faleceu em Fortaleza no dia 20 de dezembro de 2002, quase atingindo 98 anos de idade. Filho de Antônio Martins de Jesus e Antônia Leite Martins, pequenos proprietários rurais.

Ingressou na recém-fundada Faculdade de Direito do Piauí (Tepezina – 1931), bacharelando-se em junho de 1936 – neste período, residia em Caxias (MA), onde era comerciante. Retornou ao Ceará em abril de 1937, passando a morar em Fortaleza, tornando-se editor, advogado e professor. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará (1945), depois incorporada à Universidade Federal do Ceará.

Fundou a atual Universidade Federal do Ceará, dirigindo-a como seu primeiro reitor durante 12 anos (1955 – 1967). Consolidou a nova instituição, dando-lhe bases materiais para as práticas de ensino, pesquisa e extensão, atuando em favor da região Nordeste do Brasil.

Fundou a Universidade Estadual do Ceará, tendo sido seu primeiro reitor (1975 – 1977); organizou e implantou a Universidade Regional do Cariri, dirigindo-a nos seus primeiros tempos (1986 – 1987); envolveu-se com os trabalhos que levaram ao reconhecimento da Universidade de Fortaleza (1973) e da Universidade do Vale do Acaraú (1986).

Como educador, ensinou em cursos secundários na cidade de Fortaleza; em nível superior, foi professor da Faculdade de Direito do Ceará, a partir de 1943, depois catedrático por concurso público (1945) – foi seu professor emérito (1974); professor catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, através de concurso público (1943). Presidiu a Fundação Educacional do Estado do Ceará (1975 – 1978). Foi membro do Conselho Federal de Educação durante mais de 12 anos (1966 – 1979).

Recebeu nove diplomas de Doutor *Honoris Causa* e mereceu, entre outras, as condecorações abaixo relacionadas.

Nacionais – Ordem do Mérito Naval – Marinha do Brasil, no grau de Comendador (1960); Medalha do Pacificador – Exército Brasileiro (1961); Medalha de Prata Santos Dumont – Força Aérea Brasileira (1962); Medalha da Abolição – Governo do Estado do Ceará (1965); Medalha do Mérito Universitário – Universidade Federal do Ceará (1967); Medalha Presidente Castelo Branco – Governo do Estado do Ceará (1984); Medalha da Ordem do Rio Branco – Ministério das Relações Exteriores (1986); Ordem Nacional do Mérito Educativo – Ministério da Educação, no grau de Grande Oficial (1993); Ordem do Mérito Militar – Exército Brasileiro (1994).

Estrangeiras: Placa de Honra ao Mérito da Universidade do Arizona – Estados Unidos da América (1965); Grã-Cruz da Ordem do Mérito Nacional – República Federal da Alemanha (1966); Ordem Nacional do Mérito – República da Itália, no grau de Comendador (1966); Placa da Espanidade – Espanha (1975); Cavaleiro Armado da Ordem Corpus Christi – Toledo/Espanha (1975); Ordem das Palmas Acadêmicas – República Francesa (1976).

Ainda na Universidade Federal do Ceará, tornou-se coordenador de Programas Culturais da Casa de José de Alencar (1967), permanecendo em atividade até quatro meses antes de sua morte (2002). A Coleção Alagadiço Novo, sob sua direção, publicou 310 títulos, com recursos de doações dos autores e amigos, do Brasil e do Exterior.

Desempenhou importantes missões oficiais no Exterior, chegando a representar o Brasil na Organização dos Estados Americanos, onde exerceu as funções de presidente do Comitê Latino-Americano de Avaliação dos Sistemas de Bolsas de Estudo, com atuação em toda a América Latina (1969).

Deixou publicados mais de 30 trabalhos e livros. Entre 1938 e 1996 desenvolveu grande e constante produção intelectual, que abrange temas literários, jurídicos e de administração pública; as suas *Memórias* em quatro volumes, com cerca de 1.800 páginas (1983 – 1996), são fundamentais para o entendimento das coisas do Ceará, no correr do século XX.

Sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) – (1943), sendo seu presidente no período 1985 – 1989 e,

a seguir, seu presidente de honra, em caráter vitalício; também, ingressou na Academia Cearense de Letras, na condição de sócio efetivo (1951), tendo sido seu presidente (1963 – 1964) e depois (1975) o vitalício presidente de honra. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 21 de dezembro de 1988.

Antônio Pinto de Mendonça (1803 – 1872)

Nasceu em Aracati em 1803 e faleceu em Quixeramobim (CE), em 15 de abril de 1872. Filho de Joaquim Bernardo Mendonça Ribeiro Pinto e Francisca Nunes de Bulhões.

Sacerdote ordenado pelo Seminário de Olinda (1827). Vigário colado de Quixeramobim (1834 – 1872), cônego, visitador diocesano da província do Ceará (1844 – 1861) e governador do bispado do Ceará.

Secretário de Governo do Ceará (1831 – 1833), deputado provincial (1840 – 1841 e 1850 – 1851), deputado geral pelo Ceará (1834 – 1837, 1843, 1845 – 1847, 1857 – 1860 e 1864 – 1866), vice-presidente do Ceará (1861), senador pelo Ceará (1868), mas o Senado anulou a eleição um ano depois (1869).

Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 23 de janeiro de 1845.

Cavaleiro da Ordem de Cristo e pregador da Capela Imperial.

Publicou sobre temas religioso e político, não deixando obra de maior interesse.

Carlos Augusto Peixoto de Alencar (1805 – 1866)

Nasceu na freguesia do Crato em 11 de abril de 1805 e faleceu em Fortaleza em 15 de novembro de 1866. Filho de Alexandre Carlos da Silva Peixoto e Josefa Maria de Alencar.

Sacerdote, ordenado em 1829 no Seminário de Olinda, vigário encomendado e depois colado de Fortaleza, vigário forâneo do Ceará e, por fim, vigário colado do Icó (CE).

Deputado provincial pelo Ceará (1835 – 1837) e seu deputado geral (1838 – 1841, 1845 – 1848). Diretor do Liceu do Ceará e da Instrução Pública da Província do Ceará. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 20 de abril de 1846.

Deixou trabalhos e livros sobre religião, educação e política, com destaque para o *Roteiro dos bispados do Brasil e de seus respectivos bispos, desde os primeiros tempos até o presente (1864)*.

Carlos Studart Filho (1896 – 1982)

Nasceu e faleceu em Fortaleza em 17 de julho de 1896 e 6 de abril de 1982, respectivamente. Filho de Carlos Guilherme Gordon Studart e Maria Pereira Studart.

Doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1918). Cursou a Escola do Serviço de Saúde do Exército (1919). No Exército, atingiu o posto de general de brigada (1955). No magistério militar ingressou em 1928, nele permanecendo até a passagem para a reserva.

Na vida civil, teve especialização em radiologia geral, ensinou na Escola Normal de Fortaleza e no Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores). Foi jornalista e geógrafo, tornando-se um indiano de elevado conceito.

Membro do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) desde 27 de setembro de 1928; foi o presidente de 20 de março de 1968 até a data da sua morte – presidente perpétuo. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 22 de agosto de 1931, passando a benemérito em 20 de junho de 1951. Ainda, pertenceu à Academia Cearense de Letras.

Além de artigos aparecidos em revistas especializadas, publicou vários livros, com destaque para *As tribos indígenas do Ceará, Civilização pré-colombiana da América, Fundamento histórico e geográfico do estado do Maranhão, História colonial do Ceará, O Ceará sob regime das capitânicas hereditárias*.

Clóvis Beviláqua (1859 – 1944)

Nasceu em Viçosa do Ceará em 4 de outubro de 1859 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 26 de julho de 1944. Filho de José Beviláqua e Martiniana Maria de Jesus.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (1882), onde foi professor, ensinando no curso anexo; em 1891 entrou para o corpo docente da mesma Faculdade.

Em 1899 foi chamado por Epitácio Pessoa, ministro da Justiça, para elaborar o Projeto de Código Civil, aprovado e promulgado em 1916. Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores. Em 1929 recebeu a Medalha Teixeira de Freitas, da Ordem dos Advogados do Brasil.

Membro da Corte de Arbitragem de Haia, professor *honoris causa* da Faculdade de Jurisprudência de Buenos Aires e das Academias de Quito e Bogotá. Presidente honorário do Instituto dos Advogados do Brasil, professor honorário das Faculdades de Direito de São Paulo, do Ceará e do Maranhão. Membro do Instituto Argentino de Direito Internacional, do Instituto de Coimbra, um dos fundadores da Academia Brasileira da Letras, sendo ainda da Academia Cearense de Letras.

Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 12 de maio de 1914, chegando a grande benemérito em 9 de julho de 1943.

Deixou vasta bibliografia, constante de artigos, pareceres, comentários, discursos, conferências e livros.

Djacir Lima de Menezes (1907 – 1996)

Nasceu em Maranguape em 16 de outubro de 1907 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 8 de junho de 1996. Filho de Paulo Elpídio de Menezes e Olga Freire Lima de Menezes.

Iniciou o curso de Direito na Faculdade de Direito do Ceará e o concluiu em 1930 na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Doutorado no Ceará (1931 – 1932).

Inspetor Regional de Ensino (CE), professor catedrático na Faculdade de Direito do Ceará (1940), fundador e primeiro diretor da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, membro do Conselho Nacional do Trabalho, professor catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, membro do Conselho Econômico da Confederação Nacional das Indústrias, fundador do Centro de Estudos Brasileiros (Buenos Aires), fundador e diretor do Centro Cultural Bolívia – Brasil (La Paz), professor da Universidade Nacional Autónoma do México, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro da qual foi professor emérito, sócio do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (21 de setembro de 1969).

Deixou muitos trabalhos publicados e dezenas de livros, entre os quais *Diretrizes da Educação Nacional* (1932), *O problema da realidade objetiva* (1932), *Teoria científica do Direito de Pontes de Miranda* (1934), *O outro Nordeste* (1940), *Tratado de Economia Política* (1955), *Proudhon, Hegel e a dialética* (1966) e muitos outros.

Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho (1847 – 1926)

Nasceu em Fortaleza em 2 de novembro de 1847 e faleceu em Santos (SP) em 14 de novembro de 1926. Filho de Domingos José Nogueira Jaguaribe e Clodes Santiago de Alencar Araripe.

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1874). Diretor do Instituto Psico-Fisiológico de São Paulo e professor correspondente da Faculdade de Psicologia de Paris. Muito interessado nos problemas agrícolas.

Foi deputado provincial em São Paulo e deputado geral pelo Ceará (1886 – 1889).

Pertenceu à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1891) e membro da Society for Physical Research (Londres). Comendador da Ordem da Rosa.

Publicou trabalhos e livros de medicina, agricultura, geografia, história e educação.

Elber de Mello Henriques (1918 – 2005)

Nasceu em Fortaleza em 11 de fevereiro de 1918 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 25 de julho de 2005. Filho de João Baptista de Moraes Henriques e Abigail de Mello Henriques.

Oficial do Exército, com os cursos da Escola Militar de Realengo, Escola de Comando e Estado-Maior e Escola Superior de Guerra. Tinha o curso especial de Artilharia (Fort Sill – Oklahoma – USA) e de Minas e Destruições (Itália). Coronel da Arma de Artilharia.

Entre suas missões militares se destacaram as seguintes: instrutor da Escola de Artilharia de Costa e observador aéreo de Artilharia na campanha da Força Expedicionária Brasileira (Itália).

Condecorado com as Medalhas: Campanha da Itália (Força Expedicionária Brasileira), Mérito Militar do Exército Brasileiro, Mérito

Militar do Chile, Aérea dos Estados Unidos da América, do Pacificador e Ouro do Exército Brasileiro, Mérito dos Ex-Combatentes Brasileiros, Mérito dos Ex-Combatentes Poloneses, dos Inconfidentes (Brasil), Cruz da Força Expedicionária Brasileira, Cruz da Aeronáutica (fita A – Força Aérea Brasileira), entre outras.

Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ingresso em 2 de outubro de 1985) e um dos fundadores da Academia de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro.

Deixou muitos artigos publicados sobre temas militares e os livros *A FEB 12 anos depois* e *Uma visão da Antártica*.

Francisco Mozart do Rêgo Monteiro (1896 – 1982)

Nasceu em Fortaleza em 5 de agosto de 1896 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 12 de fevereiro de 1982. Filho de Adolpho Thiers do Rêgo Monteiro e Júlia Rodrigues Monteiro.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Rio de Janeiro). Foi sempre jornalista. Catedrático da Escola Normal (1917), depois Instituto de Educação. Catedrático do Colégio Pedro II. Dirigiu a *Revista Brasileira de Educação*.

Sócio correspondente do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), da Academia Cearense de Letras e da Academia Portuguesa de História. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (15 de agosto de 1949).

Deixou vários livros publicados a partir de 1920.

Frederico Augusto Pamplona (1814 – 1865)

Nasceu em Aracati em 1814 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 11 de outubro de 1865. Filho de João Tibúrcio Pamplona e Francisca Joaquina Pamplona.

Formado pela Faculdade de Direito de Olinda – (1842). Deputado provincial do Ceará (1840 – 1841), secretário da Província do Ceará e seu presidente interino, presidente da Província do Rio Grande do Norte (1847 – 1848), deputado geral pelo Ceará (1845 – 1848 e 1864

– 1865). Jornalista. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (4 de junho de 1846).

Produção intelectual inexpressiva.

Guilherme Chambly Studart (Barão de Studart) – (1856 – 1938)

Nasceu em Fortaleza em 5 de janeiro de 1856 e faleceu em sua cidade natal em 25 de setembro de 1938. Filho de John William Studart e Leonísia de Castro Barbosa Studart. Possuía dupla cidadania, a ambas conferindo elevados propósitos – duas culturas e o mesmo amor telúrico às suas raízes.

Após os anos de estudos no famoso Ateneu Cearense (1867 – 1868), foi para Salvador (BA) para continuar o curso de humanidades no prestigiado Ginásio Bahiano (1869 – 1871), sendo seu aluno distinto, figurando no quadro de honra, tendo recebido a correspondente medalha de ouro, entregue pelo visconde de São Lourenço, então presidente da Província da Bahia.

Ingressou no corpo discente da Faculdade de Medicina da Bahia (1872) e formou-se em Medicina no dia 15 de dezembro de 1877, com tese de doutoramento “Da Electrotherapia”, sobre os efeitos terapêuticos da eletricidade.

Instado a permanecer na capital baiana, na perspectiva de chegar ao corpo docente da Faculdade de Medicina, recusou convites e logo regressou a Fortaleza, após a formatura. Pouco depois, com a morte do genitor (fevereiro/1878), empobrecido por maus negócios, o jovem médico tomou os encargos de cuidar da tia/madrasta, educar 11 irmãos menores e assumir o vice-consulado britânico (interino), por ato da Rainha Victoria (28/02/1878), sendo efetivado por decreto de 25 de julho de 1879 – neste cargo, prestou serviços por 53 anos – no seu jubileu consular (50 anos) recebeu as insígnias da Ordem do Império Britânico (M.B.E.), concessão firmada pelo Rei George V, em 5 de julho de 1926.

Associou atividades profissionais a elevado espírito de caridade cristã. Foi médico competente e fervoroso católico.

Pertenceu ao corpo clínico da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Um dos fundadores do Centro Médico Cearense (25/03/1913) e seu primeiro presidente (1913 – 1928). Fundou e dirigiu a seção estadual da Ordem Médica Brasileira, o Instituto Pasteur do Ceará, a Socie-

dade Oswaldo Cruz (Fortaleza) e a Cruz Vermelha Brasileira – Seção do Ceará. Ainda, foi diretor honorário da Faculdade de Pharmácia e Odontologia do Ceará. Deixou muitos títulos bibliográficos de interesse médico, entre eles, *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará* (1908).

Permaneceu na presidência do Conselho Central do Ceará da Sociedade de São Vicente de Paulo, à qual serviu durante 62 anos. O Papa Leão III, em breve de 2 de janeiro de 1900, concedeu-lhe o título de Barão pela Santa Sé.

Pertenceu à Sociedade Cearense Libertadora (1881), dela se afastando por causa de sua orientação maçônica. O Centro Abolicionista 25 de Dezembro (1883), agrupando abolicionistas moderados, o teve entre os seus associados. A abolição dos escravos no Ceará ocorreu em 25 de março de 1884.

Desde muito cedo, mostrou pendores para os estudos geográficos e históricos, que o levaram a pertencer ao grupo dos 12 fundadores do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), em 4 de março de 1887, ocupando sua presidência entre 6 de abril de 1929 e 25 de setembro de 1938 – data da sua morte. Foi distinguido com as lúreas de Grande Benemérito e Presidente Perpétuo.

Sua tenacidade e operosidade evitaram que o Instituto do Ceará tivesse vida efêmera. Reconstituiu a história do Ceará, com base em farta documentação por ele levantada ou conseguida. Dirigiu com exclusividade a *Revista do Instituto do Ceará* (1887 – 1928).

Na vasta bibliografia geográfica e histórica de sua autoria, destaco os seguintes títulos: *Notas para a história do Ceará. Segunda metade do século XVIII* (Lisboa, 1892); *Datas e factos para a história do Ceará* (obra em 3 volumes – Fortaleza, 1896 – 1924); *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense* (obra em 3 volumes – Fortaleza, 1910 – 1915); *Geographia do Ceará* (Fortaleza, 1924).

Foi sócio fundador da Academia Cearense de Letras (1894) e membro do Centro Literário Cearense. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense; do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, do Instituto Histórico e Geográfico Fluminense, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, do

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, do Instituto Arqueológico e Histórico Alagoano, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – eleito em 4 de maio de 1912. Membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, da Academia Mineira de Letras, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Academia Pernambucana de Letras, do Instituto Histórico de São Paulo, da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, da British Medical Association (Londres), da Societé de Geographie de Paris, da Academia Americana de la História (Buenos Aires), da Academia Nacional de História (Venezuela), da Societé Académique d’Histoire International (Paris) – ver a relação completa em Amaral 2002: p. 85-87.

Gustavo Dodt Barroso (1888 – 1959)

Nasceu em Fortaleza em 29 de dezembro de 1888 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 3 de dezembro de 1959. Filho de Antônio Felino Barroso e Ana Dodt Barroso.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1911).

Começou a vida profissional como jornalista (1908 – 1919). Desempenhou cargos e missões importantes, tais como: secretário-geral da Comissão de Defesa da Borracha (1913), secretário de Justiça do Ceará (1914), deputado federal pelo Ceará (1915 – 1918), secretário da delegação brasileira à Conferência da Paz (1919), inspetor federal do ensino no Rio de Janeiro (1919 – 1922), secretário-geral da Junta Americana de Jurisconsultos (1927), membro da Academia Brasileira de Letras, sendo seu secretário nos anos 1931 – 1932, diretor do Museu Histórico Nacional (1922 – 1959).

Teve destacada atividade política, sendo filiado à Ação Integralista Brasileira, com projeção em todo País.

Eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 22 de setembro de 1931, passando a benemérito em 31 de julho de 1956. Também, sócio dos Institutos Históricos e Geográficos do Maranhão e do Espírito Santo, do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e

Antropológico), do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Royal Society of Literature (Londres), das Sociedades de Geografia do Rio de Janeiro, de Portugal e de Lima (Peru) e da Sociedade Capistrano de Abreu.

Suas principais condecorações: Grã-Cruzes das Ordens de São Jaime e de Cristo (Portugal), da Coroa (Itália), do Salvador (Grécia), do Sol (Peru), do Condor dos Andes (Bolívia); comendas de Santo Olavo (Noruega), do Leão Branco (Tchecoslováquia), do Libertador (Venezuela), de Leopoldo II (Bélgica); Polônia Restituta e Legião de Honra (França).

Publicou mais de 120 livros de literatura, política, história, folclore etc. Os principais, por mim considerados, são os seguintes: *Terra de Sol* (1912), *Heróis e bandidos* (1917), *O sertão e o mundo* (1924), além de suas memórias.

Herman de Castro Lima (1897 – 1981)

Nasceu em Fortaleza em 11 de maio de 1897 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 21 de junho de 1981. Filho de Antônio Silva Lima e Julieta Demarteau de Castro Lima.

Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1928), mas pouco exerceu a profissão.

Nomeado para a Delegacia Fiscal do Ceará (1921), transferiu-se para a Bahia e o Rio de Janeiro (cidade). Delegado do Tesouro Brasileiro (Londres) – (1938 – 1941).

Pertenceu à Academia Cearense de Letras. Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (19 de maio de 1971).

Entre outros títulos, publicou *Tigipió!* (1924), *Imagens do Ceará* (1958), *Poeira do Tempo* (1970). Sua obra mais conhecida é a *História da Caricatura no Brasil* (1963), em 4 volumes.

Hildebrando Pompeo Pinto Accioly (1888 – 1962)

Nasceu em Fortaleza em 25 junho de 1888 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 5 de abril de 1962. Filho de Antônio Pinto Nogueira Accioly e Maria Tereza de Souza Accioly.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Di-

reito do Ceará (1908). Ingressou no Ministério das Relações Exteriores (1914), seguindo carreira diplomática, aposentando-se em 1953. Ocupou cargos e missões junto a organismos internacionais. Chefe da Divisão de Política Diplomática (1935) e Secretário-Geral do Itamaraty. Embaixador no Vaticano e Estados Unidos da América. Diretor do Instituto Rio Branco. Professor catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo e doutor *honoris causa* da Faculdade de Direito do Ceará (1952).

Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 22 de agosto de 1931, chegando a sócio benemérito em 19 de agosto de 1960.

Teve grande produção bibliográfica. Entre os livros, destaco: *Tratado de Direito Internacional* (1936), *Raízes ou bases históricas do Pan-Americanismo* (1937), *O reconhecimento da independência do Brasil* (1945). *Os primeiros Núncios Apolíticos no Brasil* (1950), *Raízes e causas históricas do Pan-Americanismo* (1953).

Jerônimo Tomé da Silva (1849 – 1924)

Nasceu em Sobral em 12 de junho de 1849 e faleceu em Salvador em 19 de fevereiro de 1924. Filho de João Tomé da Silva e Maria da Penha Tomé da Frota.

Ordenou-se sacerdote em Roma (1872); doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana (1873).

Ensinou no Seminário Episcopal de Fortaleza, indo em 1878 para Olinda, para ensinar no famoso Seminário. Bispo de Belém (1890) e arcebispo de Salvador (1894).

Sócio honorário do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 27 de julho de 1887.

Publicou apenas obras religiosas.

João Capistrano Honório de Abreu (1853 – 1927)

Nasceu no sítio Columinjuba (município de Maranguape) em 25 de outubro de 1853, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 13 de agosto de 1927. Filho de Jerônimo Honório de Abreu e Antônia Vieira de Abreu.

Foi aluno do Seminário Episcopal de Fortaleza. Sem vocação religiosa, deixou o Seminário, indo para o Recife, lá permanecendo até 1869 – não concluiu qualquer curso superior.

Em 1875 mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, quando se tornou caixeiro de livraria e professor secundário; depois passou à condição de jornalista. Admitido como oficial da Biblioteca Nacional (1879); em 1883 tomou posse como catedrático do Colégio Pedro II, lá ficando até 1899, quando passou à disponibilidade.

Eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 19 de outubro de 1887.

Um dos mais importantes historiadores brasileiros. Seus livros foram publicados *post mortem*, pela Sociedade Capistrano de Abreu: *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVII* (1929); *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* (1930); *Ensaios e estudos*, em 3 volumes (1932 – 1938); *Capítulos de história colonial (1500 – 1800)*, sua obra maior (1934); *Primeira visitaçã do Santo Ofício às partes do Brasil, pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça* (1935); além de outros títulos.

Identificou o jesuíta João Antônio Antonil como o autor de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*.

João Franklin da Silveira Távora (1842 – 1888)

Nasceu em Baturité em 13 de janeiro de 1842, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 18 de agosto de 1888. Filho de Camilo Índico da Silveira Távora e Maria Sant’Ana da Silveira.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (1863).

Diretor-geral da Instrução Pública de Pernambuco. Deputado provincial em Pernambuco (1868 – 1869). Trabalhou na Secretaria do Império.

Pertenceu ao Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, à Sociedade de Geografia e História de Lisboa. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1888), chegando a efetivo em 1892.

Escritor realista e precursor do naturalismo no Brasil. Principais obras: *Os índios de Jaguaribe* (1862), *O Cabeleira* (1876), *O matuto* (1878), *Lourenço* (1881).

José Aurélio Saraiva Câmara (1921 – 1974)

Nasceu em Quixeramobim em 22 de junho de 1921, e faleceu em Fortaleza em 9 de abril de 1974. Filho de Miguel Fenelon Câmara e Thereza Heloísa Saraiva Câmara.

Cursou a Escola Militar de Realengo, a Escola de Artilharia de Costa e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Professor catedrático do Colégio Militar do Ceará. No Exército Brasileiro chegou ao posto de coronel.

Formado em Engenharia pela Universidade Federal da Bahia. Lecionou na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará, em cuja Universidade foi diretor do Departamento de Educação e Cultura. Foi chefe do gabinete do diretor-geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Secretário de Polícia e Segurança Pública e ainda Secretário do Interior e Justiça – isto no Ceará. Diretor da Casa do Brasil, na Universidade de Madrid (Espanha).

Pertenceu ao Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), à Sociedade Capistrano de Abreu, ao Instituto do Nordeste. Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 17 de dezembro de 1973.

Publicou importantes livros, tais como *Aspectos do domínio holandês no Ceará* (1956), *Correspondência do Senador Pompeu* (organização, introdução e notas – 1960). *Fontes cearenses de Euclides da Cunha* (1965), *O tempo e os homens* (1966). *Capistrano de Abreu* (1967), *Triunfos e fracassos na luta contra as secas* (1969), *Fatos e documentos do Ceará Provincial* (em coautoria – 1971) e *Um soldado do Império – o general Tibúrcio e o seu tempo* (obra póstuma – 1978).

José Lourenço da Costa Aguiar (1847 – 1905)

Nasceu em Sobral em 9 de agosto de 1847 e faleceu em Lisboa (Portugal) em 5 de junho de 1905. Filho de Boaventura da Costa Aguiar e Joana Virgínia de Paula Aguiar.

Presbítero pelo Seminário de Fortaleza (1870) e doutor pela Universidade de Santo Apolinário (Roma).

Professor e cura da Sé em Fortaleza e Belém, vigário-geral do Alto Amazonas e bispo do Amazonas (1893).

Deputado provincial e geral (1886 – 1889) pela província do Pará. Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1898).

Além de discursos parlamentares, deixou obras de cunho religioso, inclusive uma doutrina cristã, escrita em nhingatu.

Liberato de Castro Carreira (1820 – 1903)

Nasceu em Aracati em 24 de agosto de 1820 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 12 de julho de 1903. Filho de Luís da Silva Carreira e Rita Apolinária de Castro Carreira.

Médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1844). Contratado pela província do Ceará (1845 – 1854). Transferiu-se para Niterói em 1855, continuando suas atividades humanitárias.

Um dos organizadores e construtores da Estrada de Ferro de Baturité (1872). Senador do Império pelo Ceará (1882).

Cavaleiro das Ordens de Cristo e da Rosa. Membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1900).

Sua obra mais conhecida é a *História financeira e orçamentária do Império do Brasil, desde a fundação*, aparecida em 1889.

Luís Antônio Vieira da Silva (Visconde Vieira da Silva) – (1828 – 1889)

Nasceu em Fortaleza em 2 de outubro de 1828 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 3 de novembro de 1889. Filho de Joaquim Vieira da Silva e Souza e Columba de Santo Antônio de Souza Gaioso Vieira.

Formou-se em Letras e Cânones pela Universidade de Heidelberg (Alemanha – 1854).

Secretário da província do Maranhão (1854 – 1858), procurador fiscal da Secretaria da Fazenda (Maranhão – 1859), diretor da Repartição de Terras (Maranhão – 1859 – 1860). Deputado provincial (1860 – 1861) e geral (1861 – 1864 e 1867 – 1870) pelo Maranhão, presidente do Piauí (1869 – 1870), senador pelo Maranhão (1871), ministro da Marinha no gabinete de João Alfredo.

Membro do Conselho de Sua Majestade, foi Conselheiro de Estado, Grande do Império, cavaleiro da Casa Imperial e cavaleiro da Ordem da Rosa.

Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro eleito em 17 de julho de 1863. Pertenceu à Sociedade de Geografia de Lisboa, à Academia Real de Ciências de Lisboa, ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Além de poesias e traduções, deixou obra jurídica, histórica e política, com destaque para a *História da Independência na Província do Maranhão (1822 – 1828) – 1862*.

Manuel do Nascimento Castro e Silva (1788 – 1846)

Nasceu em Aracati em 25 de dezembro de 1788 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 23 de novembro de 1846. Filho de José de Castro e Silva e Joana Maria Bezerra de Menezes.

Não tinha estudo superior. Entre 1809 e 1825 ocupou diversos cargos de confiança. Representou o Ceará nas Cortes de Lisboa (1822), deputado geral pelo Ceará (1826 – 1841), ministro da Fazenda (1841). Escolhido senador pelo Ceará (1841).

Tinha as seguintes comendas: Hábito de Cristo (1818), Hábito do Cruzeiro (1824) e Hábito da Rosa (1841).

Membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (24 de agosto de 1839).

Deixou publicados discursos e relatórios administrativos.

Manuel Soares da Silva Bezerra (1810 – 1888)

Nasceu em Riacho do Sangue (atual Jaguaratama) em 1810 e faleceu em Fortaleza em 29 de novembro de 1888. Filho de Antônio Bezerra de Menezes e Fabiana de Jesus Maria Bezerra de Menezes.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Olinda (1836).

Deputado provincial (1840 – 1843 e 1870 – 1873) e geral (1845 – 1847) pelo Ceará. Eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1845.

Professor do Liceu do Ceará, inspetor da Instrução Pública do Ceará e procurador fiscal da Tesouraria da Fazenda no Ceará.

Publicou obras sobre filologia e outras de cunho religioso.

Miguel Joaquim Aires do Nascimento (– 1870)

Cearense de origem que não conheço, faleceu em 21 de fevereiro de 1870.

Padre e Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda (1838).

Deputado geral pelas províncias da Paraíba (1845 – 1847) e Ceará (1848). Magistrado, chegando ser desembargador (MA). Duas vezes presidente da província do Maranhão (1863 – 1864, 1866).

Eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 23 de janeiro de 1845.

Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1841 – 1908)

Nasceu e faleceu em Fortaleza em 27 de fevereiro de 1841 e 15 de junho de 1908, respectivamente. Filho de Francisco Xavier Nogueira e Maria das Graças Nogueira.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (1865).

Secretário de Governo das províncias do Ceará e da Bahia, professor e diretor do Liceu do Ceará, inspetor da Instrução Pública no Ceará, deputado geral pelo Ceará (1872 – 1879), vice-presidente da província do Ceará e seu presidente interino, professor catedrático da Faculdade de Direito do Ceará, desembargador do Tribunal de Apelação do Ceará (1892 – 1908).

Sócio fundador do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) e seu primeiro presidente (1887 – 1908). Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 19 de outubro de 1887.

Condecorado com a Ordem de Cristo (1871).

Publicou importantes contribuições na *Revista do Instituto do Ceará*, entre as quais destaco: “Vocabulário indígena em uso na província do Ceará” (1887), a série sobre Presidentes do Ceará (1890 – 1908), “Execuções de pena de morte no Ceará” (1894), “O padre Francisco Pinto ou a primeira catechese de índios no Ceará” (1904).

Raimundo Girão (1900 – 1988)

Nasceu na Fazenda Palestina (Morada Nova) em 3 de outubro de 1900 e faleceu em Fortaleza em 26 de julho de 1988. Filho de Luiz Carneiro Girão e Celina Cavalcanti Girão.

Cursou a Faculdade de Direito do Ceará (1920 – 1924), onde se doutorou em 1936.

Ocupou muitos e importantes cargos, entre os quais o de Prefeito de Fortaleza (1932 – 1934); juiz do Tribunal de Contas do Ceará, onde se aposentou como ministro (1935 – 1956), chegando a presidente em 1936 – 1937; diretor do Museu Histórico e Antropológico do Ceará (1951 – 1960 e 1963 – 1964); um dos fundadores e o primeiro diretor da Escola de Administração do Ceará (1957); titular da Secretaria de Educação e Cultura do Ceará (1966); primeiro titular da Secretaria de Cultura do Ceará (1966 – 1971), onde encerrou a sua carreira pública.

Pertenceu ao Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), onde ingressou em 1941, e se tornou presidente de honra (1979), recebendo *post mortem* o título de sócio benemérito; sócio da Academia Cearense de Letras (1951), ocupando a sua presidência no biênio 1957 – 1958; aclamado presidente de honra da Sociedade Cearense de Geografia e História (1985). Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 25 de maio de 1988; sócio correspondente de outras 27 instituições culturais brasileiras.

Em vida, recebeu muitas homenagens, das quais destaco as mais importantes: Medalha do Mérito Cultural (Universidade Federal do Ceará – 1970); Medalha do Mérito Administrativo (Prefeitura Municipal de Fortaleza – 1973); Medalha da Abolição, a mais valiosa comenda outorgada pelo Estado do Ceará (1973); Medalha José de Alencar (Estado do Ceará – 1975); Medalha Barão de Studart (1984) e Medalha Comemorativa do Primeiro Centenário (1987), ambas cunhadas em ouro e conferidas pelo Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Deu seu nome a importante avenida da cidade de Fortaleza.

Deixou alentada bibliografia, publicada entre os anos de 1937 – 1988, compreendendo livros, artigos em revistas especializadas e em jornais/revistas populares. Dos seus livros, ressalto: *O Ceará*, em colaboração com Antônio Martins Filho (1939); *História Econômica do Ceará* (1947); *Pequena História do Ceará* (1953); *A Abolição no Ceará* (1956); *Geografia Estética de Fortaleza* (1959); *História da Faculdade de Direito do Ceará* (1960); *Matias Beck – Fundador de Fortaleza* (1961); *A Academia de 1894* (1975); *O Senador Pompeu (1877 – 1977)* (1977); *Os Municípios Cearenses e seus Distritos* (1983); *Fortaleza e a*

Crônica Histórica (1983); *A Marcha do Povoamento no Vale do Jaguaribe (1600 – 1700)* (1986); *Dicionário da Literatura Cearense*, em colaboração com Maria da Conceição Sousa (1987).

Raimundo Magalhães Júnior (1907 – 1981)

Nasceu em Ubajara em 12 de fevereiro de 1907 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 1981. Filho de Raimundo de Oliveira Magalhães e Jovina de Paula Cavalcanti.

Jornalista durante toda a vida. Ao falecer, trabalhava na revista *Manchete*. Escreveu em demasia nos jornais e revistas por onde passou. Vereador pelo Partido Socialista do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro (1949 – 1956).

Pertenceu à Academia Brasileira de Letras. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (19 de agosto de 1960).

Cronista, contista e teatrólogo, além de tradutor. Entre outros livros, escreveu *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, *Artur de Azevedo e sua época*, *Três panfletários do Segundo Reinado*, *Dom Pedro II e a condessa de Barral*, *Deodoro e a espada contra o Império*, *Vida e obra de Machado de Assis*.

Rodolpho Marcos Theóphilo (1853 – 1932)

“Sou cearense porque eu quero”. Com este desabafo, Rodolpho Marcos Theóphilo conquistou em definitivo a cidadania honorária do Ceará.

Nasceu em 6 de maio de 1853 na cidade de Salvador e faleceu em Fortaleza no dia 2 de julho de 1932. Filho de Marcos José Theóphilo e Antônia Josefina Sarmiento Theóphilo.

Ingressou no curso de Farmácia da Faculdade de Medicina da Bahia, colando grau em 1875. De volta ao Ceará abriu farmácia em Pacatuba, mas em 1877 estava à frente da Pharmácia Theóphilo, no centro de Fortaleza.

A seca de 1877 – 1879 despertou o seu espírito de caridade e de luta em favor dos retirantes batidos pela trágica ocorrência, levando-o a se tornar um dos mais importantes estudiosos do flagelo que periodicamente assola o Ceará.

Na esteira das secas vinha a varíola dizimando milhares de flagelados. Isto o levou a assumir, por conta própria e risco de vida, o nobre papel de sanitarista combatente, depois fabricando a vacina e a aplicando nos arrabaldes da cidade de Fortaleza, inclusive sendo hostilizado por médicos do Governo. Após longa luta solitária, erradicou a peste no Ceará, consagrando-se como barão benemérito do povo cearense.

Integrou o corpo docente da Escola Normal do Ceará (1889) e do Liceu do Ceará (1890), cargo vitalício, demitido pelo Presidente do Estado (1905), seu desafeto político.

Foi empresário no campo dos produtos farmacêuticos, produzindo vacinas e bebidas não alcoólicas, entre estas a conhecida cajuína, a partir do suco do caju, cujo processo de fabricação resultou de suas próprias pesquisas.

Como intelectual, foi jornalista combativo e escreveu muitos opúsculos e livros, configurando valiosa obra literária, histórica, científica e política. Teve atuação na luta pela abolição da escravatura no Ceará (1883 – 1884).

Em Fortaleza, participou do Clube Literário, da Padaria Espiritual e do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) (1912). Também pertenceu aos quadros de sócios do Instituto Arqueológico Alagoano e da Sociedade de Geografia de Paris. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 11 de julho de 1890. Foi agraciado com a comenda de Oficial da Ordem da Rosa (1883).

Entre os seus importantes livros, estão os seguintes: *História da Secca do Ceará (1877 a 1880)* (1883) – sem qualquer dúvida sua principal obra científica sobre as causas e efeitos da seca; *Seccas do Ceará (Segunda metade do século XIX)* (1901); *Variola e vacinação no Ceará (nos annos 1905 a 1909)* (1910); *A secca de 1915* (1919) e *A secca de 1919* (1922).

“Neste mês de maio, precisamente no dia seis, comemora-se o centenário de nascimento de um grande brasileiro, baiano de nascimento, cearense de coração, que deixou nome feito nas letras, na ciência e na bem-querência pública: chamou-se ele Rodolfo Teófilo.” (QUEIROZ, 1953).

Severino Sombra de Albuquerque (1907 – 2000)

Nasceu em Maranguape em 8 de junho de 1907 e faleceu em Vassouras (RJ) em 12 de março de 2000. Filho de Vicente Liberalino de Albuquerque e Francisca Sombra de Albuquerque.

Cursou a Escola Militar de Realengo (turma de 1928). Por haver apoiado a Revolução Constitucionalista de São Paulo, o então tenente foi reformado administrativamente e exilado para Portugal, onde ficou durante um ano, sendo anistiado em 1933.

Fundou o primeiro movimento trabalhista no Brasil (1931). Anistiado, foi promovido a capitão e voltou à carreira militar, chegando a general de brigada.

Deputado federal pelo Ceará. Criou a Fundação Educacional de Vassouras.

Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (1938). Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (28 de outubro de 1987), passando a correspondente em 16 de dezembro de 1922.

Entre seus livros, destaco os seguintes: *História Monetária do Brasil Colonial. Formação da Sociologia, Bases e diretrizes do ensino superior, Ciência e libertação*.

Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1818 – 1877)

Nasceu em Santa Quitéria em 6 de junho de 1818 e faleceu em Fortaleza em 2 de setembro de 1877. Filho de Thomaz de Aquino Sousa e Jeracina Isabel de Sousa.

Sacerdote pelo Seminário de Olinda, recebendo ordens sacras em 18 de setembro de 1841; em 24 de outubro de 1843 obteve o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Olinda.

Diretor-fundador do Liceu do Ceará desde 19 de outubro de 1845 até 25 de abril de 1849, como tal, foi inspetor da Instrução Pública da Província do Ceará. Voltou à direção do Liceu em 23 de outubro de 1853 e se aposentou em 17 de janeiro de 1865.

Vigário forâneo (geral) do Ceará, exonerando-se em 1860. Como advogado, atuou apenas no nível, com atividades pouco destacadas.

Em outubro de 1844 se candidatou a deputado da Câmara Geral, mas não foi eleito, ficando como primeiro suplente; em 1845 foi eleito deputado da Assembleia Provincial (1846 – 1847). Com a morte do deputado-padre José da Costa Barros, chegou à Câmara Geral em abril de 1846, ali permanecendo durante duas legislaturas, até 1848. Senador pelo Ceará, com posse em 11 de fevereiro de 1864, até a data da morte.

Iniciou-se nas lides da imprensa como um dos fundadores do jornal *Cearense*, em 16 de outubro de 1846, órgão do Partido Liberal, assumindo sua direção em 1850, onde ficou até sua morte. Sempre pertenceu aos quadros do Partido Liberal, tornando-se seu chefe na Província do Ceará, após a morte do senador José Martiniano de Alencar (1860). Teve projeção nacional, havendo recusado o cargo de ministro do Império.

Foi um dos sócios fundadores da Companhia Cearense de Via-Férrea de Baturité S/A (1870). Celebrou contrato de trabalho com a Província do Ceará (1855), com vigência de dois anos, para apresentar uma resenha estatística sobre o Ceará – deste contrato resultaram os dois tomos do monumental *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* (1863 – 1864), sua obra maior em volume, como em conteúdo.

Deixou entre os numerosos escritos um curioso e por demais valioso opúsculo – *Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará* (1859).

A seguir, indico alguns dos pioneirismos do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil: pioneiro dos estudos de estatística no Brasil, abordando aspectos da geopolítica regional e nacional; pioneiro do ensino secundário e público no Ceará, como diretor-fundador do Liceu do Ceará; pioneiro na publicação de livros didáticos e científicos no Ceará; pioneiro dos cientistas que pesquisaram as causas das secas nordestinas, com a coleta criteriosa e prolongada de dados meteorológicos; pioneiro dos estudos sobre a devastação das matas e conservação da natureza cearense.

Não teve condecorações porque não as aceitava. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 23 de janeiro de 1845. Entre outras instituições, pertenceu ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, à Sociedade de Geografia de Paris, à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Tobias Laureano Figueira de Melo (1842 – 1926)

Nasceu em 1842 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 30 de outubro de 1926.

Comerciante e comendador. Sócio benfeitor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1890), passando a benemérito em 1917.

Tristão de Alencar Araripe (1821 – 1908)

Nasceu em Icó em 7 de outubro de 1821 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 4 de julho de 1908. Filho de Tristão Gonçalves Pereira de Alencar Araripe e Ana Tristão Araripe.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo (1845).

Deputado provincial (1848 – 1849) e geral (1869 – 1878 e 1886 – 1889) pelo Ceará. Chefe de Polícia do Espírito Santo (1856), presidente do Rio Grande do Sul (1876) e do Pará (1885). Ministro da Fazenda, da Justiça e, interinamente, dos Negócios Interiores no governo do Marechal Deodoro da Fonseca (1889 – 1891). Do Conselho do Imperador e ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 21 de outubro de 1870; chegou a benemérito em 1898.

Deixou publicados obras de cunho jurídico e algumas relativas ao Ceará, tais como: *História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850* (1867), *Limites do Ceará e Piauí* (1875), *Discurso sobre as providências relativas às seccas do Ceará* (1877), além de outras.

Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848 – 1911)

Nasceu em Fortaleza em 27 de junho de 1848 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 29 de outubro de 1911. Filho de Tristão de Alencar Araripe e Argentina Alencar Araripe.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (1869).

Secretário de governo da Província de Santa Catarina (1869 – 1871), deputado provincial pelo Ceará (1872 – 1875). Diretor geral da Instrução Pública e Consultor Geral da República (1903 – 1911).

Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (1896) e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 30 de junho de 1893.

Além de jurisconsulto, foi romancista e cultor da língua portuguesa, deixando valiosa obra publicada.

Discussão e Conclusões

Houve uma quase equivalência do número de sócios cearenses entre os séculos XIX e XX (21 e 19), considerando as épocas em que foram mais atuantes em suas profissões e/ou atividades (Tabela I). Isto evidencia um certo equilíbrio ao longo do tempo, no processo de recrutamento adotado.

Na verdade entre os 33 cearenses eleitos sócios do IHGB, nada menos que 12 tiveram maior notabilidade, a saber: Antônio Martins Filho (1904 – 2002), Clóvis Beviláqua (1859 – 1944), Djacir Lima de Menezes (1907 – 1996), Guilherme Chambly Studart (Barão de Studart) – (1856 – 1938), Gustavo Dodt Barroso (1888 – 1959), João Capistrano Honório de Abreu (1853 – 1927), João Franklin da Silveira Távora (1843 – 1888), Luís Antônio Vieira da Silva (Visconde de Vieira da Silva) – (1828 – 1889), Raimundo Girão (1900 – 1988), Rodolpho Marcos Theóphilo (1853 – 1932), Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1818) – 1877) e Tristão de Alencar Araripe (1821 – 1908).

Entre os sócios em estudo, consegui identificar 14 tipos de atividades exercidas (Tabela II). As mais frequentes foram as seguintes, em ordem decrescente: atividades administrativas, principalmente no espaço público, mas incluindo aquelas privadas e religiosas; atividades políticas, aqui considerando o exercício de cargos eletivos (senadores, deputados gerais/federais e deputados provinciais/estaduais); atividades do magistério, em todos os níveis da docência; bacharéis quase todos em ciências jurídicas e sociais – a obtenção dos respectivos diplomas foram portas abertas para o exercício de atividades administrativas públicas e a eleição para cargos políticos.

Tabela I – Épocas de atuação dos cearenses que foram sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com a indicação (*) dos que foram mais notáveis.

Nomes dos sócios	Séculos	
	XIX	XX
Antônio Martins Filho (*)		X
Antônio Pinto de Mendonça	X	
Carlos Augusto Peixoto de Alencar	X	
Carlos Studart Filho		X
Clóvis Beviláqua (*)	X	X
Djacir Lima de Menezes (*)		X
Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho	X	X
Elber de Mello Henriques		X
Francisco Mozart do Rêgo Monteiro		X
Frederico Augusto Pamplona	X	
Guilherme Chambly Studart (*)	X	X
Gustavo Dodt Barroso (*)		X
Herman de Castro Lima		X
Hildebrando Pompeo Pinto Accioly		X
Jerônimo Tomé da Silva	X	X
João Capistrano Honório de Abreu (*)	X	X
João Franklin da Silveira Távora (*)	X	
José Aurélio Saraiva Câmara		X
José Lourenço da Costa Aguiar	X	
Liberato de Castro Carreira	X	
Luís Antônio Vieira da Silva (*)	X	
Manuel do Nascimento Castro e Silva	X	
Manuel Soares da Silva Bezerra	X	
Miguel Joaquim Aires do Nascimento	X	
Paulino Nogueira Borges da Fonseca	X	
Raimundo Girão (*)		X
Raimundo Magalhães Júnior		X
Rodolpho Marcos Teóphilo (*)	X	X
Severino Sombra de Albuquerque		X
Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (*)	X	
Tobias Laureano Figueira de Melo	X	X
Tristão de Alencar Araripe (*)	X	
Tristão de Alencar Araripe Júnior (*)	X	
TOTAL	21	19

Tabela II – Atividades dos cearenses sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), nos séculos XIX e XX. Códigos de atividades: 1 = bacharel, 2 = doutor, 3 = professor, 4 = engenheiro, 5 = médico, 6 = farmacêutico, 7 = religioso, 8 = militar, 9 = magistrado, 10 = diplomata, 11 = administrador, 12 = político, 13 = jornalista, 14 = comerciante.

Nomes dos sócios	Código de atividades													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Antônio Martins Filho (*)	X	X	X								X			
Antônio Pinto de Mendonça							X				X	X		
Carlos Augusto Peixoto de Alencar							X				X	X		
Carlos Studart Filho			X		X			X						
Clóvis Beviláqua (*)	X		X											
Djacir Lima de Menezes (*)	X	X	X								X			
Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho			X								X	X		
Elber de Mello Henriques								X						
Francisco Mozart do Rêgo Monteiro	X		X											X
Frederico Augusto Pamplona	X										X	X	X	
Guilherme Chambly Studart (*)					X						X			
Gustavo Dodt Barroso (*)	X										X	X	X	
Herman de Castro Lima					X						X			
Hildebrando Pompeo Pinto Accioly	X	X	X							X	X			
Jerônimo Tomé da Silva		X	X				X							
João Capistrano Honório de Abreu (*)			X											X
João Franklin da Silveira Távora (*)	X										X	X		
José Aurélio Saraiva Câmara			X	X				X			X			
José Lourenço da Costa Aguiar		X	X				X				X	X		
Liberato de Castro Carreira					X						X	X		
Luís Antônio Vieira da Silva (*)	X										X	X		
Manuel do Nascimento Castro e Silva											X	X		
Manuel Soares da Silva Bezerra	X		X								X	X		
Miguel Joaquim Aires do Nascimento	X						X		X			X		
Paulino Nogueira Borges da Fonseca	X		X						X		X	X		
Raimundo Girão (*)	X	X	X						X		X			
Raimundo Magalhães Júnior												X	X	
Rodolpho Marcos Teóphilo (*)			X			X							X	X
Severino Sombra de Albuquerque			X					X			X	X		
Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (*)	X		X				X				X	X	X	
Tobias Laureano Figueira de Melo														X
Tristão de Alencar Araripe (*)	X								X		X	X		
Tristão de Alencar Araripe Júnior	X										X	X		
TOTAL	16	6	17	1	4	1	6	4	4	1	23	18	7	2

Bibliografia Consultada

ALBUQUERQUE, J. A. – () 1953 – *Cearenses no Rio*. Empresa Gráfica Mandarino & Molinari Ltda., 352 pp., illus., Rio de Janeiro.

ALENCAR, M. – 1923 – *O Sr. Rodolpho Theophilo e a sua obra: estudo crítico*. Typ. Gadelha, 128 pp., [II] ests., Fortaleza.

ALVES, J. – (1953) 1982 – *História das Secas (Séculos XVII a XIX)*. Fundação Guimarães Duque/Coleção Mossoroense, 243 pp., Mossoró.

AMARAL, E. L. G. – 2002 – *Barão de Studart: memória da distinção*. Museu do Ceará, 128 pp., Fortaleza.

BEZERRA, A. M. – 1999 – *Magistrados Cearenses no Império e na República*. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 470 pp., Fortaleza.

CÂMARA, J. A. S. (org) – 1960 – *Correspondência do Senador Pompeu*. Instituto do Ceará, 216 pp., [VIII] ests. Fortaleza.

CASCUDO, L. C. – 1956 – Elogio de Guilherme, Barão de Studart. *Bol. Inst. Ceará* (nova fase), Fortaleza, III – VI (15 – 36) : 72 – 76.

FERREIRA, B. G. – 1989 – *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870 – 1930*. Edições Universidade Federal do Ceará / Stylus Comunicações, 198 pp., Fortaleza.

GIRÃO R. – (1972) 1984 – *Palestina, uma Agulha e as Saudades (Reminiscências)*, Stylus Comunicações Ltda., 298 pp., [XIII] ests., Fortaleza.

GIRÃO, R. – 1977 – *O Senador Pompeu (1877 – 1977)*. Editora Henriqueta Galeno, 26 pp., 1 fig., Fortaleza.

GIRÃO, R. & SOUSA, M. C. – 1987 – *Dicionário da Literatura Cearense*. Imprensa Oficial do Ceará, 233 pp., Fortaleza.

GIRÃO, V. C. – 1992 – *O Ceará no Senado Federal*. Centro Gráfico do Senado Federal, 162 pp., Brasília.

GUIMARÃES, H. V. – 1952 – *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*. Editora Jurídica Ltda., 544 pp., [44] figs., Fortaleza.

LIRA NETO, [J.] – 1999 – *O poder e a peste: a vida de Rodolfo Teófilo*. Edições Fundação Demócrito Rocha, 224 pp., [77] figs., Fortaleza.

MACEDO, N. 1967 – *O clã de Santa Quitéria*. Empresa Gráfica O CRUZEIRO S. A., 90 pp., [VI] ests., Rio de Janeiro.

MARTINS FILHO, A. – 1990 – *Memórias: maioridade (tomo I – 1926 – 1955)*. Imprensa Universitária / Universidade Federal do Ceará, 401 pp., [XVII] ests., Fortaleza.

MARTINS FILHO, A. – 1991 – *Memórias: menoridade (1904 – 1925)*. Imprensa Universitária / Universidade Federal do Ceará, 295 pp., [XXIV] ests., Fortaleza.

MARTINS FILHO, A. – 1994 – *Memórias: maioridade (tomo II – 1956 – 1974)*. Imprensa Universitária / Universidade Federal do Ceará, 409 pp., [XV] ests., Fortaleza.

MARTINS FILHO, A. – 1997 – *Memórias: maturidade (1975 – 1994)*. Imprensa Universitária / Universidade Federal do Ceará, 400 p., [LXIII] ests., Fortaleza.

NOBRE, F. S. – 1996 – *1001 Cearenses Notáveis*. Casa do Ceará Editora, 398 pp., Rio de Janeiro.

NOBRE, G. S. – 1974 – *História do Tribunal de Justiça do Ceará*. Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 311 pp., [VII] ests., Fortaleza.

NOGUEIRA, P. – (1877) 1960 – Apontamentos autobiográficos do bel. Paulino Nogueira Borges da Fonseca e de seus parentes, pais, irmãos e tios. *Rev. Inst. Ceará*. Fortaleza, 74 : 270 – 285.

PAIVA, M. A. P. – 1979 – *A Elite Política do Ceará Provincial*. Edições Tempo Brasileiro Ltda., XVI + 219 pp., 4 figs., Rio de Janeiro.

PAIVA, M. P. – 1992 – Um deputado do Império: Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1841 – 1908). *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, 106 : 19 – 36.

PAIVA, M. P. – 1998 – Os naturalistas e o Ceará: IV – Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1818 – 1877). *Rev. Inst. Ceará*. Fortaleza, 112 : 9 – 26.

PAIVA, M. P. – 1999 – Os naturalistas e o Ceará: V – Rodolpho Marcos Theóphilo (1853 – 1932). *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, 113 : 9 – 33.

PAIVA, M. P. – 2000 – Centenário de nascimento do Historiador Raimundo Girão (1900 – 2000). *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, 114 : 423 – 427.

PAIVA, M. P. – 2002 – *Os naturalistas e o Ceará*. Instituto do Ceará, 354 pp., 2 figs., [II] ests., Fortaleza.

PAIVA, M. P. – 2004a – *Louvação centenária para Antônio Martins Filho (1904 – 2004)*. Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, 11 pp., 1 fig., Rio de Janeiro.

PAIVA, M. P. – 2004b – *Antônio Martins Filho (1904 – 2002): o sertanejo e o mar*. Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, 9 pp., Rio de Janeiro.

PAIVA, M. P. – 2006a – Barão de Studart (1856 – 1938) : a unidade na pluralidade. *In*: PAIVA, M. P. *et alii – Sesquicentenário do Barão de Studart*, pp. 7 – 21. Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, 73 pp., Rio de Janeiro.

PAIVA, M. P. – 2006b – *Tributo à memória de amigos*. Edições Livro Técnico, 112 pp., Fortaleza.

PAIVA, M. P. – 2008 – Senado do Império: o senador Pompeu e o Ceará. *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, 122 : 45 – 64, [1] fig.

POMPEO SOBRINHO, Th. – () 1982 – *História das Secas (Século XX)*. Fundação Guimarães Duque/Coleção Mossoroense, 541 pp., Mossoró.

QUEIROZ, R. – 1953 – Rodolfo Teófilo. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ed. 16/05/1953 : 106.

RODRIGUES, J. H. & RODRIGUES, L. B. – (1959) 2002 – *Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará (do tomo I ao LXVIII)*. ABC Editora, 608 pp., Fortaleza.

SILVEIRA, A. D. – 2004 – *Ungidos do Senhor na Evangelização do Ceará (1700 a 2004)*. Editora Primus, volume I – 515 p., ilus.; volume II – 509 p., ilus.; volume III – 539 p., ilus. Fortaleza.

SOMBRA, W. – 1997 – *Rodolpho Theóphilo: o varão benemérito da Pátria – vida e obra*. Secretaria Municipal de Cultura e Desporto, 318 p., [23] figs., Maracanaú.

SOUSA, E. – 1945 – *Tribunal de Apelação do Ceará: síntese histórica – dados biográficos (1874 – 1945)*. “ASA” Artes Gráficas S.A., 231 p., [53] figs., Rio de Janeiro.

STUDART, G. (Barão de) – 1910/1915 – *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Volume I – Typo – Lithographia a Vapor, [III] + II + 518 + VI pp., [I] fig., Fortaleza – 1910; volume 2 – Typo-Lithographia a Vapor, 429 p., Fortaleza – 1913; volume 3 – Typ. Minerva, 290 p., Fortaleza – 1915.

STUDART, L. – 1955 – Os grandes vultos da história cearense: I – Guilherme Studart (Barão de Studart). *Coleção Instituto do Ceará*, 34 pp., [1] fig., [III] ests., Fortaleza.

TAPAJÓS, V. – 1991 – *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Vol. 1 – *Atuais sócios do IHGB*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 231 pp., Rio de Janeiro.

TAPAJÓS, V. – 1992 – *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Vol. 2 – *Sócios que se afastaram no período 1962/1991*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 202 pp., Rio de Janeiro.

TAPAJÓS, V. & TÓRTIMA, P. – 1993a – *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Vol. 3 – *Sócios falecidos entre 1921/1961*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 183 pp., Rio de Janeiro.

TAPAJÓS, V. & TÓRTIMA, P. – 1993b – *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Vol. 4 – *Sócios falecidos entre 1881/1920*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 195 pp., [1] fig., Rio de Janeiro.

TAPAJÓS, V. *et alii* – 1996 - *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Vol. 5 – *Sócios falecidos entre 1861 e 1880*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 176 pp., Rio de Janeiro.

TAPAJÓS, V. *et alii* – 1998 - *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Vol. 6 – *Sócios falecidos entre 1839 e 1860*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 159 pp., Rio de Janeiro.

WEHLING, A. – 2010 – *De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 234 pp., Rio de Janeiro.

RESUMO: Este trabalho estuda o contingente de cearenses que foram sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), nos séculos XIX e XX. Um total de 33 sócios nascidos no Ceará compõe tal contingente, dos quais 12 foram notabilidades nacionais. Entre os sócios estudados, as atividades exercidas mais frequentes foram as seguintes, em ordem decrescente: administrativas, políticas, do magistério e jurídicas.

Palavras-chave: Ceará, associados, IHGB.

ABSTRACTS: This paper deals with the number of cearenses who were members of Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB) in the XIX and XX centuries. A total of 33 persons born in Ceará, constitute such quota, of which 12 of them were of national importance. Among the members studied the most frequent tasks performed were, in descending order: administrative, political, teaching and legal activities.

Key words: Ceará, membership, IHGB

Planos para Fortaleza esquecidos ou descaminho de desenhos da Cidade

JOSÉ LIBERAL DE CASTRO*

Por ocasião dos festejos comemorativos dos 40 anos de instalação da Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, em 2005, o autor deste artigo proferiu uma palestra por convite do professor arquiteto José Almir Farias Filho¹, um dos mentores de um seminário então organizado. A palestra, quando proposta por aquele professor, não contava com título explícito, o qual somente ficou definido após alguns ajustes entre as partes. Assim, em apenas *Planos para Fortaleza esquecidos*, como sugerido inicialmente, acrescentou-se, com finalidade elucidativa, o complemento *Descaminho de desenhos concernentes à Cidade*. No caso, as palavras “descaminho” e “desenhos” foram tomadas - a primeira, na acepção de perda, sumiço, extravio, enquanto a segunda, no sentido primitivo e amplo com que o vocábulo foi acolhido na língua portuguesa há mais de quatro séculos. Por sua vez, o vocábulo *esquecidos* aparece empregado como eufemismo, pois, na verdade, os planos, ora referidos, foram todos rejeitados.

A razão do convite manifesto pelo professor Farias remetia ao seu intuito de tentar trazer a conhecimento público certos acontecimentos que o autor deste artigo lhe narrara em conversas ocasionais, pertinentes ao descaminho sistemático de numerosa documentação gráfica alusiva a planos urbanísticos propostos para a Cidade em passado não muito distante. É bem verdade que os comentários, conquanto se

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

¹ José Almir Farias Filho, professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, por concurso público de provas e títulos. Arquiteto diplomado pela Universidade de Brasília. Mestre em Urbanismo pelo PROURB da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Urbanismo pela Universidade de Paris VII.

houvessem concentrado no inacreditável destino dado às pranchas do Plano Hélio Modesto, hoje irremediavelmente perdidas, também aludiam o desaparecimento de valiosos documentos gráficos de interesse, conquanto não tratassem propriamente de planos urbanísticos.

Na palestra, realizada sem formalidades, o autor recorreu ao apoio de notas, tomadas como ajuda, embora, por consequência própria da comunicação verbal descompromissada, a exposição da matéria alargou-se por assuntos correlatos, talvez até aparentemente alheios ao tema. Por descuido ou por outras circunstâncias, as notas da palestra extraviaram-se, mas, recentemente reencontradas, permitiram ao autor reconstituir gradativamente muitas das considerações expendidas. Pareceu-lhe, portanto, melhor registrá-las por escrito, em vista de portarem de algum interesse, pelo menos no campo da arquitetura e do urbanismo fortalezenses. Diante de tais razões, decidiu remontá-las, transformando-as em artigo publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, meio eficiente de divulgação.

Como o título da palestra, em vista da nova denominação, adquiriu maior abrangência temática, tornou-se forçoso o acréscimo de alguns comentários, incluídos à guisa de contextualização do tema, particularmente no que se refere a modalidades de desenho e acepções portadas pelo vocábulo.

Antes de proferida a palestra, à parte considerações sobre o desenvolvimento do tema inicialmente proposto, relativo ao descaminho de desenhos, estabeleceram-se digressões sobre origem e duplo significado assumido pelo vocábulo *desenho*, incorporado à língua por via de contribuição da Itália renascentista. Por tal razão, tanto na palestra como agora, neste trabalho, foram incluídas algumas apreciações pertinentes aos acréscimos feitos ao tema. Deste modo, o texto reúne itens aparentemente sem interligação, ao juntar procedências e emprego de determinados vocábulos profissionais, com observações sobre desenhos pertinentes à modalidades diversas, cartografia e planos propostos para ordenação da Cidade, além de uma ou outra notícia curiosa sobre participantes dos acontecimentos.

Modos de expressão gráfica

O desenho, ou melhor, o risco utilizado com diversificados intuitos em substratos como a pedra, a madeira, o couro, é prática que

procede de milênios. No mínimo, remontaria à pré-história, às cavernas, aos desenhos de representação com propósitos propiciatórios. Desenhos executados em eras longínquas, tantas vezes sobrepostos, às vestes, à casa, aos objetos pessoais, como traços de posse, como signos de identificação, gravados no próprio corpo, ou como devaneios gráficos de viés decorativo, aplicados à cerâmica, desde quando esta surgiu.

No campo da arquitetura, ampliado à organização urbana, o desenho surgiu em eras longínquas, traçado diretamente no próprio terreno, no chão, ou, já em dias mais à frente, nas paredes da obra. O tempo reduziu-lhe as dimensões, executadas em escalas convenientes. Tornou-se assim representação gráfica, transformada em meio de prefiguração de objetos, em traço definidor do que se pretendia materializar, lançado finalmente no papel.

Na criação deliberada de formas, pela facilidade de execução, a circunferência há de ter sido a primeira figura geométrica desenhada. Nasceu do giro de uma liana, de um cipó preso uma das extremidades de um piquete, em torno do qual, na extremidade oposta da corda improvisada, estendida, uma haste marcava a figura no chão, riscada com tosco instrumento, antepassado dos compassos. Somente depois de encontrados processos de traçar o ângulo reto, surgiram as formas ortogonais, quadrados e retângulos. As figuras inscritas em circunferências apareceram depois, mais fáceis algumas, como o triângulo, o quadrado e, de certo modo, o hexágono. O pentágono, bem mais complicado, e outros polígonos com maior número de ângulos, de relações irracionais com a circunferência, vieram posteriormente, sem dúvida, embora logo utilizadas à larga, em particular, na arquitetura grega, com requintes, na execução das colunas.

Desenho, forma e terminologia arquitetônica

O desenvolvimento do tema pede algumas explicações em favor de sua contextualização. Deste modo, impõem-se alinhar rápidas considerações sobre as realizações gráficas, progressivamente usadas para representar formas tridimensionais, criadas ou que se desejavam criar. Identificadas por terminologia específica, surgiram convenções, as quais, embora alteradas com o tempo, fixaram-se em fins dos Setecentos. Aos poucos, obtiveram aprovação internacional, de sorte que,

finalmente, codificadas no século XX, passaram a se reger segundo normas técnicas pertinentes.

Origens distantes do vocabulário específico

A origem da terminologia empregada nos desenhos de Arquitetura e de áreas correlatas remonta à Grécia antiga, muitas vezes buscada na geometria ou nascida de analogias formais. A divulgação desse corpo lexical por via erudita atravessou o tempo apoiada na tradição, mas também buscou ajuda, principalmente, na obra de Vitrúvio, amplamente divulgada em terras italianas no alvorecer da Era Moderna. Marco Vitrúvio Pólion era um arquiteto romano, contemporâneo do imperador Augusto. Fortemente helenizado, refletiu seu tempo. Em obra famosa - *Os Dez Livros de Arquitetura* (*Architectura Libri Decem*), difundiu conceitos, técnicas e termos gregos, conquanto externasse considerações concernentes à realidade da época. Deve-se, entretanto, lembrar que Vitruvius não alcançou o período de consolidação do Império, quando em Roma surgiram mutações na vida social, política e econômica, exigindo novos programas arquitetônicos, cuja materialização espacial reclamava sistemas construtivos não empregados pelos gregos. Deste modo, o vocabulário latino, enriquecido por si e com a vertente grega, difundiu-se pela Europa. Na Idade Média, nos canteiros de obras, ao longo dos anos, a terminologia e as técnicas construtivas de viés popular mantiveram-se preservadas por tradição, enquanto as versões eruditas do léxico arquitetônico se refugiaram nas bibliotecas dos conventos e instituições afins. No fim do período, as transformações socio-econômicas, conduzindo à laicização profissional, favoreceram o surgimento de novos processos construtivos e consequente ampliação vocabular, embora usada de modo restrito ao ambiente fechado das corporações de ofício.

Contribuição italiana e os reflexos em língua portuguesa

A Itália, como se sabe, por sua posição geográfica, no centro do Mar Mediterrâneo, e por não conviver com certos rigores feudais, figura como a região europeia primeiro beneficiada com as alterações econômicas operadas nos anos finais da Idade Média. O desenvolvi-

mento do comércio, a revitalização da vida urbana e os primeiros impulsos do capitalismo comercial e bancário tiveram imediatos reflexos na Península, na vida política, nas relações sociais, nas concepções artísticas, paralelamente ampliados a proposições de novos tipos de traçados urbanos e à reformulação dos sistemas de defesa. O conjunto de transformações então operadas veio a receber na França, no século XIX, a designação de *Renaissance*. O termo e sua variante *Renascimento* ganharam aceitação universal, embora de certo modo inadequada, visto não ser sequer totalmente acatada pelos próprios italianos, os quais, como se sabe, designam os períodos de sua história e de sua arte pelos respectivos séculos - *duocento*, *trecento*, *quattrocento*, *cinquecento* etc.

Na Itália, o clima de florescimento cultural, as novas ideias, os novos programas, os novos objetos então produzidos induziram criações vocabulares consequentes, necessárias à comunicação verbal num mundo em transformação. Explica-se, assim, o surgimento de inúmeras palavras em italiano, realmente novas, embora várias delas fossem resuscitadas de termos antigos, hauridos no latim ou no grego, ora reempregadas no seu sentido do passado, ora agasalhadas com significado diverso do original. No período, a admiração pela cultura greco-romana conduziria, pois, à permanente busca de abastecimento na riqueza léxica daquelas velhas línguas, conquanto não se possa esquecer de que o latim permaneceu, por longo tempo, como língua intelectual do ocidente europeu, ensinado correntemente até nos cursos de instrução básica.

Disegno / Desenho

No vocabulário posto em voga na Itália, à época, surgiu a palavra *disegno*. Derivava de *desígnio*, criação do baixo latim, espécie de idioma formado na Europa Ocidental em dias posteriores ao desmoronamento do império romano, versão estropiada e renovada da língua antiga. O latim clássico desconhecia, portanto, a palavra *desígnio*, mas possuía o verbo *designare* e os substantivos *designatio* e *designator*, o inspetor dos jogos públicos. Estas, como tantas outras palavras, procediam do vocábulo *signum* (signo), que quer dizer, marca distintiva. De *signum* provêm – signo, sinal (signal), designar, persignar, resignar, con-

signar, significar, insignificante, insigne, insígnias, signatário, assinar, assinante, assinalar, sigilo, e vários outros cognatos, além de inúmeros derivados correntes na Roma antiga, todavia, não transferidos à língua portuguesa.

Do *designiu*, do baixo latim, os italianos irão, portanto, criar a palavra *disegno*, expressões ambas ligadas por certa sinonímia. Na verdade, sinonímia aparente ou parcial, esclareça-se, pois, a última daquelas palavras, além de dar a entender *intenção*, *propósito*, também passou a significar *plano*, *projeto*, termos estes retidos num sentido amplo, embora implicassem o domínio específico de determinadas disciplinas. A propósito de inovações, vale assinalar que o significado atual das palavras *plano* e *projeto* se verificou em dias posteriores à difusão da palavra *desenho*².

A palavra *desenho*, adaptada do italiano, ingressou na língua portuguesa na segunda metade do século XVI, em 1567, empregada por Jorge Ferreira de Vasconcelos, no *Memorial de proezas da segunda Távola Redonda*, como assinalam Houaiss & Villar (DICIONÁRIO, 2001: 985). Já o verbo *desenhar* apareceria em vez primeira empregada por Francisco de Holanda, logo depois, em 1571, conforme aponta aquela mesma fonte. (ID. IB. 2001: 985). Zake Tacla faz menção a emprego ocorrido no “Séc. XV”, sem abonar o uso do termo, já que o indica empregado em obra somente impressa dois séculos depois (1984: 155). A referência de Tacla remete ao título do livro *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, da autoria de Luís Serrão Pimentel (1613-1678), tratado de arquitetura militar editado em Lisboa em 1680, possivelmente a primeira obra escrita em língua portuguesa respeitante à matéria.³

Como já mencionado, o vocábulo *desenho* há de ter ingressado na língua portuguesa em dias anteriores a 1680, realmente no último

² Sobre desenho, ensino do desenho arquitetônico no Brasil colonial e outras considerações de interesse, ver BUENO, Beatriz P. Siqueira. O ensino da Arquitetura nas aulas de Engenharia Militar da Bahia no século XVIII. *Designio*, São Paulo, n. 1, 2004: 93-100.

³ Serrão Pimentel foi o fundador da Aula de Fortificação e Arquitetura Militar de Lisboa, na Ribeira das Naus. Figura consagrada, teórico e prático de reconhecidos méritos no seu campo de ação, tornou-se professor de alunos famosos. Faleceu em 1678, dois anos antes da impressão do *Methodo Lusitanico de Desenhar as fortificações*, sem dúvida, verificada em 1680, como consta da folha de rosto de um exemplar original do livro, integrante do acervo de Obras Raras da Biblioteca do Instituto do Ceará.

quartel do século XVI, possivelmente divulgado por Francisco de Holanda (1517-1584). Desenhista, pintor, com vocação de arquiteto, Holanda foi enviado à Itália em meados do século XVI sob a proteção de D. João III, rei interessado em arte e em arquitetura, atividade esta última sobre a qual costumava oferecer sugestões participativas. Em Roma, o pintor frequentou as célebres tertúlias promovidas por Vittoria Colonna, quando se relacionou com Miguel Ângelo. Os relatos de Holanda sobre esses encontros constituem uma das fontes para o estudo do pensamento do grande artista italiano. De retorno a Portugal, Francisco de Holanda manteve-se ativo, embora pouco se saiba de sua obra pictórica. Dele, porém, se conhecem textos, tais como *Diálogos de Roma*, *Da ciência do desenho*, datados em 1571, à parte o livro *Da obra que falece à cidade de Lisboa*. O nome de Holanda permaneceu quase desconhecido até os anos centrais do século XIX, quando finalmente sua obra foi impressa, o que explica sejam recentes as referências feitas ao artista nos trabalhos dos etimólogos.

A propósito de *A ciência do desenho*, conquanto não haja como transcrever os longos conceitos desenvolvidos por Holanda, pelo menos vale apresentar a definição que o artista oferece sobre *desenho*:

Escrevo daquela ciência, [...] a qual se chama desenho e *não debuxo* ou *pintura*. / [...] um dos maiores e mais excelentes e proveitosos instrumentos [...] para as obras materiais [...]. Quer dizer este desenho de que escrevo: antes de determinar, inventar, ou figurar ou imaginar aquilo que não é, para que seja e venha a ser. (HOLANDA, 1985: 20).

A definição de Holanda remete bem claro a um desígnio de prefiguração, quer dizer, ao projeto, à *invenção*, termo este último usado à época e ainda em voga no século XVIII. Em Francisco de Holanda, como se percebe, os vocábulos *desenho* e *debuxo* assumem diferentes significados, tornando-se patente a desvalorização da segunda palavra, desde então condenada ao desprestígio. Tal não aconteceu em língua espanhola, em que *diseño* e *dibujo* permaneceram com igual relevância,

embora com sentidos particulares. O mesmo ocorreu no idioma inglês, com *design* e *drawing*.⁴

Debuxo e seus cognatos são vocábulos pouco usuais em língua portuguesa. Foram empregados apenas duas vezes em *Os Lusíadas* (II, XI, 3 [v. IV : 57] e X, CXX, 2 [v. V: 245]), obra editada em 1572, da qual não consta a palavra desenho. Com viés arcaizante, aparece como recurso poético no célebre soneto de Antônio Manuel Maciel Monteiro (1804-1866), composto em meados do século XIX: *Formosa qual pintor em tela fina / debuxar jamais pôde ou nunca ousara. / Formosa qual jamais desabrochara / na primavera a rosa purpurina. (...)*

Plano, projeto e outros vocábulos

Estes já longos trechos introdutórios destinaram-se apenas a justificar a proposição inicial, concernente ao emprego da expressão *desenhos desaparecidos*, *desenhos perdidos*, em vez de se fazer menção a *planos desaparecidos* ou *projetos perdidos*. Como já dito, *plano* e, de certo modo, *projeto*, conquanto vocábulos latinos, ganharam diferentes acepções na Itália, entretanto, em dias já posteriores à difusão da palavra *desenho*.

O primeiro dos vocábulos procede de *planus*, que, em latim, aparecia apenas como adjetivo. Consoante a índole de seu idioma, os italianos transformaram *planus* em *piano*, contudo, empregado agora como substantivo aplicado para referir uma superfície lisa, sem irregularidades no relevo. Assim, planejar (planear, em Portugal) ou planificar significa *stricto sensu* aplainar, tornar plano, quer dizer, facilitar o acesso, desembaraçar a circulação, enfim, favorecer sem entraves a realização de um desígnio.

Já a palavra *projeto*, hoje usual, constitui uma daquelas incontáveis reconstituições vocabulares eruditas de procedência latina, postas em curso em muitas línguas ocidentais após a Renascença. Compõe-se de *pro* - aquilo que antecede algo ou alguém, e *iectum* / *iactum*, participio passado do verbo *iacio* / *iacere*, que significa lançar. O vocábulo

⁴ Em língua portuguesa, a sinonímia atribuída a *desenho* e *debuxo*, com gradativo desprezo do último, redundou no acolhimento indiscriminado e deslumbrado da palavra inglesa *design*, traduzida por Houaiss como “concepção de um produto (máquina, utensílio, mobiliário, embalagem, publicação)”, portanto, com acepção restrita. (DICIONÁRIO, 2001: 994).

projecto (assim escrito na ortografia brasileira antiga e ainda em Portugal) fica facilmente compreendido quando se consideram os seus componentes, rebatidos em expressões tais como *pró-reitor* e *avião a jato* (jacto). A palavra apareceu inicialmente na Itália, divulgada como *progetto*, mas logo foi apropriada pelos franceses sob a forma de *projet* e acolhida na língua portuguesa como verbo – *projetar* (correlacionado com a geometria), no Dicionário de Moraes e Silva, em 1789 (cf. Houaiss / DICIONÁRIO, 2001, 2308), afirmação vaga, aliás. Numa obra portuguesa de construção civil, editada em 1850 (GUERRA, 1850: III), o autor ainda faz referência a “delinear, ou traçar o trabalho em cada uma das especialidades que a sua profissão abrange”. No *Diccionario Technico* de Rodrigues, publicado em 1875, o vocábulo, contudo, já aparece mencionado na acepção arquitetônica hoje usual: “PROJECTO , s. m. lat. *projectus* ou *delineatio* (...) pensamento expresso em linhas, delineação de um edificio (...)”. Paralelamente, o autor define *projectar* como “formar na mente e configurar no papel o projecto de um edificio qualquer (...)”. (RODRIGUES, 1875: 310).

No âmbito brasileiro, cumpre instar que, em meados do século XVIII, o arquiteto Antônio José Landi ainda usava a expressão *inventar*, em vez de recorrer ao termo *projecto*, até então desconhecido ou sem emprego generalizado. A propósito, vale lembrar que Landi, Giuseppe Antonio Landi, italiano de origem, bolonhês de nascimento e formação, havia permanecido em Lisboa por algum tempo, antes de vir para o Brasil em 1753, quando se radicou em Belém do Pará.⁵

Os comentários ora apresentados, como se percebe, aludem expressamente aos vocábulos *desenho* e *projeto*, ambos entendidos como palavras novas, não apenas em língua portuguesa, mas em vários idiomas ocidentais. Deve-se, entretanto, enfatizar que a concepção mental da obra de arquitetura, quer dizer, o ato de projetar, e seu registro gráfico, o desenho do projeto, são prática muito antiga, embora externada por palavras diferentes.

⁵ Nas pranchas de trabalhos realizados em Belém do Pará na segunda metade do século XVIII, Antônio José Landi (Bolonha, 1713 - Belém, 1791) não emprega a palavra *projeto*. Sempre se refere à palavra *invenção*, sem dúvida, ainda usual na época. Deste modo, em vez de escrever “projectou-o gratis”, assim se expressa: *Inventou-o gratis o Capitão Antonio Joseph Landi Architecto Regio e deu-o pa. o Real Gabinete de Historia Natural.* (FERREIRA, 1971, v. 1, pranchas 8 -17).

Nas definições oferecidas por Vitruvius em sua obra célebre, a palavra, ou melhor, a operação mental e gráfica, que hoje se denomina projeto, recebia nome de *dispositio* (disposição), como se lê:

Disposição é o arranjo conveniente de todas as partes, de sorte que, colocadas segundo a qualidade de cada uma, formem um conjunto elegante. Os modos de disposição ficam indicadas pela iconographia (*planta*), pela orthographia (*alçado*) e pela scenographia (*perspectiva*). (*Livro I, cap. II*).

O arranjo espacial alcançado pela concepção do projeto - a *dispositio*, no entender de Vitruvius, procedia de dois momentos que se integravam, referidos como meditação e invenção:

Essas três partes (*planta, alçado e perspectiva*) nascem da meditação e da invenção. A meditação da obra proposta é o esforço intelectual, reflexivo, atento e vigilante que aspira ao prazer de conseguir um êxito feliz. A invenção é o efeito desse esforço mental, que dá solução a problemas obscuros e a razão da coisa nova inventada. Estas são as duas partes da disposição (*Livro I, cap. II*).

As referências do tratadista fazem ver que o recurso do desenho, tomado como meio de representação de uma realidade futura, já era comum em Roma e na Grécia. Apoiava-se na geometria euclidiana. Posteriormente, os modos de representação se refinaram, em busca da precisão. Na Itália renascentista da primeira metade do século XV (Brunelleschi, Ucello), ampliaram-nos por meio da descoberta das leis de visão em perspectiva,⁶ fenômeno ótico já conhecido dos antigos, todavia, à época, ainda sem solução geométrica exata. Em fins do século XVIII, o estabelecimento dos princípios da geometria descritiva, codificados por Gaspar Monge (1746-1818), ofereceu novos modos de representação, marcados pela limitação do espaço infinito, dividido em diedros, sobre os quais se lançam as projeções dos sólidos. Empre-

⁶ Assinala Rodrigues: PERSPECTIVA, s.f. do lat. *perspicere*, ver perfeitamente, arte que ensina a representar sobre uma superfície plana os objetos na distância e modo por que aparecem à vista. (1875: 293).

endeu-se então clara valorização dos cortes, já usuais na arquitetura italiana setecentista (*spaccato*), processo auxiliar, de alta valia na análise dos interiores dos edifícios e dos objetos.

Em período anterior, na parte última da Idade Média, ressaltava-se, os desenhos que se propunham traduzir uma concepção global da obra limitavam-se apenas aos riscos essenciais, a um delineamento aparentemente vago. É que, como a execução ficava distribuída entre os componentes de numerosa equipe de mestres e oficiais, cada grupo ou cada membro se encarregava de elaborar, no canteiro de trabalho, os desenhos relativos às suas próprias tarefas, geralmente feitos em escala natural, no piso ou nas paredes da obra. Esse velho sistema de detalhamento da obra ainda foi empregado no Brasil Colonial, como o comprovam os desenhos do Aleijadinho feitos nas paredes dos anexos da sacristia da igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em Ouro Preto.⁷

Ainda a propósito de italianismos usuais no cotidiano dos arquitetos, observe-se que *planta* é uma tradução de *pianta*, enquanto *fachada*, uma adaptação de *facciata*. Ambos são termos de origem e espírito renascentista, os quais, por analogia anatômica, comparavam o edifício ao homem. Deste modo, a planta dos pés humanos equivaleria ao chão, ao piso, corresponderia, pois, à *planta* arquitetônica. A aparência exterior do prédio, aquela que o distingue dos demais, corresponderia à *faccia*, à face humana. Consequentemente, a versão rigorosa de *facciata* para a língua portuguesa deveria ser “faceada” ou, talvez, “fachada”, tal como em *façade*, na adaptação feita pelos franceses. Há várias fachadas, quer dizer, várias faces numa edificação, mas apenas dois tipos de plantas - a *planta baixa*, que corresponde ao pavimento térreo, e as *plantas altas*, referentes aos demais pavimentos. Dizer-se *planta*

⁷ Os desenhos ditos de detalhamento da obra eram praticamente desconhecidos nos projetos executados em Fortaleza, até a década inicial da segunda metade do século XX. Os clientes supunham tratar-se de empulhação gráfica, enfim, um modo de alongar tarefas em benefício dos honorários profissionais. A fim de evitar descaracterização dos seus projetos, os arquitetos viam-se então obrigados a optar por registros gráficos improvisados, à guisa de detalhes, desenhados com giz, nas paredes em construção, em escala natural ou, às vezes, ampliada...

baixa do 2º pavimento é uma incongruência. Melhor será, portanto, empregar genericamente *planta*, para quaisquer níveis.

Esclarecimentos relativos ao texto

A longa digressão, ora encerrada, parece tentar encobrir uma fuga ao tema do artigo. Um modo caviloso de contornar, de evitar denúncias que pasmam os interessados no manuseio da documentação gráfica relativa à cidade em que vivemos.

O presente texto não pretende esgotar o título, mas relacionar apenas casos de que o autor tem ciência, muitos dos quais já conhecidos pelos estudiosos do tema. Em busca de amenizar a exposição, agregaram-se este e aquele fato curioso, às vezes, com viés anedótico.

Como referências mais distantes no tempo, foram arroladas peças iconográficas vetustas e alguns aspectos que as identificam. Por tal razão, o texto cita apenas três desenhos do século XVII, os mais antigos que fazem menção ao Ceará. Em seguida, trata de uma pintura do século XVIII, a primeira representação da Vila da Assunção. Esclareça-se que essas peças foram incluídas unicamente porque são documentos autênticos, embora veiculem representações inverídicas, para as quais não se encontram explicações cabíveis. Quanto a desenhos do século XIX, valorizou-se a cartografia urbana, já preparada com aceitável rigor, enquanto, no século XX, ganharam destaque os planos urbanísticos encomendados pela Cidade.

Descaminho de desenhos da cidade da Fortaleza

Até agora, o vocábulo *desenho* foi empregado *lato sensu*. Para entendimento da matéria, conviria esclarecer que o termo *desenho* será apreciado segundo duas modalidades específicas. Uma modalidade trata de desenhos que constituem representação gráfica daquilo que se pretende construir. A outra modalidade reúne representações daquilo que foi encontrado já feito e se deseja documentar. Assim, no primeiro grupo estão os projetos arquitetônicos e os planos urbanos ou urbanísticos, enquanto, no outro, aparecem vistas e paisagens urbanas, enfim, registros

gráficos específicos.⁸ Em ambas as situações, surgem questionamentos, não apenas provocados pelo desaparecimento de desenhos, como também pelo fato de serem levantadas muitas dúvidas quanto à veracidade das representações, sejam mapas, sejam imagens, equívocos que se agravam porque boa parte do material procede de cópias de originais.⁹

A consulta à documentação gráfica antiga depara dificuldades, seja pela incerteza da legitimidade de muitas cópias, seja por se encontrarem os acervos originais remanescentes quase todos preservados em arquivos distantes, no Rio de Janeiro, em Portugal ou até na Holanda. A distância desses arquivos tem sua recompensa, posto que, deixados os desenhos na terra de origem, indubitavelmente teriam desaparecido...

Desenhos antigos do Ceará Colonial

Os desenhos e mapas do período colonial contam-se em número reduzidíssimo, o que comprova o pouco interesse despertado no processo, tanto pelo Ceará como pela própria incipiente povoação, depois, vila da Fortaleza. Ao contrário, porém, do que se poderia supor, todos se encontram perfeitamente preservados em arquivos de Portugal e Holanda, o que significa dizer, livraram-se dos *descaminhos* lamentados neste artigo. Infelizmente, esse material gráfico, formado com peças de valia artística, expressa incorreções e até inverdades, seja por desconhecimento da terra, seja por interesse na deturpação.

⁸ Lúcio Costa, em texto antológico, intitulado o *Ensino do Desenho*, esclarece que, em face “dessa diversidade de objetivos, resultam modalidades de desenho”, as quais podem ser resumidas em:

- a. desenho “quando [se] deseja construir – o desenho como meio de fazer, ou *desenho técnico*”;
- b. desenho “quando [se] observa e deseja registrar – desenho como documento ou *desenho de observação*”;
- c. desenho “quando se imagina uma coisa ou uma ação e deseja figurá-la – o desenho como comentário ou *desenho de ilustração*”;
- d. “desenho como jogo e devaneio, ou *desenho de ornamentação*”;
- e. desenho que visa a “realizar obra plástica autônoma e expressar-se – desenho como arte ou *desenho de criação*”. (1962: p. 130 -131).

⁹ A historiografia do século XIX impunha a comprovação documental dos fatos como fonte de credibilidade do relato. Ocorre que muitas vezes os documentos consultados eram falsos, o que, no mínimo, implicava longa perda de tempo para descarte da informação. Por outro lado, as pesquisas ainda mais se emaranhavam porque muitos documentos eram verdadeiros, isto é, emitidos por autoridades competentes, mas divulgavam matéria inverídica... Este, aliás, é o caso, ainda hoje corrente, dos chamados documentos de posse de terras por “grilagem”.

Em termos de inícios do século XVII, apontam-se as cartas de uma costa cearense quase então desconhecida, executadas por João Albernaz, o Velho, cartógrafo de Sua Majestade, desenhos divulgados em diferentes versões e conservados em diferentes arquivos. Essas cartas não coincidem, quando cotejadas entre si, uma das quais recebeu o nome de mapa de Pero Coelho, denominação indevida, aliás.

Da mesma época, procedem as gravuras holandesas sob o título *Siara*, apresentadas nos livros de Barlaeus, publicado em 1647, e de Montanus, de 1671. Ambos as obras receberam o patrocínio de Maurício de Nassau, com o objetivo de divulgar seus feitos. No livro de Gasparis Barlaeus, nome latinizado do cronista Kaspar Van Baerle (1584-1648), aparecem as estampas sob n^{os}. 24 e 25, concernentes ao forte cuja construção foi iniciada por Soares Moreno em 1611, na Barra do Ceará, as quais mostram uma planta geral do terreno e uma perspectiva *à vol d'oiseau*, respectivamente. Nesta última, tropas holandesas invadem o forte, fato ocorrido em 1637, embora a gravura date de 1645, época em que o autor do desenho, o pintor Frans Post (1612-1680) já havia regressado à Holanda. Os originais, guardados no Museu Britânico, em Londres, foram desenhados segundo informações de terceiros, pois Post jamais esteve no Ceará. Por tal razão, desmerecem confiança como documentos que autenticuem a paisagem mostrada, já que não resistem a um confronto com a realidade ambiental que representam. A estampa do livro de Arnoldus Montanus, criptônimo latinizado de Arnold Van der Berg (1625-1683), é uma versão fantasiosa da perspectiva assinada por Frans Post, todavia, modificada na linha do horizonte e na aproximação do quadro, bem como alegrada com cenas de um cotidiano convencional. Enfim, fantasia de uma fantasia.

Ainda de meados do século XVII, deve ser mencionado o desenho do Fort Schoonenborch, projetado pelo engenheiro Karr, por pedido de Mathias Beck, comandante de uma expedição holandesa remeida ao Ceará em 1649. Cercados no Recife, desde as duas derrotas nos Guararapes, os holandeses procuravam qualquer saída para a situação precária em que se debatiam. Crentes em informações prestadas por um soldado português aprisionado, que servira com Soares Moreno, deslocaram-se ao Ceará em busca de minas de prata localizadas no sopé da serra de Maranguape, riquezas nunca achadas.

Boa parte da documentação concernente à presença holandesa no Brasil foi divulgada apenas em fins do século XIX, por decorrência de pesquisas realizadas em arquivos, na própria Holanda, por Alfredo de Carvalho (1870-1916), engenheiro, poliglota e historiador pernambucano. Em meio à farta documentação levantada, encontrava-se o desenho do forte de Beck e trechos de um diário do comandante. O desenho, entretanto, não foi divulgado por Carvalho conforme a versão original, mas segundo uma cópia *traduzida* para o português, como se vê, curiosa solução cartográfica! Conquanto inaceitável, em termos de credibilidade documental, cumpre, no entanto, assinalar que a “tradução” das legendas corresponde ao original conservado no Arquivo Real Holandês, na Haia.

Como nota curiosa, o mapa assinala vários “velhos armazéns” junto do forte recém-construído. Não se compreende como, havendo Mathias Beck chegado em 3 de abril de 1649, o mapa assinalasse *velhos* galpões, deparados nas proximidades do forte, inaugurado dias depois, a 22 de abril, em prazo curtíssimo, portanto! Esse pormenor, despercebido por historiadores cearenses interessados no assunto, leva a crer que o forte de Beck foi erguido em ponto já ocupado por Soares Moreno. Este último como se sabe, realmente havia começado a explorar as minas de prata, cujas prospecções foram sustadas pelos reis de Espanha (na ocasião, também reis de Portugal), a fim de evitar concorrência com as ricas jazidas de Potosi, na Bolívia (STUDART, 1903: 148).¹⁰

Na verdade, cumpre ressaltar, nenhum dos desenhos até agora mencionados se refere à aparência primitiva da futura metrópole cearense. Foram citados tão somente pela vetustez, que os distingue, e por apontarem locais com eventuais potencialidades de posterior urbanização, nem sempre confirmadas.

No século XVIII, entre a rara documentação gráfica remanescente, deve ser citada uma vista da vila da Fortaleza, encontrada pelo Padre Serafim Leite no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, quando fazia pesquisas para escrever sua *História da Companhia de*

¹⁰ Não é necessário ter conhecimento da língua holandesa para entender as legendas do desenho original. A expressão *oude magazyn*, tão próxima do inglês, pode ser traduzida sem tropeços por “velhos armazéns”, isto é, os antigos galpões encontrados por Beck.

Jesus no Brasil. O desenho,¹¹ feito em 1731, objetivava alcançar recompensas do rei, concedidas como reconhecimento dos esforços desenvolvidos, pelo capitão-mor Manuel Francês durante sua gestão, enviados em favor da instalação da vila da Fortaleza da Assunção, em 1726. Esse belo desenho de execução *naïve*, mostra imprecisões até compreensíveis, ao haver sido elaborado em Lisboa por terceiros, de certo sob a orientação de Manuel Francês, que deixara o Ceará desde 1727, portanto, quatro anos antes. Algumas concessões, talvez deliberadas, ampliavam as dimensões da Vila, no desenho, inserindo edificações, cuja construção Francês se atribuía, embora sabidamente erguidas em dias posteriores.

O século XIX

Os desenhos do século XIX despertam maior interesse, tanto por serem mais numerosos como por permitirem apreciar as gradativas mutações da forma urbana fortalezense. Expressam-se, todavia, de modo confiável somente depois de meados do período, em consequência da formação especializada dos quadros profissionais que os executam. Deste modo, convém fazer distinção entre os trabalhos de começo do século, da autoria de Paulet e seu assistente, Faria, contrapostos às cartas elaboradas mais tarde por Adolpho Herbster, com técnicas já avançadas.

Os desenhos de Giraldes

Os desenhos mais antigos da Cidade e que merecem registro pela precisão das referências, devem-se ao capitão de fragata Francisco Antônio Marques Giraldes, oficial da Marinha Real, executados em 1810 e 1811, por ordem do 3º. governador da Capitania, Luiz Barba Alardo de Meneses. Um desenho mostra o levantamento batimétrico da bacia portuária da vila de então, registro necessário à evolução dos navios, cuja frequência tendia a aumentar após a abertura dos portos, dois anos antes determinada pelo

¹¹ O desenho intitula-se *Villa nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ceará Grande que S. Magde. que Deos guarde foy servido mandar criar em 1726*, descoberto no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, pelo padre Serafim Leite. (1943. t.3.). Outros desenhos e mapas do século XVIII não revelam interesse para o tema deste artigo.

príncipe regente, D. João. Giraldes aproveitou o ensejo para tirar uma bela perspectiva colorida da Vila, tomada do mar, a *vol d'oiseau*.

Os originais desses dois documentos,¹² de suma importância para a história da forma urbana fortalezense, feliz e excepcionalmente, acham-se preservados no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no Rio de Janeiro.

O plano de Paulet

Perda irreparável, no campo das primeiras diretrizes de expansão urbana fortalezense, configura-se o desaparecimento do desenho elaborado em 1812 e entregue às autoridades competentes pelo tenente coronel de engenheiros português Antônio José da Silva Paulet (1778-1837). Conforme texto da respectiva ata da Câmara Municipal, ou melhor, como relata o “termo de veriação de 8 de julho de 1812”, na sessão, abriu-se um ofício do

Tenente Coronel de Engenheiros Antonio da Silva Paulet ao qual acompanhava a concepção [?] do Plano desta villa e se julgou muito util e digno de se por em pratica e que daqui por diante todo aquelle que quizer edificar será obrigado a cumprir a risca o dito plano o qual ficará guardado na mão do Procurador do Conselho o que se fixa em Editais. (Livro de Atas da CMF, p. 67 e 67 verso).

O plano de Paulet sumiu por extravio ou por natural desgaste. Faz-se, porém, ideia aproximada da proposta, por via de consulta à *Carta da Capitania do Ceará e costa correspondente [...]*, executado por Paulet no ano seguinte, a mando do governador Manuel Ignacio de Sampaio. Na carta, realmente interessada na batimetria da bacia marítima fronteira à cidade, aparece uma planta da Vila, em encarte, desenhada em braças, com discutível escala gráfica. Após a chegada da Corte Real em 1808 e, conseqüentemente, transferida a capital do Reino para o Rio de Janeiro, a documentação da Capitania permaneceu

¹² Os desenhos têm longos títulos. Um denomina-se *Plano aproximado da enseada da Villa da Fortaleza de N.S da Assumpção [...] setembro de 1810 [...]*. O outro tem o nome de *Prospecto do porto da Villa da Fortaleza da Capa. Indepete. do Siará Ge. [...], que o tirou em 1811 [...]*. Ver CASTRO, J. L. de. Cartografia Cearense no Arquivo Histórico do Exército. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 111, 1997: p. 9-79.

no Brasil. Assim, salvo os desenhos desaparecidos (no Ceará), alguns exemplares da época ficaram preservados em instituições militares ou civis, no Rio de Janeiro, entre as quais, o Arquivo Histórico do Exército (AHEx), a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional ou a Mapoteca do Itamaraty.

Relevadas algumas imprecisões nascidas da própria dimensão da peça, melhor apreciação das diretrizes do plano de Paulet podia ser efetivada em desenho pertencente à Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, até certo ponto, um consolo à perda do plano original. Diz-se “podia” porque, inacreditavelmente, o desenho do Itamaraty também sumiu, conjuntamente com um lote furtado àquela instituição! Como se vê, más fadas também se interessam por outras praças...

As plantas de Simões Farias

Outras plantas da cidade desapareceram nas três décadas que me-deiam a saída de Paulet do Ceará, em 1820, e os anos centrais do século XIX. Pelo menos duas delas, foram elaboradas pelo “cordeador” da Vila, o português Antônio Simões Ferreira de Farias.¹³

Na verdade, essas duas plantas, ambas sumidas, foram contratadas, executadas e pagas a Farias, como o registra a respectiva ata da sessão da Câmara Municipal de Fortaleza, realizada em 16 de abril de 1853: “Resolveu-se que se defere a Antonio Simoens Ferr^a. de Farias a quantia de duzentos mil reis as duas plantas da cidade e Prainha, sendo obrigado a dar duas copias de cada hua para se remeter ao Governo” [Provincial?]. Nada a admirar, portanto, que o barão de Studart declarasse ter, em sua coleção cartográfica destruída, cópias das duas plantas tiradas por Simões de Farias.¹⁴

¹³ Em citações de vários documentos, o sobrenome do “cordeador” aparece como *Faria* e *Farias*. Por não se saber qual o correto, faz-se emprego aleatório.

¹⁴ Na perda de tantos documentos gráficos cearenses, avulta como verdadeira tragédia cultural o desaparecimento da coleção cartográfica do Barão de Studart, notável acervo de 162 desenhos, composto de cartas corográficas, geográficas e marítimas, concernentes, em maior quantidade, à época da Colônia e ao período imperial (STUDART, 1923: p. 335-384). Algum tempo depois do falecimento do historiador, em 1938, sua coleção cartográfica e grande parte do seu rico arquivo documental, precioso acervo guardado em sua casa, acompanharam o triste destino da edificação, abandonada, mal usada e logo destruída pela intempérie e por mãos humanas. Do velho e irreconhecível sobrado da Rua Barão do Rio Branco n°. 710, resta apenas a frente desfigurada, já que os seus interiores foram arrasados e transformados em estacionamento de veículos.

No último quartel do século XIX, as duas plantas de Farias ainda constavam em demandas provocadas por divergências no dimensionamento de glebas urbanas, aliás, mencionadas em tantas outras ocasiões, como argumento das partes em litígio, conforme o atestam processos guardados no Arquivo Público do Estado. Simões de Farias, muito jovem, foi ajudante imediato de Paulet, de quem se tornou substituto em assuntos de interesse da Câmara Municipal, tendo exercido suas atividades durante décadas, até finalmente aposentar-se em meados do século, dizendo-se idoso e cansado.

Por mero acaso, o autor deste trabalho, em dias posteriores à palestra, descobriu no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, cópia de uma das plantas. Como título do desenho lêem-se os dizeres *Fortaleza / organizada / por / Antonio Simões Ferreira de Farias / em 1859 / desenhada em / escala reduzida / por / J.J. de Oliveira / em / 1883*. Conquanto não fosse desenho original, a cópia ajudou sobremodo a desvendar dúvidas quanto às intenções subjacentes às propostas de Paulet, como se explica de modo resumido à frente, matéria sobre a qual autor publicou artigo pertinente na *Revista do Instituto do Ceará*. (CASTRO, 2005: p. 93-123).

O plano oferecido por Paulet em 1812 orientava o desenvolvimento da Villa para o oeste, deixando aparentemente à mercê de futuras circunstâncias a expansão além-Pajeú, quer dizer, em direção do leste. Na realidade, não tanto assim, pois, uma rua, aberta por Paulet, de certo modo alheia ao plano, subentendia outros indícios significativos, conquanto não esclarecidos de modo cabal. A planta elaborada por Simões de Faria, recentemente encontrada, desvenda o presumido, demonstrando que já havia intenção de procurar resolver problemas provocados pelas dificuldades de ajuste de uma nova malha urbana, implantada no lado oriental da cidade, além do riacho Pajeú.

A retícula de expansão, desenhada em linhas pontilhadas por Faria, aplicava-se perpendicularmente à Rua do Norte (atual Governador Sampaio), aberta por Paulet e tomada como referência. Ensejava, portanto, justificativa para o traçado daquela via, isolado e com disposição alheia à das demais ruas do seu plano inicial. Consoante a decisão, conclui-se que a Vila viria a contar com dois blocos riscados em xadrez, entretanto, sem continuidade isto é, separados.

A outra planta de Faria, dita da Prainha, presumivelmente desaparecida em definitivo, depararia, sem dúvida, dificuldades em compa-

tibilizar a malha ortogonal, já implantada, com a zona da praia, de risco irregular, por força das condições de topográficas. Ante tal razão, Simões de Faria provavelmente optou por preparar uma planta, em folha autônoma, que abrangesse apenas a faixa costeira (atual avenida Pessoa Anta) e trechos próximos, até o pé do outeiro, no alto no qual já se erguia a igreja da Conceição da Prainha, cujas obras haviam sido iniciadas em 1839.

A planta de Dom Manuel do Rego Medeiros

Por este ou aquele empecilho, as proposições de Simões de Faria, em direção ao leste da Cidade, não vieram a prosperar. Faz-se, entretanto, ideia das pretensões do cordeador, porque foram, de certo modo, trasladadas à *Planta da cidade de Fortaleza, levantada no ano de 1856, pelo padre Manoel do Rego Medeiros*. Homem culto, pós-graduado em Roma, o padre Manoel do Rego Medeiros (1829 - 1866), signatário da planta, fez rápida e brilhante carreira eclesiástica. Tornou-se bispo de Olinda e Recife, porém, veio a falecer bem moço ainda. Não se sabe que razão o conduziu a desenhar ou a mandar desenhar sua planta, promovendo um indubitável rebatimento das proposições de Simões Faria, planta na qual procurava reunir, em um só desenho, as “duas plantas, da cidade e Prainha”, desenhadas pelo cordeador da Câmara. O original de Medeiros desapareceu, mas restou uma cópia feita por Guaraci de Lavor, por sua vez transcrita de outra cópia, executada por Jaime Silva. Essa segunda cópia, de meados do século XX, afigura-se confiável, embora nela os topônimos estejam “modernizados”. escritos em ortografia atual (ver CASTRO, 2005: p. 114-116). Fala-se em “confiável como cópia”, porque, na verdade, metade da planta, o lado leste, indica irrealidades espaciais, ou melhor, representações viárias nunca materializadas.

Plantas e planos de Adolpho Herbster

Adolpho Herbster (Recife, 1826 - Fortaleza, 1893) avulta como figura de excepcional importância no ambiente técnico-profissional do Ceará da segunda metade do século XIX. Entre suas grandes realizações, três plantas e um plano geral de desenvolvimento físico da cidade

se destacam como valiosa contribuição prestada em favor da montagem da forma urbana fortalezense. Das três plantas, somente uma, aquela datada de 1888, chegou aos nossos dias, tal como a conheceu Herbster, e isto porque a mandou litografar em Paris, em duas oportunidades, recorrendo ao uso de processo que permitia livre e cuidada reprodução em cópias impressas. As outras duas plantas, executadas em 1859 e 1875, apesar de efetuadas com exatidão, chegaram aos nossos dias por meio de fotografias de cópias artesanais.

Como visto, não se tem ideia da aparência dos desenhos originais, sejam de Herbster ou também de outros autores, ainda elaborados com papel, tintas e instrumentos importados, consoante as normas da época. O uso prolongado sempre conduziu ao natural ao desgaste, porque as pranchas, em particular as aquareladas, não resistiam à umidade, ou pior, ao eventual contato com a água. Por tais motivos, o transcorrer do tempo sempre impôs o preparo de cópias, ou melhor, de transcrições dos desenhos. No caso, o vocábulo transcrição definiria com maior rigor o tipo de operações gráficas então realizadas, já que o refazimento dos originais era executado por meio de pantógrafos ou de quadrículas. Conquanto se saiba que desenhos sobre papel transparente ou de linho já datassem de séculos anteriores, somente após a introdução do emprego de técnicas de heliografia no século XX, tornou-se possível obter extração rápida e fiel de cópias.

As plantas de Herbster

Quanto aos trabalhos de Herbster, restam reproduções heliográficas de cópia de uma cópia da planta de 1859, esta provavelmente feita ou mandada fazer pelo engenheiro Antônio Gonçalves da Justa Araújo. Dessa transcrição, executada nas dimensões do desenho original, consta o nome do mencionado técnico, como autoridade responsável pelo primeiro traslado, datado da década de 1880, quer dizer, de época quando Herbster ainda se mantinha em plena atividade profissional.

Não se pode, contudo, imaginar como seria o original da planta de 1875, do qual jamais se ouviu qualquer referência, planta, aliás, divulgada por meio de uma cópia bastante reduzida, fruto, sem dúvida, de seguidas reproduções. O original deveria ser conhecido na cidade, porque o trabalho teve sua elaboração autorizada por lei referente ao

contrato celebrado com Herbster, na importância de 500\$000, conforme consta de ata de sessão da Câmara Municipal, realizada em 15 de abril de 1875. É provável que o desenho mostrasse traços coloridos, a fim de ressaltar os trilhos da Estrada de Ferro de Baturité, lançados desde 1872.

O plano de Herbster

As três mencionadas plantas de Herbster traduziam constatação de situações preexistentes. Não devem ser confundidas com o chamado *plano* da cidade, em que Herbster propunha um desenho normativo para expansão física fortalezense, do qual, o autor deste artigo confessa, veio a ter apenas conhecimento em dias recentes, como explica. Em pesquisas na Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, ao consultar o *Atlas do Império do Brazil*, da autoria de Cândido Mendes de Almeida, editado em 1868, deparou um desenho de Herbster, incluído como encarte num mapa do Ceará. O desenho intitulava-se “Planta topographica da cidade da Fortaleza, Capital do Ceará, levantada e organizada em 1863 pelo engenheiro da Provincia e architecto da Câmara Municipal Adolpho Herbster (manuscrito).” (ALMEIDA, 1868: entre cartas V e VI).¹⁵

O preparo dessa planta de 1863, devida ao próprio punho de Herbster, consubstanciava, após anteriores debates, as decisões assumidas pela Câmara na sessão de 18 de abril de 1861, concernentes ao estabelecimento de um “Plano desta cidade” (art. 1º). Com efeito, tratava das diretrizes gerais de expansão física fortalezense, as quais deveriam ser demonstradas graficamente em planta pertinente (art. 4º), ou melhor, em plano entregue por Herbster aos vereadores na sessão de 14 de novembro de 1861, cujo original se extraviou. Datam dessa década as determinações dos camaristas em favor da abertura de “ruas largas”, com cem palmos, isto é, com 22 metros, largura das avenidas da cidade de então, aliás, mantida pela Prefeitura durante todo o transcorrer do século XX! Na mesma época, a Câmara mandou ampliar a dimensão das calçadas, de 9 para 10 palmos (2,20m) “nas ruas”, conservando a largura de 7 palmos (1,54m) “nas travessas”, exíguos padrões de con-

¹⁵ A recente reedição do *Atlas do Império*, de Cândido Mendes de Almeida, em fac-símile, facilita a consulta não apenas ao plano de Fortaleza, mas a plantas de todas as cidades capitais do Império naquela época.

forto urbano, ainda assim, poucas vezes atingidos pela cidade contemporânea... Como visto, portanto, dos quatro desenhos de Herbster, conhecemos dois deles porque foram impressos. Os outros dois nos chegaram às mãos por meio de cópias artesanais.

O século XX

O desaparecimento de documentação gráfica nos arquivos oficiais constitui prática antiga, mantida no transcurso do século XX, com desastrosas consequências, como se pode aquilatar, origem do sumiço de desenhos recentes, contemporâneos de processos reprográficos já avançados. Para avaliação das perdas, relacionam-se apenas alguns casos especiais, não mais numerosos porque, entre 1888 e 1931, isto é, durante quase meio século, a administração municipal não formulou nenhum plano urbanístico e nem realizou qualquer mapeamento da Cidade em expansão.

No último quartel do século XIX, a Fortaleza conheceu acentuado progresso material e cultural, consolidando em definitivo sua hegemonia urbana nos quadros estaduais. Nas décadas seguintes, já no século XX, o desenvolvimento manteve curso ainda mais acelerado, como o comprovam as realizações no campo de atividades diversas, refletidas na aparência elegante adquirida pela Cidade. De modo inacreditável, a expansão física, com marcadas mutações, ocorreu de modo praticamente espontâneo, por agregação de trechos novos, nascidos da acessibilidade oferecida pelas linhas de bondes. Durante quase meio século prevaleceram, pois, como referência gráfica orientadora do crescimento material fortalezense, a mencionada planta elaborada por Adolpho Herbster em 1888 e, como norma de fiscalização de obras e demais posturas, o código aprovado em 1893!

Desenhos de João Felipe Pereira

Nos anos centrais desse período, ou melhor, em 1911, o governo estadual contratou a elaboração de um projeto de rede hidráulico-sanitária, melhoramento limitado à parte contínua da cidade, área correspondente, pouco mais ou menos, à atual zona central. Os trabalhos foram entregues à competência técnica do engenheiro João Felipe Pe-

reira (Tauá, 1860 - Rio de Janeiro, 1950), nome nacionalmente prestigioso, ex-ministro de Floriano Peixoto e professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então Capital Federal. O autor deste trabalho teve oportunidade de conhecer os desenhos, não apenas da rede hidráulico-sanitária, mas também do projeto das duas caixas d'água metálicas integrantes do plano, hoje desativadas, erguidas na rua Antônio Pompeu, posteriormente oxidadas e, por tal razão, capeadas com cimento. O desenho da rede sanitária, em cópias de papel prussiato, mais conhecidas como ferro-prussiato, reproduzia a planta de Herbster no trecho pertinente, todavia, enriquecida com a citação dos níveis de todas as caixas de coleta dos esgotos, localizadas nos cruzamentos das ruas. Constituía, deste modo, tanto uma planta do relevo urbano como também um verdadeiro mapa cadastral, uma vez que estavam assinaladas todas as edificações com suas respectivas testadas. Conquanto Herbster conhecesse em pormenores a Cidade, levantada topograficamente desde os seus primeiros trabalhos, em meados do século XIX, jamais fez indicações de cotas ou de curvas de níveis nas plantas gerais que executou. Por tal razão, os dados oferecidos por João Felipe adquiriam excepcional valor.

No começo de 1912, o presidente Nogueira Accioly foi deposto por insurreição popular. As valas, executadas por João Felipe para receber as canalizações subterrâneas, serviram de ocasionais trincheiras aos revoltosos, perdendo-se o serviço então já realizado. Quando as obras foram retomadas, quinze anos depois, o projeto da rede de distribuição de água, por ser a mais fácil de instalar, foi ampliado e alterado. Permaneceu, porém, sem mudanças o plano de coleta de esgotos, de sorte que os desenhos de João Felipe serviram durante muitos anos como fio orientador para novas ligações ou para serviços de manutenção da rede de esgotos da Cidade. Cópias dos desenhos da rede hidráulico-sanitária e das caixas d'água, estes últimos acompanhados de memória descritiva, incluem-se na lista de documentação hoje desaparecida. O autor conheceu todo esse precioso material em mãos de José Barros Maia, velho e querido amigo que já se foi. Conquanto, ainda recentemente, a família tenha franqueado, ao autor, busca pessoal nos papéis de Barros Maia, a fim de localizar aquele e outros desenhos, infelizmente, pouco ou nada de interesse foi encontrado. Lamentavelmente, os arquivos estavam dilapidados.

O Código Urbano de 1932

O desenvolvimento material da Cidade acelerou-se desde a primeira Grande Guerra. Novas técnicas, novos equipamentos, presença de razoável número de profissionais de formação superior em atividade, renovação arquitetônica e, principalmente, o ambiente de euforia proporcionado pela melhoria econômica e pelo novo quadro político estadual de conciliação, induziram propósitos de revisão e atualização dos instrumentos de controle urbano, que se mantinham em vigor desde os anos finais do século XIX.

Eis por que, nos dias subsequentes à vitória da Revolução de 1930, a rápida substituição de prefeitos nomeados não impediu fossem propostas, pelas seguidas e curtas administrações, várias medidas de interesse municipal, entre as quais se alinhava a elaboração de um novo *Código de Posturas do Município de Fortaleza*, matéria em debate desde o ano anterior, concretizada no teor do Decreto nº. 70, de 18 de dezembro de 1932, mas somente publicada no início de 1933.

O texto novo, como dito, procedia do ano anterior, da rápida gestão municipal do engenheiro Antônio Urbano de Almeida (1900-1982), trabalho por ele próprio executado em equipe com os engenheiros José Augusto Lopes e Capitão José Rodrigues. A aprovação do código, todavia, somente ocorreu na administração seguinte, do major Tibúrcio Cavalcante, que o sancionou, conjuntamente com Raimundo Girão, secretário da Prefeitura. Esse código, de ampla abrangência, composto por oito *títulos*, cada qual formado por várias seções, compreendia um total de 536 artigos! Reformulava a velha legislação, como dito, aprovada nos primeiros anos da República, em 1893, e que havia perdurado por quatro décadas!

Não cabe apreciar neste trabalho as inovações da nova legislação, ainda que se incluam ligeiros comentários sobre artigos do código que apresentavam rebatimento direto na organização espacial da Cidade. Registrem-se, pois, aqueles que dispunham sobre “alinhamentos e nivelamentos”, “da insolação, iluminação e ventilação dos prédios”, técnicas de construção e, principalmente, quando tratavam do dimensionamento das quadras e dos lotes, enfim, da ocupação do solo. Essas determinações, em tese, modificavam o velho sistema de parcelamento fundiário da Cidade, principalmente em virtude dos recuos frontais e dos afastamentos laterais das novas edificações, recuos até então des-

considerados. Permaneciam, porém, os 50 metros de profundidade dos lotes, que ocupariam, assim, a metade das dimensões propostas para as quadras. Compete, entretanto, lembrar que a profundidade permitida já se fazia desnecessária aos longos quintais, até então usados para escavação de cacimbas e abertura de fossas negras, processos superados desde quando a Cidade passou a contar com rede de abastecimento domiciliar hidráulico-sanitário, em 1927.

Ainda quanto ao parcelamento fundiário, a largura de 10 metros de frente, preconizada no Código, logo se ampliou em mais um metro, a fim de corresponder aos cinquenta palmos de testada, antigo padrão, usual na Cidade, ainda depois da metade do século XX. Os recuos, mínimos de 3 metros, favoreceram a introdução de varandas frontais, de sorte que os moradores das novas casas já não precisavam sentar-se à calçada, a fim de gozar a brisa vespertina ou noturna. A Aldeota, bairro por assim dizer montado segundo a nova legislação, desconheceu o velho hábito das “rodas de calçada”, prática social de vasto alcance na integração dos habitantes da cidade antiga, desde então condenada ao desaparecimento.

No capítulo II - *Dos logradouros públicos*, ficavam dimensionados os quarteirões e as larguras das vias públicas, isto é, 11 metros para as ruas com “desenvolvimento maior de 200 metros”, alargados para 18 metros “nas ruas dominantes ou avenidas”. Mantinham-se, portanto, as antigas larguras das ruas, de 50 palmos, enquanto as avenidas, com pouco mais de 80 palmos de largura, ficavam mais muito mais estreitas do que as “ruas largas” de Herbster, abertas em 1860, com 100 palmos!... Por outro lado, o novo código tratava de aspectos ainda não apreciados no campo das tipologias da morada, como “vilas” e “casas populares”, e dedicava atenção a determinados programas arquitetônicos, em títulos assim referidos: “Dos hotéis, escolas, colégios”; “Das casas comerciais”; “Das fábricas e oficinas”; “Das igrejas”; “Das garages”, “Das casas de diversão” (teatros e cinemas), “Banheiros e sentinas”, evidenciando determinações sempre preocupadas com as dimensões e a higiene dos espaços.

Como proposição nova, aparecia o sistema de numeração predial, registrada ao longo das ruas, em metros, a qual substituía o sistema antigo, contado por casas. O código legislava sobre elevadores, certamente com vistas ao futuro, pois, na ocasião havia apenas dois deles, no Excelsior Hotel. Vários artigos eram dedicados ao trânsito, não propria-

mente alusivos a problemas de fluxo, mas a relações legais dos proprietários com a Prefeitura, visto conferirem maior ênfase a cuidados físicos dispensados aos “veículos [urbanos] de tração automática”, isto é, “os automoveis, os auto-caminhões, motocicletas e bondes” [elétricos], embora não esquecesse o uso da “tração animada” (carroças, charretes). Os equipamentos mecânicos de transporte automotor, compete ressaltar, eram desconhecidos quando da aprovação do código de 1893.

Como novidade técnica, no código, havia um capítulo pertinente ao emprego do concreto armado, na verdade, transcrito *ipsis litteris* da legislação adotada no Rio de Janeiro em 1928. O capítulo visaria ao afastamento da presença de leigos no emprego das novas técnicas de edificação, medida limitadora ratificada em termos amplos no fim do ano seguinte, quando da criação do sistema CONFEA/CREA, em 11 de dezembro de 1933. A adoção da medida, sem dúvida, estava correlacionada com a construção do *Excelsior Hotel*, obra prevista para três pavimentos, posta aos cuidados de mestre Lucas de Oliveira mas que, por inesperada decisão do proprietário, Plácido de Carvalho, deveria ser elevada para oito pisos. A preocupação dos quadros técnicos da Cidade, em face da mutação da altura do edifício, transformou-se em assunto discutido nos jornais, redundando na interdição das obras e em vistoria efetuada por uma comissão de engenheiros, em que se incluíam os já mencionados José Augusto Lopes e Alberto Sá. Segundo parecer técnico solicitado e aceito pela Prefeitura, o prosseguimento dos trabalhos foi liberado, todavia, com a adoção de uma estrutura de concreto armado, calculada pelo engenheiro Arquias Medrado Filho, dos quadros do DNOCS e professor da Escola de Agronomia. Como se vê, carece de fundamento o mito, ainda hoje propalado, que considera o *Excelsior* como o “edifício mais alto do mundo, construído com alvenaria de tijolos”, à parte, haver alhures, muitas edificações bem mais elevadas, erguidas com aquela técnica...

A propósito de sumiços de documentos, ao quanto consta, nem sequer a Biblioteca Pública Estadual possui exemplar do Código de 1932, talvez preservado em algum arquivo municipal ou particular.

A planta da administração revolucionária de 1931-1932

Já foi dito que a Cidade ficou sem atualizar sua documentação cartográfica praticamente durante meio século. Em 1932, finalmente foi execu-

tada a planta do *Governo Revolucionário*. Nas legendas, ficava honestamente expresso que o trabalho se apoiara na carta de Adolpho Herbster, de 1888, acrescida de novos trechos ocupados pela cidade, atualizados por meio de posteriores levantamentos setoriais, executados pelos topógrafos da Municipalidade. Possivelmente, em decorrência da dimensão da prancha, desenhada em escala de 1:10.000, foram elaboradas cópias que mostravam apenas a área contínua da Cidade, algumas delas em escala mais reduzida, como aquela que integra a mapoteca da Escola de Arquitetura.

Na verdade, as dimensões da planta original resultaram bem amplas (1,60m x 1,00m) porque houve intenção de estender o desenho a dois pontos desligados da continuidade urbana, isto é, à Barra do Ceará e ao vizinho distrito da Parangaba, pontos isolados por falta de ocupação demográfica entre a parte contínua da cidade e as duas localidades. O desejo de incluí-las na planta, possivelmente se devia às referências com que ambas se destacavam como cenários de recentes acontecimentos verificados naqueles arrabaldes, que entusiasmavam a Fortaleza na ocasião,

A Barra do Ceará localizava-se em sítio distante, desabitado e de acesso difícil. Valorizara-se havia pouco como local à margem do rio, onde desciam os aviões da Nyrba, empresa de aviação norte-americana, que punha a Cidade em contato direto com as metrópoles do continente. Nyrba, explique-se, era sigla formada pelas iniciais da rota – New York / Rio / Buenos Aires. Na ocasião, a meio caminho, e não propriamente na Barra, surgiram as oficinas de Rede de Viação Cearense, com obras iniciadas em 1923, mas somente inauguradas em 1930, marco significativo de valorização do vetor e futuro polo de agregação demográfica. A denominação original da via de ligação, a nova avenida Demóstenes Rockert, homenageava o engenheiro chefe da ferrovia, que ultimara as obras, preito, contudo, logo transferido a outro engenheiro, o ministro Francisco Sá, falecido em 1934, topônimo mantido até hoje.

A atração do trecho final da avenida, que valorizara a Barra do Ceará, logo se desfez por perda de funções, uma vez que os hidroaviões se viram substituídos por aeronaves terrestres. Em 1931, foi inaugurado o “Campo de Aviação”, no Alto da Balança, destinado a receber os “encarnadinhos”, pequenos aviões do Exército, utilizados pelo Correio Aéreo Militar. A disponibilidade de uma pista de aterragem, mais próxima da Cidade, atraiu duplamente, tanto a Panair, empresa sucessora

da Nyrba, em operação na Cidade desde 28 de março de 1934 (MOTA, 1958:167), como o Sindicato Condor, sociedade alemã, nacionalizada durante a Guerra, quando passou a se denominar Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul.¹⁶

Quanto à Parangaba, localidade antiga situada em ponto até então bem distante da Praça do Ferreira, viu-se rapidamente conectada à Cidade por meio de uma nova pista pavimentada a concreto, inaugurada em outubro de 1930. Começava no Benfica, depois do fim da linha de bondes, constituindo o trecho inicial de uma rodovia, cuja implantação, até Guaramiranga, fora prometida por Washington Luís, Presidente da República, ao visitar o Ceará em campanha eleitoral. A exacerbação política da época, traumatizada com o assassinato de João Pessoa, culminou com a eclosão do movimento revolucionário que empolgaria o País, marcado por eventos dramáticos, tais como deposição do presidente em exercício, interdição de posse do novo presidente eleito e ascensão de Getúlio Vargas ao poder, com o apoio de numeroso e atuante grupo de jovens militares. A inauguração da via coincidiu com a vitória da Revolução, de sorte que a nova pista, cujo nome deveria homenagear o presidente deposto, ganhou de imediato a denominação de avenida João Pessoa. O novo tipo de pavimentação, em concreto, angariou admiração técnica e geral aceitação popular, logo aplicado em muitas das ruas centrais da Cidade.

Na época, o arrabalde era conhecido por Porangaba, assim mencionado por Alencar em *Iracema*, tomado o topônimo como sinônimo de beleza, em nheengatu. Quando realizava pesquisas para escrever os dez volumes da sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil* (o Ceará consta do 3º volume), o padre Serafim Leite, em visita ao Ceará em 1934, descobriu que a documentação vetusta sempre se referia a Parangaba, em vez de Porangaba. Por ocasião dos trabalhos de revisão da toponímia nacional, na década de 1940, a comissão encarre-

¹⁶ No Rio de Janeiro, a suspensão dos voos em hidroaviões redundou no abandono da *Estação de Hidros*, projeto de Atílio Correia Lima (1901-1943), consagrado por vitória em concurso público (1938), uma das mais notáveis realizações da arquitetura moderna brasileira. O edifício, hoje cedido a um clube de sub-oficiais da Aeronáutica, padece de difícil localização, escondido por gigantesca via elevada que intercepta a praça 15 de Novembro, no centro daquela cidade.

gada de exame do território cearense acatou a sugestão do historiador e oficializou a denominação Parangaba.¹⁷

Os planos urbanísticos

Nos dias do começo da década de 1930, nos meios técnicos e jornalísticos, haviam prosperado ideias relativas à abertura de uma avenida no centro da Cidade, via ampla, a qual, começando no Passeio Público e tomando o rumo do sertão, demoliria os quarteirões localizados entre as ruas Major Facundo e Floriano Peixoto. Na mesma ocasião, a Prefeitura decidiu erguer um edifício para sua sede em terreno que lhe pertencia, situado entre a travessa Pará e a praça do Ferreira, no qual funcionava a Câmara Municipal, cujas atividades estavam suspensas em consequência das decisões do Governo Revolucionário. O anteprojeto da sede municipal havia sido elaborado por Emílio Hinko, húngaro de nascimento e cearense de adoção, de parceria com o calculista Alberto Sá. No pequeno quarteirão, hoje incorporado à Praça, foi construído, tempos depois, o Abrigo Central, já demolido.

Em busca de melhor situar os fatos então verificados, o autor permitiu-se incluir curtas referências biográficas de Sá, Hinko e outras figuras intervenientes direta ou indiretamente nos acontecimentos.

Alberto Façanha de Sá (Aquirás, 1895 - Fortaleza, 1961), engenheiro civil, professor de matemática, adquiriu prestigiosa reputação nos meios técnicos cearenses por sua atuação profissional. Tinha sólida formação em Engenharia Estrutural, aprimorada em cursos de especialização na Bélgica. Interessou-se em exploração de diatomito, material então largamente empregado na fabricação dos chamados tijolos brancos, usados generalizadamente na Cidade, ainda até pouco tempo.¹⁸

¹⁷ Parangaba, antigo aldeamento de índios mansos, foi posto sob a direção dos jesuítas após a criação do Hospício do Aquirás, em 1727. Transformou-se em “vila de índios”, quando da expulsão dos padres, em 1759, ocasião em que, em atendimento aos programas de lusitanização do Brasil, empreendidos pelo Marquês de Pombal, as novas vilas da Colônia receberam nomes de localidades portuguesas. Muitas os conservaram, mas outras fizeram-nos voltar às denominações primitivas. Parangaba, passou então a se denominar Arronches, nome de velhíssima vila do Alentejo, no distrito de Portalegre, topônimo que perdurou por um século e meio, até início do século XX.

¹⁸ Estas e mais informações sobre Alberto Sá foram oferecidas ao autor pela bibliotecária Maria Erbene Barbosa Maia, sobrinha afim do engenheiro.

Emílio Hinko (1901-2002), obtida formação técnica em Budapeste, transferiu-se para a Itália por motivos políticos. Em Milão, após trabalhar durante seis anos no grande escritório do arquiteto Ulisse Stacchini (1871-1947), decidiu emigrar para o Brasil, acompanhando um pequeno grupo de italianos. Pretendiam todos instalar-se em Belém do Pará, com cujo clima Hinko não se habituou, de sorte que resolveu transferir-se sozinho para Fortaleza, cidade que visitara de passagem para o Norte, por via marítima e da qual muito se agradara. Estrangeiro desconhecido na Cidade, logo manteve contato com Alberto Sá, que se tornou seu avalista profissional e sob cujo patrocínio iniciou carreira vitoriosa. Quanto às concepções arquitetônicas de Hinko, vale lembrar que, na Itália, Stacchini se apresentava como um dos mentores do ecletismo arquitetônico em voga, entretanto, já matizado com vocabulário *Liberty* (ver a *Stazione Centrale* de Milão, seu projeto mais significativo). Sem dúvida, Hinko recebeu influência de seu mestre, entretanto, por reflexos da própria época e do gosto pessoal, ficou mais ligado às vertentes internacionais do sistema *Art Déco*, característico de boa parte de suas obras.¹⁹ Hinko integrou-se à Cidade em definitivo, agraciado com vários reconhecimentos, entre os quais os títulos de cidadão fortalezense e cearense, que muito o envaideciam.²⁰

A localização da nova sede municipal provocou controvérsias, porque inviabilizaria a implantação da avenida almejada. Entre os que clamavam contra a incongruência, achava-se o engenheiro Omar O'Grady (Natal, 1894 – Rio de Janeiro, 1985). Potiguar de nascimento,

¹⁹ As primeiras obras de Hinko, tais como o referido projeto da sede da Prefeitura, na praça do Ferreira, o Edifício J. Lopes, a Telefônica (junto do Parque, parte de projeto maior, para outra nova sede da Prefeitura), a Casa do Estudante, o Clube Iracema (Secretaria Municipal de Finanças), o Hospital da Messejana (pavilhões primitivos), a Secretaria de Segurança Pública e várias residências receberam tratamento *Art Déco*. Em outras obras, Hinko enveredou por caminhos diferentes (Náutico Atlético, o conjunto de residências erguido em torno de demolido “Castelo do Plácido”, Igreja do Coração de Jesus, Base Aérea de Fortaleza e mais bases, que projetou).

²⁰ Hinko, de tal modo se envolveu com desejos de se integrar à terra adotiva, que mandou buscar na Hungria seus velhos pais, “que hoje moram no São João Batista”, dizia. Figura gentil, a generosidade aflorava como uma das marcas da sua personalidade, derramada entre os amigos e o povo que o acolheu. Por várias vezes, distinguiu o autor deste artigo com presentes de valiosos livros de Arquitetura, bem como o brindou com um belo conjunto de fotografias de seus projetos, à parte informações sobre sua vida. Hinko honrou-se e comoveu-se sobremodo, quando, já idoso, numa homenagem de consagração pública, viu montada na Escola de Arquitetura uma exposição de seus projetos, organizada pelos professores arquitetos Marcondes Lima Araújo e Flora Araújo.

O'Grady era neto de irlandeses e diplomado nos Estados Unidos pelo renomado Illinois Institute of Technology. De regresso ao Brasil, trabalhou mais de uma década no Ceará, de início, na antiga IFOCS e, depois, contratado para dirigir as obras de adução de água do açude do Acarape. Em 1926, retornou a Natal, quando assumiu a prefeitura local, posto em que permaneceu até 1930, no qual desenvolveu atividades administrativas vistas com geral consideração. Destituído pela Revolução de 1930, voltou ao Ceará, onde se dedicou à construção civil, mantendo conceituada firma ao longo de décadas. Quando prefeito de Natal, havia contratado um plano de expansão da Capital entregue aos cuidados de Giacomo Palumbo (1891-1966), arquiteto italiano nascido na Grécia, então radicado no Recife, cidade onde elaborou projetos de arquitetura eclética de porte, como o Palácio da Justiça e a sede neocolonial da Faculdade de Medicina. (SILVA, G. G., 1987: p.195-197).

De retorno ao Ceará, O'Grady, profissional já conhecido na Cidade, insistia em que a indefinição do impasse criado pelos desejos de abertura da avenida *versus* construção da sede da Prefeitura, a seu ver, somente poderia ser dirimido com a elaboração de um plano urbanístico, novidade, por certo, desconhecida pela maioria dos fortalezenses.²¹

As ideias de O'Grady sobre a formulação de um plano de decisões urbanísticas integradas entusiasmaram alguns espíritos clarividentes. Ao ensejo, José Cândido de Moraes, engenheiro cearense radicado em Pernambuco, provavelmente informado dos fatos, lembrou a um amigo o nome do arquiteto Nestor Egydio de Figueiredo, que se encontrava desenvolvendo planos de remodelação e expansão para o Recife e João Pessoa (GIRÃO, 1943:205-206).

O plano Nestor de Figueiredo

No período pós-revolucionário, os prefeitos municipais eram mudados com rapidez. Assim, num período de pouco mais de um ano, a Cidade foi dirigida pelo médico César Cals de Oliveira (1885-1948), empossado em 8 de outubro de 1930 (MOTA, 1955:150), substituído pelo engenheiro Urbano de Almeida (1900-1982), em 2 de maio de

²¹ O autor agradece as informações circunstanciadas sobre a vida profissional de Omar O'Grady, gentilmente prestadas por seu filho, o engenheiro Paulo O'Grady.

1931 (MOTA, 1955:165). Quando o Capitão Roberto Carneiro de Mendonça (1894 – 1946), assumiu o governo do Estado, em 20 de outubro de 1931 (MOTA, 1955:177), Almeida foi substituído pelo então major Manuel Tibúrcio Cavalcanti (1882-1939).

Interessado nos problemas urbanos, o prefeito Manuel Tibúrcio Cavalcanti, tomando ciência da sugestão de Cândido de Moraes, convidou Nestor de Figueiredo para visitar a Cidade, sem compromisso. Após alguns dias de permanência, o arquiteto retornou ao Rio de Janeiro, de onde enviou ideias gerais sobre um plano de intervenção física, acompanhado da respectiva memória técnica bem como os custos dos seus trabalhos.

Cavalcanti, tal como seus antecessores, logo também deixou a administração municipal, em 14 de dezembro de 1932 (MOTA, 1955: p. 137), para assumir a Secretaria Estadual da Fazenda, substituído interinamente por Raimundo Girão (1900-1988), seu sobrinho e, na ocasião, Secretário Geral da Prefeitura.

Nomeado prefeito efetivo em 19 de abril de 1933 (MOTA, 1957: 145), Raimundo Girão tomou providências em favor da contratação do plano, pedindo informações técnicas sobre o trabalho ao Instituto de Arquitetos do Brasil e encaminhando a proposta de Figueiredo para debate no “Conselho Consultivo”, denominação esta aplicada por Girão à *Comissão do Plano Diretor*. Se o parecer do conselheiro Eurico Duarte recomendava a contratação do plano, com argumentos de impressionante lucidez sobre matéria praticamente desconhecida na Cidade, o “voto em separado do Sr. Julio Rodrigues”, opunha-se a tal, flagrantemente. Ainda assim, Girão fez expedir o “Decreto Municipal nº 108, de 30 de agosto de 1933”, que contratava com Nestor de Figueiredo, em 19 de dezembro do mesmo ano, “o plano de urbanização da Fortaleza”. (MOTA, 1957:162). Quando o Capitão Carneiro de Mendonça deixou o governo do Estado, conjuntamente com toda a equipe administrativa, Raimundo Girão afastou-se da direção da Prefeitura, em 5 de setembro de 1934 (MOTA, 1958:180). Ao que se cuida, o desenvolvimento do plano ainda prosseguiria dois anos depois, visto que, em depoimento datado de 3 de maio de 1935, o próprio Girão assegurava: “O plano atualmente em estudo, organizado nos moldes e nas regras do moderno urbanismo, deve merecer o apoio incondicional de todos e nunca prevenções desarrazoadas e persona-

listas.” (1943: p. 210). A elaboração do plano foi definitivamente suspensa por administração municipal subsequente.

Raimundo Girão guardou mágoa pelo malogro do plano, em cuja elaboração tanto se empenhara. Dez anos depois, narrava a penosa marcha do fracasso em um artigo publicado na *Revista do Instituto do Ceará* (tomo 57, 1943: 205-22), intitulado *Plano de Urbanização de Fortaleza (subsídios para a sua história)*. Aqueles que desejem informar-se dos descaminhos, não apenas materiais, mas também no campo das idéias, devem ler o documento.²²

O voto contrário ao plano

“O voto em separado do Sr. Júlio Rodrigues”, transcrito por Girão na íntegra, preocupava-se com as limitações do erário municipal, sem condições de cobrir “o vulto das despesas, na hipótese, em 140 contos” (na verdade, 120 contos), despendidos para pagar “a simples elaboração do novo plano de urbanização de Fortaleza” (GIRÃO, 1943:217), “obra presentemente desnecessária, sobre suntuosa para as modestas condições de nossa urbe.” Consoante o parecer do conselheiro, os planos somente faziam sentido em cidades com mais de dois milhões de pessoas, referência muito distante do “número de habitantes de nossa urbe [que] se elevaria, dentro de meio século a pouco mais de 400 mil” (GIRÃO, 1943:220). Assim, em vez da contratação do plano, então desnecessária, “mais urgente que ela é a criação de um instituto de menores delinquentes ou abandonados” (GIRÃO, 1943:218).

Alusões de Rodrigues a vulto demográfico não faziam sentido, pois cidades como Natal e João Pessoa, bem menores do que Forta-

²² A citação das datas de posse e substituição dos prefeitos pretendeu demonstrar a rapidez com que, durante o período revolucionário, entre agosto de 1930 e 1936, se operavam as mudanças. A estabilidade administrativa somente se verificou depois que a Cidade conheceu seu primeiro prefeito eleito por voto popular, Raimundo Araripe, empossado em 18 de maio de 1936 (MOTA: 1959: p. 252). Araripe foi mantido à frente da Prefeitura durante o Estado Novo, até 28 de outubro de 1945, quando acompanhou o Governador Francisco Pimentel, demitido por Vargas em 28 de outubro de 1945. (MOTA, 1963: p. 273). Entre a saída de Girão e a posse de Araripe, foram prefeitos Plínio Pompeu de Saboya Magalhães (1892-1994), nomeado em 17 de setembro de 1934 (MOTA, 1958: p. 181), por sua vez, substituído por Gentil Barreira, em 12 de fevereiro de 1935 (MOTA, 1958: p. 194), Barreira manteve-se no cargo até a posse de Álvaro Weyne (1881-1963), em 26 de maio de 1935 (MOTA, 1958: p. 202), nomeado pelo novo governador, Meneses Pimentel. Weyne permaneceu à frente da municipalidade até a posse de Araripe.

leza, haviam contratado seus planos urbanísticos. Na realidade, os 400 mil habitantes mencionados no parecer foram atingidos em 1957, vinte e dois anos depois, em vez de cinquenta. Em 1983, transcorrido o “meio século” mencionado por Júlio Rodrigues, a Cidade já contaria com 1.450.000 moradores.

A opinião de Rodrigues, por mais que pareça insustentável em termos de planejamento, deve ser entendida em um conjunto de posições complexas, assumidas por certas elites culturais da Cidade sobre determinados problemas sociais e técnicos, opiniões, em diferentes épocas, antigas e recentes, invariavelmente expressas consoante a mentalidade autossuficiente e personalista de muitos dirigentes.

O material gráfico concernente ao plano de Figueiredo tomou rumo ignorado. Restou uma fotografia de pequenas dimensões, em preto e branco, de procedência ignorada, talvez dos arquivos de Girão, que reproduz um desenho do plano, no qual se evidenciam as idéias do urbanista. Constitui o único documento da autoria de Figueiredo que se conhece, em cópia, aliás. A memória explicativa do plano desapareceu com a rejeição do plano, drama cujos passos foram narrados e parcialmente documentados por Girão, de permeio com decepções e lástimas.

O urbanista Nestor de Figueiredo

Nestor Egydio de Figueiredo (Recife, 1893 - Rio de Janeiro, 1973) tinha ascendência aracatiense. Diplomado pelo Curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes (atual FAU/UFRJ), em 1917, e cofundador do Instituto de Arquitetos do Brasil, em 1920, manifestava verdadeira paixão pelo companheirismo profissional, no Brasil e no exterior, tendo sido agraciado com títulos honorários por um sem número de instituições profissionais nas Américas e na Europa. Foi entusiasmado animador dos congressos internacionais de arquitetos, em especial, no continente americano, havendo ocupado a presidência da União Pan-Americana de Arquitetos. Também mantinha grande interesse na ampla congregação das pessoas, o que explica sua dedicação ao Rotary Internacional, associação cujos objetivos divulgou quando de sua permanência na Cidade. Os esforços de Figueiredo viram-se logo

premiados, quando da fundação do Rotary Club de Fortaleza, em 1933, com Raimundo Girão à frente dos trabalhos.²³

O autor teve oportunidade de conhecer Figueiredo pessoalmente no IV Congresso Nacional de Arquitetos, realizado em São Paulo em 1954. Anos depois, em 1972, a fim de fixar os testemunhos do urbanista, relativos à fundação do IAB, bem como reter as lembranças que porventura ainda mantivesse sobre sua estada em Fortaleza, solicitou aos arquitetos Amaurício e Eliane Cortez gravassem, no Rio de Janeiro, uma entrevista com Figueiredo, que não se fez de rogado, na ocasião, já idoso, viúvo e privado da visão. Em seu desabafo, na gravação, pode-se imaginar que imagem retinha dos opositores de seu plano.

Nas primeiras décadas do século XX, nos cursos de Arquitetura, ainda não havia ensino sistematizado de Urbanismo. Deste modo, Nestor de Figueiredo veio a consolidar conhecimentos específicos sobre a matéria quando se tornou integrante da equipe que elaborou o célebre plano proposto para o Rio de Janeiro pelo arquiteto francês Alfred Agache.²⁴

Considerações sobre o plano de Figueiredo

Na fotografia, que retrata a única prancha do plano conhecida, pode-se apreciar a intervenção física preconizada por Figueiredo para uma área urbana de 1800 hectares, isto é, correspondente a uma cidade de 270 mil habitantes, o dobro e meio da população fortalezense de então, caso admitida uma densidade de 150 pessoas por hectare.. O trabalho intitulava-se *Plano de Remodelação e Expansão da Cidade de Fortaleza / Ante-projeto organizado pelo arquiteto Nestor E. de Figueiredo / ENBA / ICAB / Escala 1:5000* (Figura 1). As siglas ENBA e ICAB significavam Escola Nacional de Belas Artes e Instituto Central de Arquitetos do Brasil, este último assim conhecido antes da abolição da palavra Cen-

²³ A relação entre o sistema Rotary Club e planos diretores de cidades brasileiras da época constitui assunto que tem chamado a atenção de interessados em estudos urbanos.

²⁴ O ensino do Urbanismo iniciou-se quando da reforma do ensino tentada por Lúcio Costa na Escola Nacional de Belas Artes, em 1931, com prosseguimento nos anos seguintes, época em que Nestor de Figueiredo já estava diplomado, havia algum tempo. A instalação oficial de cadeira pertinente, no Curso de Arquitetura, ainda agregado à ENBA, verificou-se em 1937, quando do concurso para escolha de professor catedrático, efetuado na ocasião, vencido por José Otacílio de Saboya Ribeiro, nome mencionado mais à frente.

tral, quando ficou reduzido para o atual Instituto de Arquitetos do Brasil. A agregação das siglas procedia do fato de que, na época, a profissão do arquiteto (e do engenheiro) ainda não havia sido reconhecida oficialmente. Como se mantinha livre a atuação de práticos no campo do projeto e da construção civil, a indicação das siglas constituía a única maneira com que os diplomados podiam distinguir-se dos não diplomados. Bom tempo após a criação do sistema CREA / CONFEA, os arquitetos ainda faziam referência à sua escola de formação e à sociedade profissional a que pertenciam.

Os comentários sobre o plano de Figueiredo invadem o conjectural, pois apenas se dispõe da pequena fotografia do desenho e algumas referências desconexas, incluídas no voto de Júlio Rodrigues. Infelizmente, nada de objetivo se sabe, quer da respectiva memória técnica, quer de outros desenhos, nem dos custos parcelados dos trabalhos, apresentados apenas no total. A alusão ao vocábulo *anteprojeto* nas legendas da fotografia do desenho leva a crer que havia mais desenhos, além daquele de que temos ciência. A falta de nitidez em certas partes da fotografia que transcreve o desenho, bem como a resolução em preto e branco, sem convenções cromáticas, dificultam a leitura, embora com algum esforço, seja possível tentar o restabelecimento de algumas das diretrizes do plano.

Nem a exiguidade de tempo de permanência na Cidade, nem a limitação de meios de observação, restritos à planta recente da cidade e a voos de reconhecimento em pequenos aviões militares, complementados com fotografias aéreas, nada impediu a elaboração do anteprojeto em curto prazo. Figueiredo revelava, assim, alta capacidade de rápido domínio de espaços em ampla escala. Tendências pessoais e uma formação profissional baseada na prática de diferentes modalidades de desenho, imbricada no constante exercício da visão como meio de apropriação e retenção mental do espaço, habilitavam os arquitetos da geração de Figueiredo, e ainda de gerações posteriores, a efetuar demonstrações de memória visual, admiradas pelos leigos.

À primeira vista, o plano patenteia uma proposta de reformulação do sistema viário da Cidade, bem como logo se percebem decisões concernentes à localização de áreas verdes e de equipamentos de porte, públicos e privados, indutores de padrões vetoriais de ocupação urbana. A apreciação do desenho revela a preocupação de definir uma

área compacta, de interesse do anteprojeto, *grosso modo*, em forma de semicírculo, com raio aproximado que varia entre 4 e 5 quilômetros, cercada por um circuito de avenidas delimitadoras. Observação da rede viária proposta faz ver que Figueiredo manteve e encompridou várias vias então projetadas, mas não habitadas. Ao contrário, porém, não valorizou algumas delas, entre as quais as avenidas Santos Dumont, 13 de Maio, Universidade / João Pessoa, Francisco Sá, Visconde do Rio Branco, cujas funções seriam substituídas por avenidas, geralmente paralelas, amplas, novas ou alargadas.

Mantinha e aumentava a parte central em xadrez, desenhada por Herbster, principalmente no rumo da Aldeota, e envolvia toda essa vasta área, urbanizada ou urbanizável, com circuitos poligonais de avenidas. A Aldeota aparecia cortada longitudinalmente por três avenidas paralelas: a atual rua Pereira Filgueiras, a sequência Duque de Caxias / Heráclito Graça, e uma outra, lançada entre as duas primeiras, avenida, possivelmente com função de eixo monumental, constituída pelas ruas Franklin Távora / Padre Figueira. Procedente do leste, atravessava o centro da Cidade até a atual praça do Liceu, onde se ramificava. Todas essas ruas, então curtas ou não abertas, seriam continuadas, alargadas e transformadas em avenidas. A avenida Santos Dumont, já parcialmente ocupada, permaneceria alheia às modificações. Essa longa avenida, que atravessava a Cidade, tinha origem, a leste, em um edifício de vulto, erguido no centro de vasta praça ajardinada, provavelmente destinado ao Palácio do Governo, marco simbólico de valorização do poder estadual, localizado à altura da atual avenida Desembargador Moreira. Da frente oriental do Palácio, saíam avenidas radiais para leste, enquanto, na face ocidental, se desenvolvia vasta área enobrecida com jardins e edificações administrativas, área limitada pelas duas avenidas paralelas referidas, as quais ladeavam uma longa avenida, eixo do sistema, que nascia no Palácio, atravessava a Aldeota, cortava o centro da Cidade e prosseguia até a atual praça do Liceu do Ceará.

Uma avenida de ligação leste-oeste, pelo centro da Cidade

A longa avenida transversal preconizada por Figueiredo, há pouco referida, procurava resolver de modo objetivo um problema secular que afligia a Cidade, ainda hoje sem solução. Como visto, Paulet recuou diante dos obstáculos provocados pelo pequeno rio Pajeú, pro-

pondo a criação de dois núcleos urbanos estanques. Herbster, quando de sua vez, uniu as bandas da Cidade por meio de uma avenida (Duque de Caxias / Heráclito Graça), entretanto, procurou contornar o riacho em trecho de passagem a vau, bem mais ao sul. Figueiredo, ao contrário de seus antecessores, resolveu encarar o problema. Percebeu que a ampliação do centro comercial para o leste, para Aldeota, bairro de aspirações conspícuas, ainda em formação, se mantinha obstada pelo riacho Pajeú, barreira física facilmente ultrapassável. Assim, optou pela abertura de uma avenida com funções diversificadas, que cruzasse a Cidade de leste a oeste, cuja largura, a fotografia do plano não permite estabelecer. Como objetivo primeiro, a longa avenida visava claramente à ligação da Aldeota, bairro novo, promissor, com a parte antiga da Cidade, varando o centro urbano, de sorte a unir os ricos, a leste, aos remediados, no centro, e ao operariado e à pobreza, área em via de expansão, no oeste. Nos trechos da Cidade já construídos, a avenida seria aberta na parte central dos quarteirões, sacrificando reduzido número de imóveis e quintais. Reproduzia solução aplicada na vitoriosa abertura da avenida de Mayo, que aproveitara o traçado de Buenos Aires, em xadrez, de algum modo semelhante ao da capital cearense.²⁵ Na parte central, entre a praça do Ferreira e a Escola Normal, a nova avenida serviria de corredor de penetração ao comércio elegante, oferecida em continuidade à dilatação urbana. À falta de um canal de ligação direta, as lojas de melhor categoria, confinadas, viriam a emigrar do atual centro urbano, por salto, em busca da Aldeota.²⁶

A “Porta” marítima

Significado especial no anteprojeto merecia a ponte de embarque marítimo, voltada para praça ampla, semelhante à da sede do governo, conquanto em dimensões menores, praça de onde partiam três avenidas em leque. Uma das avenidas tomava o rumo sudoeste, conectada, em frente da

²⁵ A proposta de Figueiredo permaneceu no imaginário urbano fortalezense, pois, ao ser implantado o Liceu do Ceará, por Clóvis Janja, na parte sul da praça Fernandes Vieira (Gustavo Barroso), em 1937, o novo edifício parecia interromper o prosseguimento da rua Liberato Barroso. Na verdade, a frente do prédio já ficava alinhada pela futura avenida, jamais aberta.

²⁶ Esse problema espacial, nunca resolvido, responde por uma das causas da decadência do centro urbano (não de todas, é claro). Na área de interceptação do vetor, que deveria ser atravessada pela avenida, permitiu-se a implantação e expansão de um comércio atacadista de abastecimento, inexplicavelmente mantido até hoje, apesar de incompatível com os interesses da Cidade.

Secretaria da Fazenda, à sequência viária Alberto Nepomuceno / Conde d'Eu. Essa via, entretanto, desviava-se de seu curso na altura do Parque da Liberdade, de onde prosseguia pela rua Solon Pinheiro, então alargada em avenida, longa e reta, que dividia a Cidade em duas metades, de norte a sul. Esse sistema viário nascido no porto de então, reproduzia em ponto muitíssimo menor a *Porta do Brasil*, ponto marcante do projeto de Agache para o Rio de Janeiro. À versão fortalezense, à “Porta do Ceará”, como assim se poderia denominar supositivamente, faltava, entretanto, em seu redor, a localização prestigiosa dos edifícios do Congresso e de vastos palácios de uso oficial, preconizados pelo urbanista francês para a Capital Federal.

Outras propostas

A sudoeste, no fim da linha de bondes do Alagadiço (próximo do atual cruzamento das avenidas Bezerra de Menezes e Humberto Monte), reproduzia-se, em escala menor, solução idêntica à proposta para a Aldeota, todavia, destinada agora a um centro administrativo municipal, conjunto paisagístico em que o edifício sede da Prefeitura ocupava ponto focal, cercado por enorme praça. A avenida-eixo do conjunto da administração municipal (Bezerra de Menezes) também se acompanhava de vias paralelas, as atuais avenidas Sargento Hermínio e Jovita Feitosa, retificadas e alargadas. No contorno periférico, entre essa zona e a avenida-eixo da cidade (Solon Pinheiro), Figueiredo aproveitava a lagoa de Poranga-buçu, muito maior do que hoje, e o vale do riacho Tauape, regiões pouco habitadas, para desenvolver uma ampla zona verde, de interesse paisagístico. Em torno da lagoa, lançava as pistas de um Prado de corridas, além de outros equipamentos de lazer, que não podem ser precisados em decorrência das reduzidas dimensões e da falta de clareza da fotografia do desenho, melhoramentos provavelmente relacionados na desaparecida memória descritiva do plano.

A zona oeste da Cidade recebia uma rede viária de integração, contudo, sem maiores cometimentos, talvez por já se anunciar como zona industrial em implantação, reclamando, pois, amplas quadras por definir. A atual avenida Francisco Sá ficava desconsiderada, certamente porque os acessos às oficinas da Rede de Viação Cearense devessem operar-se na face sul da gleba, interligados ao sistema ferroviário. A Barra do Ceará não recebia qualquer referência no anteprojeto, sem dúvida, pela de-

sativação do hidroporto aeroviário. Ao contrário, ganhava evidência no anteprojeto o novo “campo de aviação”, beneficiado com acesso direto, por meio de uma avenida que continuava a avenida Dom Manuel, via que interligava, portanto, a “porta marítima” da Cidade à sua “porta aérea”.

O desenho não esclarecia, porém, o tratamento dispensado às praias, embora o plano abrangesse a orla, desde a embocadura do riacho Maceió até o morro da Jacarecanga e os Arpoadores. Na ocasião, em termos de novidade de uso, a antiga Praia do Peixe mudara o nome para Praia de Iracema, solicitada pela valorização social de trecho urbano então nobilitado com casas de veraneio e onde o Ideal Clube havia inaugurado recentemente sua sede marítima.

Fontes do plano de Figueiredo

Como elementos manifestos na concepção do plano de Nestor de Figueiredo, sobressaíam avenidas em leque, convergentes em edifícios de vulto, proposições estas de origem francesa, calçadas em princípios de engrandecimento espacial, parques, zoneamento, fontes hauridas no pensamento de Alfred Agache.

As largas e longas vias públicas em leque, propostas por Figueiredo, vale ressaltar, evocavam história antiga, muito anterior ao automóvel. Abertas em cidades novas desde o século XVIII, visavam à valorização simbólica dos espaços, exigida pelo absolutismo político vigente, embora aplicadas posteriormente em circunstâncias antagônicas. Essas avenidas, convergentes para pontos focais – conjuntos escultóricos, fontes com elevados jatos de água e edificações monumentais, procediam dos projetos de embelezamento de Roma, tentados pelo papa Sisto V, no encerramento do século XVI, proposição admirada e acolhida com êxito em diferentes países. Caracteriza os planos de Versalhes, São Petersburgo, Karlsruhe, o desenho de L’Enfant, para Washington, a capital de jovem democracia americana, bem como, em meados de século XIX, a reforma da Paris de Haussmann, com manifesto e permanente sucesso.

O zoneamento, palavra citada no voto de Júlio Rodrigues (GIRÃO, 1943:220), reunião espacial de determinadas funções urbanas, objetivava condicionar a divisão das cidades em zonas dedicadas ao comércio, à indústria e à morada. Apresentava-se como recurso de suma valia nas tentativas de organização racional da cidade. Dizia-se então

Zoning, neologismo de procedência norte-americana, originado de uma questão judicial decidida favoravelmente àqueles que reclamavam da proximidade perturbadora de atividades prejudiciais ao cotidiano dos bairros residenciais. O zoneamento, aplicação urbanística de conceitos ligados ao racionalismo arquitetônico, não deve ser confundido com a divisão territorial da cidade em zonas – central, suburbana e rural, já correntes no século XIX e consideradas mais para efeito de tributação.

Compete, todavia, lembrar que certas características do plano de Figueiredo não derivavam diretamente das fontes ora mencionadas, mas procediam dos ensinamentos e das proposições feitas por Alfred Agache em seu plano para o Rio de Janeiro, conforme já referido. Compreensivelmente, certas ideias de Agache transpareciam no plano elaborado por Figueiredo para o Recife, com rebatimento no desenho que fez para Fortaleza.

Alfred Agache

Agache, Alfred Hubert Donat Agache (1875-1959), arquiteto e urbanista francês, Secretário Geral da Société Française des Urbanistes, adquiriu renome por suas atividades em seu país e também pela honrosa classificação obtida, no concurso para escolha do plano de Camberra, a nova capital da Austrália, em 1911. Veio ao Brasil em 1927, a convite de Prado Júnior, prefeito do antigo Distrito Federal. Logo em seguida foi contratado para elaborar para um plano de extensão, remodelação e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro, plano executado apenas em algumas proposições, visíveis na Esplanada do Castelo. Enquanto os trabalhos anteriores praticamente se atinham a setores físicos, o plano de Agache mostrava preocupações com abrangências da realidade urbana, de sorte que sua equipe reunia numerosos profissionais de competências diversas.

Agache, que atribuía a si a criação da palavra *urbanismo*, assim a conceituava:

Urbanismo, além de ciência e arte, é, sobretudo, uma filosofia social, sendo definido como um conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas, constituindo-se portanto, 'a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito mediante um estudo metódico da geografia urbana e da topografia urbana, sem descuidar das soluções financeiras'. (PLANOS, 2009: 30).

A influência de Agache no *Plano de Remodelação do Recife*, concluído por Figueiredo na ocasião, recebeu comentários de Fernando Diniz Moreira, que se ajustam inteiramente ao plano proposto para Fortaleza, ao menos pelo que se pode inferir da fotografia da planta geral que se conhece, complementada com algumas informações incluídas na memória justificativa do urbanista, transcritas no voto em separado de Júlio Rodrigues.

Moreira assim se expressa sobre o plano de Figueiredo para o Recife:

.... podemos encontrar inúmeros temas do urbanismo formal francês, sobretudo uma forte influência de Agache: seu aspecto maciço, cênico, com muitas perspectivas e visuais, avenidas em Y, praças e conjuntos monumentais e, sobretudo, a idéia de que o edifício forma a cidade. Outros temas de Agache constantes do seu plano do Rio de Janeiro estão aqui presentes como a entrada do Brasil e a idéia de criar-se um bairro exclusivamente de negócios. Figueiredo também propôs um zoneamento para a cidade e um sistema radial perimetral. (MOREIRA, 1999:150).

A influência de Agache foi marcante, não apenas por suas pregações e sua ação, mas, principalmente, pela influência direta sobre a numerosa equipe com a qual trabalhou, e indireta, sobre outros profissionais contemporâneos seus, ainda que muitos dos seus ensinamentos tenham sido posteriormente revisados. As chamadas *Comissões do Plano Diretor*, desde então comuns em muitos pontos do País, eram colegiados assim nominalmente propostos por Agache em suas pregações. Em Fortaleza, transformaram-se em “Conselho Consultivo” (do plano), denominação criada por Girão, talvez como referência tácita substitutiva do Conselho Municipal, isto é, da Câmara de Vereadores, fechada pela Revolução de 1930.

O levantamento aerofotogramétrico do Exército, realizado em 1945

Nas três décadas que compreendem o período que separa o início e o fim das duas grandes guerras do século XX, a Cidade conheceu franco progresso material, comprovado por claras transformações na

sua aparência arquitetônica e ampliação de sua área ocupada. A população do município passou dos 65 mil para 250 mil habitantes, alastrando-se vastamente, como jamais poderia imaginar Herbster, quando da elaboração de sua última planta, em 1888. O crescimento multidirecional não permitia perfeita visualização das mudanças físicas, impossibilitando cadastrar a recente divisão fundiária, embora fossem registrados graficamente os seguidos loteamentos aprovados pela Prefeitura.

Nada restava, pois, salvo recorrer ao emprego de novos processos de registro gráfico. Assim se explica a origem do levantamento aerofotogramétrico dito *Carta da Cidade de Fortaleza e Arredores / Levantada, desenhada e impressa pelo Serviço Geográfico do Exército / 1945 / 1:1000*. Rio de Janeiro, 1945. Não há como informar se o trabalho, executado pelo Exército em 1945, foi pedido pela Municipalidade ou se nasceu de decisão puramente militar. É possível que, nos anos de guerra, notada a pouca ou nenhuma atualização cartográfica de vastas áreas do País, urgia documentar com rapidez e precisão os trechos de maior importância, entre os quais o município de Fortaleza, que se revelara ponto estratégico durante o conflito. Os trabalhos, iniciados em 3 de janeiro de 1944 pelo Grupo Topográfico do Exército, estavam concluídos em 27 de janeiro de 1945. (MOTA, 1963: 232 e 257). As condições em que o levantamento foi executado são desconhecidas, pois, na ocasião, as armas de Aviação, tanto do Exército e como da Marinha, haviam sido incorporadas ao Ministério da Aeronáutica, instituído havia três anos. Provavelmente, os trabalhos se realizaram com aeronaves, agora da Força Aérea Brasileira, mas executados por antigos pilotos e com equipamento manejado por grupo integrante do Serviço Geográfico do Exército, íntimo das técnicas de aerofotogrametria empregadas.

O levantamento de 1945 é um dos trabalhos de mais perfeita documentação gráfica que a Cidade conheceu. Perfeito, no rigor das indicações; perfeito, na impressão das pranchas, postas à disposição de quantos desejassem guardá-las em seus arquivos pessoais. O emprego da escala de 1:10.000 permitia a apresentação de curvas de nível a cada cinco metros, mas exigia que os desenhos se desenvolvessem em oito pranchas. Pela primeira vez, na história fortalezense, via-se, não apenas a cidade construída, mas se tornava possível avaliar a dimensão das glebas já loteadas e, principalmente, fazer idéia das vastas áreas por ocupar, percebidas em seu relevo, nos cursos d'água, nas inúmeras e amplas lagoas, hoje parcial ou

totalmente aterradas. Lamentavelmente, parece ter desaparecido o acervo de fotogramas do levantamento, do qual restou uma pequena fotografia da restituição conjunta dos mosaicos, cuja qualidade e escala permitem examinar, o “retrato” da cidade em 1945, todavia, com algumas dificuldades. A Biblioteca do CAU/UFC possui uma coleção do levantamento do Exército, embora falte um dos desenhos, sumido de forma misteriosa. Trata-se de fato sem explicação, tendo em vista que as consultas, eventualmente feitas à coleção, sempre se operaram por meio de cópias xerográficas dos originais.

O plano Saboya Ribeiro

Recusada a proposta de Nestor de Figueiredo, a ampla divulgação das plantas do levantamento aerofotogramétrico do Exército, pode-se admitir, induziria e facilitaria a possibilidade de elaboração de novo plano urbanístico de que a cidade tanto se ressentia. Conquanto a matéria não fosse objetivamente discutida na Cidade, o urbanista cearense José Otacílio de Saboya Ribeiro, radicado no Rio de Janeiro, foi convidado a examinar a questão por iniciativa do general Machado Lopes, recém-chegado interventor federal no Estado. José Machado Lopes (1900-1990), general e, depois, marechal, era nome de alto prestígio como comandante expedicionário na Itália. Fora designado interventor no Ceará pelo presidente Dutra, no chamado período da redemocratização, ocorrida por degraus, do âmbito federal ao municipal. Demorou no cargo por pouco mais de três meses, em missão temporária, à espera da posse do novo governador eleito, o desembargador Faustino de Albuquerque de Sousa, posse na verdade, que não presenciou, pois deixou o Ceará um pouco antes. Machado Lopes ficaria nacionalmente conhecido quando, no comando militar do Rio Grande do Sul, participou com destaque da campanha promovida por Leonel Brizola em favor da manutenção da ordem constitucional, em perigo, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

José Otacílio de Saboya Ribeiro

José Otacílio de Saboya Ribeiro (Fortaleza, 1903 - Rio de Janeiro, 1969) diplomou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio

de Janeiro em 1930, dedicando-se a atividades rodoviárias. Em 1935, tornou-se membro da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro e, em 1936, prestou concurso de engenheiro sanitário na antiga Inspeção (Municipal) de Águas e Esgotos, cargo em que veio a projetar um estudo de abastecimento de água para o Rio de Janeiro. Em 1937, obteve, por concurso, a recém-criada cátedra de Urbanismo do Curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes. Vale lembrar que, posteriormente, por decisão da Reforma Capanema, o Curso de Arquitetura, então agregado à ENBA, tornou-se autônomo, transformando-se na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da qual Saboya Ribeiro foi diretor entre 1964 e 1967. Entre outros encargos, no âmbito da administração pública, o urbanista dirigiu a Prefeitura de São Luís do Maranhão, em 1937, e a Diretoria de Parques e Jardins da cidade do Rio de Janeiro, em 1961.

Saboya Ribeiro em Fortaleza

As informações sobre a presença de Saboya Ribeiro, com vistas à elaboração do plano, permanecem confusas, como se deduz da apreciação dos acontecimentos. Machado Lopes, autoridade até então sem ligações com o Ceará, chegou à Cidade como interventor federal em 28 de outubro de 1946. Pouco tempo depois, ausentou-se em viagem ao Rio de Janeiro, ocasião em que, mantidos entendimentos com Saboya Ribeiro, por certo rápidos, o trouxe em sua companhia, quando de regresso ao Ceará, em 8 de dezembro de 1946 (MOTA, 1963: 296). Incumbido do plano, Saboya logo retornou ao Rio de Janeiro, mas já estava de volta a Fortaleza em 2 de fevereiro de 1947, agora “contratado pela Prefeitura Municipal”, “encarregado de elaborar o plano de urbanização da capital cearense”. O urbanista cumpriu sua missão profissional velozmente, pois, em 26 de fevereiro, foi expedido “o Decreto municipal nº. 785, que aprova o *Plano Diretor para a Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza*, executado pelo urbanista José Otacílio de Saboya Ribeiro” (SOUSA, 1964: 120). Vale registrar que, desde 28 de janeiro, Machado Lopes, como dito, já havia deixado o Ceará, portanto, bem antes da aprovação do plano e também das poses do novo governador eleito, Desembargador Faustino de Albuquerque e

Sousa, e do prefeito, o médico José Leite Maranhão, ocorridas em 1º. de março de 1947. (SOUSA, 1964: 121).

A rápida elaboração do plano pode ser explicada pelo fato de que o urbanista conhecia a Cidade, sobre a qual cultivaria ideias longamente amadurecidas. Talvez até já registrasse sob forma de rascunhos, efetivamente desenhados quando passou a dispor do levantamento executado pelo Exército em 1945. Apressados, na verdade, teriam sido os passos da contratação, aprovados por autoridades já ou logo afastadas do poder. Os dissabores provenientes de recusas e alterações impostas ao plano, por falta de fiadores administrativos e culturais, certamente foram até ultrapassados por contrariedades provocadas pela impontualidade financeira da municipalidade fortalezense, que não teria honrado todos os compromissos financeiros assumidos contratualmente.

A rejeição do plano Saboya Ribeiro por autoridades municipais, por empresários e por setores influentes da imprensa e da intelectualidade fortalezenses é fato lastimável, não apenas pela rejeição do plano em si, mas principalmente pela origem da rejeição, nascida de campanha obstinada, surgida na Associação Cearense de Imprensa, que se alastrou, com envolvimento avolumado de diferentes grupos formadores de opinião pública na Cidade. Como se verá, o movimento, incredivelmente, partiu de um engano primário, cometido por jornalistas, na leitura e interpretação da memória descritiva e dos desenhos do plano, logro acompanhado por terceiros.

O Plano Diretor para remodelação e extensão da cidade de Fortaleza

O *Plano Diretor para Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza* foi lançado inicialmente em um desenho menor, na escala 1:20.000, executado em “junho de 1947” (Figura 2), posteriormente substituído por outro desenho maior, na escala 1:10.000, em versão final, datado de “2 de dezembro de 1948”, enorme prancha (1,60m x 1,00m). Ambos os desenhos foram executados no Rio de Janeiro, acompanhando-se o último de extenso relatório, no qual ficavam evidenciados os fundamentos e as proposições do plano. Saboya Ribeiro apoiou-se diretamente no levantamento aerofotogramétrico realizado em 1945 pelo Serviço Geográfico do Exército, cujas linhas transparecem no desenho

final do plano. Em boa hora, por iniciativa de Raimundo Girão, o documento explicativo do plano foi transcrito na íntegra pela *Revista do Instituto do Ceará* (t. 69, 1955: 215-43), sob o título “Memorial justificativo do plano diretor para a cidade de Fortaleza”, texto antecedido de um histórico da evolução urbana da Cidade. Na ocasião, acrescenta-se, o urbanista também redigiu nova versão do código urbano, em substituição à de 1932, intimamente correlacionada com as diretrizes propostas, entre as quais, as intervenções físicas incluídas no plano.

O plano diretor previa futura manutenção e desenvolvimento de 36 bairros com 495.664 habitantes. Cobria uma área de 41.856.186 m², isto é, um pouco menos de 50 km², com uma densidade média de 118 hab. / ha. Ocupava, assim, apenas 15 % do município, superfície relativamente reduzida em termos de futura expansão, além de limitada por uma projeção demográfica tímida, pois estimava apenas alcançar o dobro da população da cidade na ocasião, a qual seria ultrapassada treze anos depois. O denominado “centro” da Cidade, com 1,85 km², tinha uma densidade mais elevada de 374 hab. / ha, índice que pede reflexão, se posto em confronto com números atuais. Havia bairros com densidades previstas para mais de 150 hab. / ha (Aldeota, Moura Brasil, Visconde de Pelotas), mas, em maioria, isto é, em 23 bairros, flutuavam entre 100 e 150 hab. / ha, apesar de que, em oito bairros, ficassem previstas densidades inferiores a 100 hab. / ha (entre 100 e 61 hab. / ha). De modo geral, os bairros tinham de 1 a 1,5 km² de área, mas apareciam alguns bem menores, como Moura Brasil, Soares Moreno e Volta da Jurema (este com apenas 0,4 km²). O plano destinava-se a uma área predeterminada, definida por um contorno, limitado a leste e ao sul pela ferrovia Cais do Porto – Parangaba, até o cruzamento com a Avenida João Pessoa, ponto este em que o circuito seguia para oeste pela atual Avenida Humberto Monte, até as Oficinas do Urubu (RVC).

Amplas glebas ficavam reservadas para usos determinados. Na parte sul da cidade de então, ao longo de todo o vale do riacho Tauape, entre a lagoa de Porangabuçu até a avenida Visconde do Rio Branco, na saída para Mecejana, estendia-se o Parque Municipal. Na época, todo esse trecho correspondia a uma vasta zona ocupada por capinzais destinados à alimentação de gado leiteiro das vacarias que alimentavam a Cidade. Quanto às ferrovias, o plano as separava em serviços suburbanos e viagens de longo curso, pelo que previa, para a

segunda modalidade, nova e ampla estação, localizada no cruzamento das atuais avenidas José Bastos e Bezerra de Menezes.

Fora do perímetro delimitador do plano, ficavam o Centro Universitário, no atual Papicu, o Centro Aeronáutico, a sul, o Centro Agrônômico, a oeste, e o porto, em instalação, no Mucuripe. O território situado fora da delimitação urbana, não ocupado, figurava como zona rural, matéria sem interesse para o plano.

Do ponto de vista espacial, o urbanista tentava estabelecer uma “nova estrutura urbana”, superposta ao desenho de Herbster, já superado, havia muito, ampliando-o enormemente, consoante as novas necessidades, entre as quais avultavam os futuros problemas de circulação. Propunha, portanto, um “sistema de avenidas”, composto de radiais, sub-radiais e transversais, integradas um conjunto de “circuitos” (exterior, intermediário, comercial e de irradiação), à parte as “avenidas-canal”, que aproveitavam os riachos e suas margens, quer como guias naturais de esgotamento de águas pluviais e de esgotos, quer como elementos paisagísticos, “com traçado pitoresco de vias mais ou menos curvas, formando um contraste agradável com as vias retas e tradicionais”. (RIBEIRO, 1955: 253).

A implantação de avenidas, poucas já abertas e muitas por introduzir, também serviam para definir espacialmente os limites dos bairros, até hoje, imprecisos. A medida, relacionada com a trama fortalezense, contínua, em retícula, desenvolvida em terreno plano, sem hierarquias espaciais, fazia-se e ainda se faz necessária em favor de melhor apreensão do espaço urbano.

As avenidas, a abrir ou alargadas progressivamente, visavam a amenizar futuros problemas de tráfego por meio de uma malha superposta aproximadamente a cada quinhentos metros, proposição de que resultaria a implantação de algo semelhante a um conjunto de super-quadradas, no interior das quais as ruas funcionariam como vias de tráfego local. Em consequência, os semáforos seriam implantados em cruzamentos, pelo menos, distantes de quatro quarteirões, o que não ocorre na Cidade atual.

Conhecedor abalizado da forma e da história da forma urbana, Saboya tinha clara noção da escala espacial e das limitações financeiras e técnicas da sua cidade natal. Por tais razões preconizava o alargamento de muitas ruas, quase sempre de “modo progressivo”, solução já

então e posteriormente aplicada, sem maiores traumas, em muitas grandes cidades brasileiras, embora jamais efetivamente tentada em Fortaleza.

Alargamentos progressivos, cumpre esclarecer, eram aqueles aplicados à medida que os proprietários dos imóveis desejavam modificá-los substancialmente ou demoli-los, a fim de fazer obra nova. Esses modos de alargamentos participavam do quadro das intervenções a longo prazo. Na época, as cidades brasileiras maiores já começavam a passar por operações radicais de remodelação urbana, marcadas, ora com descarte das velhas edificações, de uso comprometido, ora em busca do emprego de outras tipologias arquitetônicas, de tal sorte que os próprios donos dos imóveis, por pressa nos investimentos, quase sempre cediam graciosamente os trechos a recuar, certos dos benefícios compensatórios. No plano Saboya Ribeiro, esses alargamentos poderiam ser aplicados sem problemas nas “ruas”, em vista da profundidade média dos lotes, em torno de 50 metros. Deparavam, todavia, dificuldades nas “travessas”, como Guilherme Rocha e São Paulo, praticamente constituídas por pequenas edificações, levantadas em lotes mínimos. Por este e outros motivos, uma comissão do Clube de Engenharia opunha-se ao plano, que iria provocar “uma derrubada quase geral do centro da cidade” (LEAL, A. B., op. cit., p. 145). Não esclarecia, contudo, que os alargamentos ocorreriam a longo, a longuíssimo prazo.

No campo de suas preocupações, Sabóia Ribeiro sabia dos embaraços que provocaria promovendo intervenções físicas solicitadas para ajustar, a novas realidades, um risco em xadrez herdado do século XIX, sem hierarquias espaciais. Os cuidados do urbanista anteviam problemas que constituiriam fonte de futuras complicações no tráfego motorizado fortalezense. Ao mesmo tempo, sabia que suas propostas poderiam colidir com um entendimento, sobre o traçado urbano, que alimentava a vaidade dos fortalezenses, tido como “certo” pela população, contra-posto à malha espontânea, “errada”, de outras cidades brasileiras,²⁷

²⁷ Forma e da história da forma urbana constituíam matéria exposta com profundidade por Saboya Ribeiro em suas aulas da cadeira de Urbanismo, enriquecidas com bibliografia selecionada. O exame de sua obra póstuma *Evolução Urbana* (1a. parte), publicada pela família, comprova a assertiva. Nas apreciações macroespaciais, o pensamento de Saboya amparava-se na Geografia Urbana e na História. Esta última considerada, não em busca de reproduzi-la, mas a fim de fundamentar seus pontos de vista.

fato que já havia preocupado seu antecessor Nestor de Figueiredo. A propósito, em termos de justa valorização dos sistemas viários consagrados por Saboya Ribeiro, não se deve esquecer de que a qualidade de vida urbana não procede apenas dos atributos ambientais, rebatidos em um desejável intercuro social. Na verdade, todas as vantagens se inviabilizam pela falta de acessibilidade franca, em particular, daquela proporcionada pelos transportes coletivos.²⁸

A avenida que frustrou o plano

Quanto a alargamentos forçados, Saboya Ribeiro manteve o projeto de interligação da zona leste com a zona oeste por meio de uma avenida, já preconizada no plano Nestor de Figueiredo. Não pôde, entretanto, fazê-la cortar a parte central dos quarteirões, pois, na praça do Ferreira e cercanias, já se elevavam edifícios de porte, dois deles destinados a grandes e modernos cinemas. Assim, propôs o alargamento da estreita rua Liberato Barroso, medida que redundou numa forte campanha contra o plano, patrocinada por vários setores, quer da imprensa, quer da Cidade. Em dias posteriores à entrega do plano, a Associação Cearense de Imprensa havia recebido, por doação municipal, duas casas antigas pertencentes à Prefeitura (depois, mais uma), situadas na esquina da rua Floriano Peixoto com a continuação da rua Liberato Barroso. Como os lotes seriam absorvidos pelo alargamento da avenida projetada, em vez de ser sugerida uma negociação de troca ou outra forma de indenização, até com vantagens para a ACI, estabeleceram-se longos debates entre jornalistas os quais se mantinham, uns radicalmente contra o plano, e outros que o defendiam, em benefício do futuro da Cidade.

Essa divergência posta em penumbra, raras vezes comentada posteriormente, caiu no esquecimento. Em boa hora, Ângela Barros Leal, em livro recente, publicado em comemoração aos 85 anos da Associação Cearense de Imprensa, reconstituiu com imparcialidade as

²⁸ Um dos assistentes de Saboya Ribeiro, o professor Stélio Moraes, havia estagiado nos Estados Unidos, ocasião em que frequentou cursos de tráfego urbano. De regresso, em suas preleções, embora reconhecesse que, na ocasião, o Rio de Janeiro ainda estava longe de deparar os problemas que havia conhecido, aliás, agravados pelo traçado em xadrez da maioria das cidades americanas, lembrava que um dia, talvez não muito distante, as cidades brasileiras também enfrentariam situação parecida...

ocorrências lastimáveis, apresentadas em alentado capítulo, escrito à vista das atas da ACI, bem como de notícias dos jornais e atos administrativos do Município.²⁹

Para melhor compreensão dos fatos, resumem-se algumas das informações obtidas por Ângela Barros Leal, segundo as quais a doação das casas não foi matéria pacífica. A luta entre vereadores, jornalistas e intelectuais, uns, propugnadores da edificação da sede da ACI, no local, e outros, defensores do futuro da cidade, alongou-se por bom tempo, ultrapassando mandatos de prefeitos, então já eleitos por voto popular. A posse do prefeito eleito Acrísio Moreira da Rocha, em 6 de janeiro de 1948, posterior em um ano à data da assinatura do Decreto municipal nº. 785, em 26 de fevereiro de 1947, que aprovava o plano, prenunciou o primeiro embargo às proposições de Saboya Ribeiro. Meses depois, em 10 de setembro de 1948, o mesmo prefeito, em atendimento a decisão da Câmara Municipal, “doava [...], para construção” do “Palácio da Imprensa”, “duas casas que pertenciam à Prefeitura, localizadas na Rua Floriano Peixoto, no cruzamento com a Rua Liberato Barroso, pertinho da Praça do Ferreira.” (LEAL, A., 2011:110). Essa “decisão que ‘punha em discussão um plano urbanístico assinado’ por Sabóia Ribeiro” (LEAL, A., 2011:121), ainda manteve possibilidades de execução do plano, aparentemente inviabilizadas com o lançamento da Pedra fundamental do edifício, em 13 de maio de 1952. (LEAL, A., 2011:145).

O início das obras conheceu seguidos adiamentos por ação de um grupo menor de vereadores, invariavelmente derrotados, que defendiam a integridade do plano urbanístico aprovado por lei, debates que ocorriam na Câmara Municipal, pois, fosse o plano cumprido, a ACI perderia os terrenos doados. Em caso contrário, abriria precedente para gradativo e total descumprimento do plano. Em certa ocasião, ou melhor, ainda “a 23 de outubro de 1952”, na Câmara Municipal de Fortaleza, os opositores do plano solicitavam adiamento, por duas décadas, do início da aplicação da lei aprovada (LEAL. A., 2011: 163), prorrogação com a qual certamente procuravam livrar-se de futuras execrações. “É um absurdo. Daqui a 20

²⁹ O livro intitula-se *Associação Cearense de Imprensa. 85 anos na pauta do Ceará*. Fortaleza: ACI, 2011. Os antecedentes da campanha pela obtenção da sede própria da entidade e da doação do terreno e suas consequências nos interesse da Cidade, bem como os percalços deparados na construção da sede da ACI, integram o longo capítulo intitulado “A sede própria”. (2011: 62-216).

anos os problemas da cidade serão infinitamente mais difíceis de se resolverem”, protestava com veemência e justa razão o vereador José Caminha de Alencar Araripe. (LEAL, A., OP. CIT., 163). Em vista das dificuldades financeiras enfrentadas pela ACI, somente após sete anos de duração das obras, em 4 de setembro de 1959, ocorreu a inauguração do edifício, quer dizer, mais de doze anos depois da aprovação do plano rejeitado.

Vaidade corporativa, leviandade ou má-fé?

Durante bom tempo o autor deste trabalho não pôde encontrar explicação cabível para a celeuma, com interrogações maiores quando percebeu – pasme-se! - que o alargamento proposto para a rua Liberato Barroso não atingia o terreno doado à ACI pela Municipalidade! Segundo redação do próprio Saboya Ribeiro, eis o que se lê nos itens da “Ossatura do PLANO DIRETOR”: 8) – AVENIDA RADIAL LIBERATO BARROSO – Esta será constituída pelo alargamento para 27,00m (vinte e sete metros) da rua Liberato Barroso (antiga das Trincheiras), devendo este alargamento ser feito sempre pelo lado par até a praça Fernandes Vieira.”, asserção confirmada no desenho final do plano, concluído em 2 de dezembro de 1948. O terreno da ACI, conquanto não se encontrasse propriamente na rua Liberato Barroso, mas na esquina de quarteirão contíguo, aberto em continuação da via, estava localizado, para efeito do plano, no lado ímpar da rua, quer dizer, no lado oposto ao alargamento! Ainda que o futuro imóvel fosse realmente atingido, nada custaria aceitar as proposições do plano, solicitando à Prefeitura a troca do terreno doado por outro, até com maior área e em ponto privilegiado.

Apesar da clareza das indicações, quatro anos depois da apresentação do plano, o início das obras do Palácio da Imprensa continuava interdito, com desgastante e prolongada discussão da matéria, negativa para a aceitação do plano, praticamente já rejeitado!... Convém assinalar que, a fim de dirimir dúvidas, na verdade, inexistentes, a Prefeitura convidou Saboya Ribeiro a visitar a cidade, ocasião quando, mal chegado, em 8 de julho de 1952, já cobrava a dívida de Cr\$650.000,00, concernente aos honorários dos seus trabalhos profissionais contratados havia quatro anos, e cujo pagamento ainda não fora honrado pela municipalidade! (LEAL, A.B., OP. CIT., p. 157).

Ao ensejo, Saboya debateu o texto do Código de Obras, que elaborara, aprovado em 12 de agosto de 1952. (LEAL, A.B., OP. CIT., p. 161).³⁰

Confuso, sem atinar o motivo de tantos embaraços prolongados, o autor deste artigo supunha que os acalorados e infundáveis debates procedessem de posterior alteração no lado de alargamento, transferido para a face ímpar da rua, por sinal, medida improvável, pois iria destruir o Theatro José de Alencar. Segundo as recentes pesquisas de Ângela Barros Leal, apresentadas no livro referido, conclui-se que realmente todos - defensores e oponentes, haviam laborado em erro coletivo! Erro, acredite-se, somente descoberto anos depois, conforme se penitenciava Perboyre e Silva, presidente da ACI, no jornal *Gazeta de Notícias*, de 22 de junho de 1952, em artigo denominado “Eureka!” O articulista vinha a público revelar que “Mozart Soriano Aderaldo descobriu o Memorial Justificativo do Plano Diretor, trabalho da lavra do competente Saboya Ribeiro, enviado em junho de 1947 ao Dr. Jorge Moreira da Rocha”, então prefeito, e remetido à Câmara Municipal na ocasião. E assim concluía sua declaração, confessando: “Notável o que me revelou Mozart: o Plano Saboya Ribeiro NÃO ATINGIRIA NEM PREJUDICARIA o terreno onde a ACI pretende erguer seu edifício (...)”. (LEAL, A.B., OP. CIT., p. 155).

Quando Aderaldo “descobriu” o Memorial Justificativo, cinco anos depois da apresentação oficial do documento (onde até então estaria escondido?), e Perboyre logo divulgou o equívoco, o plano Saboya Ribeiro já fora desconsiderado. Hoje, embora já transcorrido tanto tempo, torna-se inadmissível, inconcebível até, que pessoas responsáveis, envolvidas em embates apaixonados sobre o plano, não houvessem lido, ao longo de todo um lustro, o texto entregue à Municipalidade, nem sequer em suas decisões básicas!...

Não se vislumbra, portanto, como encontrar explicações sobre fatos lastimáveis, decorrentes de um comportamento impregnado da ingênua vaidade corporativa, por parte de uns, da leviandade inconsequente, externada por outros, ou, sem dúvida, da má-fé de outros mais, grupo numeroso que reunia as mais destacadas figuras na vida social e cultural da Cidade de então.

³⁰ Professor de Urbanismo do autor deste trabalho, Saboya Ribeiro queixava-se amargamente em sala de aula de haver sido ludibriado pela prefeitura de sua cidade natal, recomendando aos alunos que dividissem futuros contratos profissionais em parcelas, somente dando início à fase seguinte, após ter sido quitada a fase anterior...

Paradoxalmente, deve-se mencionar que, conquanto o plano fosse refutado, o Código de Obras do Município de Fortaleza, da autoria de Saboya Ribeiro, de modo curioso e contraditório, permaneceu adotado correntemente por bom tempo. Foi aprovado pela Câmara Municipal e devidamente assinado pelo seu presidente, vereador Leôncio Botelho, em 16 de maio de 1950. De modo estranho, porém, somente mais de dois anos depois apareceu publicado no *Diário Oficial do Município*, Ano I, nº. 107, de 29 de novembro de 1952, reproduzindo texto pertinente à Lei nº. 188, da mesma data, e assinada pelo mesmo vereador presidente da Câmara. O Código compunha-se de 494 artigos. Enfatizava a construção civil, especificamente no âmbito dos materiais e das técnicas de execução, bem como formulava dimensionamento pormenorizado dos espaços públicos e particulares, acompanhados das devidas exigências de uso. Vale ressaltar que as diretrizes físicas do Plano Diretor de Saboya Ribeiro integravam o trecho final da Lei nº. 188, compreendendo todo o Título IV, Capítulo I, do artigo nº. 474 ao artigo nº. 486.

Dois meses depois aprovado o Código, modificações no sistema viário já constavam do *Diário Oficial do Município* nº. 153, ano I, de 3 de fevereiro de 1953, conforme a Lei nº. 609, do dia anterior. Surgiam “alterações e correções” no novo texto legal, devidamente aprovado na Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito Paulo Cabral de Araújo. A Secretaria Municipal de Obras, a fim de contornar entraves, ainda reexaminaria as propostas de Saboya, na realidade, totalmente já comprometidas. Houve tentativas de revisar o plano, conforme uma versão trasladada a desenhos executados em pranchas menores, mas com escala ampliada, que consideravam os bairros separadamente.³¹ A Biblioteca da Escola de Arquitetura possui cópia do conjunto desses desenhos, cujas respectivas modificações podem ser cotejadas com a enorme prancha do plano original, assinado por Saboya Ribeiro.

³¹ Ausente de sua cidade por longo tempo, ao visitá-la, em 1952, o autor deste artigo decidiu conhecer a Secretaria de Obras do Município. Conquanto pessoa estranha ao meio profissional fortalezense, foi recebido com demonstrações de fidalga gentileza pelo titular do órgão, o engenheiro José Helito Gondim Pamplona. Na ocasião, a par de ter ciência dos fatos reprováveis ocorridos e receber explicações técnicas sobre os trabalhos em curso, foi presenteado com valiosa documentação, escrita e gráfica, copiada dos arquivos da repartição. Anos depois, Pamplona e o autor deste trabalho seriam colegas de magistério na jovem Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará, em período quando estreitou fraterno relacionamento com o saudoso amigo.

Ainda aerofotogrametria: o levantamento de 1960/63

Novo levantamento aerofotogramétrico da cidade foi iniciado em 1960, mas somente entregue em 1963, realizado mais uma vez pelo Serviço Geográfico do Exército. O trabalho, executado na escala de 1:5000, compunha-se de um conjunto de 16 pranchas, sob o título *Serviço Geográfico do Exército. Fortaleza. Diretoria do Serviço Geográfico. Escala 1:5000. Rio de Janeiro, 1963*. Na ocasião, os desenhos pertinentes podiam ser adquiridos com facilidade bem como os próprios fotogramas, revelados em escala de 1:2000, consultáveis por meio de estereoscópios de bolso. O autor conseguiu organizar um conjunto de cópias desse levantamento, todavia, sem encontrar a prancha nº. 6, correspondente ao centro da cidade.

O levantamento de 1973

À guisa de complementação da notícia, assinala-se que dez anos depois, em 1973, um consórcio formado pela Prefeitura e outras entidades contratou novo levantamento aerofotogramétrico. Os trabalhos, que abrangiam praticamente todo o Município, resultaram num conjunto composto por 186 pranchas, nas quais estava cadastrada toda a cidade, de modo pormenorizado, em escala de 1:2.000. A Biblioteca da Escola de Arquitetura conserva uma coleção completa dos desenhos, entretanto, com muitas pranchas em precário estado de conservação, tal o uso que delas têm feito os alunos ao longo do tempo. A coleção intitula-se *Prefeitura Municipal de Fortaleza / Levantamento Aerofotogramétrico / Cidade de Fortaleza / 1:2000 / Executado por Serviço Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul / 1973 / Prefeitura Municipal de Fortaleza / CA-GECE / Companhia Telefônica do Ceará / Rio de Janeiro, 1973*.

Nota sobre levantamentos executados por empresas privadas

De certo modo, conquanto matéria alheia ao tema desta palestra, o levantamento aerofotogramétrico de 1973, executado na escala de 1:2000, ora vai mencionado pelo fato excepcional de suas pranchas não haverem desaparecido!... Como dito, o uso continuado do levantamento no Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará tem provo-

cado o natural desgaste do material compulsado. Infelizmente, não há como conseguir cópias novas das pranchas, nem muito menos dos respectivos fotogramas, já que o trabalho, realizado por encomenda da Prefeitura Municipal de Fortaleza, da CAGECE e da antiga Companhia Telefônica, foi executado por uma empresa privada hoje desaparecida, a LASA (Levantamentos Aerofotogramétricos Sociedade Anônima), subsidiária da empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, incorporada há muito anos pela VARIG, esta por sua vez absorvida por terceiros. Torna-se, portanto, praticamente inviável resgatar o material cartográfico original, com destino hoje ignorado.

Monsieur Costá, architecte urbaniste

Por volta de 1960, o pequeno grupo de arquitetos da Cidade foi surpreendido com a presença de um urbanista desconhecido, vindo do Rio de Janeiro a convite do então prefeito Manuel Cordeiro Neto. Limitações físicas do meio urbano e acasos permitiram que os colegas locais tivessem oportunidade de manter contato com o recém-chegado, figura que se identificava por via de um currículo profissional rocamboloso. A demora do urbanista em Fortaleza foi curta, pois que, convidado a apresentar-se em ambientes sociais elegantes, se comprazia em chocar os presentes, principalmente o mundo feminino, com histórias fantásticas de sua vida boêmia parisiense, às vezes entremeadas de episódios fesceninos.³²

Essa figura excêntrica, de quem o prefeito logrado prontamente se desvencilhou, chamava-se Cláudio Manuel da Costa, logo conhecido como – o *Inconfidente*, referência jocosa, em lembrança de seu homônimo ilustre. Por bom tempo, a meteórica presença do arquiteto na Cidade e sua tumultuada biografia foram lembradas pelos colegas cearenses como páginas de humor. As dimensões do texto, é pena, não permitem relatar mais do que um ou outro fato da singular passagem do

³² Em sessões realizadas nos salões de um clube elegante, o urbanista explicava que, em decorrência do calor no verão do Rio de Janeiro, ele e a mulher (a atriz A. A.) costumavam espairecer na varanda do apartamento em trajes paradisíacos. Assim, por supor que o clima fortalezense estimulasse práticas idênticas e a fim de colher informações sobre o comportamento da população, dirigia-se à platéia com ar fingidamente ingênuo, quando, escolhendo este ou aquele respeitável casal, lhes pedia resposta afirmativa de hábitos familiares semelhantes...

“Inconfidente” por terras alencarinas. Filho do escritor Luís Edmundo, festejado membro da Academia Brasileira de Letras, Cláudio detestava o pai, que o havia abandonado, a si e a mãe, senhora francesa. Vivera em Paris, onde havia cursado a École des Beaux Arts.

As proezas do *urbaniste Costà* envolviam uma estada na União Soviética em fins da década de 1920, nos tempos do plano quinquenal desenvolvido por Stalin. Na ocasião, trabalhara numa equipe de colegas europeus (estes devidamente nomeados), alguns famosos, ocasião em que fora agraciado com uma medalha de reconhecimento. Como, durante sua ausência, havia deixado de cumprir os preceitos legais pertinentes à profissão, de retorno à França, viu-se destituído do título e obrigado a trabalhar para terceiros. Entre estes, encontrava-se o nome famoso de Berthold Lubetkin (1901-1990), arquiteto russo radicado na Inglaterra, que o convidara para participar do projeto do Jardim Zoológico de Londres.

Em 1939, deflagrada a Guerra, decidiu voltar para o Brasil em companhia da mãe. Ao passar de navio pelo Recife, em pleno Estado Novo, teve de explicar, à polícia de Agamenon Magalhães e à imprensa, suas ligações com Stalin, na verdade, profissionais e não ideológicas, além de realizadas em equipe.... Radicado no Rio de Janeiro, tornou a trabalhar para terceiros, pois não podia registrar-se no CREA. Assim permaneceu até a queda de Vargas, quando o novo presidente, José Linhares, enveredou pela imediata adoção de medidas de declarado de nepotismo, entre as quais, decretou a equiparação dos diplomas da Beaux Arts parisiense aos congêneres brasileiros, a fim de favorecer um sobrinho. Cláudio Manuel, amparado pela medida, dirigiu-se ao CREA em busca de sua carteira profissional, a qual exibia de público como um troféu. Regularizada sua situação e ativo na prancheta, havia-se inscrito, de parceria com um colega, em um concurso patrocinado pelo antigo IAPC, pertinente à construção de um *Lar da Comerciária*. Vitorioso no concurso, inacreditavelmente o prêmio não lhe fora pago nem assinado contrato para desenvolvimento dos trabalhos. Em consequência, formara circunstanciado processo por meio de advogado prestigioso, de sorte que, reavaliados e atualizados os débitos, ele, Cláudio Manuel, se sentia transformado em novo milionário. Como comprovante, exibia uma folha de papel, na qual, a soma das parcelas dos débitos, redundava num total fabuloso.

Feliz ou infelizmente, a curta demora do urbanista na Cidade não lhe permitiu traduzir em desenhos os eflúvios de sua imaginação fértil. Uma pena, por certo.³³

O plano Hélio Modesto

Encerrado pelo próprio prefeito “o *affaire* Cláudio Manuel da Costa”, pareceu aos colegas que o gestor municipal errara no convidado, mas acertara na intenção de dotar a cidade de um plano urbanístico. Ao ensejo, em vista da aproximação mantida com o engenheiro professor Amaury de Castro e Silva, Secretário de Municipal de Obras, este logo ficou informado do pensamento dos arquitetos. Sobre os fatos, como o autor deste trabalho deveria viajar ao Rio de Janeiro na ocasião, prontificou-se em intermediar entendimentos com algum profissional capacitado, que desejasse vir pessoalmente examinar o problema.

O justo seria novamente convidar Saboya Ribeiro, cujo nome, conquanto admitido, logo foi desconsiderado, por duas razões. Primeiro, em vista do tempo transcorrido desde a apresentação de seu plano em 1947, o qual dificilmente se ajustaria às radicais mutações verificadas na cidade. Segundo, porque a simples citação do nome do urbanista reacendia, injustamente, aliás, radical oposição dos proprietários de terras urbanas à sua presença profissional na Cidade, celeuma que o prefeito não desejava instigar.

Assim, a escolha recaiu sobre Hélio Modesto, assistente de Afonso Eduardo Reidy no Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e pessoa com quem o intermediário mantinha relações próximas desde os tempos de estudante, visto que fora ele, Hélio, o orientador de uma vitoriosa equipe de alunos, em que o autor se incluía, formada para disputar um concurso escolar.

De regresso, devidamente informado o Secretário Municipal de Obras dos contatos mantidos no Rio de Janeiro, após os devidos acertos,

³³ Quando das conversas, enquanto Cláudio Manuel externava suas considerações, o autor deste trabalho, todo ouvidos, “cruzava” as informações, inserindo-as em tempo e espaço. Jamais deparei qualquer contradição, diga-se a verdade. Passados muitos anos, ao consultar um número da revista britânica *Architectural Review*, dedicado a Lubetkin, em comemoração da passagem de seu centenário de nascimento, lá estava o projeto do Zoo londrino, com a afamada rampa dos pinguins. As legendas relacionavam os componentes da equipe de arquitetos, entre os quais, conquanto estropiado, se lia o nome de Cláudio Manuel da Costa...

Hélio Modesto recebeu convite para visitar Fortaleza, quando assinou contrato concernente à elaboração de um plano diretor para a cidade.

Hélio Modesto

Hélio Modesto (1921-1980) diplomou-se em 1945 pelo Curso de Arquitetura ainda integrado à Escola Nacional de Belas Artes. Entre 1949 e 1951, cursou a School of Planning and Regional Development de Londres. Formulou o Plano Urbanístico de Volta Redonda (1953 a 1955). Participou da Comissão para localização da Nova Capital bem como da Comissão de Planejamento do Aterro do Flamengo, em 1958. Elaborou o Plano Diretor de Fortaleza (1960-1962), em equipe com a urbanista Adina Mera, o engenheiro Mário Laranjeiras e o sociólogo José Artur Rios. No Rio de Janeiro, já depois, em 1963, integrou o grupo da CEDUG, que acompanhou a execução do Plano Dioxíadis, para o efêmero Estado da Guanabara. Foi o arquiteto da sede do IBAM, instituição em que manteve destacada atuação. Entre outras realizações arquitetônicas, projetou o Jockey Clube Jardim Guanabara, na Ilha do Governador / RJ, hoje transformado em estádio de futebol. Hélio Modesto foi professor adjunto do Curso de Urbanismo da Faculdade Nacional de Arquitetura, atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Adina Mera

As tarefas mais cansativas do plano foram entregues a Adina Mera (1927-1984), saudosa amiga, argentina, nascida em Ushuaia, na Patagônia, criada em Buenos Aires, mas radicada no Brasil, Adina tornou-se figura chave na elaboração do trabalho, em face do grande empenho dedicado à preparação do *survey*, o que lhe permitiu dominar com maestria os problemas socioespaciais da Cidade. Participante das rodas culturais fortalezenses, ministrou posteriormente, em duas ocasiões, cursos semestrais de urbanismo na Escola de Arquitetura, lembrados com saudade pelos que com ela conviveram.

Alta, de porte elegante, culta, simpática e desembaraçada, Adina Mera procedia de uma família de estancieiros ligada ao Partido Radical, perseguida após a ascensão de Perón. Na ocasião, decidiu morar em

Paris, onde continuou seus estudos. A fim de não onerar os pais com despesas de vulto, obtinha ganhos como participaante de desfiles de modas, o que a habilitava a manter contatos com a *haute couture* francesa, retemperando seus dotes naturais de distinção.³⁴

Ao tentar retorno à Argentina, foi aconselhada a deter-se no Rio de Janeiro, no aguardo de melhor oportunidade. Enquanto esperava, Adina integrou-se rapidamente à cidade, na qual se radicou.

O plano Hélio Modesto

O plano Hélio Modesto, aprovado por Lei nº. 2.128, de 20 de março de 1963, introduziu novidades metodológicas e conceituais, fosse pela cuidadosa elaboração do *survey*, a cargo de Adina Mera, fosse por considerar a organização social da cidade, que começava a se anunciar problemas novos. As favelas na periferia urbana já constituíam matéria de preocupação e para cujo estudo foi valiosa a ajuda da Escola de Serviço Social.

As lições britânicas recebidas por Hélio Modesto e os fracassos urbanísticos anteriores levaram-no a uma posição realista com o que deparava, optando, antes de tudo, ora por manter usos, ora por substituí-los, tanto sugerindo o aproveitamento de baldios como a renovação de áreas decadentes. A fim de impedir ou retardar o esfacelamento social da cidade, o plano propunha a introdução dos chamados *centros de bairros*, numerosos e espalhados por toda a malha urbana, novidades para cuja implantação seriam oferecidos incentivos espaciais e fiscais.

Matéria discretamente perceptível nos planos anteriores, na ocasião, já se evidenciava a bipartição social e econômica da cidade, impondo-se interligar o leste ao oeste, da Cidade, ainda que apenas espacialmente, como fora tentado antes. Hélio Modesto, entretanto, não insistiu na abertura de uma avenida central, como o haviam feito Nestor de Figueiredo e Saboya Ribeiro. Transferiu-a para a periferia do centro, isto é, optou pelo

³⁴ Em Fortaleza, durante as pesquisas de dados para implantação da Avenida Beira-Mar, Adina relacionou-se com jangadeiros que a puseram a par de padrões das fazendas bem como uso e modos de tingidura das suas roupas de trabalho. Assim orientada, comprava tecidos nas calçadas do Mercado Central e, na varanda da pousada onde se hospedava, sempre muito à vontade, Adina desenhava modelos, tingia os brins, cortava-os e os costurava. Depois, ia à rua. Nos clubes a que comparecia, perguntavam-lhe sobre a procedência de seu guarda-roupa. Se do Rio de Janeiro, de Buenos Aires ou de Paris. Displcientemente, referia a origem das vestes, deixando suas interlocutoras perturbadas ...

alargamento da Rua Meton de Alencar. Algumas ligações viárias amplas e também alargamentos progressivos constavam das diretrizes do plano, como pode ser entrevisto em fotografias de pranchas do plano.

Reformulação espacial do centro urbano por uso do solo, não realizada

Como proposta de recomposição espacial, Hélio Modesto precognizou a mudança do uso de equipamentos urbanos dispersos, transferindo-os para grandes áreas no contorno norte do centro. Além dessa medida, tentou intervir no sentido natural de expansão das atividades comerciais, dirigido para sul e sudoeste, procurando direcioná-lo para a praia, tomada a avenida Alberto Nepomuceno como vetor de expansão. Para tanto, instituiu um polo de atração no Poço da Draga, ponto extremo, o qual seria aterrado, a fim de comportar um centro de lazer junto do mar. Naquela parte e em suas circunvizinhanças, a Cidade contava com enorme área, espécie de retroporto, mantida amplamente sem uso definido a qual, desativada de suas funções originais, mostrava-se irremediavelmente condenada à degradação, após a transferência dos serviços para o porto do Mucuripe. O plano também propunha a mudança de usos de vasto trecho urbano, localizado entre a zona central da Cidade e os morros do Croatá e do Moinho, inadequadamente ocupado pela ferrovia, no qual seriam instaladas repartições públicas. Essa medida tanto visava a atrair a implantação de comércio de melhor qualidade, mantido pela clientela de bom nível econômico, como justificava a permanência residencial nos quarteirões próximos, os quais, na época, ainda se mantinham qualificados como trecho de moradia da classe média.

Se as pranchas de levantamento da situação urbana foram estudadas com profundidade e apresentadas com impecável precisão, as proposições do plano ficaram, todavia, definidas pela metade, em consequência de dois fatos. Um deles, aliás, de modo previsível, recaía sobre o cumprimento do cronograma de desembolso contratado com a Prefeitura, que dividia os trabalhos em tarefas contratualmente estanques, os quais somente poderiam ser reiniciados após quitada a parcela anterior. Os atrasos, justificados pelas limitações orçamentárias do Município, protegeram a elaboração do plano, executado aos poucos. Hélio Modesto fora previamente alertado de problemas defrontados por Saboya Ribeiro...

Também implicou o retardamento dos serviços o desejo imprevisto, manifesto pelo prefeito Cordeiro Neto, de contar com um plano setorial, destinado a nortear a imediata abertura de uma avenida beira-mar, realização que pretendia inquestionavelmente ver concluída em seu governo, prestes a encerrar-se. O atendimento à solicitação do gestor municipal redundou em mudança na ordem de execução das tarefas gerais do plano, exigindo estudos prévios da organização social da área, ocupada pontualmente por pescadores. A alteração de rumo perturbou sobremodo os trabalhos em andamento, trazendo evidente desgaste à equipe.³⁵ A futura avenida deveria estender-se do Mucuripe ao Pirambu, mas teve sua implantação praticamente findada nas cercanias da Praia de Iracema, conforme projeto exposto em três pranchas pertinentes.

O abandono do centro

O não cumprimento das diretrizes do plano, relativas ao aproveitamento da oferta de áreas sem uso adequado, amplas e contíguas, para expansão da zona central da cidade, teve consequências previsíveis. A necessidade de novas edificações públicas e privadas, numa cidade em rápido desenvolvimento, reclamava espaços compatíveis com nova escala urbana, reformulada. Esses espaços não poderiam ser encontrados em quadras densamente ocupadas por edificações residenciais implantadas nos velhos lotes estreitos e compridos, característicos da Fortaleza antiga. Além do mais, a situação também se agravava por decorrência da acessibilidade difícil oferecida a pedestres e veículos, resultante de uma malha constituídas por ruas estreitas e calçadas exíguas.

Premidos por tais circunstâncias, os novos equipamentos públicos e privados descobriram os lotes amplos da Aldeota, para onde, gradativamente, se transferiram. Em consequência, os integrantes dos segmentos ditos A e B retiraram-se do centro da cidade, levando consigo o comércio refinado e os serviços de entretenimentos para o bairro elegante e adjacências. Desapareceu a tradicional convivência coletiva

³⁵ Ante a fleugmática desolação de Hêlio Modesto, em face da mudança de rumo das prioridades contidas no plano, o autor destas linhas, em tom brincalhão, exclamava: *Meu plano por uma avenida*, parafrazeando a conhecida fala de Ricardo III, quase ao fim da peça, quando o rei, desorientado em meio de uma batalha perdida, gritava: *A horse! A horse! my kingdom for a horse.* (SHAKESPEARE, Richard III, cena IV, ato V).

entre as diversas camadas da população, que tinha na praça do Ferreira o ponto encontro coletivo.

Epílogo Inacreditável

Pressionado pelas ocorrências já mencionadas, Hélio Modesto fez a entrega oficial do seu plano nos últimos dias da administração Cordeiro Neto. Não houve, pois, oportunidade de se iniciarem as proposições sugeridas e nem a administração municipal seguinte demonstrou interesse em aplicar quaisquer diretrizes do plano. Diante da nova situação, a Escola de Arquitetura solicitou e obteve da Prefeitura, por prazo indeterminado, a cessão das vinte e oito pranchas do plano. Preservadas na Biblioteca com especial cuidado, serviram a gerações de estudantes no ensino das disciplinas de planejamento urbano, aproveitadas como instrumento de iniciação metodológica e prática de estudos de organização física e social da Cidade. Embora todos soubessem que compulsavam dados e analisavam proposições paulatinamente superadas pela incidência de novos e imprevistos problemas surgidos com o passar dos anos, as pranchas do plano Hélio Modesto prestaram relevantes serviços à Escola, como metodologia e roteiro didático postos à disposição de professores e alunos.

Naqueles dias, excluídos os recursos de impressão tipográfica, eram ainda precárias as possibilidades de reprodução de desenhos coloridos, indicações cromáticas que facilitavam a apresentação dos projetos. À época, como novidade, aparecera um tipo de cópias heliográficas, extraídas com traços em cor preta sobre fundo branco, processo que parecia reproduzir os desenhos originais, preparados com nanquim, em papel canson. A fim de poder fazer a apresentação das pranchas do plano, Adina Mera engendrou uma solução prática, condizente com o valor do contrato firmado. Para tanto, transferiu as matrizes desenhadas para folhas de plástico, transparentes, de sorte que fossem obtidas novas matrizes, no número de cópias desejadas. Por outro lado, fez reduções e adaptações da planta cadastral da cidade, transcritas a bico de pena, fornecidas por rascunhos do levantamento aerofotogramétrico. Rascunhos, vale repetir, tendo em vista que os desenhos oficiais do levantamento, em fase de montagem, ainda não impressos, estavam à espera da entrega oficial do serviço contratado, somente ocorrida em 1963. Ultimados os originais dos desenhos do plano, devidamente copiados em papel opaco branco e coloridas

manualmente as convenções gráficas, as cópias heliográficas das respectivas folhas de plástico foram aplicadas em placas de aglomerado de madeira, do tipo *Eucatex*, e finalmente transformadas nas pranchas de apresentação do plano.

Às tantas, não se sabe por que razão, companheiros que militavam nos setores técnicos da Prefeitura resolveram ter de volta as pranchas do plano, sob o argumento de que estavam apenas emprestadas e pertenciam de direito à Municipalidade. A direção da Escola, conquanto chocada com a demanda, logo percebeu não haver como reter o material na Biblioteca, o qual foi imediatamente devolvido.

Pouco tempo depois, o precioso material teve fim inesperado. De certo modo, por serem objetivamente inúteis à Prefeitura e, na verdade, recolhidas tão somente como mera referência histórica ou demonstração de vaidade ingênua, mas autoritária, quer dizer, sem utilidade técnico-burocrática evidente, as pranchas ficaram depositadas em local inadequado. Um dia, para triste surpresa, principalmente para os corpos docente e discente da Escola de Arquitetura, divulgou-se a inacreditável e amarga notícia de que as pranchas foram totalmente queimadas em incêndio, provocado por descuido e por ignorância de um funcionário, que as usava como tapa-vento de um fogareiro em que costumava preparar as refeições!

Faz-se ideia das pranchas do Plano Hélio Modesto por meio de um conjunto de fotografias em preto e branco, providenciadas, para sua coleção pessoal, pelo professor engenheiro Amaury de Castro e Silva, velho e saudoso amigo. Não se consegue, entretanto, efetuar cabal leitura do conteúdo dos desenhos, visto que as convenções gráficas estavam originalmente apresentadas em cores. Se fosse possível *colorizar* as fotografias, a exemplo do que vem sendo executado, com êxito, em filmes antigos, rodados em preto e branco, talvez se viesse lograr, com aproximação possível, a reconstituição das pranchas, facultando, enfim, fácil leitura das legendas dos desenhos do plano. Talvez também pudessem ajudar na eventual reconstituição das pranchas alguns rascunhos dos desenhos originais do plano, lançados em papel manteiga e coloridos a lápis de cor, preciosidades guardadas por amigos da equipe.

A apresentação gráfica do plano Hélio Modesto dividia-se em dois grupos: vinte pranchas referentes ao *Levantamento das Condições Atuais* e sete pranchas alusivas às Proposições. O primeiro grupo constava de: 1. Planta chave; 2. Acidentes naturais; 3. Crescimento da Cidade (Figura 3); 4. População; 5. Equipamentos básicos; 6. Circulação; 7. Equipamento de caráter social; 8. Equipamento cultural; 9. Equipamento de caráter econômico; 10. Equipamento industrial; 11. Equipamento industrial; 12. Circulação; 13. Circulação; 14. Circulação; 15. Circulação; 16. Circulação; 17. Favelas; 18. Estudo da faixa da avenida Beira-mar; 19. Estudo da faixa da avenida Beira-mar; 20. Estudo da faixa da avenida Beira-mar. As *Proposições* compunham-se de: 1. Zoneamento – Usos predominantes; 2. Zoneamento – Usos predominantes: Área central e zona residencial de alta densidade; 3. Zoneamento: População dos centros de bairro; 4. Esquema de vias: Circulação; 5. Esquema de vias: Classificação; 6. Esquema de vias: Alargamentos, desapropriações e reservas (Figura 4); 7. Esquema de vias: Providências a executar (Figura 5).³⁶

Conforme se percebe, embora buscasse uma compreensão ampla e integrada da Cidade, as pranchas do Plano Hélio Modesto enfatizavam o sistema viário. Como seus antecessores, o urbanista também procurava valorizar e definir os esquemas de traçado rádio-concêntrico, na tentativa de superar problemas críticos que já se anunciavam, cada vez mais complicados e ainda hoje sem claras soluções à vista.

Os planos e o presente

Os três planos de remodelação e extensão mencionados neste trabalho, cada qual a seu modo, representavam o pensamento urbanístico gradativamente desenvolvido desde fins do século XIX, elaborados em busca de soluções para o presente e para o futuro das cidades, conturbadas pelo crescimento rápido e desordenado. Dentro do possível, para efeito das medidas aventadas, recorriam a princípios racionais, que pudessem comandar os processos de expansão consoante previsões espacial e temporalmente delimitadas. Por tais razões, em todos os planos, havia similitudes nas proposições, entre as quais, sobressaía a introdu-

³⁶ Em vista de problemas na transcrição das fotos, foram incluídas, no texto, figuras que mostravam melhor visualização, optando-se por uma prancha entre as do “Levantamento das Condições Atuais” e duas pranchas das “Proposições”.

ção de um circuito de contorno viário, espécie de linha demarcatória da área planejada. Nessa área definida, o dimensionamento das vias ganhava ênfase, projetado para atender ao aumento das solicitações de tráfego, enquanto as indicações do zoneamento alvitrado determinavam e valorizavam as funções urbanas – bairros residenciais, morada, trabalho, lazer e circulação, correlacionadas com as respectivas localizações dos equipamentos de serviço, de indústria e das áreas de divertimento.

À guisa de encerramento

No texto, algumas considerações expendidas foram imprevistamente ampliadas em decorrência de circunstâncias várias. Assim, no plano Nestor de Figueiredo, percebe-se claramente que o autor deste artigo externou desejo de interpretar o pensamento do arquiteto, entretanto, como visto, expresso em pequeno e conciso desenho remanescente. Por sua vez, os comentários sobre o Plano Saboya Ribeiro ultrapassaram o espaço previsto no artigo, em face da introdução de esclarecimentos provocados pela recente publicação de um livro que divulga pormenores do noticiário de jornais da época e de debates travados na Câmara Municipal de Fortaleza há seis décadas, quer relativas a matéria de interesse da Associação Cearense de Imprensa, transcritas nas atas de suas reuniões, quer decisões proferidas pela Prefeitura, que levaram à rejeição da proposta original do plano. Rejeição, insista-se, emanada de implacável campanha perpetrada por antagonistas às decisões do plano, pessoas que jamais se haviam detido em ler e analisar as reordenações propostas!... Finalmente, quanto ao Plano Hélio Modesto, à parte considerações nascidas do relacionamento pessoal do autor deste artigo com a equipe, impôs-se denunciar o fim insólito das pranchas que apresentavam os desenhos do plano. O total desinteresse pelo trabalho, manifestado pela administração municipal que se seguiu, talvez procedesse de alguns aspectos da proposta urbanística, mais voltada para desencadeamento de ações prolongadas do que para imediata realização de obras. Consequentemente, a rejeição do plano, sem dúvida, refletiu-se no alheamento dos quadros técnicos da Prefeitura quanto à preservação do material gráfico.

Como se sabe, do racionalismo brasileiro arquitetônico no campo urbanístico atingiria o ápice no plano de Brasília, concebido por Lúcio

Costa, cidade inaugurada em 1960, com princípios norteadores postos em dúvida, já havia mais de uma década, em congressos internacionais de arquitetura e urbanismo. Postos em dúvida, vale ressaltar, não quanto à recusa da modelação (ou remodelação) da forma urbana, mas na insistência no emprego de determinados fundamentos racionalistas, alguns deles, radicais. Nos governos militares, postos os problemas sob orientação de economistas, não seria de admirar que o desenho urbano fosse relegado ou esquecido. Em 1971, obteve aprovação o PLANDIRF - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Fortaleza, destinado a examinar não apenas a cidade-mãe, em si, mas o grupo de aglomerações urbanas vizinhas, a chamada Área Metropolitana, espécie de um todo disseminado, com inter-relacionamento comum, mas nem sempre constituída por malha urbana contínua. Ultrapassa os objetivos do tema deste trabalho o exame das proposições do PLANDIRF e suas consequências na forma urbana fortalezense.

Em dias atuais, descontrola e injunções econômico-sociais outras, de alto poder, entre as quais, a globalização e a informática, vêm provocando uma verdadeira dispersão física, fenômeno universal, em que as configurações urbanas assumem limites difusos, imprecisos. No Brasil, particularmente em Fortaleza, bastaria apontar a atual preferência dos setores abastados por glebas periféricas, até então historicamente ocupadas por comunidades pobres, nascidas de expulsões. A realidade em curso reflete-se no autoisolamento dos “condomínios fechados”, denominação que bem lhes caracteriza a origem e os propósitos, resolvidos com modos de ocupação do solo identificados pela homogeneização física e social de microespaços, contrapostos ao todo urbano, complexo e heterogêneo.

A nova fase de expansão urbana que se anuncia não integra o tema deste artigo, dirigido para o passado.

Bibliografia

ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Imperio do Brazil* comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciarias [...]. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

BAERLE, Kaspar van. Casparis Barlaei. *Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum sub praefectura Illustrissimi Comitis J. Mauritii Nassoviae. & Comitissae nunc (...)*. Amsterdolum: Joannes Blaev, 1647.

BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos praticados durante oito anos no Brasil e outras partes sob o governo do Illustrissimo João Mauricio Conde de Nassau (...)*. Trad. Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: MES, 1940.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. O ensino da Arquitetura nas aulas de Engenharia Militar da Bahia no século XVIII. *Designio*, São Paulo, n. 1, 2004: p. 93-100.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Obras Completas*. v. 4, 5: Os Lusíadas. Lisboa: Sá da Costa, 1968.

CASTRO, José Liberal de Castro. Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 108, 1994: p.43-90.

_____. Cartografia Cearense no Arquivo Histórico do Exército. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 111, 1997: p. 9-79.

_____. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 119, 2005: p. 93-123.

CÓDIGO de Posturas do Município de Fortaleza. Fortaleza: Minerva, 1933.

COSTA, Lúcio. *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FARIA, Ernesto. *Vocabulário latino-português*. Rio de Janeiro: Briguet, 1943.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *A Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá / 1783-1792*. 2 v. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. v. I.

[FORTALEZA. PREFEITURA MUNICIPAL]. Lei n.188, de 16 de maio de 1950. *Diário Oficial do Município*. Fortaleza, 29 de novembro de 1952, ano 1, n.107, p. 3-35

[FORTALEZA. PREFEITURA MUNICIPAL]. Lei n.609 de 02 de fevereiro de 1953. Altera e Corrige dispositivos do Código Urbano do Município de Fortaleza, que baixou com a Lei n.188, de 16 de maio de 1950, na parte relativa ao Plano Diretor da Cidade, aprovado pelo Decreto, n.785, de 26 de fevereiro de 1947, e dá outras disposições. *Diário Oficial do Município*. Poder Executivo, Fortaleza, 03 de fevereiro, ano 1, n.153, p.1-2.

GARCIA, Vicente de Diego. *Diccionario Ilustrado / Latín / Vox*. Barcelona: Spes, 2001.

GIRÃO, Raimundo. Plano de urbanização de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 57, 1943: p. 205-22.

GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia,[s.d.].

GUERRA, M.J. Julio. *Guia do operario de trabalhos publicos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

HOLANDA, Francisco de. *Da fabrica que falece à cidade de Lisboa*. Lisboa: Horizonte, 1984.

_____. *Diálogos de Roma*. Lisboa: Sá da Costa, 1955.

_____. *A Ciência do Desenho*. Lisboa: Horizonte, 1985.

LARSEN, Erik. *Frans Post, intérprete du Brésil*. Amsterdam, Rio de Janeiro: Colibris, [1962]

LEAL, Ângela Barros. *Associação Cearense de Imprensa: 85 anos na pauta do Ceará*. Fortaleza: ACI, 2011.

LEITE, Serafim (Pe.). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugália, 1943. t.3.

LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Stúdio Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1999.

MODESTO, Hélio. Plano Diretor de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 78, 1964: p. 201-42.

MOREIRA, Fernando Diniz. A aventura do Urbanismo Moderno na cidade do Recife, 1900-1965. In: *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*.

[coordenadora] Maria Cristina da Silva Leme. São Paulo: Studio Nobel, FAU/USP, FUPAM, 1999.

PIMENTEL, Luís Serrão. *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares* Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1680.

RESENDE, Vera F. et *alii*. Refazendo caminhos: o pensamento urbanístico a partir da produção do engenheiro Saboya Ribeiro. In: *Anais do X Encontro Nacional da Anpur*. Belo Horizonte, 2003.

RIBEIRO, José Otacílio de Saboya Ribeiro. *Evolução Urbana*. Rio de Janeiro: [Tavares e Tristão Editoria de Livros], 1993.

_____. Memorial justificativo do plano diretor para a cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 69, 1955: p. 215-43.

SILVA, Geraldo Gomes da. Arquitetura eclética em Pernambuco. In *Eclétismo na Arquitetura Brasileira* / organização Annateresa Fabris. São Paulo: Nobel; EDUSP, 1987.

SHAKESPEARE, Wiliam. Richard III. In: *Four great historical plays*. New York: Pocket Books, 1951.

STUDART, Guilherme. Geographia do Ceará (...). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 37, 1923: p. 335-84.

_____. Martim Soares Moreno, o fundador do Ceará. In: *Comemoração da chegada dos primeiros portugueses ao Ceará* (Tricentenário do Ceará). Fortaleza: Minerva, 1903.

_____. TACLA, Zake. *O Livro da Arte de Construir*. São Paulo: Unipress, 1984.

Pesquisas Documentais

- Arquivo Público do Estado do Ceará.
- Arquivo Histórico do Exército (AHEx).
- Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).
- Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).
- Biblioteca do Itamaraty (Rio de Janeiro).
- Instituto do Ceará: Atas da Câmara Municipal de Fortaleza.

SUMÁRIO

O presente artigo tenciona denunciar o desaparecimento sistemático de valiosa documentação gráfica pertinente à cidade da Fortaleza, ainda que se conheçam alguns dos originais sumidos por meio de cópias executadas manualmente, com maior ou menor fidelidade. Entre as perdas lamentáveis, citam-se as pranchas do Plano Hélio Modesto, abandonadas e desaparecidas por incineração, irresponsavelmente verificada em espaços de uma repartição municipal. As páginas iniciais do texto tratam de origens da palavra desenho e de alguns vocábulos correntes nos trabalhos de arquitetura.

ABSTRACT

This work intends to denounce the systematical losses of the valuable graphic documentation referred to the city of Fortaleza, thought some original drawings are known by means of hand drawn copies, most of them with questionable accuracy. Among many of those losses, the disappearance of the Hélio Modesto's city plan drawings which were abandoned and then burned in municipal planning office by irresponsible conduct becomes deplorable. Consideration about the word drawing (design), and some related terms, which are usual in architectural studies, are made in the first pages of this work.

JOSÉ Joaquim Telles MARROCOS **(Um educador e humanista silenciado)**

(Crato, 26 de novembro de 1842 - Juazeiro, 14 de agosto de 1910)

EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES*

Notas para Conferência Inaugural, proferida no quadro do
X CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ - Discursos, Ritos e Práticas: A Educação Popular, Cívica, Mediática e Religiosa na Perspectiva Comparada, de 25 a 28 de setembro de 2011 no Memorial Padre Cícero, Auditório do Colégio Salesiano e Salão Paroquial - Juazeiro do Norte/Ceará.



José Joaquim Teles Marrocos

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Desde logo, quero agradecer a persistência carinhosa de minha cara amiga, Professora Juraci Maia, no convite para que eu fizesse neste Congresso sua Conferência Inaugural. Relutei muito em aceitá-lo, pois sabia que neste período de mudanças em minha existência pessoal não estaria em condições de produzir algo a contento. Por outro lado, devo confessar certas indisposições, também de ordem pessoal, provenientes dos dissabores padecidos no período inicial de meu magistério na Universidade Federal do Ceará, que me levaram a um distanciamento da área da Educação, e me fizeram assumir outras posições.

Na sua Programação, o Congresso trazia como título desta Conferência, salvo engano, um tema tão amplo que chega a me assustar: «DISCURSOS, RITOS E SÍMBOLOS DA EDUCAÇÃO POPULAR, CÍVICA E RELIGIOSA NAS LOCALIDADES E ESCOLAS». Isso lembra claramente uma síntese da temática do Congresso inteiro. Imagino que minha amiga Juraci tomou por bem sugerir esse tema por falta talvez de qualquer indicação de minha parte durante o período que antecedeu este momento de sua realização.

Depois, numa troca recente de bilhetes eletrônicos, ela explicitou melhor o que imaginava sugerir como tema de minha fala aqui, dizendo: *«A sugestão que lhe fiz foi você dar a sua visão sobre o 'fenômeno Juazeiro', como lugar de romarias e construção social, econômica, política, educacional, etc. Há muitas interpretações sobre o assunto, Você com certeza defende um ponto de vista pessoal.»* A sugestão era evidentemente sedutora e abria perspectivas para uma análise fecunda e crítica.

Todavia, gostaria de assinalar desde logo que o tema que me habitava interiormente, naquele momento, e que pretendia explorar, não numa Conferência, com tudo de solene que esse termo comporta, mas numa fala simples, seria questionar dentro do tempo disponível as razões pelas quais um educador e humanista, da relevância de JOSÉ Joaquim Telles MARROCOS, foi silenciado e, de certo modo, jogado na lata de lixo de nossa História, e justamente a História desse «fenômeno Juazeiro» contido na sugestão proposta pela Professora Juraci. Vou tentar, pois, conciliar ou fusionar as duas perspectivas aqui propostas. Passo, então, à minha reflexão.

Para propor certo recuo histórico, que irá constituir o quadro dentro do qual José Marrocos construiu seu percurso original e exerceu sua ação, dessa espécie de missionário leigo que ele foi, gostaria de iniciar assinalando alguns tópicos que caracterizam **aquilo que era tido por Brasil** até a segunda metade do século XIX.

De um modo não propriamente arbitrário, escolheria para iniciar esse perfil, evocando um caso singular e mui significativo que percebo no exemplo de Henry Koster. Este cidadão inglês, nascido em Portugal, que viveu algum tempo em Pernambuco, no final da primeira década do século XIX, em busca de cura para sua tuberculose, em outubro de 1810 – no Brasil sede da monarquia portuguesa – inicia suas jornadas pela região até empreender uma viagem meio louca em demanda do Maranhão, por cento e cinquenta e seis léguas e meia, a cavalo, em tempo de seca, atravessando agreste, praia, caatinga, tabuleiro e sertão, até Fortaleza, onde repousa e só retorna em 1811; viajou anotando tudo, seres humanos, raças, paisagens, animais bravios, plantas, natureza dos terrenos, trabalhos agrícolas, produtos, pecuária, crianças, almas-do-outro-mundo, costumes, indumentária, alimentos, festas e folguedos etc.; chega de volta à Inglaterra em maio de 1811, mas o frio e o inverno o expulsam de lá e o fazem retornar ao Recife em dezembro do mesmo ano, em cujos arredores passa a viver até inícios de 1815, quando se dá seu retorno definitivo a Londres; ele não pretendia escrever livro nem nada semelhante, mas estimulado por suas relações, mergulha na imensa biblioteca “brasíliana” de Southey, de que resulta o esplêndido e minucioso relato de suas alegrias e desventuras, publicado em livro: *Travels in Brazil*, London, 1816. O fato singular que sublinhei acima reside em que esta obra só veio a ser publicada entre nós em 1942, traduzida e recheada de notas eruditas por Câmara Cascudo, sob o título de *Viagens ao Nordeste do Brasil* (Coleção Brasíliana, São Paulo: C. E. N.). A despeito dessa bela edição preparada por esse mestre etnógrafo e bom historiador, é de estranhar-se o anacronismo grave cometido por ele ao alterar o título original dessa obra capital, quando a área percorrida por Koster em suas viagens constituía ponto primordial do que era conhecido então como **Brasil** e não um suposto “Nordeste”: esse conceito não existia àquela época a não ser como mero ponto colateral, pois tal ‘região’ só vai ser inventada pela inteligência brasileira entre os anos 20 e 30 do século passado. Portanto, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte,

Paraíba, e de Pernambuco e Bahia constituíam legitimamente áreas das mais importantes de nosso país.

Como tipo nacional, por outro lado, **brasileiro** foi durante bastante tempo o habitante dessa parte a nordeste do território nacional, entre Bahia e Piauí, que compunha com as outras capitanias o *Estado do Brasil* (excluído o *Estado do Maranhão e Grão Pará*). **Assim, brasileiro foi inicialmente mais ou menos o que chamam hoje de nordestino, esse termo desprimoroso de invenção historicamente recente e suspeita!**

A fim de complementar esse quadro histórico, chamarei a atenção sumariamente para algumas mutações do período: segunda metade do século XIX.

Desde fins do século XVIII, esse processo que teve remoto início com a descoberta das minas de ouro, e em seguida com a passagem da sede do Vice-Reino de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), no período pombalino; depois, com a vinda da Corte Portuguesa ao escolher esta cidade como capital do Reino, assim como com a Independência política e demais modificações sociais, políticas e culturais, foram surgindo então as forças que induziram esta área do país a se tornar o polo motor de suas principais estruturas.

Mas é o ano de 1870, com o fim da Guerra do Paraguai – que fora o “*divisor de águas*”, como lhe chamou Joaquim Nabuco, e de profundas transformações socioeconômicas – marca um grande ponto de inflexão em nossa trajetória nacional. A despeito de alguns aspectos de grandeza, manifesta-se cada vez mais o artificialismo do regime de império parlamentar. O juridicismo dominante já não dava conta da gestão de nossos problemas mais graves. As dificuldades básicas como a escravidão e a abolição, nosso regime de trabalho, de povoamento e imigração, a inconsistência da riqueza nacional, a consciência da crise e de nosso atraso cultural e científico, tudo entrava em ebulição, de que a *questão militar* e a *questão religiosa* são meros sintomas. Assim como a revolta do Quebra-Quilos na área do semiárido.

O prelúdio da luta republicana a partir de 1870 revela que a questão básica não era propriamente de regime político: ficava cada vez mais evidente que os problemas se deslocavam de sua dimensão política para a econômica e técnica. Esse ano de 1870 marca também

o início de um fenômeno novo em nossa formação sócio-histórica: inicia-se a primazia crescente de São Paulo e o processo de montagem de sua hegemonia sobre o resto do País, o que resultaria em novo perfil de nosso arranjo nacional. Pernambuco, Bahia, Minas e Rio tinham sido até então o centro dinâmico do País. Pernambuco e Bahia, sobretudo nos primeiros séculos coloniais, mas ainda sustentando suas riquezas de açúcar, tabaco, algodão e outras até meados do século XIX. Minas representou um deslocamento transitório no século XVIII pelo bandeirismo e as riquezas minerais. Enquanto o Rio de Janeiro respondera, mais no século XIX, por nossa formação política e cultural. Nesse sentido, algumas estatísticas são bem representativas desse processo histórico: de 1821 a 1860, o percentual do café no volume de nossas exportações é de 42,8%; de 1861 a 1889, é de 53,8%; de 1889 a 1921, é de 55,5%; ao passo que, nos mesmos períodos, os percentuais do açúcar caem de 24,3% a 3,4%, o mesmo ocorrendo com relação ao algodão, à borracha etc.¹

Há, porém, um fato que merece destacado. Com a amplitude internacional das comunicações e meios de difusão, um fenômeno, que sempre acompanhou a existência de nosso extenso mediterrâneo semi-árido e que dormitava meio esquecido nos sertões remotos dessa área, passou a ter uma visibilidade e ser expresso numa dizibilidade nunca antes conhecida, associado agora aos processos de transformação política e socioeconômica mencionados acima. Refiro-me ao fenômeno das **secas periódicas** e suas terríveis sequelas, de que essa área territorial padeceu ciclos intensos na época em apreço, ou seja: de 1844 a 1919 deram-se nove ocorrências graves desse fenômeno.

Justamente nessa época é quando se inicia a destruidora seca de 1877-1879 em cinco províncias da área e que no Ceará durou até o ano de 1880 inclusive. Tendo-a estudado demoradamente, afirma Rodolpho Theophilo – testemunha ocular de suas cenas dantescas e por ele descritas em páginas dolorosamente belas, em várias de suas obras – que o obituário de Fortaleza no período elevou-se a 65.163 pessoas. Fortaleza possuía então por volta de 25 mil almas, que foram acrescidas subita-

¹ Cf. T. de Souza LOBO: *São Paulo na Federação*. Rio, 1923, pp. 211-212, apud Tristão de Athayde: «Política e Letras», in CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À Margem da História da República*, t. II. Brasília: Editora da UnB, 1981, p. 55, n. 63.

mente de cerca de 110 mil migrantes da seca. E parte dos que escaparam ao flagelo foi transplantada para outras áreas do Brasil, iniciando-se então a migração para a Amazônia. Herbert Smith, jornalista inglês que percorria o Brasil àquela época, testemunhou pessoalmente essa seca e afirmou com algum exagero que “durante 1877 e 1878, a mortandade no Ceará foi provavelmente perto de 500 mil, ou mais da metade da população.”² Talvez, o dado mais preciso sobre essa catástrofe seja o fornecido pelo Barão de Studart, historiador seguro e sério, sobretudo por suas bases documentais; ele afirma que o Ceará teve então 180.000 mortos,³ cerca de um quarto de sua população. E a base de sua economia pecuária, juntamente com o algodão, foi praticamente destruída.

* * *

Foi nesta quadra de transformações, sobretudo negativas e até destruidoras, que uma plêiade de homens inteligentes, e cuja fê exigia deles uma intervenção criativa na realidade, converge para o Cariri e se harmoniza numa prática civilizatória cujos desdobramentos levarão à invenção do Juazeiro, nas décadas seguintes. Eram eles: o missionário Padre Mestre **Ibiapina**, Padre Ignácio de Sousa **Rolim**, José Joaquim Telles **Marrocos**, Padre **Cícero** Romão Batista e, menos evidente, Antônio Vicente Mendes Maciel, futuro **Conselheiro**. Que estranho vínculo uniu essas criaturas e os impulsionou a novas direções? Se excetuarmos a figura imensa e matricial de Ibiapina, decerto o mais ativo de todos nessa perspectiva foi José Marrocos.

José Joaquim Teles Marrocos, como toda personalidade que se destaca por sua ação corajosa e transformadora, costuma desencadear a seu respeito reações contraditórias, que tendem a se dividir cumulativamente entre louvadores e detratores. Com ele, a história não foi diferente: a chusma dos que pertencem à segunda categoria – sobretudo por seus escritos passionais e impiedosos – é bem maior do que o grupo dos que reconhecem seus méritos.

Recorro de início ao depoimento empenhado de Geová Sobreira, em carta pessoal para mim, no decorrer de um diálogo, que vimos man-

² Cf. *Brazil: The Amazons and Coast*. New York: Charles Scriber's Sons, 1879, p. 416.

³ Cf. sua *Geographia do Ceará*. Fortaleza: Typographia Minerva, 1924, p. 256.

tendo há algumas dezenas de anos, e no qual acrescentei pequenas observações a partir de outras fontes [Para estas, ver BIBLIOGRAFIA no final].

De fato, no que tange a José Marrocos, ele confirma que pouca coisa foi escrita sobre ele. “A elite culta do Ceará e a hierarquia católica juntaram todas as forças a fim de varrê-lo para baixo do tapete”. Há ligeiras referências nos livros da História de Juazeiro e um pouco mais no Padre Antonio Gomes, *Apostolado do Embuste* [*contra*] e no Padre Azarias Sobreira, *Em Defesa de Um Abolicionista* [*a favor*]. Meteram José Marrocos na História como “embusteiro”. No entanto, José Marrocos principia sua vida civil – após não ser aceito ao sacerdócio pelo Seminário Episcopal de Fortaleza (leia-se: Dom Luís) [*Antônio dos Santos, primeiro Bispo do Ceará e seu fundador*], por ser filho do Padre João Marrocos [*e o avô deste, seu bisavô, Alexandre Leite de Oliveira, era “jesuíta egresso”*], embora não tenha sido dispensado das ordens menores, o diaconato –, no Crato, implantando o primeiro movimento religioso popular ou, antes, plantando as sementes do que viria a ser o Juazeiro. José Marrocos, Padre Mestre Ibiapina, Padre Ignácio de Sousa Rolim [*que veio de Cajazeiras, na Paraíba*] e de quebra Antonio Vicente Mendes Maciel. Construíram as Casas de Caridade de [*Porteiras*], Missão Velha, Barbalha, Milagres e Crato. Fundaram escolas, inclusive com internato. Criaram uma escola de música e uma banda. Fundaram o jornal *A Voz da Religião no Cariri*, com prelo próprio e funcionando, anexo, uma escola para tipógrafos. O jornal *A Voz da Religião no Cariri* era de fato a voz oficial orientadora de todas as 26 Casas de Caridade [*espalhadas em cinco províncias da região: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco*]. José Marrocos, em setembro de 1869, num longo artigo publicado no referido jornal, desfralda a bandeira abolicionista afirmando que “anúncios pagos” relacionados com captura de escravos não seriam aceitos pelo jornal e desenvolve a tese interessante de que a teologia católica não pode aceitar o sistema de escravatura, pois todos os homens foram criados como imagem e semelhança de Deus e que a Redenção abrangia todos os homens. E isso incomodou em demasia o clero nacional.

Assim, enquanto esse quarteto inovador desenvolvia amplo trabalho pedagógico, social e religioso, a matriz do Crato (hoje, Catedral da Diocese do Crato) estava desmoronando, sem calçada e parte do teto já comprometido por cupins. O Bispo do Ceará, Dom Luís An-

tônio dos Santos, veio ao Cariri, expulsou da área José Marrocos, o Padre Mestre Ibiapina, Padre Ignácio de Sousa Rolim e Antonio Vicente Mendes Maciel, além de confiscar todos os bens [*que davam suporte a essa ação de alcance coletivo*]: Colégios, Casas de Caridade, o jornal *A Voz da Religião no Cariri*, a tipografia, o prelo de imprensa e todas as fazendas e sítios que compunha seu patrimônio. Até mesmo um pequeno assentamento popular, no sítio Pimenta, foi destruído. O Pimenta é hoje o bairro na área chique do Crato e grande patrimônio imobiliário de sua Diocese.

De 1874 a 1880, José Marrocos trabalhou na imprensa do Rio e fez parte, junto a Carlos de Laet, José do Patrocínio, e mesmo a Joaquim Nabuco, do grande movimento abolicionista brasileiro. Em 1880, retornou ao Ceará e fundou, com Antônio Bezerra e Antônio Martins, o jornal *Libertador*, cuja circulação foi até 1890. Com escravos, ele erigiu a igreja de São Benedito, construída em período noturno, pois toda a mão de obra aí era de cativos. Hoje a igreja de São Benedito é um belo monumento eclesiástico no centro de Fortaleza. O *Libertador* incomodou a tal ponto o Governo da Província e sua elite que forçaram as gráficas e tipografias a não imprimirem o jornal e assim ficou um ano sem funcionar. Enquanto isso, José Marrocos passou um ano todo a economizar suas pequenas rendas para comprar um prelo no Recife e, instalando-o, o jornal volta a funcionar até 1890, pois com a Abolição da Escravidão o jornal não tinha mais razão de existir.

José Marrocos frequentou, quando morava no Rio de Janeiro, o Real Gabinete Português de Leitura e, ao retornar ao Ceará, criou, em 1881, o **Gabinete de Leitura**, com uma pequena biblioteca onde à noite funcionava curso de alfabetização de adultos, sendo um dos professores mais assíduos Clóvis Beviláqua, seu antigo companheiro de seminário e, como ele, não aceito ao sacerdócio por D. Luís por ser filho de padre.

Em 1889, com a Abolição, encerra suas atividades no jornal *Libertador* e retorna ao Cariri onde funda o **Colégio Venerável Ibiapina**, o jornal *Centema* e cria Gabinetes de Leitura em Barbalha e no Crato. Ele foi um destemido defensor da “possibilidade de haver Milagre em Joazeiro”, auxiliou o Padre Cícero, seu primo em terceiro grau, na renhida luta contra a hierarquia católica. Acompanhou o Padre Cícero na viagem a Roma. Publicou na imprensa 19 trabalhos intitulados “Cartas

de José de Arimatéia”, dirigida ao segundo Bispo do Ceará, Dom Joaquim José Vieira, mostrando os equívocos grosseiros cometidos pela Diocese do Ceará na “Questão de Juazeiro”.

Em 1905, funda o **Colégio Pedagógico** em Juazeiro, com educação matutina para as meninas, vespertina para meninos, com aulas de português, latim, francês e alemão e, à noite, para alfabetização de adultos. Criou junto ao Colégio Pedagógico, o curso de teoria musical e fundou uma banda de música. Em suma, José Marrocos foi o grande arquiteto da Insurreição de Juazeiro que, com seu **Pacto dos Coronéis**, conquista a autonomia como vila em relação ao Crato. José Marrocos foi, talvez, o primeiro intelectual orgânico da história do Ceará e lhe é uma grande injustiça querê-lo reduzir à condição de “embusteiro” [*acusação recorrente que faz o Padre Antonio Gomes de Araújo em seu libelo passional, citado acima, a ponto de ser perverso e maldoso*].

Tentarei a seguir complementar com outras fontes e depoimentos essas notas que retirei da síntese de memória na carta de Geová Sobreira, que por isso mesmo contém alguns dados e datas sujeitos à dúvida se confrontados com outros informes. Aliás, uma das dificuldades sérias ao tratar de José Marrocos reside na quase impossibilidade de construir uma cronologia segura de seu percurso existencial e sociocultural, em virtude de um lado de sua própria errância e, de outro, da variedade de tempos e ações significativas de sua militância e de suas lutas por justiça e grandeza ética do povo e da nação. Nesse sentido, pois, buscarei dar alguma coerência ou consistência aos depoimentos que for colhendo de fonte vária, enfatizando, porém, mais especialmente, seu desempenho como educador.

* * *

José Joaquim Telles Marrocos – ex-seminarista, jornalista, abolicionista, poliglota, fundador de jornais e escolas, educador e humanista culto – nasceu aos 26 de novembro de 1842, na real vila do Crato, província do Ceará. Dois anos antes, portanto, de Cícero Romão Batista (24.03.1844), seu primo em terceiro grau, de quem será leal companheiro por toda vida. Filho natural do Padre João Marrocos Teles e de Maria da Conceição, condição que decerto representou seu primeiro desafio, mas que, conforme assinala F. S. Nascimento, se daí algo restritivo de natureza social lhe houver ocorrido, ele próprio “teria feito do

silêncio a sua estratégia defensiva, terminando por sobrepor-se às insinuações assacadas pelos seus maldizentes contemporâneos”. [2000: 13].

O garoto da rua atualmente Doutor Limaverde teve uma convivência paterna estimulante, o que lhe rendeu sólida formação de base com as aulas do professor Rufino de Alcântara Montezuma e de seu pai, que era mestre de latim nos educandários do Crato, tendo sido pró-pároco aí e vigário em Missão Velha. Afeiçoado desde a infância ao primo Cícero eram colegas de bancos escolares, mantiveram essa camaradagem na sua busca de mais largos horizontes ao se deslocarem para o célebre colégio do Padre Ignácio de Sousa Rolim⁴, em Cajazeiras, na Paraíba, mas estiveram separados no ano de 1862, em que o aluno Cícero regressou ao lar por morte de seu pai, que foi acompanhado ao túmulo pelo genitor de José Marrocos, vítimas do cólera-morbus. Terminada sua formação secundária, matricularam-se ambos no Seminário de Fortaleza – Cícero no ano de 1865, gratuitamente, por influência de Antonio Luís Alves Pequeno (pai) seu padrinho de Crisma e chefe político poderoso do Crato.

A despeito de ter chegado ao diaconato, José Marrocos foi impedido de ordenar-se sacerdote: por ser filho de padre, “trazia essa falha moral desde o nascimento”, segundo a concepção dos gestores do seminário. Dom Luís Antonio dos Santos tivera sua formação com os lazaristas do Seminário de Mariana (MG) e era filho do processo de romanização a que fora submetida a Igreja no Brasil, tendo assim encontrado no rigoroso lazarista francês, Padre Pedro Augusto Chevalier, o tipo talhado para Reitor do seminário, que fundara (19.12.1864) com sua vinda para o Ceará, como seu primeiro Bispo. O fato de seu desligamento abalou fortemente a vocação do jovem Marrocos, que chegou a escrever duas cartas a Dom Luís, fazendo um apelo pungente para que intercedesse por sua permanência: “*V. Excel., que se aproxima cada vez mais da Divindade, se digne por um rasgo de misericórdia atender be-*

⁴ Bem mereceria aqui destacar o Padre Ignácio de Sousa Rolim (1800-1899) de Cajazeiras (PB), essa imensa figura de mestre e humanista, que espargiu seu saber e dedicação por toda a região em apreço. Mas para não me desviar da personagem central deste ensaio, mencionarei tão-só o depoimento do historiador Celso MARIZ: «*Inteiramente sem posse e sem idéia de aparecer, ele era um cultor seguro da ciência de seu tempo., um clássico íntegro com a posse das línguas e da história de sua grande formação intelectual... Convenhamos que a humanidade deveria ser muito mais incompleta e errada sem a existência de santos e heróis dessa espécie, que nada querem do mundo e tanto deixam de si para o aperfeiçoamento das gerações*»[apud DUARTE: 2010].

nignamente a súplica de quem na sinceridade da contrição promete uma conduta em tudo oposta àquela que poderia arredá-lo do seminário". Todavia, Dom Luís manteve firme a decisão do Reitor.

Em face desse acontecimento infausto, desde os motivos "oficiais" nos assentamento do Seminário, mas, sobretudo, ao longo do tempo e de suas lutas, alguns detratores atribuíram a Marrocos suspeição sobre suas concepções religiosas e sua ortodoxia. Contudo, desde seus textos iniciais percebe-se a beleza de seu estilo e o rigor da argumentação, estribados em reflexão densa que tem como suporte seus amplos estudos históricos e teológicos, tudo isso expresso numa fé profunda e atitudes de serena liberdade. Trago à comprovação alguns depoimentos verdadeiros sobre sua figura de asceta sem afetação ou qualquer grão de fanatismo, homem do monólogo interior na meditação de sua fé. Seu ex-aluno, o historiador Irineu Pinheiro dá seu testemunho: *"Em virtude de sua convivência no Seminário, por suas tendências íntimas principalmente, o Professor Marrocos rezava muito em sua casa, no Crato, num oratório ali construído, ou na capelinha de S. Vicente Férrer, fronteira ao sobrado de sua residência, só ou acompanhado de seus alunos. Todas as semanas, ia com estes, até o cemitério dos coléricos, distante do centro da cidade cerca de mil e quinhentos metros, e ali, ao pé da sepultura de seu pai, oravam pelos que tinham morrido da peste asiática nas epidemias de 1862 e 64. No mês de novembro era diária a visita ao cemitério e lá rezavam o exercício das almas e cantavam ladainhas tiradas, na era de [18]90 se me não engano, por um dos discípulos, Carolino Sucupira, que ainda hoje vive em Fortaleza."* [1963: 129-130].

Ajunto a este só mais um testemunho do espírito generoso e fecundo de Marrocos. Com efeito, no período em que este se desloca para Juazeiro, na efervescência da luta por sua emancipação, o jornal *O Rebate*, dirigido pelo Padre Alencar Peixoto, em sua edição de 27 de fevereiro de 1910, página 3, reproduz esta carta, grandemente expressiva, enviada a ele pelo monge beneditino, Dom Joaquim Grangeiro de Luna:

Rio, 15 de janeiro de 1910.

*Meu bom amigo, Sr. Marrocos,
Com grande júbilo participo-lhe que afinal chegou o grande e almejado dia de minha ordenação sacerdotal.*

No dia 4 deste mês, o Exmo. e Revmo. Sr. Dom Arquibade Bispo me ordenou, no dia 6, festa de reis, subi pela primeira vez os degraus do altar para cantar a primeira missa. Que felicidade a minha, ser hoje sacerdote, ministro de Cristo!

Agradeço primeiro a Deus, depois ao meu bom amigo que foi meu guia e bom anjo que me conduziu ao mosteiro: na primeira missa, fiz um momento particular para o meu caro Sr. Marrocos.

Quando eu era pequeno, desejava ardentemente ser Padre; neste intento rezei muito a Nossa Senhora; crescendo, porém, julgava quase impossível.

Mas minha boa mãe ouviu-me e serviu-se de meu bom amigo como instrumento de sua misericórdia: hoje vejo, pois, realizado o meu desejo.

Mais uma vez obrigado, Sr. Marrocos. Aceite um saudoso abraço de quem se preza ser

Seu amigo,

Seu criado,

Frei Joaquim Grangeiro de Luna, OSB.

Retomo o ponto em que Marrocos fora excluído do Seminário. Era o ano de 1868, nessa ocasião ele retorna ao Crato, quando a 1º de novembro por iniciativa do reconhecido mestre Padre Ignácio de Sousa Rolim é inaugurado o Internato do Coração de Maria, havendo, portanto, o encontro com seu antigo professor de Cajazeiras ao mesmo tempo em que se aproxima também, num conhecimento efetivo, da obra missionária do Padre José Antonio Maria Ibiapina, em toda a região sul da província. Este funda o jornal *A Voz da Religião no Cariri*, que será produzido na gráfica do Internato e terá como redator o próprio Marrocos. No seu discurso inaugural (publicado no nº. I do referido jornal, 1868, p. 4), o Padre Rolim aí anuncia seus princípios e seu propósito, de que destaco este trecho:

“Presidir a instrução e educação da mocidade é um dos empregos mais importantes do país, é um dos mais relevantes serviços que se pode prestar à humanidade.

(...)

*Quanto a mim confesso que já me reconheço cansado e incapaz de representar o importante e prestimoso papel de educador da mocidade e me achando vacilante à frente da empresa, eis que felizmente se oferece o sr. José Joaquim Telles Marrocos disposto para suportar a onerosa tarefa de dirigir o Colégio Cratense ou Internato Coração de Maria. Eu, julgando-me autorizado pela Inspeção Geral da Instrução Provincial, o constituo em meu lugar para que, debaixo das ordens do Ilmo. sr. Director-Geral, satisfaça quando lhe for possível a minha vez, enchendo em tudo o emprego de vice-diretor sob os conselhos e auspícios do sr. Dr. Pe. José Antonio de Maria Ibiapina”. [Discurso Proferido pelo Padre Mestre Ignacio de Sousa Rolim no Acto Solemne de Inauguração do Internato do Coração de Maria, *A Voz da Religião no Cariri*, Anno I, N. 1, Terça-feira, 8 de dezembro de 1868. Crato: Typ. do Internato – Largo da Matriz. Este periódico trazia como lema: *Ite et Docete Omnes Gentes*].*

Compunha-se assim a plêiade de homens inteligentes e empenhados no processo civilizatório da região, bem como nas amplas experiências suscitadas pela ação de Ibiapina nas formas de organização do povo para o encaminhamento de soluções de seus problemas básicos. No início dos anos 1870 a eles veio se juntar o jovem Padre Cícero Romão Batista, que em 11 de abril de 1872 vai para o Juazeiro como capelão.

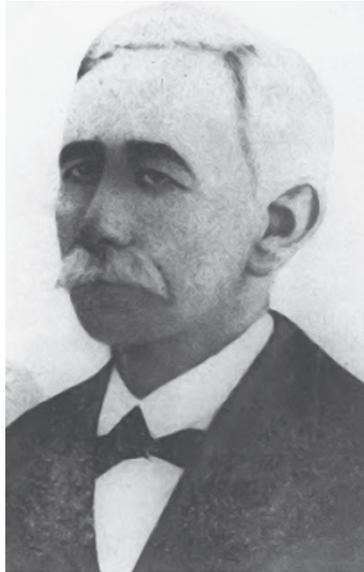
Entretanto, não se sabe uma data precisa de até quando José Marrocos permaneceu no Cariri nesse período. O que há como certo é um documento tocante do Padre Ibiapina, de 16 de setembro de 1872, dirigido aos irmãos, beatos e irmãs das Casas de Caridade do Cariri Novo (Missão Velha, Crato, Barbalha e Milagres), avisando ter entregado ao Bispo do Ceará, Dom Luís Antonio dos Santos, a direção das referidas casas e concluía com estas palavras: “*Beijo este papel e nele fecho meu coração para ser visto nestas poucas palavras pelo bom povo do Cariri Novo. Padre Ibiapina, Cravatá, 16.09.1872*” [Apud Irineu Pinheiro, 1963: 156-7]. Pode-se inferir desse contexto a razão por que, provavelmente em 1875, José Marrocos partiu para o Rio de Janeiro, aí perma-

necendo até 1880, a fim de participar da campanha abolicionista ao lado de José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e outros, onde se destaca como bom jornalista. É sem fundamento a leviana afirmação, que passou a ser repetida em várias fontes, segundo a qual ele teria fundado, juntamente com José do Patrocínio e Carlos de Laet, a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro: na verdade, esse periódico foi criado por Manuel Carneiro, Ferreira de Araújo e Elísio Mendes e circulou a partir de agosto de 1875 até 1942; inovador em seu tempo, abriu espaço para a literatura (seus célebres folhetins) e ao debate de grandes temas nacionais; antimonarquista e abolicionista, foi em suas páginas que José do Patrocínio estreou no jornalismo em 1877 e inicia sua campanha abolicionista em 1879, com o pseudônimo de *Prudhome*; de suas páginas também foram colaboradores Machado de Assis, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, dentre outros. De fato, José do Patrocínio comprou com o sogro a *Gazeta da Tarde*, em 1881, em cujas páginas vai se tornar figura de proa da Confederação Abolicionista no Rio de Janeiro (1883); e mais tarde fundou o jornal *Cidade do Rio* (1887) onde intensificou a campanha pela Abolição.

Em 1880, José Marrocos estava de volta ao Ceará, onde, em Fortaleza, se associa aos abolicionistas locais em destacada posição: não só fez parte da Sociedade Cearense Libertadora, como ainda, juntamente com Antonio Bezerra e Antonio Martins, fundou o jornal *Libertador* (1881), de que se tornou um dos principais redatores. É nessa época que, dentre múltiplas ações, exerce o magistério em especial no Liceu do Ceará. Obtida a Abolição no Ceará, José Marrocos se retira de cena; eis como F. S. Nascimento registra esse fato e lhe acrescenta uma nota do historiador Raimundo Girão em sua defesa: “A coragem cívica e moral desse homem extraordinário, jamais rendido pela ambição ou pelo desejo de conquistas materiais, era assim dimensionada por seu defensor” [2000: 25] –:

“Uma vez triunfante a campanha abolicionista, que fez Marrocos? Longe de usufruir as vantagens a que tinha direito pelos serviços prestados à coletividade, longe de colher o fruto de suas nobres reivindicações, o que fez foi entregar os louros aos colegas da jornada e rumar para sua terra-berço, a fim de nela consumir toda

sua longa existência no ofício hipermeritório de preceptor da mocidade". [GIRÃO, R. *A Abolição no Ceará*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1956, p. 159].



Professor **JOSÉ MARROCOS** na maturidade

Quero aproveitar a transição existencial de José Marrocos no seu percurso de retorno do Rio de Janeiro para Fortaleza para sublinhar um fato relevante. Nesse trânsito, se dá um acontecimento intensamente luminoso e revelador de seu caráter como ser humano generoso e solidário. Sobretudo se contrastarmos essa ocorrência com uma página abertamente impiedosa e preconceituosa do Padre Antonio Gomes de Araújo, em seu opúsculo de recorrente malquerença vesga contra José Marrocos, quando formula uma descrição torpe de um suposto *psiquismo de “cabra”* estribado na origem racial da genitora de sua vítima [1956, p. 52]. Ora, o espantoso é que esse seu ensaio maldoso e inconsistente foi publicado já na segunda metade do século XX (*O Apostolado do Embuste*), quando desde o início desse século, há muito que a ciência havia criticado agudamente e abandonado a noção de *raça*, com as contribuições da antropologia desde Franz Boas a apontar para a es-

truturação dinâmica da personalidade em seu condicionamento histórico e cultural; e Darwin, ainda no século XIX, realizara estudos sobre a modelagem cultural de nossas emoções e sentimentos etc. Mas passemos à ocorrência referida, que colho de um testemunho do jornalista Vicente Roque reproduzido pelo Padre Azarias Sobreira em sua defesa de José Marrocos:

“Encontrava-me eu no Rio, quando se festejou no Crato, onde vim ao planeta, o centenário do emérito professor José Joaquim Telles Marrocos. Levarei também a minha parca contribuição a quem na vida só praticou o Bem e a Caridade, no silêncio de uma consciência tranqüila.

*Neste particular, passo a referir episódio autêntico, ocorrido entre o nosso preceptor e um conterrâneo boêmio. Regressava Marrocos da antiga Corte quando, ao desembarcar na Bahia, de acordo com a escala do navio, deparou-se-lhe José Severino que conheci na minha longínqua infância, liso da **gaita**, ao léu da sorte, em extrema penúria.*

– José Marrocos, quero voltar ao Ceará: dê-me uma passagem para minha terra.

– Como, homem de Deus? Eu também nada tenho.

– Pois, nesse caso, ajuntou o pedinte, eu me suicido. (Ato contínuo, navalha desfolhada, o “maluco” levou-a à goela, em exibição teatral).

– Pelo amor de Deus, espere um pouco, atalhou o jornalista.

Saindo dali. Marrocos contratou seus serviços profissionais no Colégio Abílio César Borges, recebendo adiantamentos destinados à passagem do indesejável importuno. E por lá (pela Bahia), ficou alguns meses, satisfeito de ter cortado a corda do pescoço ao pseudo-enforcado... ”

Ao que Azarias Sobreira ajunta este comentário:

“Narrado por Vicente Roque, homem de bem, memória invejável e caráter seguro, o episódio acima as-

sume um valor incomparável, como documento de primeira ordem para a definição dos sentimentos, que sempre animaram o peito de José Marrocos, cuja reputação sem nódoa, 44 anos após o seu sepultamento, espíritos desavisados procuram inutilmente cobrir de opróbio.

Atos de tão impressionante renúncia, em bem do próximo, quase inteiramente os desconhece a nossa época, e sempre constituíram eloqüente revelação de grandeza d'alma, mais própria dos santos que de simples mortais. Marrocos, contudo, a fim de evitar o suicídio de um irresponsável, de boa mente interrompe sua viagem de regresso ao Ceará, e fica durante meses na terra estranha, feliz no seu exílio". [1956: 34-35].

* * *

Havendo regressado ao Crato, neste último quartel de sua existência, Marrocos se concentra mais particularmente nas lides de sua vocação de educador, sem abandonar sua inclinação de jornalista, tanto que atuou no *A Vanguarda*, no Crato, no *Jornal do Cariri*, em Barbalha, etc. Dividindo-se entre o Crato, Juazeiro e Barbalha na multiplicidade de atuação, difundindo escolas, gabinetes de leitura, etc. É, no entanto, em sua terra natal que reassume seu destino como dirigente e professor do Colégio Cratense, do qual, num culto de reconhecimento, José Marrocos muda em setembro de 1887 sua denominação para *Colégio Venerável Ibiapina*, e que voltara a superintender numa fase de sua maior florescência, de onde saíram dentre seus alunos alguns que se projetaram no cenário cultural: José Carvalho, Fernandes Távora etc. Sua vida voltará a se agitar a partir da ocorrência dos *milagres* de Juazeiro, em 6 de março de 1889, quando se envolve lealmente na defesa do Padre Cícero e por sua crença na autenticidade e sobrenaturalidade do fenômeno. Desenvolve então intensa atividade jornalística, divulgando na imprensa nacional e estrangeira a fundamentação dessa crença que manteve até o fim de sua vida. Posteriormente, após os decretos do Vaticano e da Inquisição que submeteram o padre Cícero ao silêncio, as lutas políticas e as transformações sociais nos desdobramentos da questão religiosa esta-

beleceram o confronto entre Crato e Juazeiro, quando este reivindica sua ascensão à categoria de vila e luta por sua emancipação de Crato, combate que ao final da primeira década do século passado se expressiu, sobretudo, mediante o enfrentamento de *O Rebate*, jornal fundado em Juazeiro pelo Padre Alencar Peixoto, com o *Correio do Cariri*, jornal do chefe político cratense, Coronel Antonio Luís Alves Pequeno. No final de 1909, a instâncias do Padre Cícero que desejava tanto sua ajuda para expandir o nível educacional dos jovens quanto o seu equilíbrio ponderado junto à atuação veemente de Alencar Peixoto, Marrocos passa a residir em Juazeiro.

Sem negar a relevância dessas lutas políticas, quero ressaltar para concluir, trazendo alguns depoimentos significativos particularmente sobre o educador e humanista erudito que foi José Marrocos. Retomo, pois, de Irineu Pinheiro, relacionado politicamente e por parentesco com o coronel Alves Pequeno, um testemunho pitoresco das atitudes pedagógicas de Marrocos: “Certo dia, Carolino [*Sucupira*], para acabar mais depressa, cantou a oração, numa música ligeira. Ouviu-a calado José Marrocos, mas, ao terminar o cantor, disse-lhe calmamente o professor: – *Agora cante outra ladainha, que eu não gosto de ladainha de comboieiro*. E Carolino não teve outro jeito senão entoar nova ladainha, na música habitual. (...). Era José Marrocos excelente professor. Frequentei-lhe o colégio e observei ter ele certo modo de ensinar as cousas, que a gente nunca mais esquecia. Uma vez um de seus alunos escreveu a preposição **sem** com **c**. Corrigiu Marrocos: – **Seu** José, se alguém chamar-lhe sem-vergonha, você pergunte se é com **c** ou com **s**. Se for com **c**, agradeça porque é sinal de que você tem muitas vergonhas. Se, porém, for com **s**, exija satisfações. A outro menino que indagou se o nome de mulher era Rebeca ou Rabeca, ele retrucou: – *O nome de mulher é Rebeca. Rabeca é o nome do instrumento musical. Antes esse fosse rebeca porque a primeira sílaba é uma nota de música. Mas, assim não é*. Nos plásticos cérebros infantis gravaram-se essas lições, que perduram por toda vida.” [1963: 130].

Enfim, vários anos depois daquela carta de 1910 comunicando-lhe sua ordenação sacerdotal, o mesmo monge beneditino, que se tornara Prior do Mosteiro de S. Bento no Rio, responde à consulta do Padre Azarias Sobreira com este testemunho:

Mosteiro de São Bento, Rio, 30 de setembro de 1955.

Mui prezado Padre Azarias,

Recebi sua estimada cartinha de 17 deste mês. Agradeço-lhe os conceitos nela expressos a respeito de meu trabalho publicado na Revista do Instituto do Ceará, de 1951, trabalho esse relativo ao antigo mosteiro de Santa Cruz da Serra do Estêvão.

De seus trabalhos tenho lido e apreciado alguns (...).

*Agora, quanto a José Marrocos, **quais as impressões que dele colhi durante a minha permanência em Barbalha, como educador, homem da sociedade, cidadão particular, católico, etc.?** A isso devo dizer que, durante os quatro anos e pouco que passei em Barbalha (1897-1902), vim a conhecer o Marrocos como professor num curso noturno do Gabinete de Leitura, do qual eu era aluno.*

Como educador, a meu ver, era exemplar pela sua bondade, dedicação e interesse que tomava pelo aproveitamento dos alunos. Era para nós um prazer assistir às suas aulas. Interessava-se por cada aluno em particular. De porte austero, era de coração boníssimo, por isso amadíssimo de todos nós.

Como homem de sociedade, sempre notei ser ele tido em grande consideração, pelos seus dotes intelectuais e morais, pelas melhores famílias de Barbalha.

Como cidadão particular, era caridoso, de porte digno e austero, mas afável e de moral ilibada, apesar de solteirão. Como católico, era católico convicto e de grande fé: não faltava à missa aos domingos e dias santos, tinha particular devoção à paixão do Senhor.

Eis, meu caro Pe. Azarias, as minhas impressões desse grande educador, jornalista e intelectual que foi Marrocos durante os quatro anos em que fui seu aluno. E essa minha impressão julgo ter sido a de todos os meus colegas daquele tempo (...). Este meu testemunho concorda com o que dele escreveu o Barão de Studart no seu

Dicionário Bio-Bibliográfico, volume II, pág. 131, edição de 1913, que o Sr. deve conhecer. Pode fazer uso do que acima afirmei de Marrocos, se julgar conveniente.

Dom Joaquim Granjeiro Luna, O.S.B.” [1956: 37-38].



Alunos de **JOSÉ MARROCOS** lhe prestam homenagem em seu velório.

Serei breve para concluir minhas considerações desta fase final da vida de José Marrocos, visto que a ampla bibliografia sobre Padre Cícero se detém particularmente nos fastos desse intenso momento histórico do Cariri.

Tendo-se transferido para o Juazeiro, Marrocos percebia na agitação do período que sua perspectiva ainda centrada na questão religiosa deslizava célere para o território político onde dominava a luta por sua emancipação; manteve, porém, sua atividade educacional tanto no colégio PEDAGÓGIO ou PEDAGÓGICO quanto na criação da *Sociedade Beneficência Pública*. Essa instituição para a qual investia todo seu empenho o levou a mobilizar a ajuda de vários colaboradores nos preparativos para tornar mais significativamente festiva sua inauguração, para tanto convocou grande reunião social desse evento para o dia 15 de agosto de 1910, data consagrada à Assunção de Nossa Senhora. Dois dias antes, perfeitamente saudável, mantém os contatos preparativos. Contudo, no dia seguinte despertou passando mal, mesmo

assim vestiu-se para ir à missa e ainda cuidou da decoração da sala do colégio onde se daria a reunião; à tarde, deitado numa rede numa dependência do colégio, teve longa conversação com Padre Cícero e, de repente, de modo intempestivo entrou em agonia, parou de respirar e morreu: eram 13:30h do dia 14 de agosto de 1910. A notícia se espalhou e com ela imensa comoção coletiva paralisou a atividade normal da cidade. Como o Dr. Floro Bartolomeu o tinha consultado, vozes foram erguidas de suspeição de que este o teria envenenado para afastar sua influência sobre Padre Cícero. O jornal *O Rebate* dedicou toda sua edição do dia 21 de Agosto às intensas manifestações de apreço no enterro de José Marrocos, inclusive a descrição pormenorizada do ritual fúnebre de que participaram especialmente os Padres Cícero Romão Batista e Alencar Peixoto; à beira de seu túmulo este proferiu um dos mais expressivos necrológios de seu antigo mestre. Boa parte desse material foi reproduzida por meu caro amigo, Renato Casimiro, em seu discurso de posse como membro do Instituto Cultura Vale Caririense, na cadeira 31 cujo patrono é José Joaquim Telles Marrocos, e que foi publicado em seu *Boletim* [n. 12, 1985: 119-127]. Nesse seu texto, o professor Renato Casimiro extrai dos relatos de *O Rebate* esta indagação que faz refletir sobre o nível do legado pedagógico de José Marrocos: «*Impressionou-me, sobremaneira, que em memória do seu velho professor alguns dos seus alunos tenham ocupado as páginas daquele periódico para homenageá-lo, em orações fúnebres escritas em francês, latim e grego. Que geração era esta, de um modesto PEDAGÓGICO, na então miserável vila do Juazeiro?* » [Ibid., p. 120].

Padre Alencar Peixoto apesar da ruptura para com o Padre Cícero, abandonando o Juazeiro e publicando, em 1913, um dos livros mais virulentos contra tudo pelo qual antes batalhou (*Joazeiro do Cariry*), mais tarde, já idoso, publicou espontaneamente bela reatuação daquilo que ali afirmara. Quero, porém, destacar outro belo gesto do Padre Alencar Peixoto: quarenta e seis anos após a morte de José Marrocos, aproveitando trechos do tocante necrológio que pronunciara ao pé do túmulo do professor, enviou de Goiás um depoimento sincero e forte sobre a sua figura e seu legado, cujo texto foi transcrito pelo jornal *O POVO* de Fortaleza, no dia 24 de agosto de 1956, de que destaco os seguintes trechos por seu valor documental e testemunhal:

Que homem!...

Mas, um homem que os raios da divina graça fundiram atlético. Um homem que, dos abismos e das sombras da natureza, fazia escordar a vida e a luz. Um homem que em quem vibravam todas as grandes forças do coração. (...).

Cada linha de sua vida, um poema de ensinamentos grandiosos; cada face de seu vulto amável, um mundo de insígnies valores, por onde se moldavam a inteligência, a vontade, o amor, a dedicação, a paciência, a piedade, grandezas e virtudes excepcionais. (...).

Católico profundamente versado em teologia e direito canônico, como nenhum padre brasileiro de seu tempo; cristão prático; despido de respeito humano; intransigente fustigador dos fariseus em fato de religião... (...).

Espírito sequioso de equidade empenhou-se, com todos os fogos e arestas de sua alma de eleito, em extinguir a escravidão de nossos irmãos no Ceará, correspondendo dessarte aos anseios de um povo livre. (...).

Compreendeu ele perfeitamente que ensinar é dominar o mal da ignorância, é desbravar o futuro da Pátria, é trabalhar pela dilatação de um povo; que a dilatação de um povo, como disse Victor Hugo, mede-se pelo raio de luz que dele se desprende através da instrução, focalizando o direito, que é a fórmula científica da fisiologia social.

Poliglota, sabia dez idiomas, sendo-lhe os mais familiares o latino, o francês, o italiano, o espanhol e o inglês, língua esta que, como dizia ele, em futuro não muito remoto, seria a única língua articulada por todos os povos do mundo.

*Jornalista de pulso, aí estão os seus aprimorados artigos publicados em vários jornais do país e do estrangeiro, alguns dos quais de criação sua, como **A Voz da Religião no Cariri, O Libertador** (em Fortaleza), o **Jornal do Cariri** (em Barbalha), etc. (...).*

*Historiador, escreveu duas grandes obras: **Apostamentos para a História do Cariri e A Questão Religiosa do Juazeiro**, obras estas inéditas, constando a primeira de três volumes, e a segunda de um grande volume, teologicamente discutido à luz dos grandes luminares da Igreja, como St. Tomás e Suárez.*

Ao tempo da luta pela emancipação do Juazeiro, sobretudo pelas páginas de *O Rebate* [V. em especial a edição de 11/12/1910, p. 3], Alencar Peixoto, não só arrola estas e outras obras constantes do acervo particular de José Marrocos, como ainda denuncia veemente, com todas as letras, o Dr. Raul de Sousa Carvalho, juiz substituto no Crato, de haver furtado criminosamente todos os documentos do professor, entregando-os ao seu chefe e parente Cel. Antonio Luís Alves Pequeno, que o teria repassado a Irineu Pinheiro. Tais suspeições graves levantadas com denodo pelo Padre Alencar Peixoto jamais foram negadas e só a História confirmará ou silenciárá sobre seu fundamento e as imposturas de seus desdobramentos...⁵

Sem pretender extrair conclusão de tudo quanto foi dito, assinalo a exigência, que a figura e o legado de José Marrocos impõem aos pesquisadores da História da Educação e da Cultura no país, de enfrentarem o desafio de sua reconstrução.

Fortaleza, 30 de setembro de 2011 – 13 de abril de 2012.

⁵ Cito só mais um exemplo desse avanço criminoso contra a memória de José Marrocos. No final de seu discurso, referido mais acima, o professor Renato Casimiro junta esta nota de protesto: «Não temos nenhuma explicação para o fato de que, onde até então era o túmulo de José Joaquim Telles Marrocos, no cemitério de Juazeiro do Norte, esteja construído o jazigo da família de José de Matos Franca, nascido em 22/05/1906 e ali sepultado em 17/05/1983. Não se tem conhecimento se seus restos mortais teriam sido exumados naquela oportunidade. Fica, aqui, registrada a nossa indignação diante do pouco caso em torno da memória de José Marrocos».

Bibliografia de algumas fontes consultadas

ANSELMO, Otacílio:

1968 *Padre Cícero, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de:

1956 *Apostolado do Embuste*. Crato: Edições Itaytera / Tip. Imperial. [Opúsculo tirado de *Itaytera*, II, 1956: 3-63].

BARTHOLOMEU, Dr. Floro:

1923 *Joazeiro e o Padre Cícero* (Depoimento para a História). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

CARVALHO, Raul de Sousa:

1961 «Um Capítulo Inédito sobre o Padre Cícero», *O POVO*, 22 de Julho, p. 20.

CASIMIRO, Antonio Renato Soares de:

1985 «José Marrocos: um civilizador do Cariri», *Boletim do Instituto Cultural Vale Caririense*, Juazeiro do Norte, p. 119-127.

DELLA CAVA. Ralph:

1970 *Miracle at Joazeiro*. New York and London: Columbia University Press. [*Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976].

1975 «Messianismo Brasileiro e Instituições Nacionais: uma reavaliação de Canudos e Juazeiro», *Revista de Ciências Sociais* (UFC), Fortaleza, vol. VI, n.º 1/2, p. 121-139. [Tradução de Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes].

DINIS, M.:

1935 *Mistérios do Joazeiro*. Historia completa do Padre Cícero Romão Batista do Joazeiro do Ceará. Joazeiro: Tipografia do *O Joazeiro*.

DUARTE, Sebastião Moreira:

2010 *Padre Inacio Rolim, ontem e hoje*. Duas falas sertanejas. São Luís: Sotaque Norte Editora.

FALCÃO, Marlio Fábio Pelosi:

2005 *Dicionário Toponímico, Histórico e Geográfico do Nordeste*. Fortaleza: Art laser.

FARIAS, Alberto:

2008 *O Pe. Cícero e a Invenção do Juazeiro*, 2ª. ed. Fortaleza: Pouchain Ramos.

FEITOSA, Pe. Antonio:

1983 *Falta um Defensor para o Padre Cícero*. São Paulo: Edições Loyola.

FEITOSA, Pe. Neri:

2011 *Padre Cícero e o Juazeiro*. Textos reunidos. Fortaleza: Editora IMEPH.

FIGUEIREDO FILHO, José Alves de:

1964 *História do Cariri*, vols. I e II. Crato: Faculdade Filosofia do Crato – Departamento de Geografia e História.

1966 *História do Cariri*, vols. III e IV. Crato: Faculdade Filosofia do Crato – Departamento de Geografia e História.

GIRÃO, Raimundo:

1984 *A Abolição no Ceará*, 3ª. ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará.

LIRA NETO:

2009 *Padre Cícero – Poder, Fé e Guerra no Sertão*. São Paulo: Cia. das Letras.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström:

1956? *Juazeiro do Padre Cícero*, 3ª. ed. (Obra premiada pela Academia Brasileira). São Paulo: Edições Melhoramentos.

MACEDO, Joaryvar:

1986 «Influência de Soriano Albuquerque na Cultura e nas Letras Caririenses», *Rev. do Inst. do Ceará*, t. C, p. 137-140.

MACHADO, Paulo:

2011 *A Marcha da Insurreição*. Joazeiro do Cariry 1907-1911. Salto, SP: Editora Schoba.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola:

2008 *A Pedagogia Feminina das Casas de Caridade do Padre Ibiapina*. Fortaleza: Edições UFC.

MARIZ, Celso:

1985 «Padre Rolim» in *Cidades e Homens*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, p. 91-97.

MENEZES, E. Diatahy B. de:

1998 «Pe. Ibiapina: figura matricial do Catolicismo Sertanejo de Nordeste do século XIX», *Rev. do Inst. do Ceará*, t. CXII, p. 73-98.

MENEZES, Fátima:

1998 *Padre Cícero: Do milagre à farsa do julgamento*. Recife: Bagaço.

MONTENEGRO, Abelardo F.:

1973 *Fanáticos e Cangaceiros*. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno.

1977 *Soriano Albuquerque, Um Pioneiro da Sociologia no Brasil*, 2ª ed. Fortaleza: Imprensa Universitária (UFC).

NABUCO, Joaquim:

1977 *O Abolicionismo*, 4ª edição. Introdução de Gilberto Freyre. Petrópolis: Vozes / Brasília: INL.

NASCIMENTO, F. S.:

2000 *Mártires da Religiosidade Popular: 1. José Marrocos / 2. Maria de Araújo*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC.

PEIXOTO, Alencar:

1913 *Joazeiro do Cariry*. Fortaleza: S/ed.

PINHEIRO, Irineu:

1938 *O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores.

1950? *O Cariri – seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: S/ed.

1963 *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará.

QUINDERÉ, Mons. José:

1948 *Dom Joaquim José Vieira*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará.

SALES, Antônio:

1945 «História da Literatura Cearense», in GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, A. *O Ceará*, 2ª. ed. Fortaleza: Ed. Fortaleza, p. 177-186.

SILVA, Antenor de Andrade:

1989 *Padre Cícero, mais documentos para sua história*. Salvador: Escolas Profissionais Salesianas.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira:

2002 *A História da Escravidão no Ceará* (Das origens à extinção). Fortaleza: Instituto do Ceará.

SOBREIRA, Pe. Azarias:

1956 *Em Defesa de um Abolicionista*. (Resposta ao *Apostolado do Embuste*). Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele.

1969 *O Patriarca de Juazeiro*. Petrópolis: VOZES.

2006 *O Primeiro Bispo do Crato: Dom Quintino*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

STUDART, Dr. Guilherme (Barão de –):

1910 *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*. Volume Primeiro. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor.

1913 *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*. Volume Segundo. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor.

1915 *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*. Volume Terceiro. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor.

THEOPHILO, Rodolpho:

1969 *A Sedição do Juazeiro*, 2ª. ed. Fortaleza: Editora Terra de Sol.

WALKER, Daniel:

2010 *História da Independência de Juazeiro do Norte*. Juazeiro do Norte: HB Editora.

APÊNDICES

JOSÉ MARROCOS

Transcrito do Jornal «O POVO» de 24/8/56

Padre Alencar Peixoto

Que homem!
Mas, um homem que os raios da divina graça inundaram atleticamente. Um homem que, dos abismos e das sombras da natureza, fazia escordar a vida e a luz. Um homem que em quem vibraram todas as grandes forças do coração. Um homem que, pela sua magia sifônica do amor e da dor, escalou trecheiro de seiva as inacreditáveis alucinantes canchais da vida, e afinava pelas conspiciências do céu a pique do mundo!

Cada linha de sua vida, um poema de ensinamentos grandiosos; cada face de seu vulto, amovível, um mundo de insignes valores, por onde se moldavam a inteligência, a vontade, o amor, a dedicação, a paciência, a piedade, grandezas e virtudes excepcionais.

Que lição, por exemplo, que força de vontade, que amor em ação e paixão pelo bem, que celebração possante, que lídicas aspirações, as suas, visando, em tudo por tudo, a glória divina triunfante sobre o abismo!

Católico profundamente versado em teologia e direito canônico, como nenhum padre brasileiro do seu tempo; cristão prático, despido de respeito humano; intrasigente investigador dos falsos em fato de religião, nunca se correu do publicamente exaltar a sua fé; nunca se envergonhou de confessar o seu Deus: QUI ME CONFESSUS FUERIT CORAM HOMINIBUS CONFITEBOR ET EGO EUM CORAM PETRI MEO.

Tanto em público como na vida privada, o Evangelho foi sempre o paradigma de sua conduta, e a norma hierárquica de seus múltiplos que fazeres, a origem de suas aspirações.

Vivendo em sociedade e na sociedade, conservou-se sempre modesto, despretencioso, humilde, sem se deixar levar pelos europeus da grandexa humana, títulos que se revogam, condecorações que se dispensam todas as noites. Por isso tornou-se a edificação de todos os seus amigos e conterrâneos, que muito e muito admiravam, por mais que ele procurasse ocultar, a prodigalidade dessa poesia do coração: a caridade que se estendia a todos sem distinção!

Espirito requiloso de equidade empenhou-se, com todos os fogos e arestas de sua alma de eleito, em extinguir a escravidão de nossos irmãos no Ceará, correspondendo dessarte aos anseios de um povo livre.

Bem sabemos que essa obra tão grandiosa foi resultado de múltiplos esforços conjugados, não desconhecemos, absolutamente, os relevantíssimos serviços que, a tão santa causa, prestaram a abnegação e o talento de outros cearen-

ses ilustres que fizeram, como ele, propaganda pela imprensa, pela tribuna, pelo livro; mas, ao contemplarmos esse marco brilhante de nossa civilização, veiculando o vértice da pirâmide, a firma e o coração de José Joaquim Teles Marrocos. Compreendeu, como o seu grande admirador Oliveira Sobrinho, que a inteligência sem luz é talmente a pedra sem lapidário, a luta sem ideal é ambição sem nobreza; é a instrução sem liberdade, a liberdade sem lei, a lei sem vida, a vida sem amor, o amor sem ciência, a ciência sem Deus!... Compreendeu ele perfeitamente, que ensinar é dominar o mal da ignorância é debravar o futuro da Pátria; é trabalhar pela dilatação de um povo; que disse Victor Hugo, mede-se pelo rio de luz que dele se desprende através da instrução, focalizando o direito que é a fórmula científica da fisiologia social.

Poliglota, sabia dez idiomas, sendo-lhes os mais familiares o latino, o francês, o italiano, o espanhol e o inglês, língua esta que, como dizia ele, em futuro não muito remoto, seria a única língua articulada por todos os povos do mundo. Jornalista de pulso, aí estão os seus apurados artigos publicados em vários jornais do país e do estrangeiro, alguns dos quais de criação sua, como A Voz da Religião no Cariri, O Libertador, em Fortaleza, o Jornal do Cariri, em Brabália, etc.

Cristólogo, por aí pairam os seus magistrais escritos proflagando erros, elucidando e mostrando as verdades fundamentais da nossa religião com tal coação nas provas, tal solidez nos princípios, tal precisão no estilo, tal regularidade no método, tal vastidão no conhecimento, das matérias, tal instimativa na impugnação dos argumentos contrários, que admira ver tão eminentes predicados em um só sujeito!

Historiador, escreveu duas grandes obras: Apointamentos para a História do Cariri e A Questão Religiosa de Juazeiro, obras estas inéditas, constando a primeira de três volumes, e a segunda de um grande volume, teologicamente discutido à luz dos grandes luminares da Igreja, com S. Tomaz e Suarez.

Trovador benemérito da campanha do bem, ainda não cansado de tantos serviços prestados a causa da Religião, da Pátria, e da humanidade, deixando a lendária cidade do Crato, sua cidade natal, transportou-se para Juazeiro do Norte, e ali fundou o PEDAGÓGICO onde distribuiu o pábulo salutar da instrução. Tratava do festival da inauguração da Beneficência Pública, quando faleceu inesperadamente. (De Goiás, 1936)

Divulgação do grêmio Literário «José Marrocos» do Instituto «24 de Março» da Sociedade Padre Cicero - Juazeiro do Norte - Ceará

**DEPOIMENTO E CONSIDERAÇÕES DO PROFESSOR JOSÉ JOAQUIM TELES
MARROCOS ATESTANDO A VERACIDADE DOS SUPOSTOS MILAGRES DO
JUAZEIRO**

Cidade do Crato, 12 de outubro de 1891.

Revdmo. Sr. Comissário.

Noblisse oblige

A distinta notificação que, da arte de V. Sia. Revdma., me trouxe o Revdmo. Sr. Dr. Francisco Ferreira Antero, digno Secretário da Comissão que pelo Exmo. Sr. Bispo Diocesano veio verificar os fatos extraordinários ocorridos no humilde povoado de Juazeiro, eu devo singela e sincera exhibição da verdade tal qual se pode dizê-lo perante Deus e com sua graça sustentá-la no tribunal dos homens.

Mas o depoimento que venho perpetuar nestas linhas, nada tem de singular — é apenas mais uma voz que no côro geral de tôdas as vozes e no concôrto comum de tôdas as harmonias vem afirmar que sabe e que viu mesmo na Igreja de Juazeiro a hóstia sacramental da comunhão de Maria de Araújo transformar-se em sangue tão natural como o produto vivo de um corpo vivente. Este fato maravilhoso, extraordinário, sobrenatural, divino (como quer que a Santa Igreja venha qualificá-lo ou defini-lo) que V. Sia. Revdma. mesmo teve-o várias vezes sob a inspeção vigilante de seus sentidos e sob a visão intelectual de sua alma, não é novo e nem data de hoje.

Há três anos, mais ou menos, que êle agita em derredor de si a atenção de todos, a curiosidade do homem vulgar e a investigação do homem curioso, a objeção do céptico e o exame da ciência, as homenagens francas e expansivas da boa vontade, as reservas intencionais e tépidas do cálculo e sobretudo a aprovação do que duvida e a aprovação do que crê; que ambos exigiram o milagre nu, um para que pudesse crer e o outro para que pudesse afirmar sua crença. Assim, pois, nenhuma dúvida sôbre sua existência — que viram não uma, senão muitas vezes e afirmaram-no sob a palavra da consciência e a fé do juramento centenas e milhares de testemunhas, quando segundo a lei e o direito bastava para fazer a prova plena o depoimento de duas testemunhas de vista. Qual seja, pois, sua causa eficiente e sua procedência, revelam-no circunstâncias e fatos de ordem superior que levaram de vencida contradição e contrariedades humanas. Assim é que — I) Sua publicidade realizou-se a despeito de tôdas as reservas e todo o sigilo com que o sacerdote, a quem Deus confiara o extraordinário fato, recebia e mantinha suas primeiras manifestações. Era o seu *thesaurus absconditus in agro*, e a mim mesmo, a quem constituíam seu amigo mais próximo os laços de sangue, as relações desde a infância, o coleguismo dos bancos escolares estreitados pela vizinhança de nossas moradias, a perda de nossos pais, a dor e o infortúnio de nossa vida no mesmo tempo, e a circunstância de nunca trocarmos uma palavra que desafinasse a harmonia de nossos sentimentos, quando vêzes pensamos e discutimos em divergência de opiniões — confesso — doeu-me a sua reserva e o seu segredo, quando já rumorejava lá fora e avolumava-se com tôda a acentuação da verdade a história da miraculosa transformação da sagrada forma em sangue. Mas como *non est sapientia, non est prudentia, non est consilius contra Dominum*, o segredo que se subtrahia às confidências da velha amizade, lá escapava, não sei como, tornara-se uma revelação que repercutia ao longe e de longe traziaromeiros que chegavam ao Juazeiro perguntando onde estava o Precioso Sangue que tinham vindo adorar.

Já o «Diário do Comércio», da Côte, em 19 de agosto de 1889, dizia: «A princípio entendera dever do Padre Cícero ocultar quanto acontecia» — e o «Diário de Pernambuco», de 29 do mesmo mês e ano afirmava por sua vez que, «não obstante o Padre Cícero ter guardado toda a reserva sobre tão merífico acontecimento, contudo foi ele sempre de alguma sorte divulgado pelas pessoas comparecentes à mesa da comunhão e que dele foram testemunhas presenciais. Mas a manifestação devia ainda ser mais completa, e no dia 7 de julho, quando a igreja de Juazeiro cobria-se de gala e esplendores para celebrar a festa do Precioso Sangue repetiu-se o prodígio à face e à vista de um numeroso concurso que lá fôra assistir a festa.

Não foi possível, pois, guardar mais reserva, nem revelar o mistério. Bastava com efeito! O homem pôs mas Deus dispôs.

II) Se a publicidade do maravilhoso fato estabeleceu-se apesar dos pesares, o culto que era e é a solene afirmação e reconhecimento público de sua existência, também teve por si um poder superior que pisou por cima de duas forças invencíveis neste mundo: o poder da autoridade que manda e a submissão do súdito que obedece.

É sabido que o Exmo. e Revdmo. Sr. Bispo Diocesano, D. Joaquim José Vieira, mandou ao Revdmo. Pe. Cícero Romão Batista que «problisse qualquer culto a este sangue». Em obediência, ele retirou da capela do SS. Sacramento a caixa de vidro que continha os corporais, os sangüinhos, as toalhas que o tinham recebido da Hóstia Sacramental. Mas logo após lá veio à mesa da comunhão a mesma miraculosa transformação e com tanta virtude que de uma Partícula única correu tanto sangue que chegou a cair em terra, não obstante todas as precauções do sacerdote. Se um dia perante numeroso concurso do povo, a quem não se pôde ocultar, realiza-se assim a miraculosa transformação, ministrando o Padre Cícero a comunhão à Marla de Araújo — no outro dia não é mais com ele que se verifica a mesma manifestação do poder de Deus — mas com o mesmo senhor Comissário do Prelado Diocesano, qualquer que fôsse o lugar, o dia e a hora que V. Revdmo. mesmo administrasse a comunhão à humilde religiosa e qualquer que fôsse também o limitado concurso testemunhal e a provação exigente e rigorosa da ciência. Através, pois, de contrariedade e contradicções, o miraculoso fato evidenciou-se o que era — indestrutível e invencível. Ainda essa vez o homem pôs mas Deus dispôs.

O sangue que se retirou da capela do SS. Sacramento, que se ocultou da vista e da reverência do povo, começou de novo a aparecer todos os dias na Hóstia Sacramental e assim parecia dizer aos fiéis: *Ecce ego vobiscum sum omnibus diebus*. Que fazer agora? Onde esconder o Precioso Sangue? E se a Hóstia Sacramental vertendo sangue e água reproduza o Sangue e a Água do Divino Coração, para que ainda uma vez e perante V. Sia. Revdmo., Senhor Comissário Diocesano, tomar ela a forma de coração? Jesus Cristo, que é a mesma verdade, nunca fez e nem faz milagres senão em confirmação da verdade e os que V. Sia. Revdmo. no Juazeiro e no Crato ouviu com toda atenção, com efeito são testemunhos tão incontestáveis que constituem esse gênero de provas, que nem os honens, nem os próprios diabos podem destruir, porque vêm de Deus e é de Deus. Impossível, porém, Revdmo. Senhor, lhe foi o trabalho, de registrá-lo todos. Pela sua notoriedade e pelo seu número sempre crescente é que nunca cessaram um só instante as promessas e os votos a esse sangue que chamam e creem Precioso. É verdade também que nunca cessaram um só instante os milagres que lhe foram pedidos. Doentes de toda enfermidade, paralíticos, loucos, cegos e sobretudo pecadores em grande número têm voltado ao doce gozo das ocupações da vida, do movimento, da inteligência, da luz e da graça. E assim tornou-se inevitável o culto em satisfação do voto feito aqui e ali, aquém, além, em vários pontos de diferentes Diocese. Era e é de imprescindível dever de consciência que a criatura favorecida não pode deixar de ser agradecida pela graça que pediu e recebeu. A proibição Diocesana desapareceu, pois, de todo, e consultou-se mesmo diante desse poder que pisou por cima de duas forças invencíveis deste mundo — o poder da autoridade que manda e a submissão do súdito que obedece.

III) Se a publicidade do milagroso fato se fez contra a vontade humana, se o reconhecimento solene de sua existência teve por si um poder superior e invencível — a qualidade do culto, que se lhe tributou revela, publicamente, e afirma que sangue é este que continua a dar saúde ao enfermo, movimento ao paralítico, inteligência ao louco, luz ao cego, graça ao pecador. Cumpre notá-lo. Dois fatos extraordinários, dois grandes testemunhos de sangue se deixam em Juazeiro: a estigmatização de Maria de Araújo e a transformação da Hóstia Sacramental em sangue. Um e outro tiveram por espectadores e testemunhas autoridades eclesiásticas, como V. Sia. Revdma. e seu digno Secretário, bacharéis em direito, centenas e milhares de pessoas de toda idade, posição, qualidade, condição. Um e outro produziram também seus efeitos que diferenciaram seu caráter com tanta exatidão, que cada um deu testemunho do que era e definiu-se por si mesmo de modo a não deixar dúvida. Com efeito, a estigmatização, foi sempre um espetáculo mais curioso, sempre teve mais que ver — mas àquela humilde serva de Deus deitada em pobre leito, com os braços abertos em forma de cruz, desenhada em sangue e coroada de espinhos ao redor de sua cabeça, e esse sangue a correr-lhe pelos olhos amortecidos e sobre a boca entreaberta e estuante de sêde, o peito arfando de mortal agonia, as mãos furadas e os pés borbulhando sangue — nunca pôde excitar na alma cristã de espectador senão um sentimento de admiração. Nunca vi ninguém cair-lhe aos pés, beijar-lhe aquelas chagas, chorar a lágrima do arrependimento, pedir-lhe perdão de pecados e render-lhe qualquer culto, embora seus estigmas falassem com eloquência inexcedível dos crudelíssimos martírios de Jesus. É que o sangue que deles dava ainda esse testemunho ao vivo, era humano, simplesmente humano e sua condição de humano não teve nem podia ocasionar mesmo um culto que não lhe era devido. Não assim o sangue que saía da Hóstia Sacramental: apenas manifestava-se, recebia imediatamente toda a reverência de latria. Entretanto, a transformação não apresentava o quadro comovente e doloroso da Paixão: realizava-se de modo simplíssimo, começando sempre pela face superior a purpurar-se de sangue e terminava, ora com sua forma circular, ora com a forma de coração como então eu mesmo vi. Mas a alma cristã do espectador nunca pôde ver esse sangue sem sentir-se penetrada de respeito e comovida até a efusão de lágrimas. Jamais ninguém passou por diante dele que não se genufletisse, que não beijasse o chão, que não orasse, e muitos tiravam o calçado, como Moisés, no lugar santo. Nunca houveromeiro que voltasse à terra de sua pátria, sem levar como reliquia de raro valor, uma fita ou um cadarço que tivesse tocado na caixa de vidro que contém as talhas, corporais sangüinhos, que receberam esse sangue da Hóstia Sacramental! E que milagres não se contam dessas fitas, e desses cadarços, que o povo chama de Medidas do Precioso Sangue?! O testemunho, pois, que a Hóstia Sacramental dá desse Precioso Sangue, em que se transforma, justifica o culto da latria que tem recebido, e robustece a fé de que esse sangue é divino, porque só Deus é que tem o poder e pode obrar milagres, e, além, disso, nas espécies sacramentais só existe e só pode existir o corpo, o sangue, a alma e a divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Não estando, porém, de conformidade com esta doutrina e fé, a interlocutória decidiu que «o sangue aparecido nas sagradas formas não é, e nem pode ser o sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo», protesto desde já perante V. Sã. Revdma. Senhor Comissário Diocesano, pela apelação à Santa Sé na forma e no prazo da lei, e constituo meus advogados e procuradores ao Revdmo. Sr. Padre Cícero Romão Batista e ao Revdmo. Sr. Dr. Francisco Ferreira Antero, com plenos poderes para tudo o que fôr a bem do direito da mesma causa. E assim requeiro a V. Sã. Revdma. que se digne fazer junta aos autos o presente memorial que por deferência à notificação recebida tenho a honra de apresentar, como singela exibição da verdade tal qual posso dizer perante Deus e com sua graça sustentá-la no tribunal dos homens.

Deus guarde V. Sã. Revdma.
Ilmo. e Revdmo. Sr.
Padre Glicério da Costa Lôbo
Mto. Digno Comissário Diocesano
da Verificação dos fatos do Juazeiro.

JOSE JOAQUIM TELES MARROCOS.

Texto extraído de: Documentos sobre a Questão Religiosa do Juazeiro.
Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, tomo LXXV, 1961: 266-297.

Caos etimológico

OSWALDO EVANDRO C. MARTINS*

Sabem os historiadores que o poder lusitano tupinizou as denominações pré-cabalinhas, de modo que se generalizou numa confusão no assunto. Grassa no Ceará indefinição dos povos indígenas, atestado como herança na toponímia, nas nomenclaturas botânica e zoológica, na etimologia etnográfica.

Imagine-se até que ponto vai tal diátese afeta ao acervo das línguas nativas obrigando os estudiosos a uma ginástica interpretativa das informações pertinentes. Seja, *verbi gratia*, o nome de uma cidade cearense, Itapagé, palavra que poderia ser traduzida do tupi por “frade de pedra”. Trata-se aí de uma evolução às avessas: o erudito viraria vulgar por sua própria vontade, isto é, delirando, porque os selvagens da região, ao que contam os fatos históricos, jamais poderiam ter conhecido coetaneamente um cristão de burel a nominar o monumento natural orográfico em tela. E não se argua agora a lenda de que o apóstolo Tomé estivera entre os índios amazônidas, tendo sido conhecido ali por Sumé, o que não consente com alguma ilustração ou reversão da memória, tampouco com nenhum milagre.

Os Tupis antes do desembarque lusitano já haviam internado no território e escorraçado da costa brasileira, desde o sul até o norte, habitantes anteriores, os quais posteriormente os governantes e padres recém-chegados também destratarem. A coincidência está aí. O laicato reinol-elesiástico acabou por instaurar a promoção do tupi em detrimento do não tupi. Tem isto um denominador comum precedente ou mais recente em face da teórica pacificação-sinonímia imperfeita – da

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

repressão real da revolta contra a violência do invasor ou explorador. Os reprimidos tinham sido considerados, lá atrás, Gês, Tapuias ou, mais genericamente, Bugres.

A preocupação essencial do conquistador das plagas dos primitivos moradores locais era falar-lhes, orientá-los ensinar-lhes o português ou o latim. Pareceu-lhe entanto que a tarefa era ingente, desproporcional e inexequível. Ao fim e ao cabo, ele optou por uma terceira solução: racionalizar o idioma indígena, inventiva e consolidadamente numa gramática tupi-guarani, que poderia servir maravilhosamente enquanto a população trabalhada não aprendesse o português nem fosse assimilada.

Quanto ao latim: este permaneceu como língua sagrada e científica, que os jesuítas e os sábios usavam. Sabe-se que Von Martius dialogava em latim com os mestres-escolas na interlândia, conforme nos informou Renato Braga.

Quanto ao tupi: foi considerado simplesmente transitório e, ademais, os Bugres não eram típicos nem se tupinizaram. A oportunidade era realmente do português.

A escola da vida cumpriu essa missão. Os dois idiomas acima – o da Metrópole e o da Igreja – poderiam ser pretensão oficial, mas foram descartados, porque implicavam em dispêndio maior, em eficiência menor e em inapetência social contra a exclusividade estatal.

Eis, que ocorreu afinal o esmaecimento do tupi através do português, espontaneamente, na sociedade luso-brasileira que eclodia no Ceará e nos outros recantos do Brasil.

O tema do tupi pontificou civicamente na ideologia dos revolucionários cearenses da Confederação do Equador. Vêm daí famílias: Araripe, Carapinima, Ibiapina, Mororó, Sucupira e outras adoções em sobrenome, que depois afluíram em prenome, até mesmo em nome integral como no deputado Ubirajara Índio do Ceará. Tivemos o colega de turma Ipirajá Cabral de Lavor, cujos manos eram Guaracy, Guarany, Guaray e Guajarina, todos filhos do cronista Raimundo Lavor. Sobre o primeiro dos cinco irmãos supramencionados acresça-se em particular que ele poderia ter sido nomeado, pela sua aptidão gráfica, para a cátedra de Geometria Descritiva, que viemos a ocupar na escola de Agronomia do Ceará, onde ingressamos a convite do diretor Renato Braga, que em nós – em mim – enxergou mais aptidão geométrica.

Duas línguas – tupi e bugre – não constituem dualidade no Ceará, porque a segunda era uma algaravia. Mesmo assim não se implantou sequer a primeira, à qual se renunciou. O selvagem migrava pela praia, caminho mais fácil. Nessa trilha foi que progrediu aquando da sua fase inicial a ação apostolar catequética da Igreja, que então procurou regularizar nacionalmente a fala aborígine válida regionalmente, ou seja o tupi, guindado a “língua geral”.

Os Bugres, contra os quais travou-se a denominada Guerra dos Bárbaros, foram classificados e caracterizados como afeitos à sodomia e viciosos, como resistentes viscerais às mudanças e inimigos figadais da catequese, como isolados na sua “língua travada” e obstinados. Eram todos não tupis, todos os quais não falavam tupi, ou excepcionalmente tupis insubmissos.

Esse critério e diretriz foram amplamente observados no Ceará, de forma que etnias arredias, transviadas, separadas, estranhas, hostis e dissímeis foram indistinta e amontoadamente juntadas, aldeadas, missionizadas e miscigenadas. Falavam-se dialetos heterodoxos, menos a língua criada e tentada como ideal comunicativo. É claro que se estabeleceu como se estabeleceria este caos etimológico, hoje a dificultar os filólogos e etnólogos.

Não se pôde harmonizar esse oceano multifário de ondas e marolas, onde, fugiam, sobreviviam, vagavam e contendiam etnias as mais diversas. Há todavia regularidades e semelhanças – não absolutas, não sistêmicas e não necessárias – na denominação de tribos diferentes: Anacés, Aparagés, Canindés, Javamabés, Javés, Mamdiavés, Paliés, Quixerés, Tremembés etc. Outros indícios análogos ao é final de cada palavra singular da exemplificação – ara, ema, iú, u, uçu – são meramente vocabulares e não étnicos, porquanto o que se depara, é um idioma aglutinante: não significam eles étimo, afixo ou variante, mas algo solo, idêntico, concreto e autônomo. Tome-se a primeira das naturalidades elencadas, dispensada por enfadonha e insegura a análise de qualquer uma delas. A palavra em mira consta de aná (aquele eu é aparente) e de cé (o que gosta de ser). A figura retórica de mar empregada atrás diz com caldo de cultura em que também se produzem, menos incisivas na agitação das águas, espumas vocabulares formada por componentes etnográficos da mais remota pré-história, quando estiveram nas terras brasileiras gentes total e talvez definidamente desconhecidas.

A característica do nível social da selvageria eram o nomadismo, a pilhagem bélica e, por mais paradoxal que pareça a alguns inadvertidos, o isolamento no relevo topográfico, na estação climática e nas condições econômicas. A mencionada saga beira-mar sul-tropical-equatorial foi vivida pelo nômade típico, até a sua sedentarização sob a batuta dos jesuítas, mesmo após a expulsão pombalina destes. Nada se cumpriu dos postulados formais da língua que fora reservada ao país.

Diz-se que o tupi não tem a consoante **l**, mas houve o enxerto postremo dela nele. Isto aconteceu por viés não tupi, já que a mesma é encontrada no próprio nome de etnias outras, como Paliés, Quixelôs e Calabaças. Leia-se isso em almofala-arabicamente remota ou bugramente recente – embora fossem tupinizados os Tremembés que construíram capela do topônimo.

A tupinização se ressentia ortograficamente: curumim de bugre é buguelo. O fator etnológico – inclusa a carência supra – proveu a articulação aveolar restaurando o regime de subjetividade dupla ou luso-tupi. substitui-se o **l** falto por **r**.

A situação em referência é geral, abrangente e demonstrativa. Depare-se ao pesquisador o excepcional, o inexplicável ou hipotético. Atente-se na assiduidade do termo Etimológico. quixe e procure-se compreender a sua ocorrência em Quixaba, Quixadá, Quixariús, Quixeramobim, Quixeré, quixiúme, quixó, Quixdoçó etc. Não se poderá jamais ultimar o estudo, pois em cada qual dessas palavras, de acordo com o caráter da língua, é aglutinado o elemento referido, que significa porco em um idioma não tupi, o outro mais falado, o tarairiú.

E aí estão desamparados esses casos, sobretudo o de Quixadá, especialmente em virtude da importância geográfica, histórica e social da cidade. O problema teria maior gravidade, se não vivesse nas matas antigas do Ceará, em varas enormes, um jajaival, espécie silvestre, distintas do caitetu e chamada queixada, cujas potentes mandíbulas e eficiente dentuça matraqueavam, não apenas quebrando os cocos do catolé, do tucum, da macaúba, do babassu, da pirinã, da anajá, do buriti, do assai, da bacaba etc, para lhes comer as amêndoas, mas também ameaçando seus concorrentes e inimigos quer fossem quadrúpedes os mesmos, quer não, incluindo o homem. Outro aspecto particular do suíno em questão é o lábio branco contrastante da cor parda da pelagem. Não lhe vem disto, porém, o nome popular, que nada tem a ver

com queixo. Quem conhecesse tarairiú saberia calhar melhor com etimologia questionada o elemento citado, provavelmente dessa origem.

O fenômeno linguístico que discutimos é mais administrativo do que se supõe. Porque pode denotar ideologia e preconceito. Por autoridades mais ignaras que cientificistas, foram ajuntados em Baturité os Canindés, Genipapos e quixelôs – não tupis – e os Paiacús, mais tarde, no mesmo monte. A estes últimos mudaram para Pacajus o gentílico. Outro tanto fizeram, Analogamente. Mesma coisa fizeram de Caracú para Acaraú. Aliás, cheira a atentado cultural o que algures perpetrrou-se, igualmente, de Curitiba para Coritiba. Suponha-se, para argumentar contra a lamentável alteração, que em vez de Curitiba bela mulher fosse uma mulher bela. Far-lhe-iam uma cirurgia, mutilação ou desfiguração plástica.

Visaram à sílaba assim recusada malsinações, mercê de melindres oficiosos de beatos. Os índios, porém, não sofriam dessa afecção, pois lembram a Georg Dmitrov, que chamava as coisas pelo nome delas, sem mistificações ou armações, sem escamoteações ou evasivas, sem burlas ou ludibrios. Esses recursos ou tropos, quando lhes atribuísem função escusa, irônica, velada ou perversa, é que aprenderam com o branco.

A sílaba malsinada não é bugra nem tupíca, porque é lusa. Ela repercutiu no inconsciente e afinal se legalizou no chulo. Substituíram-na as autoridades, deturpando, vulnerando e estuprando a norma vocabular, que não se deve render a conveniências especiosas ou interesses pequeninos.

Nosso grande amigo professor Hildebrando Espínola, duplamente grande nas Ciências Sociais e Jornalismo, na inteligência e na informação, no humor e no *aplomb*, mas que não entrou para o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), usava a metáfora “monossílabo”, no lugar dessa emissão de voz rejeitada psicologicamente por pudicícia, moralismo, censura, autocrítica, controle social. Genial, positivista, competente, compenetrado e provocante, esse nosso grande amigo confluiu intelectualmente com uma categoria de gente que esbanjava seus talentos: José Albano, Paula Ney, Quintino Cunha etc.

Esses, que foram personalíssimos, convictos, impertéritos e pertinazes, aspiravam à fruição intelectual de comodidade e liberdade, mas não perceberam nitidamente que foram arrastados, malsatisfeitos e frustrados pela sociedade cearense. Para efeito de homenagear o Insti-

tuto do Ceará, consideramos que a grei ora referida poderia ser ampliada com outros mais, como Guarino Alves de Oliveira e José Denizard Macedo de Alcântara, todos precedentes de uma senda que pode ser descortinada.

Antes de findar o presente escrito, nós estamos relembrando Hildebrando para informar também, à margem, que o mesmo era possuidor da “maior cearense”, como nominava sua fabulosa biblioteca, à qual certa feita anexou um livro raro que lhe emprestara o jornalista Adonai Medeiros, a quem jamais devolvera a obra e – o máximo! – confessando ingênua, despojada e cinicamente ao dono da mesma esse comportamento tão frequente nos intelectuais. Por outro lado, o nosso colega Mário Rocha, pessoa austera e sereníssima, declarou-nos que “o livro é o único objeto que um homem honesto rouba”, ao ver em nós – em mim – que estivemos a pique de cometer esse pecado – por pensamentos, palavras e obras – o que só não consumamos como Hildebrando porque nos detivéramos num impedimento ocasional. Já outro amigo nosso, o professor José Ferreira de Alencar, fez conosco – comigo – o mesmo que fora feito com Adonai.

Nós – eu – e meus amigos mencionados não seríamos índios que não incidíssemos nos erros, falhas ou desvios dos civilizados, que desvirtuam o falar, tornando-o rígido, infecundo e incapaz perante a multiplicidade, a quantidade e a intensidade, ou seja, o progresso.

É preciso, pois, criticar o a-histórico em prol do histórico. O primeiro está mentalmente na imagem das letras, sílabas e vocábulos, que se devem revestir de aura simbólica, litúrgica, iconográfica, louvando-se nos fenômenos da natureza. Instituições há que elaboram nesse sentido como escola filosófica: maçonaria, esoterismo, teosofia e teologia. Cumprir esse desiderato não concerne a nenhuma doutrina que trave, vede ou suste o exercício da consciência à luz da trilogia de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, sob cujo pálio se firmou a dominação da livre concorrência e do livre pensamento. Falamos em termos desse conspecto, calcando-nos em um símbolo bíblico que identifica elementarmente o inerte e o vivo – filosófica e cientificamente – o que se pode generalizar ao consciente e ao artificial, isto é, empolgando as quatro modalidades do ser ôntico – física, biótica, psíquica e técnica – focalizadas por nós no soneto editado in *Acácia*, revista maçônica n. 15 (Fortaleza, março, 1949), sob o título cerimonial (cf. anexo).

Inscribe-se no soneto retro o conceito de diversidade *lato sensu* (pela disciplina pertinente simbolismo) e *stricto sensu* (pela autenticidade ínsita, a graça singular, o “nome da coisa”, a identidade com multiplicidade). Todo objeto tem uma essência, por assim dizer o seu DNA, a qual indelével e indefectivelmente está sempre em ato, a conferir conteúdo filológico e etnológico a comunicação do pensamento. A falta de letra l no tupi é suprida pelo não tupi, que se infiltrou e se alastrou no linguajar de modo geral, com letra r a educar a articulação alveolar da primeira consoante na idade infantil. Columim virou corumim, vice-versa. O adulto bugre crisma o infante buguelo.

Eis aí como se explicam malacacheta e Maracacheta, respectivamente mica e rio. Qual é a forma primordial, evolucionária e perfeita? Qual das duas é a solução correta? Pacíficas, concomitantes ou confluentes elas não são. Há uma contradição entre l e r que tem que ser entendida dialeticamente.

Anexo

Numerosos como as espigas do trigo

*O que tu semeias não se vivifica,
Se primeiro não morre.
São Paulo, Coríntios I, 15, 30*

Sobre a terra Ferraz é lançada a semente,
O minúsculo grão separado da espiga,
Que no seio conduz o fenômeno ingente
Por que todo pai sempre ao seu filho se liga.

Sob a ação do calor e umidade no ambiente,
Ela vence a dormência – a matéria sojiga –
E germina – consome a reserva nutriente –
Produzindo afinal novo ser que a prossiga.

Grão de trigo fecundo, acabado e profético,
Que apodreces no chão, mas ressurges mais vivo,
Por determinação do prodígio genético.

És, de certo, um exemplo essencial, conclusivo
Do evolver natural num progresso dialético,
Em que tudo transfaz-se e tudo é redivivo.

Fortaleza, março, 1949

Uma breve história da industrialização cearense

CARLOS NEGREIROS VIANA*

Introdução

A pretensão principal que se buscou atingir, na elaboração do presente artigo, foi a de reconstituir, de forma sintética, a história da industrialização cearense, desde a fundação da primeira fábrica de tecidos, em 1881, até o ano 2000, último ano do século XX.

A percepção de que a década de 1950 representa um ponto de clivagem no processo de industrialização do Ceará, ocorrida já nas fases preliminares das pesquisas e reflexões sobre o tema, acabou por nortear a estrutura da reconstituição pretendida e, dessa forma, do artigo ora apresentado.

Assim, este artigo se mostra dividido em duas grandes seções: uma, que trata da industrialização cearense ocorrida antes da década de 1950, e, outra, que reconstitui a história da indústria no Ceará após 1950. Há, ainda, uma terceira seção, que, a título de considerações finais, apresenta uma síntese das mais relevantes conclusões alcançadas ao longo de todo o trabalho.

Ao período que se estende da instalação da primeira fábrica, a da Pompeu & Irmãos, em 1881, até o final da década de 1940, que corresponde à primeira das supracitadas seções, deu-se a denominação de “Fase Espontânea”, já que ela apresenta, como características mais marcantes, a ausência da intervenção estatal planejada na implantação

* Mestre pela Universidade de Brasília. Professor Assistente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará/Campus de Sobral.

e desenvolvimento do setor industrial cearense e o surgimento e evolução deste como resultado da ação “espontânea”, normalmente, de um indivíduo ou de um grupo familiar.

Já a referida segunda seção, que cobre o período de 1950 a 2000, mostrar-se-á ela subdividida em duas partes: a primeira, que se intitulou de “Fase da Intervenção Planejada”, pois se caracteriza pela intervenção planejada do Estado no processo de industrialização do Ceará, que tem início com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), nos anos cinquenta se prolonga até o começo do primeiro “Governo das Mudanças”, em 1987. Já a segunda, que enfoca o subperíodo 1987-2000, por seu turno, ganhou a denominação de “Fase da ‘Guerra Fiscal’”, pois tem, como características essenciais, os esvaziamento das ações das Instituições estatais federais de fomento ao desenvolvimento econômico do Nordeste (BNB/SUDENE) e adoção de políticas públicas de âmbito estadual, visando à atração de capitais para inversões industriais, resultantes do esgotamento das políticas econômicas de feições keynesianas, que tem início no primeiro governo de Tasso Jereissati, em 1987, e se estende até o ano 2000.

1 A Industrialização Cearense antes da década de 1950: a Fase Espontânea

O surto de investimentos industriais que se verifica no Ceará, nas duas últimas décadas do século XIX, coincide com a primeira vaga significativa de industrialização em quase todos os centros de economia de mercado do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre etc. (SINGER)(11)

A acelerada dinamização propiciada à economia cearense pelo surto de exportação de algodão de 1864 a 1875, pelos elevados gastos públicos com as consequências da seca de 1877-79 e pela intensificação das exportações de escravos para outras províncias, sobretudo nos anos daquela seca, acabou criando, diretamente e através de seus desdobramentos, um contexto extremamente favorável para a realização de inversões em empreendimentos industriais no Ceará, nos dois últimos decênios daquele século (VIANA)(15).

Datam desse período as instalações das quatro primeiras fábricas de fios e tecidos de algodão (Pompeu & Irmãos, em 1881; Ceará Industrial, em 1889; Fábrica de Sobral, em 1894; e Santa Teresa, em 1895), da primeira fábrica de óleo de caroço de algodão (Fábrica Proença, 1885) e das duas primeiras grandes fábricas de redes de dormir (União & Trabalho, em 1893, e Progresso, em 1899) (NOBRE)(9). (Tabela 1).

Tabela 1 - Estabelecimentos Industriais Instalados no Ceará de 1881 a 1900.

Nome	Ano	Localização
Pompeu & Irmãos	1881	Fortaleza
Fábrica Proença	1885	Baturité
Ceará Industrial	1889	Fortaleza
Cia. Fabril Cearense de Meias	1892	Fortaleza
União & Trabalho	1893	Fortaleza
Fábrica de Sobral	1894	Sobral
Fábrica Santa Teresa	1895	Aracati
Fábrica Progresso	1899	Fortaleza
Fábrica Iracema	1900	Fortaleza

Fonte: NOBRE(9) e VIANA(15).

As características fundamentais, apresentadas pela nascente indústria cearense, serão praticamente as mesmas que este setor econômico conhecerá no Estado até a década de 1950: a produção predominante de bens derivados do algodão (fios e tecidos, óleos e sabões e redes de dormir), visando sobretudo atender a uma demanda local por produtos de baixa qualidade, e o caráter autóctone dos capitais investidos na atividade industrial (ANDRADE)(2).

Essa fase inicial da indústria cearense será marcada pelo pioneirismo de empreendedores como o Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1852-1929), fundador da primeira fábrica de tecidos (1881) e da segunda grande fábrica de redes de dormir (1899), João Cordeiro (1842-1931) e Bernardino Proença, os primeiros empresários a produzirem industrialmente o óleo de caroço de algodão no Ceará (1885) (VIANA)(15).

A tabela 2 possibilita, de forma sintética, uma boa visão do estágio em que se encontrava o processo de industrialização no Ceará, no fim do século XIX e início do século XX.

Tabela 2 - Número de Estabelecimentos Existentes, por Ramo Industrial, no Ceará, de 1895 a 1907.

	1895	1896	1897	1899	1900	1902	1907
Fiação e Tecelagem	4	4	4	4	4	4	4
Redes	1	1	1	2	2	2	3
Meias	1	1	2	-	-	-	-
Cigarros	3	3	3	7	8	6	7
Vinho de Caju	-	5	5	2	2	2	4
Bebidas	5	4	4	-	-	-	-
Curtumes	-	1	1	-	-	-	-
Cal-marmoraria	1	1	1	1	1	1	1
Louças	-	1	-	-	-	-	-
Chapéu-de-sol	-	1	2	2	2	1	3
Tijolos e telhas	-	2	1	1	1	1	1
Refinação-de-açúcar	1	1	1	2	1	4	5
Gelo	1	1	1	1	1	1	1
Gravatas	-	1	1	2	-	-	-
Torrefação-de-café	-	1	3	3	2	2	2
Padarias	-	16	18	12	15	20	18
Fundições	2	2	2	2	2	2	2
Destilação	-	-	1	6	4	4	3
Massas alimentícias	-	-	1	1	3	3	1
Chapéus	-	-	-	2	3	3	-
Malas	-	-	-	1	-	-	-
Velas de cera	-	-	-	1	-	-	-
Doces	-	-	-	-	-	-	2
Sabão	2	4	3	2	2	2	2
Óleos	-	1	-	1	1	1	-
Sabão e óleos	-	1	-	1	1	1	7
Calçados	-	-	1	1	1	-	-

Fonte: VIANA, p. 123 (15).

O próximo momento importante referente à industrialização cearense, antes da década de 1950, ocorrerá com um surto de investimentos industriais que terá início em 1919 e se estenderá por toda a década de 1920.

Esse surto, que está contextualizado dentro de um dos períodos de maior prosperidade econômica vivida pelo Ceará, em toda a sua história, e que foi motivado fundamentalmente pelo fantástico “boom” das exportações de algodão a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, começará com a instalação da Usina Gurgel, em 1919, e prosseguirá com as inaugurações das fábricas da Cia. Industrial de Algodão e Óleo

(CIDA0), em Sobral e Iguatu, em 1922, da Usina Ceará, em 1924, das fábricas Santo Antônio e São Luís, em 1925, das fábricas São José, Baturité e Araken e das usinas Cariri e Açucareira Cearense, em 1928, e da Fábrica Myriam, em 1929 (NOBRE)(9). (Tabela 3).

Tabela 3 - Estabelecimentos Industriais Instalados no Ceará de 1919 a 1929.

Nome	Ano
Usina Gurgel	1919
Fábrica da CIDA0 (Sobral)	1922
Fábrica da CIDA0 (Iguatu)	1922
Usina Ceará	1924
Fábrica Santo Antônio	1925
Fábrica São Luís	1925
Fábrica São José	1928
Fábrica Baturité	1928
Fábrica Araken	1928
Usina Cariri	1928
Usina Açucareira Cearense	1928
Fábrica Myriam	1929

Fonte: NOBRE(9) e VIANA(15).

Como, excetuando-se a Fábrica Araken, que produzia artigos derivados do fumo, as usinas de açúcar Cariri e Açucareira Cearense e a Fábrica Myriam, que fabricava óleo de oiticica, todos os outros empreendimentos industriais supracitados se destinavam à produção de bens derivados do algodão, pode-se deduzir que essa segunda onda de inversões industriais, apesar de ter contribuído significativamente para a expansão da capacidade produtiva, não promoveu alterações nas características essenciais da indústria cearense, traçadas ainda na ocorrência do primeiro surto, já que os capitais que financiaram tais investimentos continuaram a ter também um caráter autóctone.

Não seria exagero se dizer que a ocorrência desse segundo surto de investimentos industriais no Ceará dependeu fundamentalmente das capacidades empreendedoras de Theophilo Gurgel (1855-1926), fundador da Usina Gurgel e sócio da firma que instalou a Usina Ceará, de Antônio Diogo de Siqueira (1864 – 1932), um dos sócios da Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., proprietária da referida última usina, e dono da Fábrica Araken, e de Pedro Phimomeno Ferreira Gomes (1888-1893), sócio dos dois primeiros empresários na Usina Ceará e do irmão, Otávio Philomeno Ferreira Gomes, na Fábrica São José.

Cabe ressaltar que, se o Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil pode ser considerado o vulto empresarial de maior destaque no primeiro surto de inversões industriais no Ceará, o Cel. Antônio Diogo merece a posição de maior relevo nesse segundo: ele, que estava a viver o auge de sua capacidade de empreendedor na década de 1920, além de fundador da Usina Ceará e da Fábrica Araken, acabou se tornando arrendatário da Fábrica Santo Antônio, pertencente a Andrade & Cia., e coproprietário da Fiação São Luís, ambas instaladas nesse período.

Não seria demais lembrar que Antônio Diogo de Siqueira era pai do primeiro Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), Waldyr Diogo de Siqueira (1910-1970), enquanto o Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil era avó do segundo presidente da mesma instituição, o Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Neto (1908-1985).

Um fato que merece saliência concernente aos estabelecimentos industriais instalados no Ceará, durante os dois referidos surtos de inversões, diz respeito à longevidade da maioria deles: as quatro primeiras fábricas de fios e tecidos (Pompeu & Irmãos, Ceará Industrial, Fábrica de Sobral e Santa Teresa), mais as quatro fábricas têxteis fundadas na década de 1920 (Santo Antônio, São Luís, São José e Baturité), bem como as fábricas de óleos vegetais da CIDAIO (Sobral e Iguatu) e a Usina Ceará permanecem em atividade até a década de 1950, período no qual tem início profundas transformações nas características das indústrias nordestina e cearense, ou chegam a superá-la.

Com a cessação desse segundo de investimentos, a indústria cearense não mais conhecerá inversões em novas fábricas de cigarros e apenas verá instalações de novos estabelecimentos produtores de fios e tecidos de algodão na década de 1940.

No caso da indústria cigarreira, que se constituía num dos pilares da atividade industrial no Ceará, até a década de 1930, juntamente com a indústria têxtil de algodão (fiação, tecelagem e redeira) e com a de óleos e sabão, o declínio que se inicia nos primeiros anos daquela década, em consequência da instalação de uma fábrica da Souza Cruz, em Recife, consolidar-se-á com o encerramento de atividades, em 1941, da Fábrica Iracema, que existia desde 1900, apesar da Fábrica Araken continuar a produzir até meados dos anos 1970 (VIANA)(17).

Já a indústria de fiação e tecelagem de algodão cearense terá sua capacidade de produção expandida, na década de 1940, com a entrada

em funcionamento das fábricas da Indústria de Tecidos Maranguape, da J. Macêdo, da Cia. Gasparian do Norte e do Cotonifício Santa Teresa (a Fábrica Santa Cecília, o maior e mais significativo de todos esses empreendimentos) (ARAGÃO)(4).

A partir de 1934, a economia cearense conhecerá um novo surto de inversões restrito apenas ao setor produtor de óleos vegetais. Desse ano a 1941, foram instalados oito novos estabelecimentos que se dedicarão, quase que exclusivamente, a extração do óleo de oiticica, dentre os quais merecem destaque os pertencentes a Brasil Oiticica S/A e a Saboya de Albuquerque Industrial Ltda. (GIRÃO)(8). (Ver Tabela 4).

Tabela 4 - Fabricantes de Óleos Vegetais Instalados no Ceará de 1934 a 1941.

-	Brasil Oiticica S/A
-	S/A Industrial de Óleo do Nordeste
-	Ceará Óleo Vegetal Ltda.
-	Empresa Nordestina de Óleos Vegetais Ltda.
-	J. Chaves & Irmão
-	Cia. Industrial Santana
-	Saboya de Albuquerque Industrial Ltda.
-	Irmãos Pompeu & Cia. Ltda.

Fonte: GIRÃO(8).

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, a indústria cearense conhecerá um dos momentos de maior prosperidade de toda a sua história, já que as condições extremamente favoráveis as exportações de óleos vegetais e de tecidos de algodão, criadas pelas dificuldades de importação do exterior e de intercâmbio comercial entre os estados brasileiros, consequências do conflito, bem como pelo “esforço de guerra”, possibilitaram um crescimento da produção desses bens e dos lucros de suas vendas em níveis nunca vistos anteriormente.

A ocorrência desse “boom” de exportações de óleos vegetais pode ser atribuída, em sua quase totalidade, ao papel pioneiro desempenhado pela firma Brasil Oiticica S/A: além de ser a descobridora do processo de liquefação do óleo de oiticica (óleo secativo utilizado nas indústrias de tintas e vernizes), do qual passou a ser a exportadora quase exclusiva, ela foi a primeira empresa cearense a prensar, em grande escala, o óleo de mamona, também do qual passou a dominar a maior parte das exportações no Estado (NOBRE)(9).

Cabe ressaltar que o pioneirismo da Brasil Oiticica não se restringiu, nesse período, ao que se acabou de descrever, já que, nele, ela também passou a industrializar a castanha de caju, quer para a produção do óleo de sua casca (LCC), quer no aproveitamento da sua amêndoa para fins comestíveis (ALMEIDA)(1).

Por seu turno, o óleo de caroço de algodão cearense, ao contrário dos óleos de oiticica e de mamona, que se destinavam aos mercados externos, sobretudo ao norte-americano, encontrará a sua maior demanda no mercado paulista (idem). (Tabela 5).

Tabela 5 - Produção dos Principais Óleos Vegetais no Ceará (1944-1946).

Óleos	Quantidade (t)		
	1944	1945	1946
Caroço de algodão	3.250	3.566	3.394
Coco babaçu	1.849	910	682
Mamona	2.175	2	1.269
Oiticica	6.353	8.323	12.164
	Valor (Cr\$ 1.000)		
Caroço de algodão	11.134	11.727	11.815
Coco babaçu	9.736	4.495	3.511
Mamona	7.627	5	4.804
Oiticica	38.810	42.530	70.326

Fonte: ALMEIDA, p. 132(1).

No que tange à indústria de tecelagem de algodão cearense, a implementação do “Convênio Têxtil”, firmado com o governo federal pelo empresariado do setor, em todo o país, estimulou, de modo excepcional, a expansão da produção de tecidos, que se baseou na sobreutilização da capacidade produtiva instalada, permitindo, assim, a auferição de lucros que se situaram em níveis nunca antes atingidos por seus produtores, o que possibilitou, por seu turno, significativas ampliações do capital social, em várias firmas do ramo, fato que já não ocorria, em algumas delas, há muito tempo (VIANA)(15). (Tabela 6).

Parcela da produção de tecidos cearenses, durante a Segunda Guerra, e imediatamente após esse conflito, chegou a ser exportada para alguns países latino-americanos e para a União Sul-Africana (à época), tendo tido papel saliente, nas transações com os países da América Central, o comerciante Carlos Jereissati (VIANA)(15).

Tabela 6 - Produção Brasileira e Produção Cearense de Tecidos de Algodão (1937-1949).

Ano	Produção Brasileira (toneladas)	Produção Cearense (metros)
1937	107.268	8.630.153
1938	109.196	9.016.198
1939	107.268	9.005.000
1940	100.820	7.434.807
1941	118.760	11.200.000
1942	128.233	10.854.488
1943	169.720	12.993.917
1944	165.924	13.332.481
1945	130.252	12.209.670
1946	137.058	11.178.000
1947	127.612	8.613.000
1948	134.369	9.391.250
1949	--	10.272.000

Fonte: VIANA, p. 233(15).

Ironicamente, com o encerramento dessa fase de grande prosperidade econômica, logo no imediato pós-guerra, a indústria cearense conheceu o início do período crítico que culminará com fim da sua primeira etapa de implantação, que denominamos de “Fase Espontânea”.

2 A industrialização cearense depois de 1950: as fases da intervenção planejada e da “Guerra Fiscal”

2.1. A fase da intervenção planejada (1950-1987)

2.1.1 A integração econômica nacional e as novas funções da indústria nordestina

A década de 1950 representará um período de inflexão não somente para a indústria cearense, mas também para toda a indústria nordestina, já que o processo de industrialização que nela terá início se dará no contexto da substituição das economias regionais brasileiras por uma economia de amplitude nacional integrada.

Com a integração econômica nacional, desenvolver-se-á uma divisão inter-regional do trabalho, que firmará a hegemonia da região onde a expansão do capitalismo e das atividades industriais encontraram melhores condições de desenvolvimento no Brasil - o Estado de São Paulo.

O crescimento industrial dessa área passará a formar e a reformar a distribuição das atividades produtivas em escala nacional. Tanto a posição das outras regiões no quadro da economia brasileira como suas perspectivas de crescimento, e a própria divisão social do trabalho que nelas se processará, passarão a depender não apenas de suas características particulares ou das relações com o exterior, mas, sobretudo, do tipo e da natureza do relacionamento que elas manterão com a região hegemônica.

Voltando suas políticas e ações para os interesses do processo de industrialização e da região onde ela mais se expandira, como também tendo por objetivo a integração econômica inerente ao desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no Brasil, o Estado adotará medidas para romper o protecionismo que as distâncias e o isolamento, bem como a legislação, criavam entre os diversos estados. Para facilitar uma circulação nacional das mercadorias produzidas no Sudeste (sobretudo em São Paulo), serão realizados investimentos em infraestrutura, principalmente em construções de rodovias pavimentadas, e derubadas as barreiras alfandegárias entre os estados da federação.

Nesse contexto de integração de mercados em âmbito nacional, resultante da consolidação do capitalismo, em sua fase monopolista, no Brasil, a indústria nordestina, ao perder competitividade em relação à do Sudeste, perderá também os seus próprios mercados para os produtos industrializados nessa região, o que ampliará, ainda mais, o desnível dos estágios de desenvolvimento econômico entre o Nordeste e o Sudeste.

Em decorrência da percepção desse crescente distanciamento entre as economias do Sudeste e do Nordeste e do agravamento das tensões sociopolíticas nessa última Região, no período, serão criados o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1954, e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, institucionalizando-se, assim, uma forma de intervenção planejada na economia nordestina.

O Plano Diretor da SUDENE, datado de dezembro de 1961, apresentará, como meta principal, para minorar os problemas econômicos nordestinos, a necessidade de se implementar uma política de industrialização na Região, tomando como base as sugestões já constantes no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

Essa política de industrialização do Nordeste será viabilizada pelos incentivos fiscais do Sistema 34/18, que objetivava a captação de recursos, sobretudo no Sudeste, para inversões na Região. Dessa forma, a rentabilidade promovida pelo subsídio ao capital teria um papel preponderante na crescente expansão dos investimentos industriais.

Esse projeto de industrialização do Nordeste, resultado da ação conjunta da SUDENE e do BNB, no entanto, em lugar de criar um centro industrial autônomo para a Região, foi implantado de forma espacialmente concentrada, dependente e complementar da indústria do Sudeste, com total descaso, portanto, pela estrutura industrial nordestina já existente.

2.1.2 A crise da indústria cearense durante a década de 1950 e início da década de 1960

A década de 1950, no primeiro ano da qual foi criada a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), representará um período crítico para a indústria cearense.

Além dos problemas trazidos com o processo de integração de mercados em âmbito nacional, o setor industrial cearense enfrentará sérias dificuldades relativas, sobretudo, à escassez de matérias-primas, ao fornecimento de energia e à restrição do crédito bancário.

Logo no início dessa década, de 1951 a 1953, o Ceará foi assolado por uma seca, em decorrência da qual a produção de matérias-primas para a indústria de óleos vegetais escasseou tão intensamente que levou à paralisação de atividades em alguns estabelecimentos desse setor industrial (ALMEIDA)(1).

Essa escassez de matérias-primas continuará em 1954 e fará com que as firmas Siqueira Gurgel & Cia. Ltda., Albino Farias & Cia., Empresa Industrial Ltda., Indústrias Machado S/A e Indústrias de Óleo S/A, firmem, entre si, um acordo com o objetivo de planificar a compra de caroço de algodão, estabelecida por cotas, relativamente à safra 1955-1956 (idem).

Em meio a estas adversidades vividas pela indústria de óleos vegetais, a Siqueira Gurgel & Cia. Ltda. dará início a produção de óleos refinados no Ceará, quando passa a fabricar, em 1953, óleos comestíveis de algodão, de soja e composto de algodão e soja, vendidos com a denominação de “Óleo Pajeú” (ALMEIDA)(1).

Não seria demais lembrar que a Siqueira Gurgel ainda lançaria, durante a década de 1950, as seguintes marcas de produtos: “Cariri” (registrada em 1954) – óleo comestível de babaçu e gordura comestível de tucum, “Sigel” (1956) – sabonete, e “Pavão” (1959) – sabão marmorizado.

A crise energética, com a qual começou a se deparar a indústria cearense no fim da Segunda Guerra Mundial, atravessaria toda a década de cinquenta e somente seria solucionada com a chegada da energia de Paulo Afonso, a Fortaleza, em 1964.

Logo no final da Segunda Guerra, utilizando-se das reservas acumuladas nos prósperos anos daquele conflito, algumas empresas começam a dotar os seus estabelecimentos com geradores termoelétricos, o que permitiu a substituição da força motriz predominante, até então, a do vapor. É sabido, no entanto, que a utilização de energia termoelétrica apresenta elevados custos de operação e baixa produtividade, o que contribui, sobremaneira, para a elevação dos custos de produção das empresas (VIANA)(15).

Para se ter uma ideia da gravidade da escassez de energia, no Ceará, no período que vai do fim da Segunda Guerra a meados dos anos 1960, basta recordar que, na impossibilidade da The Ceará Light, Tramway and Power Co. Ltd., a concessionária do fornecimento de energia pública em Fortaleza, atender ao consumo público, várias empresas privadas, principalmente as têxteis, complementaram a oferta de energia, com sobras do que geravam, até 1954. A partir de 1955, apesar da inauguração da Usina do Mucuripe, a firma Gomes & Cia. permanecerá fornecendo energia, mesmo com várias interrupções temporárias. Em Sobral, a construção da Usina Dr. José Saboya, iniciada em 1947 e concluída em 1952, pela Cia. de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano (CFTED), permitiu que essa firma suprisse de energia não apenas a cidade, mas também a inúmeros núcleos urbanos circunvizinhos, por um período que se estendeu até a primeira metade dos anos 1960 (VIANA)(15).

No Ceará, cuja indústria têxtil produzia apenas tecidos populares, a crise que começou afetar todo o setor no Brasil, a partir de 1956, é sentida com mais intensidade, em consequência da redução do já pequeno poder aquisitivo de suas camadas socioeconômicas mais desprivilegiadas. A retração do consumo, resultante dessa diminuição da renda, levou a um aviltamento dos preços e a um aumento considerável dos estoques de tecidos, acarretando prejuízos ou reduções significa-

tivas nos lucros e compelindo as empresas a procurarem financiamentos bancários onerosos de curto prazo (VIANA)(15).

Em 1959, a delicada situação da indústria têxtil cearense se agrava, mais ainda, como resultado da restrição de financiamentos por parte das instituições bancárias, levando algumas firmas a pedirem concordata, como foi o caso do Cotonifício Leite Barbosa e da Cia. Têxtil José Pinto do Carmo, ou apenas a suspenderem a produção de tecidos, como fizeram a Gomes & Cia. e a A. D. Siqueira (VIANA)(15).

No começo dos anos 1960, as empresas que haviam suspenso suas produções de tecidos voltam a produzi-los, porém por pouco tempo. A crítica conjuntura econômica brasileira, que é marcada por uma aceleração inusitada da curva inflacionária, no entanto, vem dar o último e fatal golpe em algumas empresas, que, assim, paralisam definitivamente suas atividades. Depois de 1964, somente três firmas permanecerão produzindo tecidos de algodão no Ceará: a Cia. de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano (CFTE), o Cotonifício Leite Barbosa e a Thomaz Pompeu de Sousa Brasil S/A – coincidentemente, continuações de três, das quatro, primeiras firmas constituídas, no Ceará, com o objetivo de produzir fios e tecidos de algodão (VIANA)(15).

2.2 O Projeto Asimow e o PUDINE: tentativas de interiorização da indústria cearense nos anos 1960

Apesar da intervenção conjunta da SUDENE e do BNB ter resultado numa intensa dinamização da economia nordestina como um todo, principalmente após o advento dos artigos 34/18, no Ceará, essa dinamização acabou assumindo contornos retardatários ou de perda relativa de posição, dado que os projetos mais significativos, tanto sob o aspecto do capital aplicado quanto sob a perspectiva de efeitos para frente e para trás, foram implementados na Bahia e em Pernambuco (SOARES)(12).

A percepção de que a indústria cearense se apresentava despreparada para fazer um uso mais intenso dos incentivos postos à disposição do Nordeste e a de que a economia cearense tendia a seguir uma rota de crescente perda de importância relativa no cenário regional, resultante dos estímulos assimétricos propiciados às economias baiana e pernambucana pelos incentivos do Mecanismo 34/18, levou à criação da Cia. de Desenvolvimento do Ceará (CODEC), pelo governo estadual, em

1962. A CODEC teria, por objetivo exclusivo, a aceleração do processo de captação de projetos industriais para o Estado (SOARES)(12).

Com uma atuação agressiva, a CODEC conseguiu reverter o quadro de passividade em que a indústria cearense havia se inserido no princípio dos anos 1960. Como reflexo do seu desempenho, no ano de 1969, a SUDENE havia liberado cerca de 100 aprovações de projetos industriais para o Estado do Ceará, dos quais, aproximadamente, a metade or meio de apoio da CODEC (SOARES)(12).

Envolvida integralmente na tarefa de criar condições infraestruturais para atrair investimentos para o Ceará (as soluções dos problemas de abastecimento de água e de fornecimento de energia), a CODEC acabou contribuindo para agravar a concentração das atividades industriais na Região Metropolitana de Fortaleza (SOARES)(12).

Para tentar uma reversão desse processo de concentração espacial da indústria cearense em Fortaleza, na década de 1960, que resultou das ações do BNB, SUDENE e CODEC, foram elaborados e implementados dois programas de industrialização do interior do Estado: o Projeto Asimow e o Programa Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste (PUDINE) (SOARES)(12).

O Projeto Asimow, que se concretizou por meio de um convênio entre a Universidade da Califórnia (UCLA), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BID), e contou com o apoio da Fundação Ford e USAID, elegeu como área de atuação a Região do Cariri, onde acabou implementando os projetos de uma fábrica de cimento, de um fábrica de rádios transistorizados, de um fábrica de telhas e tijolos e de uma fábrica de beneficiamento de milho, que foram os primeiros estabelecimentos a utilizar a energia de Paulo Afonso, já que aquela zona do Estado foi a primeira a ser atingida pelas linhas de transmissão da Cia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF (SOARES)(12).

Em 1966, decidida a preservar o que havia de melhor nas ideias do Projeto Asimow e a combater os seus pontos vulneráveis, uma equipe de técnicos da UFC/BNB assume o seu comando e o rebatiza com a denominação de PUDINE. O município de Sobral será o centro de atuações desse programa, que ali será responsável pela instalação de três estabelecimentos industriais: um beneficiador de castanhas de caju, um produtor de materiais de construção e um produtor de leite pasteurizado (SOARES)(12).

Cabe ressaltar que, com a implementação do Projeto Asinou e do PUDINE, o Estado do Ceará mostrou o seu pioneirismo na adoção de uma política de industrialização voltada para o interior.

2.2.1 A consolidação da dependência e da complementaridade da indústria nordestina em relação à indústria do Sudeste na década de 1970

Se a influência da proposta de industrialização do GTDN, que tinha por base a “intensificação dos investimentos industriais, visando criar, no Nordeste, um centro autônomo de expansão manufatureira”, foi marcante, especialmente nos quatro primeiros planos de desenvolvimento regional, elaborados pela SUDENE, é na década de 1970 que a evidência e a força dos processos que orientam a expansão capitalista, em escala nacional, fazem com que diretrizes mais explícitas de integração industrial sejam incluídas na política industrial apresentada pela SUDENE para a Região (ARAÚJO)(5).

Em consequência disso, se no início do processo de “ajustamento” da estrutura industrial nordestina ao estilo de industrialização brasileira adotado a partir dos anos 1950, a função do Nordeste já fora definida como a de produtor de bens intermediários, nos anos 1970, essa função foi reafirmada com a prioridade atribuída aos grandes complexos de insumos básicos (polos petroquímico, cloroquímico e produtor de fertilizantes potássicos e de barrilha, por exemplo) (ARAÚJO)(5).

O desempenho experimentado, no Nordeste, pelos segmentos produtores de bens intermediários foi tão fantástico que, ao absorverem quase 60% dos investimentos realizados pelo sistema de incentivos fiscais e financeiros do 34/18 – FINOR, aumentam eles sua participação de 16% para 41% no Valor da Transformação Industrial (VTI) da Região, entre 1950 e 1975. Enquanto isso, a produção de bens de consumo não duráveis, antiga especialidade do Nordeste, tem seu peso reduzido de 83% para 48% do VTI, no mesmo período (SUDENE/BNB)(14).

Esse declínio da participação do setor produtor de bens de consumo não duráveis, no VTI do Nordeste, é a contrapartida da liderança assumida pelas indústrias ditas “dinâmicas” no tocante aos investimentos do 34/18 – FINOR: as indústrias química, metalúrgica, de minerais não metálicos, de material elétrico e de comunicações, de papel

e papelão passaram a carrear a maior parte dos recursos desse sistema de incentivos (SUDENE/BNB)(14).

No Estado do Ceará, à semelhança do que aconteceu no restante da Região Nordeste, foram as indústrias não tradicionais que captaram o maior número de inversões e, por consequência, as que apresentaram mais intenso crescimento relativo. Dessa forma, os gêneros industriais denominados dinâmicos, tais como material elétrico e de comunicações, mecânica e papel e papelão, foram os que mais elevaram o número de estabelecimento de 1960 a 1975. Ao lado dos quais, também sobressaíram, com um crescimento bastante elevado, os gêneros: metalúrgico, químico, de material de transporte, borracha e de produtos de matérias plásticas (que não contava com nenhum estabelecimento em 1960 e passou a registrar oito no Censo Industrial de 1975). Enquanto isso, os gêneros industriais que integram o ramo denominado de tradicional, tais como: o de produtos alimentares, o editorial e gráfico, o de bebidas, o de fumo e o de couros e peles, apresentaram fraco desempenho entre 1960 e 1975 (SUDENE/BNB)(14).

Por sua vez, os gêneros vestuário, calçados e artefatos de tecidos, embora se constituíssem em atividades industriais com bastante tradição na economia cearense, colocaram-se, em conjunto, apenas no quinto lugar, dentre os que mais elevaram o número de estabelecimentos no período 1960-1975 (SUDENE/BNB)(14).

O caráter dependente e complementar do crescimento industrial nordestino, que se intensificou, ainda mais, durante a década de 1970, mostrou-se mais acentuado nos Estados de Pernambuco e da Bahia do que no Ceará. Até 1977, o capital oriundo da Região Nordeste e investido na indústria cearense representou 49,53% do valor total, contra 22,87% na pernambucana e 15,96% na baiana (SUDENE/BNB)(14).

No contexto do processo em análise, a dependência das indústrias incentivadas no Nordeste cresceu não apenas em relação à venda dos seus produtos, porém, também, no que concerne à aquisição dos insumos utilizados. Todavia, a indústria cearense, quando cotejada com as dos dois Estados líderes da região, colocou-se em posição mais favorável quanto ao primeiro aspecto, já que, enquanto no Ceará mais de 50% do valor das vendas da produção de suas empresas incentivadas se destinavam ao mercado regional, até 1977, em Pernambuco e na Bahia, esse valor correspondeu a 49,24% e 26,78%, respectivamente, no

mesmo período. Já no que diz respeito aos insumos adquiridos pelas empresas cearenses, quase metade do seu valor foi despendido fora da Região até 1977 (SUDENE/BNB)(14).

Apesar do melhor desempenho demonstrado pelos setores ditos “dinâmicos” em relação aos tradicionais, no que concerne à criação de novos estabelecimentos, no período 1960-1975, a indústria cearense continuava a apresentar, em 1974, uma maior participação relativa, em termos de Valor da Transformação Industrial (VTI), dos gêneros tradicionais, que contribuíram com 66,3% do valor total nesse ano, como é possível se constatar na tabela 7.

Tabela 7 - Indústria de Transformação: Gêneros e Percentuais.

Gêneros	Estrutura Percentual			Taxas Geométricas de Crescimento Anual (%)	
	1959	1970	1974	1959-70	1970-74
Tradicionais	66,0	66,4	66,3	9,9	16,8
Produtos Alimentares	14,6	30,3	21,8	17,3	7,7
Bebidas	2,3	2,1	3,5	9,1	32,6
Fumo	2,4	0,3	-	- 9,0	-
Couros e Peles	0,9	0,3	1,2	- 0,2	61,1
Têxtil	35,1	20,9	29,2	4,8	27,0
Vestuários e Calçados	3,3	5,5	5,5	14,9	16,8
Madeira	2,2	1,5	0,9	6,2	3,0
Mobiliário	1,3	2,6	1,7	16,9	4,8
Editorial e Gráfica	2,8	2,4	2,0	8,2	12,0
Diversos	1,1	0,5	0,5	2,8	14,4
Dinâmicos	34,0	33,6	33,7	9,7	16,6
Minerais Não Metálicos	8,4	6,0	5,2	6,6	12,6
Metalúrgicos	3,4	8,3	10,3	19,1	23,2
Material Elétrico e de Comunicações	0,3	1,1	2,7	23,0	47,1
Material de Transporte	0,1	0,7	-	39,0	-
Papel e Papelão	0,1	0,4	0,8	31,1	40,9
Borracha	0,5	0,2	0,7	1,4	54,7
Químicos	17,0	14,3	10,6	8,1	8,5
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,8	0,4	-	4,8	-
Perfumaria, Sabões e Velas	3,0	0,7	0,8	- 3,9	22,3
Produtos de Matéria Plástica	-	0,4	0,5	-	26,8
Indústria de Transformação	100,0	100,0	100,0	9,8	16,8

Fonte: Anuário do Ceará(3).

Por fim, vale salientar que, se a indústria de transformação cearense experimentou durante a década de 1960, um crescimento médio anual de 9,8%, muito acima da taxa apresentada pelo setor no Nordeste, no mesmo período, em torno de 5,6% ao ano, esse desempenho se inverteu, entre 1970 e 1974, quando a indústria nordestina cresceu a uma taxa de 21,9% ao ano e a do Ceará, a 16,8% na média anual (ANUÁRIO DO CEARÁ)(3).

2.1.2 O III Polo Industrial do Nordeste

A partir de 1978, o processo de industrialização do Ceará ganharia um novo e significativo impulso com a instalação do III Polo Industrial do Nordeste, que teria como objetivo fundamental o estabelecimento ou consolidação dos polos metal-mecânico, têxtil, de vestuário e coureiro.

A base material para a consecução desse objetivo seria assentada nos distritos industriais que se implantariam, no Estado, da seguinte forma: a Região Metropolitana de Fortaleza sediaria três deles, dois no Município de Maracanaú (o DIFI e o DIF III) e um, no Município de Caucaia (o DIF II), Sobral, a Região do Cariri, Quixadá e Iguatu contaria, cada um deles, com um distrito.

Em 1990, o processo de implantação do DIF I já tinha sido concluído e possuía uma área de 1.013 hectares, com 113 empresas, 51 das quais em plena atividade, gerando 12.500 empregos. O DIF III, também localizado em Maracanaú, contava com três indústrias construindo suas instalações. O DIF II, em Capuan, Caucaia, tinha três empresas instaladas. O Distrito Industrial de Sobral, com 275 hectares, sediava oito empreendimentos, funcionando plenamente. O Distrito Industrial do Cariri, já dispunha de infraestrutura básica de água, energia e telefonia, bem como de acesso pavimentado a uma área de 176 hectares. Os distritos de Quixadá e Iguatu, embora legalmente criados, ainda estavam em processo de implantação (ANUÁRIO DO CEARÁ)(3).

Pelo descrito acima, pode-se concluir que, doze anos após a instalação do III Polo Industrial do Nordeste, a estrutura industrial do Estado, da perspectiva espacial, não se modificara, permanecendo concentrada, em quase sua totalidade, na Região Metropolitana de Fortaleza.

Não seria descabido afirmar que o processo de implantação do III Polo Industrial do Nordeste representou a última grande ação de intervenção planejada no Estado do Ceará, nos moldes das políticas públicas que foram adotadas, a partir dos anos 1960, visando estimular o desenvolvimento industrial nordestino e cearense.

2.3 A fase da “Guerra Fiscal” (1987-2000)

Por volta de 1987, encerra-se a fase da economia em que o planejamento econômico coordenado pela SUDENE determinava o ritmo de inversões nos estados nordestinos e tem início uma nova fase, que se caracterizará pelo limitado papel desempenhado pela SUDENE e pela ascensão das políticas públicas estaduais, a chamada “Guerra Fiscal”, como principal instrumento de atração de investimentos*.

Nesse novo contexto, os governos estaduais que se sucedem no Ceará, a partir de 1987, passam a adotar uma agressiva política de desenvolvimento econômico, baseada na concessão de incentivos fiscais aliada à implementação de grandiosos projetos de infraestrutura, visando à atração de capitais nacionais e estrangeiros para investimentos no Estado.

Na consecução desse objetivo, os principais atrativos oferecidos, pelo governo estadual, para que novas indústrias se instalem no Ceará, passam a ser, além do baixo custo da mão de obra, que é essencial para os setores de tecnologia trabalho-intensivo, como os de calçados e confecções, a concessão de benefícios fiscais e a criação de infraestrutura básica.

No tocante aos benefícios fiscais, são eles concedidos pelo governo estadual, por meio do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), que propicia ao investidor a possibilidade de financiamento parcial do Imposto de Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS), nas seguintes condições:

* Em decorrência do esgotamento das políticas keynesianas, adotadas, em todo o mundo, a partir da Grande Depressão, começam a ser gestadas, em escala mundial, de meados da década de 1970 em diante, profundas crises nas finanças públicas, que forçarão uma redefinição do papel do Estado na economia.

O caráter liberal assumido pelo Estado, desde então, é a expressão da impossibilidade da manutenção dos gastos públicos nos elevados níveis que caracterizavam o auge das políticas keynesianas. No Ceará, o primeiro “Governo das Mudanças”, que tem início em 1987, será o marco dessa transição de um Estado keynesiano para um Estado liberal.

a) As plantas industriais localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) são beneficiadas com um empréstimo de 45% do ICMS recolhido mensalmente pela empresa, com carência de 36 meses. Ao devolver cada parcela, o investidor ganha uma redução de 40% do valor devido. Esse benefício se dará por seis anos, ou 72 parcelas, prorrogável, por igual período, em caso de ampliação da indústria.

b) No caso de plantas industriais localizadas fora da RMF, o FDI oferece empréstimos de 75% do ICMS (totalidade da parcela estadual) efetivamente recolhido, mensalmente, pela empresa, com carência de 36 meses para pagamento. Ao devolver cada parcela, o investidor terá uma redução de 75% do valor devido. Esse benefício é prorrogável, por igual período, no caso de ampliação do projeto. Os valores devidos são corrigidos pela taxa de juros a longo prazo (TJLP).

O Estado ainda concede benefícios específicos, dentro das peculiaridades de cada projeto, nas formas de isenção / diferenciamento de ICMS no seguinte caso: importação de bens de capital para indústria, mediante requerimento à Secretaria da Fazenda, sendo incorporada, ao ativo fixo da empresa, a respectiva parcela do ICMS, que somente será recolhida à Fazenda Estadual, quando da alienação do bem (REVISTA DA FIEC)(10).

No que diz respeito à infraestrutura básica, o governo do Estado garante às indústrias, de qualquer atividade ou origem, acessos, água, energia e comunicação, bem como o local de instalação da planta (REVISTA DA FIEC)(10).

Em decorrência dessa política de atração de investimentos, no período 1995-2002, instalaram-se, no Ceará, 635 empresas nacionais e estrangeiras, gerando investimentos diretos de US\$ 6,8 bilhões e criando 151.741 empregos diretos e 608.444 indiretos. Some-se a isso que mais 100 empresas já haviam assinado protocolo de intenções, o que representaria mais um total de US\$ 500 milhões em investimentos. No período 1998-2005, os investimentos realizados ou programados para o Estado deveriam atingir US\$ 9,344 bilhões (GAZETA MERCANTIL)(7). (Tabela 8).

Tabela 8 - Ceará: Investimentos (1998 – 2005).

Setor	Total (US\$ milhões)
Serviços Públicos	2.829,00
Química e Petroquímica	1.836,40
Transporte e Armazenagem	1.724,32
Serviços Gerais	1.205,60
Metalurgia	800,00
Bebidas e Fumo	340,00
Autopeças e Material de Transporte	216,00
Têxtil e Couro	99,70
Alimentos	82,50
Mecânica	62,10
Informática e Telecomunicações	40,00
Construção	38,40
Eletroeletrônica	27,90
Madeira / Móveis / Papel	25,10
Comunicação	10,00
Não metálicos	4,50
Farmacêuticos / Higiene	2,50
Total	9.344,02

Fonte: Centro de Informações da Gazeta Mercantil.

Já no que diz respeito especificamente ao setor industrial, o Estado recebeu 370 indústrias de 1994 a 1998, de acordo com o BNDES, e ocupava, em 1999, as posições de 2º. polo têxtil, 3º. polo calçadista e 2º. em moagem de trigo do Brasil, bem como a de 1º. polo metalmeccânico do Norte-Nordeste (idem). (Tabela 9).

Tabela 9 - Empresas que optaram por investir no Ceará.

Empresas	Atividades
Grendene	Calçados
Grupo Vicunha	Têxtil
Parmalat	Laticínios e concentrados de frutas
Antártica	Cerveja e refrigerante
Kaiser	Cerveja
Danone	Laticínios
Avon	Cosméticos
HB	Calçados
Vulcabras	Calçados
White Martins	Gases industriais ⁷
Mallory	Eletrodomésticos
Dakota	Calçados
Rigesa	Embalagens de papelão
Singer	Máquinas de costura
YKK	Zipers
Marisol	Confecções de roupas

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará – SDE.

O parque têxtil cearense, após a arrancada da fiação e tecelagem na década de 1980, consolidou-se e era, em 2002, o mais moderno, do ponto de vista tecnológico, e o segundo maior do país, em capacidade de produção. Apresentava um faturamento global de US\$ 2 bilhões por ano e tinha peso decisivo na composição do PIB da indústria de transformação cearense (GAZETA MERCANTIL)(7).

Dentre as empresas que atuavam no setor de fiação e tecelagem, duas mereciam destaque: a Vicunha do Nordeste e a Têxtil Bezerra de Menezes (TBM). A primeira delas, que iniciou suas atividades, no Ceará em 1984 contava, em 2002, com mais de 8,3 mil empregados em cinco unidades industriais no Estado. Nas suas fábricas de Maracanauá existiam as seções de tecelagem de índigo mais modernas do Brasil. Já a TBM acabara de investir, em 2002, US\$ 22 milhões na modernização de duas unidades próprias de produção e US\$ 12 milhões para a instalação de uma malharia. Com esses investimentos, a sua produção de fios passaria de 1,8 mil para 2,4 mil toneladas (GAZETA MERCANTIL)(7).

O polo calçadista cearense, em decorrência da migração de fábricas do Rio Grande do Sul para o Estado, ganhou fantástica expansão de 1996 em diante, como se pode ver pela evolução das exportações de calçados: de modestos US\$ 3 milhões em 1996, o valor das vendas para o exterior superou US\$ 30 milhões em 1999 (GAZETA MERCANTIL)(7).

Mereciam relevo, dentre as empresas que atuavam no ramo calçadista no Ceará: a Grendene, com unidades de produção já instaladas no Crato, Fortaleza e Sobral, onde empregava 12.000 pessoas, na maior escala de produção do Estado, e uma a ser construída em Horizonte, que deveria produzir sapatos Vulcabrás, e a Dakota, com fábricas em Iguatu, Russas e Maranguape, empregando 5,2 mil funcionários em 2002, número que deveria aumentar para 10,7 mil, com a conclusão da nova fábrica de Russas e a ampliação da unidade de Maranguape (GAZETA MERCANTIL)(7).

No tocante ao setor de moagem de trigo, o Ceará contava, em 2002, com três grandes moinhos (Fortaleza, Cearense e Dias Branco), que conferiam ao Estado o 2º. lugar, no Brasil, na moagem de trigo. Cabe ressaltar que significativa contribuição para a expansão dessa atividade foi dada com a instalação do Moinho Dias Branco, já que a Fábrica Fortaleza, a maior do ramo de massas alimentícias do Brasil, fazendo parte do mesmo grupo econômico proprietário dele, tinha seu

fornecimento de matérias-primas originado nesse moinho (GAZETA MERCANTIL)(7).

No Ceará, onde o consumo de ações planos já era o maior do Nordeste, o setor metal-mecânico, que vinha crescendo acima da média nacional, deverá passar por uma acentuada expansão quando entrar em operação a Cia. Siderúrgica Cearense (CSC). Empresas como a Metalic, a Mecesa, a Durametal e a Esmaltec estavam na linha de frente desse crescimento do setor, cuja produção se expandiu em 55% entre março de 1998 e março de 1999 (GAZETA MERCANTIL)(7).

O segmento produtor de latas, que foi o maior responsável pelos ótimos índices de desempenho apresentados pelo setor metal-mecânico cearense supracitado período, contava com a participação da Metalic, fabricante de latas de aço para a indústria de bebidas, e com a da Mecesa, que produzia latas litografadas para as indústrias de tintas, óleos e solventes (GAZETA MERCANTIL)(7).

Cabe salientar também que, no contexto dessa nova política industrial, implementada desde 1987, com a ênfase atribuída aos programas de interiorização do desenvolvimento, foram criados novos polos industriais, como os de Horizonte, Pacajus e Acarape, e revitalizados e ampliados polos já existentes, como os de Sobral e da Região do Cariri, bem como 60 municípios tiveram indústrias instaladas de 1995 a 1999, o que gerou 64 mil empregos diretos (GAZETA MERCANTIL)(7).

Não seria demais lembrar que esse processo de interiorização da indústria cearense deveria se aprofundar, ainda mais, num futuro recente, quando estivessem instalados 100 minidistritos industriais, com galpões simples de 200m², destinados a micros e pequenos empresários (idem).

É digno de nota, por fim, que essa industrialização do interior tem contribuído para agravar o desequilíbrio de participações no PIB cearense entre a agropecuária e a indústria: em 1977, a primeira participava dele com 23,57% e a segunda, com 27,71%. Vinte anos depois, em 1997, a participação do setor agropecuário caíra para 8,5% e a do industrial crescera para 35,82% (FARIAS)(6).

Como todo o esforço econômico do Ceará, no período 1987-1998, foi dedicado à industrialização, esperava-se que o Estado se destacasse com as maiores taxas de crescimento industrial, dentre os estados nordestinos, nesse intervalo de tempo. Porém, não foi isso que

aconteceu. Comparando-se com o crescimento industrial agregado do Nordeste, que foi de 38,60%, o PIB industrial cearense cresceu bem mais, isto é, 63% para o período 1987-1998. No entanto, foi muito pouco, se comparados com os 355,5%, verificados no Estado, no período 1975-1986. Se estas diferenças absolutas são elevadas, as das posições relativas também o são. No período 1975-1986, o Ceará ocupava a segunda posição em crescimento industrial na Região, perdendo apenas para o Rio Grande do Norte. Já no período 1987-1998, ele caiu para a quinta posição, sendo superado pelo Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba (SOARES)(13).

No entanto, esperava-se reverter este quadro negativo, à época, ainda na primeira década do próximo milênio, como consequência da: a) concretização de grandes obras de infraestrutura; b) criação de centros de atração de indústrias de matérias-primas acabadas, visando atrair indústrias consumidoras; c) conclusão das obras do Complexo Industrial e Portuário do Pecém; e d) implantação do Polo Tecnológico de Maracanaú (“Cidade Tecnológica”)

Considerações Finais

As conclusões mais relevantes a que chegamos nesta modesta tentativa de reconstituição da história da industrialização do Ceará, que se estende de 1881 a 2000, serão aqui apresentadas no contexto das fases em que dividimos essa história, a saber:

a) Na Fase Espontânea (1881-1950), foram identificados três significativos surtos de inversões industriais no Ceará. O primeiro deles, que marca o início do processo de industrialização no Estado, ocorrerá nos dois últimos decênios do século XIX e é uma consequência da expansão econômica, vivida no Ceará, motivada pelo “boom” algodoeiro de 1864-1975, dos elevados gastos públicos com a seca de 1877-1979 e da intensificação do tráfico negreiro Ceará – províncias cafeeiras do Sul. O segundo surto, que é um reflexo da expansão das exportações cearenses de algodão no pós-Primeira Guerra Mundial, terá seu começo em 1919 e se prolongará até 1929. Por fim, o terceiro surto de investimentos (de 1939 a 1941), que se restringirá à instalação de estabelecimentos produtores de óleos vegetais, terá sua maior motivação na instauração das exportações de óleo de oiticica, pelo Ceará, a partir de 1934.

Nessa fase, constatamos, ainda, a ocorrência de um outro fato de grande relevância para a história industrial do Ceará: a prosperidade econômica, em termos de produção e lucros, vivida pelos setores produtores de óleos vegetais e de tecidos de algodão, como uma decorrência de estímulos trazidos com a Segunda Guerra Mundial.

b) Na Fase de Intervenção Planejada (1950-1987), a indústria cearense conhecerá um período crítico, que iniciando no começo dos anos 1950, prolongar-se-á até meados da década de 1960, e marcará o encerramento de atividades de diversos estabelecimentos industriais. Essa fase será marcada, não somente para a indústria cearense, mas para toda a indústria nordestina, pela redefinição de suas funções diante da indústria do Sudeste, que passarão a ser de dependência e complementariedade.

c) Na Fase da “Guerra Fiscal” (1987-2000), como uma decorrência do esvaziamento das políticas públicas de caráter keynesiano, que vinham sendo implantadas desde os anos 1950, para fomentar o desenvolvimento econômico do Nordeste, o Estado do Ceará passa a adotar uma agressiva política industrial, baseada na concessão de incentivos fiscais aliada à instalação de grandes obras de infraestrutura, visando atrair capitais nacionais e estrangeiros para inversões industriais no Estado.

Referências Bibliográfica

ALMEIDA, M. I. R. *A História da indústria de óleos vegetais no Ceará: 1990-1969*. Fortaleza, UFC, 1989.

ANDRADE, M. C. de. *Estado, capital e industrialização do Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

ANUÁRIO DO CEARÁ (1970 a 1991).

ARAGÃO, E. F. *A Trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem – 1880-1950*. Fortaleza, UFC, 1989.

ARAÚJO, T. B. de. *Industrialização do Nordeste: intenções e resultados*. In: *Nordeste – estrutura econômica e social, desenvolvimento e processos políticos*. Recife, CMS/PIMES, 1982.

FARIAS, A. de. *História do Ceará – dos índios à geração Cambeba*. Fortaleza, Tropical, 1997.

GAZETA MERCANTIL. Balanço anual – Ceará (1998-1999).

GIRÃO, R. *História econômica do Ceará*. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1947.

NOBRE, G. da S. *O Processo de industrialização do Ceará*. Fortaleza, SENAI/DR-CE, 1989.

REVISTA DA FIEC. Assessoria de Imprensa do Núcleo de Comunicação do Sistema FIEC, Fortaleza, 12 mai.2000.

SINGER, P. I. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1974.

SOARES, F. de A., ROCHA, E. E. O pioneirismo do Ceará em programas de industrialização. In: *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 20, n. 3, Jul./Set. 1989.

SOARES, F. de A. Crescimento do CE: 1975-86 x 1987-98, In: *O Povo*, Fortaleza, 21 nov. 1999.

SUDENE/BNB. Pesquisa junto às empresas industriais beneficiadas com recursos do sistema de incentivos fiscais da SUDENE (34/18 e/ou FINOR). Fortaleza, 1978. (Mimeo)

A fabricação mitológica do Brasil

FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER*

A História do Brasil sempre é contada a partir do ponto de vista dos vencedores. Necessitamos de uma história contada pelos vencidos.

A formação do Brasil não é matéria de Geografia, de História, de Economia e das demais ciências apenas. Ao contrário, a formação do Brasil responde também, como matéria e como *conditio sine qua non* de fabricação deste país, a tarefa do imaginário. Para alcançar os seus objetivos, os fundadores tiveram sempre às suas mãos engenho e arte, com o que criaram seus mitos com base nas suas aventuras, forjando uma nação “grande e livre”.

O processo de fabricação mitológica do Brasil obedece, como boa narrativa, aos mais requintados padrões e formas literárias: texto teológico, literatura épica, poesia romântica, trovadoresca, humanista, modernista. Sem, necessariamente, obedecer à ordem de estilos literários.

A primeira tentativa de fabricar a terra chamada Brasil mito-literariamente, após a documentação oficial e o registro de posse (relatada na Carta de Caminha), é a teológica. A grande disputa de então é acerca da bondade ou da maldade inerente(s) aos povos, aqui residentes (por acaso?) quando da faustosa ocupação de direito das terras. Eram os povos daqui dotados de alma? Sim ou não? Por detrás da resposta - não importando qual fosse - estava a certeza de que a explicação era teológica. Bons, os residentes das terras recém-ocupadas seriam certamente advindos de Deus tanto quanto os homens da Europa; se maus, tinham

* Professor – Doutor em Filosofia em Educação (USP). Sócio amigo e honorário do Instituto do Ceará. Membro da Academia de Letras do Município – ALMECE.

como origem o demônio, sendo, portanto, necessitados da catequização para realizar, ao menos, a salvação de suas almas.

Em qualquer das respostas, a explicação teológico-cristã dava conta da origem, do destino e da explicação da necessidade da catequização: eram maus - por isso a catequese; eram bons, mas sem deuses -por isso, a catequese.

Assim, pois, a primeira experiência de explicar o Brasil, nas mãos dos detentores do sagrado e de seus textos, fundamenta a necessidade de adoção de uma religião forte e monoteísta; uma religião que fosse capaz de desbestializar os selvagens, aqui residentes, e fazer das terras do Brasil, posse de Deus, geridas espiritualmente pela Igreja e, temporalmente, por aqueles que, “tementes a Deus e por Ele guiados”, descobriram essas terras maravilhosas e sua gente para o bem da Igreja. De forma que os descobridores seriam, também, por Deus escolhidos como os gerentes, com registro em cartório, das terras da Santa Cruz.

Havia que explicar o Brasil para e seus residentes, descobertos por acidente; mais que isso: explicar a existência do mundo a partir de um criador macho, único, onipotente, onipresente e onisciente para aqueles que, embora bons, não conheciam a verdadeira forma de agradar a Deus e sequer tinham conhecimento do Deus verdadeiro; era a obra de primeira necessidade entre os “explicadores-do-sagrado”.

Assim, pois, conhecer as línguas desses novos povos, bem como, as suas crenças e os seus costumes, era fundamental para dizer-lhes que todo esse tempo estavam “agindo errado”. No entanto, por obra da bondade de Deus, os “explicadores-do-sagrado”, aqui estavam justamente para corrigir esse problema.

Conhecendo a língua dos nativos, usaram métodos advindos de além-mar para se comunicarem com mais facilidade e eficácia: nada melhor como o teatro maravilhoso europeu; entendendo os nomes dos seus pseudodeuses, lhes garantiriam que esses a quem eles clamavam eram, na verdade, demônios maus e, felizmente, sem força diante do grande Deus que agora estavam a conhecer. Analisando a sua forma de organização política, lhes provariam que não era correta, posto que o rei de além-mar, nomeado por Deus e d’Ele representante, é que na verdade sabe governar como ninguém, na justiça vinda dos céus, em vista da construção da “Cidade de Deus”. Ao observar a divisão do trabalho, lhes garantiriam que por aquela forma não chegariam nunca a lugar

nenhum, de forma que deveriam aprender a trabalhar o máximo possível para a realeza que “sabia-mais-que-eles”, esperando o favorecimento de Deus, presente nas bugigangas que nunca veriam.

O problema foi que nem todos entenderam o projeto: alguns advindos (ou filhos de advindos com as mulheres de nativos) decidiram que não seriam os “detentores-do-sagrado”, os possuidores da terra, mas eles, pois trabalharam muito mais. E essa posse deveria ser contra os que aqui moravam antes dos colonizadores, pois que eram preguiçosos e não mereciam estas terras, posto que não sabiam trabalhar. Havia que, pois, provar a necessidade e a selvageria dos habitantes daqui e lhes tomar as terras à custa de guerras, pois as guerras tinham como objetivo algo grandioso: uma grande pátria.

Outro problema ainda maior: alguns residentes das novas terras, não tendo compreendido a proposta dos invasores, ou mesmo selvagens “pela própria natureza”, decidiram guerrear contra eles, contra o “projeto de Deus” e a proposta do rei. Foi preciso muita tinta para explicar as façanhas épicas dos grandes lutadores por parte dos colonizadores: muita selvageria tiveram que enfrentar os “filhos-bem-nascidos” destas terras que foi denominada de Brasil pelos colonizadores de além-mar.

Outros povos, vindos do Sul de além-mar, também chegaram aqui e, pela benevolência dos povos do Norte de além-mar que aqui residiam ou dos filhos destes, fizeram parte da fabricação mitológica do Brasil. Evidentemente, nunca tiveram condições intelectuais ou humanas de fazer deste deste um país algo pelo qual podessem se o ufanar. Faltava-lhes a condição intelectual por isso, lhes foi “bondosamente” reservado o lugar de escravos, posto que era uma posição muito melhor que trabalhador em países da Europa.

Houve quem se rebelasse contra a bondade dos “benfeitores” desta nação, desafiando a grandeza do Brasil e demonstrando o quanto o animal feroz vindo do Sul de além-mar tinha ainda de aprender a ser humano. A saída da nação foi usar as suas forças, para o bem do Brasil, contra os rebeldes, que fugiam para altas serras ou longínquas florestas, prometendo uma divisão do país. Derrotados, tiveram de pagar o preço de não se encaixarem no projeto civilizacional da nova nação.

Mais tarde, com uma já partejada característica nacional, percebeu-se a grandeza dos homens, aqui residentes desde os primórdios dos tempos. É verdade que a força dos povos vindos de “além-mar-

-Norte”, embora não se deixe de reconhecer a grandeza hercúlea dos indígenas das nações Tupi/Guarani. Tinham, claro, entre os residentes desta nação, alguns que eram preguiçosos e que nunca fariam deste um país faustoso. No entanto, a figura da terra, da selva, conhecedora dos rios, das plantas, das artes nativas; rica em conteúdos culturais nativos e sabedoria do seu lugar, de forma que não se metia onde não era chamada; essa figura era o herói nacional. Diante dela, não se pode deixar de reconhecer a nobreza do filósofo Robespierre, a sabedoria dos Césares, a indestrutibilidade de Hércules, a paixão de Orfeu... a grandeza dos Tupãs. Tibiriçá é um dos nomes mais gloriosos desta nova terra.

O Brasil é “gigante por sua própria natureza”. As suas maravilhosas matas explicam o futuro desta nação quase sem limites.

Entretanto, a nação tinha de descobrir com mais clareza a sua missão e precisava criar uma característica que fosse grande como a sua natureza e respondesse ao crescimento mundial: precisava ter um caráter puro brasileiro, de um povo nascido a partir das grandes navegações e da coragem dos povos do Atlântico Norte. Ainda selvagem, o Brasil precisava entrar na era da evolução positiva.

Os que vieram pelo Atlântico Sul e os nativos que aqui habitavam antes das ocupações pelos povos do além-mar, contribuíram para a formação de uma grande nação e de um povo valoroso, firme, dotado de valores republicanos, branco e mestiço, abertos ao conhecimento científico e para ele capacitado, dotado da riqueza cultural das belas artes, amante do amor racional e, principalmente cristão, base para uma nação com as características das nações europeias.

O caminho, pois, era investir no enriquecimento cultural do povo. Por isso, nada mais cruel do que se criar escolas somente para os filhos dos homens nobres desta nação, possuidores de grandes bocados de terras e, portanto, somente quem “poderiam fazer do Brasil um país rico”. Os filhos dos homens da fazenda, aparentemente, não abandonariam, em momento algum, “os incapacitados” e, se estes não se rebelassem contra o país, lhes dariam o “que-viver” cotidiano: *panem et circenses*.

Ia ficando evidente, pouco a pouco, que o Brasil somente não era, apenas uma grandeza mundial.

A solução era, com certeza, tomar as rédeas do desenvolvimento e dá-las a quem de direito, distribuindo os poderes entre os explicadores

do Brasil. Àqueles que teimavam em fazer do Brasil um país ainda sem crescimento deviam ser explicados os motivos do Brasil estar “em vias de dar certo”, quando “já teria dado certo” se fossem apenas considerados os elementos da cultura superior, como fundamento para a nação. Desta forma, ainda, fundamental era considerar prioridade as riquezas culturais de *Ia culture dès beaux-arts, dès sciences*, nascidas nas localidades nas quais a civilização foi mais benevolente com o homem: a Europa. Assim, não mais poderiam ser tolerados movimentos que levassem ao atraso do Brasil, sobretudo que tais movimentos entrassem em choque com a vocação civilizacional brasileira.

Houve quem tentasse introduzir as *beaux-arts*, impondo-as e fazendo a arte que queriam fosse nacional; importando Bach, Debussy, Monet, Eliot, Shakespeare, Voltaire... que, por pouco eram devorados. Achavam que, dessa forma, nascia o Brasil Moderno - ‘Tupi or not Tupi/ That is the question’.

Porém, outras explicações colocavam o Brasil como um “país do futuro”. Diziam que “O caminho é a indústria!” e, que as massas de humanos deveriam sair de casa, não mais para a roça ou para o boteco, mas para o emprego. Sem isso, o Brasil seria pobre para sempre! Havia que formar a massa para o trabalho técnico e explicar-lhe a importância do seu trabalho: o Brasil era como uma grande locomotiva, sendo todos os vagões muito importantes para a nação, e cada vagão era um trabalhador; assim, ninguém poderia querer abandonar o seu posto, de forma que, se assim fosse, o Brasil descarrilharia. Pensamento puramente neoliberalista.

Argumentavam que a grande locomotiva já existia; portanto, todos os vagões deveriam ficar em seus devidos lugares, posto que todos eles caminhariam, juntamente com a grande locomotiva, fazendo do Brasil uma grande nação do século XX.

Porém, houve quem quisesse fazer diferente, explicando que tudo isso não passava de uma exploração do trabalho humano. Este mito, implantado por um judeu, baseado na teoria da mais-valia é a exploração do operário, o qual nunca conquistará o que construiu. Os liberalistas argumentam que, tudo o que se constrói é para todos e “todos participam de tudo”.

Como costuma acontecer, um grupo se levantou e fez dele um grande canteiro de obras por décadas. Reclamava-se da fome; mas esta

era comparada à impaciência de crianças que estão prestes para comer o bolo de aniversário antes mesmo que esteja ele assado. A solução era deixar o bolo crescer...

“As fabricações do Brasil”, bem como de sua história, obedecem às normas cultas da linguagem e às lógicas do desenvolvimento civilizacional do mundo. John Locke, filósofo empirista inglês, já dizia que “quem ocupa um terreno e nele trabalha deveria ter direito à posse do mesmo”; mas, cai em contradição quando afirma que os que inteligentemente lidera os trabalhadores do terreno deve possuir o terreno e mais ainda os corpos dos produtores do terreno, tudo isto em nome de uma Lei supostamente do Mercado (que teria uma mão invisível).

No entanto, “as fabricações do Brasil” fizeram deste um país no qual milhões trabalham para alguns poucos lucrarem. O alimento de milhões de trabalhadores não pode ser oferecido aos animais de estimação de alguns poucos, sob risco de os animais se recusarem à tamanha baixaza.

Donde se conclui que não é possível fabricar de ficção. O antropólogo americano, Clifford Geertz, diz que não se pode criar um país sem um imaginário. Move-se um povo, a partir de um imaginário. E, “precisamos de um novo imaginário”, já dizia Cornelius, filósofo grego (1922-1997), autor de *A instituição imaginária da sociedade*. Um imaginário que faça dos povos que habitam a região geográfica, que hoje denominamos Brasil, uma grande potências, a partir de suas riquezas culturais: religião, mitos, ritos, jogos, práticas educacionais etc.

Não precisamos de explicadores do Brasil, a partir dos vencedores. Necessitamos de histórias contadas pelos vencidos, leitores, o que não é feito, em bancos escolares; mas, sim dos escribas vencidos, de críticos, que forjam uma nova história, um novo imaginário. A partir de uma nova realidade. Não queremos apenas evoluir, como dizia Edward Tylor, antropólogo britânico (1832-1917), mas vitalizar o humano - ou “re-vitalizar”. Como dizia Caetano Veloso, “não nos basta Pátria, ousamos querer Mátia e, mais ainda, Frátia”.

História da medicina em Sobral

(Dos primórdios à Faculdade de Medicina)

JOSÉ RONALDO MONT⁷ ALVERNE*

*É a fidelidade e não o exercício,
que caracteriza o médico*
Paulo de Melo Machado

I

A versão inicial deste estudo resultou de um honroso convite que me foi formulado pela Universidade Federal do Ceará, *Campus* Sobral, a partir do Coordenador do Curso de Medicina naquela cidade, o Prof. Gerardo Cristino. Demais, ressaltamos que pareceu importante o desenvolvimento de estudos sobre a Medicina em Sobral. Tal estudo, até o momento, inexistiu. Não temos a intenção de esgotar neste ensaio o assunto: desejaríamos bem mais provocar a reflexão naqueles que, com certeza, mostrar-se-ão mais capazes que eu nesta tarefa.

A Medicina é tão antiga quanto a dor. Tem como finalidade precípua a investigação das mais diversas entidades nosológicas e estabelecer condutas terapêuticas, visando a manter e a restituir a saúde dos indivíduos. Toda ela mergulhada em rigorosos conceitos de moral, não deveria nunca afastar-se de sua tradição, que tem como base o mais antigo e filosófico dos documentos – o Juramento de Hipócrates¹ –, escrito por este notável ilhota grego que arrancou dos deuses a arte de curar e a entregou aos homens, num belo exemplo da mitologia clássica a insistir na caracterização antropomórfica dos deuses – e na qualidade divina dos homens

* Professor aposentado. de Cardiologia do Departamento de Medicina Clínica do curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará.

– proporcionando às gerações futuras uma dialética insuperável entre céu e terra.

Nos dias atuais, o trabalho médico passou a sofrer as influências da lei da oferta e da procura. A sociedade exige do médico desvelo, solicitude, competência, paciência beneditina, atualização constante, mas, paradoxalmente, não lhe quer fornecer as condições mínimas para que exercite as qualificações que dele requer. Surgem pressões imperiosas: a comunidade, por mais vagas; o mercado de trabalho, por mão de obra de padrão mais alto; a Nação, por um melhor aproveitamento do capital investido; a instituição, por mais recursos².

Olhando retrospectivamente os meus 45 anos de prática médica, percebe-se o enorme progresso na nossa habilidade de detectar e tratar doenças, mas, concomitantemente com o progresso, sacrificou-se em muito o verdadeiro cerne de ser médico – o humanismo. É necessário que incorporemos o espírito *Osleriano* e que se lute bravamente para promover e preservar o elemento humano na medicina. Para tanto, precisa-se de médicos que demonstrem solidariedade, candura, bom senso, e, acima de tudo, compromisso com o destino de seu paciente. Para tanto, médicos que olhem, ouçam e falem com seus pacientes.

Em tempos pretéritos, na ausência dos métodos de imagem tão utilizados hoje, na falta de hospitais com moderna estrutura, e tempos em que a própria medicina não atingira o desenvolvimento e conhecimento atual, era difícil a arte de curar.

Hipócrates em seu tempo (500 A.C.) afirmava em um de seus clássicos aforismos: a vida é curta e a arte é longa; a ocasião é fugidia; a experiência perigosa. O significado deste sábio aforismo resume a arte do exercício da medicina, como seja, a vida é breve para se aprender a medicina que é muita vasta, extensa; a ocasião é fugidia ou seja, há o momento exato para o médico atuar, pois, além ou aquém deste momento, a intervenção pode ser inoportuna. Por fim, a experiência é perigosa, ou seja, use o consagrado.

Os médicos daquela época lutavam obstinadamente à beira do leito para salvar a vida de seus pacientes, sem predileção de raça, credo ou classe social; ricos e pobres eram atendidos igualmente com a dignidade que o ser humano merece.

II

Na segunda metade do século XVIII, o Conselho Ultramarino de Lisboa, face à carência de assistência à saúde nas colônias lusas, não criava dificuldades na concessão de licenças, para pessoas qualificadas mediante exame protocolar, para exercer a medicina. Estes médicos, chamados licenciados, foram os primeiros a exercerem a arte de curar na Vila de Sobral. Ribeiro Borba, de descendência portuguesa, foi o primeiro médico licenciado na Vila de Sobral em 1770, até seu falecimento.

Em 1780, fixou residência em Sobral, o licenciado, José Gomes Coelho, português de Pinhal. José Gomes veio para o Brasil, no intuito de enfrentar as mazelas mórbidas que grassavam o território cearense durante a seca de 1791. Outro médico licenciado, José Dias Gomes, era natural de Recife. Gomes veio ao Ceará atraído pelo desafio de curar a epidemia da seca e fazer fortuna. Infelizmente, Gomes faleceu vítima da mesma doença que veio para curar. José Dias Gomes tinha apenas 25 anos de idade.

Em 1812, chega a Sobral o primeiro cirurgião licenciado, curiosamente, cem anos antes do nascimento de Guarany Mont'Alverne. Em dezembro de 1841, chega a Sobral Francisco Alves Ponte, o primeiro médico a clinicar em Sobral, titulado pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. Dr. Francisco Alves, natural de Acaraú, clinicou em Sobral durante cinco anos, transferindo-se para Fortaleza, onde faleceu em 1880.

Em 1862, chega a Sobral o médico Dr. Francisco Paula Pessoa Filho, o Dr. Paulinha, filho do Senador Paula Pessoa. Dr. Paulinha clinicou em Sobral por 15 anos, quando se deslocou para o Rio de Janeiro em 1877, onde viria a falecer em 1879. Outro grande médico da época, Dr. Helvécio Monte, clinicou em Sobral de 1877 a 1900, quando se transferiu para o Rio de Janeiro.

Devo destacar a figura dos médicos Peregrino Viriato de Medeiros e Raimundo Belfort Teixeira. O Dr. Peregrino combateu as epidemias da seca de 1877. Teve o mérito de construir pequeno abrigo, que ele chamou de lazareto, para tratar seus pacientes com varíola e outras febres de origem infecciosa³.

Este abrigo se constituiu na primeira imagem de hospital na cidade de Sobral. Dr. Belfort era exímio cirurgião para a época. Há relatos que

Belfort realizava intervenções na cavidade abdominal através de laparotomia. Em 1888, segundo o jornal *A Ordem*, havia em Sobral dois médicos, dois farmacêuticos, dois padres e dois cemitérios, cenário este, que refletia a alta mortalidade vigente na população doente⁴.

No início do século XX, Sobral se consolida como principal centro econômico, social, político e cultural da zona norte do Estado. Sobral é então a segunda cidade do Estado do Ceará. Nesta época, começa a se perceber a preocupação com a área de saúde, mercê o desenvolvimento da medicina após a Primeira Guerra Mundial.

Os médicos que neste tempo (anos 1920 e 1930), estiveram cliniando em Sobral foram: o pediatra Dr. Massilon Sabóia, Dr. Figueiredo Rodrigues, especialista em vias urinárias, os médicos Duarte Pimentel e José Furtado Filho, ambos oftalmologistas, e o Dr. Cesário Pimentel, médico durante a construção do açude Forquilha (concluído em 1929). O Dr. Manoel Marinho de Andrade, clínico geral e obstetra por excelência, chega à cidade de Sobral em 1906, permanecendo como o grande obstetra de Sobral até sua morte em 1957^{5,6}.

Governou a cidade de Sobral, de 1916 a 1920, o Dr. Jácome, que se empenhou em procurar soluções para as questões sanitárias e sua visão larga permite vislumbrar a importância da medicina preventiva no controle das doenças infecciosas que assolavam a região nordestina. Na época, havia em Sobral a Drogaria Guimarães, de propriedade de Julio Guimarães, inaugurada em 1902 e que funcionou por quase cinquenta anos.^{4,8} Em 1917, chegam a Sobral as primeiras parteiras formadas pela Maternidade João Moreira, de Fortaleza, sendo as primeiras, a senhora Francisca Rocha e Mariinha Paiva.

É nesse clima de efetivo desenvolvimento da assistência médica em Sobral que se impôs a construção de um moderno hospital que pudesse acolher e tratar os inúmeros pacientes que sofriam a ação devastadora das doenças próprias da região.

O acontecimento mais importante na área de saúde foi, sem dúvida, a construção da Santa Casa de Misericórdia, nos moldes das demais Santas Casas, ou seja, hospital essencialmente horizontal. Em 25 de agosto de 1912, por iniciativa da Diocese de Sobral, na pessoa de Dom José Tupinambá da Frota, Bispo de Sobral, é iniciada a construção da Santa Casa de Misericórdia de Sobral com o suporte, compreensão, tolerância e apoio do povo sobralense⁷.

A construção é lenta, difícil e penosa, entendendo-se por longos treze anos. A Santa Casa é inaugurada em 24 de maio de 1925 pelo Governador da Província do Ceará, Dr. João Tomé. A inauguração da Santa Casa de Sobral abre nova era na medicina de Sobral e seus arredores, mercê dos médicos que ali dedicaram seu tempo e sua vida. A Santa Casa de Sobral passou então a ser hospital de referência para toda a zona norte do Ceará⁸.

O primeiro Provedor da Santa Casa de Sobral foi Francisco Frota Filho, substituído no cargo em 1961 pelo padre José Inácio Mendes Parente. Em 1970, a convite do padre José Inácio assume o cargo de diretora administrativa a Dra. Isolda Moreira Parente, formada na USP em administração hospitalar. Em 1972, por motivos de saúde, o padre José Inácio se afasta do cargo que exercia, assumindo o referido cargo, o padre José Linhares da Ponte. A Dra. Isolda se transferiu para Fortaleza onde fixou residência.

Neste ano de 1972, era Bispo Diocesano de Sobral, Dom Walfrido Teixeira, o Provedor; Administrador, Padre José Linhares; Diretor Médico, Dr. Guarany Mont'Alverne e Vice-Diretor Médico, Dr. Grijalba Mendes Carneiro.

No período de 1972 a 1978, data de seu passamento, Dr. Guarany exercia na plenitude sua função como Diretor Médico. Sua liderança na Santa Casa era fato incontestado. Padre José Linhares o auxiliava em tudo o que era necessário. O entendimento entre o novo administrador e o sempre Diretor Médico era harmônico. O desaparecimento prematuro de Guarany Mont'Alverne repercutiu profundamente entre seus pares e se constituiu luto para todos os sobralenses “sobralizados”⁹.

Creio ser necessária uma pequena biografia médica, dos que, na quadradura de seu tempo, foram heróis na arte de curar, deixando como legado o exemplo a seguir para os atuais médicos e graduandos em medicina.

III

Anteriormente a uma descrição biográfica, entendo ser necessária uma breve contextualização econômica e política sobre aqueles que foram os fundadores da medicina em Sobral. Ainda que de modo mais

rápido, julgo pertinentes tais considerações, uma vez que significam elas um elemento esclarecedor da “sobralidade”¹⁰, esta última, a permanecer até os dias atuais.

Sem dúvida, o funcionamento de uma estrada de ferro representou o grande momento da expansão econômica e política de Sobral. Em 7 de outubro de 1873, “(...) a Câmara Municipal demonstrou ao Governo da Província a grande conveniência da construção de via férrea, que comunicasse Sobral com o porto de Granja ou Acaraú”¹¹. Em 4 de janeiro de 1883, a *Gazeta de Sobral* noticia que, a 31 de dezembro de 1882, o trem inaugural fez sua chegada na Estação de Sobral¹². Com este episódio, outras alterações socioeconômicas não seriam de esperar, senão aquelas do crescimento, e, sobretudo, da rapidez nas comunicações com o resto do País e exterior. O número de periódicos a proliferar em Sobral bem denuncia o impacto da Estrada de Ferro na vida cultural e política da Cidade. De 1864 a 1881 circularam em Sobral apenas 9 jornais ou periódicos. De 1883 (ano da inauguração da Estrada) até 1940, mais de 110 jornais circularam em Sobral¹³. É verdade que estes veículos seguiam a tendência da imprensa no final do Império e início dos tempos republicanos, sediada no Rio de Janeiro: eram de pouca duração, mas comprovadores da liberdade de imprensa então existente e da intensa atividade literária e política em que se achavam envolvidas as classes mais abastadas da sociedade.

Sob a ótica econômica, um dado chama a atenção. Numa reunião do *Club Republicano*, de 22 de dezembro de 1889, foram arrecadados, “a bem da dívida interna do País”, mais de 411 contos de réis das principais figuras da sociedade¹⁴. Essa pequena fortuna mostrava a rápida ascensão econômica do poder local e seu enriquecimento, gerado, em grande parte, graças ao investimento público da Estrada de Ferro.

Aliado ao desenvolvimento econômico, floresceu bem mais que uma classe política: cresceu e fincou raízes uma idealização de sociedade, voltada para concepções aristocráticas, com o firme propósito de estabelecer sua influência para além do limite territorial da *urbe*. Sabedora dos nexos entre poder local e regional, e, destes, com o nacional¹⁵, a elite sobralense, muito cedo, entendeu que a conquista de prestígio dependeria: 1 – fundamentalmente, de seus próprios esforços na habilidade de influenciar política e economicamente a organização e distribuição de poder no Estado do Ceará; 2 – das alianças locais e regionais efetivamente

seladas, em que a Igreja desempenharia função primordial. Naturalmente que este caminho a ser percorrido teria que enfrentar a ausência de membros letrados no seio da sociedade; providência que, aos poucos, foi-se materializando. O acúmulo de recursos financeiros das “famílias tradicionais” possibilitou o envio dos rebentos para fora da Cidade – e do Estado, pelo menos nos primeiros cinquenta anos do século XX - a fim de se tornarem “doutores” (as carreiras eram as já conhecidas: advogados, engenheiros, médicos e, eventualmente, militares).

Assim, não causa surpresa que, como se verá adiante, os primeiros médicos não somente tinham origem nas famílias tradicionais, como construíram e fortaleceram laços parenterais com integrantes destas famílias, formando o núcleo de uma aristocracia, a qual reivindica este passado até os dias de hoje. Da mesma forma, a vinculação com a política e Igreja não tardou a surgir. Não poucos foram médicos e outros profissionais a enveredar por este caminho, egressos das escolas confessionais, existentes até o presente, o que fortalece, ainda, a ideologia da “sobralidade triunfante”.

Será, pois, nesta complexa rede de relações econômicas, pessoais e políticas que se firmará uma forma de organização de poder no sertão norte do Ceará, cuja peculiaridade deixa-se afirmar na permanência de uma ideologia a atravessar gerações por mais de um século.

Dr. Manoel Marinho¹⁶

Manoel Marinho de Andrade nasceu na cidade de Sobral em agosto de 1880, fazendo o curso secundário com o professor Arruda, notável educador sobralense, e no Colégio Alfredo Gomes em Fortaleza. Manoel Marinho ingressou na Faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro em 1900, colando grau em 1906 com tese de doutoramento intitulada “Da Carne nas Intoxicações Alimentares”.

Ainda como estudante, de 1904 a 1906, exerceu o cargo de Auxiliar da Higiene Municipal no Rio de Janeiro e estudou profilaxia da febre amarela sob a orientação do Dr. Oswaldo Cruz.

Manoel Marinho teve ainda a ventura única de trabalhar com o professor Miguel Couto, clínico e médico brasileiro de maior envergadura em todos os tempos. No ano seguinte, especializou-se em obstetria e ginecologia, regressando a Sobral em 1907. Em 1912, Manoel Marinho

se casa com Geminiana Pinho Pessoa, na fazenda Serrote, próximo a Santa Quitéria.

Manoel Marinho foi o primeiro chefe de Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia da Santa Casa de Sobral, trabalhando nesta instituição, por mais de 26 anos, atendendo numerosa clientela independentemente de classe social, raça ou credo.

Dr. Manoel Marinho foi médico da Estrada de Ferro, Fábrica de Tecidos Ernesto Diocleciano e Inspetor do Ensino Secundário em Sobral, nomeado para este cargo, pelo Presidente Getulio Vargas. Vale ressaltar que Dr. Marinho foi o primeiro médico que atuou por longos anos na cidade de Sobral. Quando os médicos Thomaz Aragão, Guarany Mont'Alverne e Arimatéia Monte e Silva chegaram a esta cidade, em 1936, clinicavam apenas dois médicos: Manoel Marinho e Ossian de Aguiar; este último, cirurgião que fixou residência em Fortaleza no ano de 1937. Dr. Manoel Marinho, em 1950, participou da instalação do Centro Médico, Seção de Sobral, em solenidade presidida por Dom José Tupinambá da Frota, Dr. Guarany Mont'Alverne e professor Haroldo Juaçaba. Dr. Marinho faleceu em Sobral em 1957, aos 77 anos.

A vocação médica de Dr. Marinho teve continuidade no seu neto, Dr. João Batista Marinho, que iniciou cirurgia com o professor Haroldo Juaçaba. Dr. João Batista clinicou em Sobral por quase duas décadas e hoje é médico do serviço de transplante de fígado da Faculdade de Medicina da UFC

Dr. José Jácome¹⁷

José Jácome de Oliveira nasceu em 14 de janeiro de 1885 na cidade de Santa Quitéria. Muito jovem, foi para o seminário em Sobral e quase em época de se ordenar, José Jácome resolve deixar o Seminário e retorna para Santa Quitéria. Influenciado pelo Monsenhor Tabosa (seu padrinho) desloca-se para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Faculdade Nacional de Medicina, onde cola grau com distinção, a 30 de dezembro de 1911. Dr. Jácome especializou-se em psiquiatria, tendo como lente o Dr. Juliano Moreira.

Dr. Jácome contraiu matrimônio no Rio, mas, por razões familiares, retorna ao Ceará em 1914. Em 1915, fixa residência em Sobral e abandona a Psiquiatria, especializando-se em obstetrícia, ginecologia e, logicamente, como era normal na época, em clínica geral. Chegando a

Sobral, tornou-se grande amigo do Dr. José Sabóia, político por excelência e vendo no amigo e compadre aptidões para a política, candidatou-o para prefeito, tendo sido eleito para o quadriênio 1916 a 1920.

Como Prefeito, continuou a exercer suas atividades médicas, sem, contudo, descuidar-se do bem público. A carência de médicos na região obrigava os médicos da época a tornarem-se polivalentes, o que fez com que o Dr. Jácome, seguindo a regra, procedesse a intervenções cirúrgicas na Santa Casa de Misericórdia de Sobral. O *Correio da Semana* noticia com destaque: “Cirurgia em Sobral” – o sucesso obtido por Dr. Jácome - a amputação de uma perna gangrenada no terço inferior. A operação cirúrgica foi de tal importância, que fotos do paciente ficaram expostas na vitrina da popular “Casa Estrela”. Dr. Jácome trabalhou incansavelmente no combate da epidemia da gripe espanhola e publicou inúmeras atualidades médicas, como: escorbuto; tintura de maracujá no tratamento da insônia; anemia nos pacientes com patologia maligna, o iodo dos peixes salgados; a alimentação artificial das crianças normais; extinção da mosca; tratamento do paludismo (malária). Mantinha-se atualizado, pois viajava, sempre que possível, para o Rio de Janeiro e até para Paris, em busca dos últimos progressos da medicina. Dr. José Jácome, durante o Primeiro Congresso de Médicos do Interior em 1920, apresenta um rígido código de medidas preventivas de saúde pública, que incluía recolher os morféticos ao Leprosário Canafístula; realizar anualmente inspeção escolar com vistas à vacinação, manter permanente posto de vacinação antivariola e intensa vigilância sanitária nas águas públicas, além de sobretaxar vendedores de aguardente.

Dr. Jácome construiu a Praça Senador Figueira, transformando-a em ponto de maior atração da sociedade, tornando-se assim, o local de lazer da elite sobralense. Graças a isso, ficou conhecido como o prefeito da elite.

A Praça Senador Figueira foi inaugurada com o nome de Praça Dr. João Thomé. Foi durante a sua gestão que se iniciou a estrada Sobral - Meruoca, que começava na esquina da Praça General Tibúrcio (hoje Praça da Meruoca) terminando na Vila de Meruoca. No seu mandato de prefeito, foi demolido o velho Cruzeiro, localizado na cercania do atual Arco de Nossa Senhora de Fátima. O Cruzeiro, ou Cruz das Almas, emprestou seu nome ao bairro, nome que perdurou popularmente por muitos anos. Em 1927 foi eleito para um segundo mandato de quatro

anos, tendo sido interrompido pela revolução de 1930, quando em Sobral, a exemplo do que aconteceu em várias cidades brasileiras, houve uma sucessão de interventores.

No dia 24 de julho de 1933, em jantar realizado no *Palace Club*, Dr. Jácome sente-se mal e daí em diante não se afastou do leito. Sofria de cardiopatia, segundo suas próprias palavras. Após dois meses de padecimento, faleceu no dia 30 de setembro de 1933 e foi sepultado no Cemitério São José de Sobral. Dr. Jácome tinha apenas 49 anos. Sobral em sua homenagem denominou uma travessa com seu nome. Posteriormente foi retirado este preito.

Dr. Ossian Aguiar¹⁸

José Ossian Aguiar nasceu na cidade de Massapê, Estado do Ceará, em 1898, e faleceu em Fortaleza de causas naturais em 1993. Dr. Ossian contraiu núpcias com a senhora Helena Rangel pertencente à tradicional família sobralense.

Dr. Ossian colou grau em medicina em 1923, na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Após sua graduação, defendeu tese de doutoramento intitulada “Síndrome Dolorosa da Fossa Ilíaca Direita”. Foram seus colegas de turma Manoel Cláudio da Mota Maia e Alfredo Monteiro, ambos eminentes cirurgiões do Rio de Janeiro. Regressando ao Ceará, estabeleceu-se em Sobral, após breve passagem por Massapê. Dr. Ossian foi chefe da cirurgia da Santa Casa de Sobral, cargo exercido até 1936, quando fixou residência em Fortaleza.

Dr. Ossian era exímio cirurgião e conquistou vasta clientela em Fortaleza. Foi professor catedrático da segunda cadeira de clínica cirúrgica da Faculdade de Medicina da UFC, desde sua fundação em 1948. A disciplina da segunda cadeira de clínica cirúrgica funcionava no Hospital São Pedro. Esta disciplina era lecionada também pelos professores Milton Escócia, Antero Coelho Neto e Eraldo Pinheiro.

Dr. Ossian foi Diretor da Faculdade de Medicina da UFC no período de 1950 a 1952. Recebeu homenagem da Santa Casa de Sobral em 2 de outubro de 1971, em solenidade, na qual o Dr. Guarany Mont’Alverne tomou posse como Mestre do Colégio Brasileiro de Cirurgiões Capítulo do Ceará. Dr. Ossian ocupou a cadeira número 1 da Academia Cearense de Medicina, tendo como Patrono o médico

Visconde de Sabóia. Professor Ossian faleceu em Fortaleza em 1993 com 95 anos, de causas naturais.

Seu filho, Ossian Júnior, é atualmente Coordenador Geral do Internato para alunos do curso de Medicina das Faculdades Federal de Medicina (UFC), da Universidade Estadual do Ceará e da Faculdade de Medicina de Juazeiro, no Hospital Geral Dr. César Cals de Oliveira.

Dr. Thomaz Aragão¹⁹

Thomaz Correa Aragão nasceu na cidade de Ipu em 1910. Fez seu curso secundário no Colégio Cearense. Em 1929, deslocou-se para o Rio de Janeiro ingressando na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Praia Vermelha, onde colou grau em 4 de dezembro de 1935. Eram seus colegas de turma, Guarany Mont'Alverne, Alber Vasconcelos, Arimatéia Monte Silva, Abner Brígido Costa e Manoel Soriano Aderaldo. Dr. Thomaz contraiu núpcias com Maria Odila em 1939.

No Rio de Janeiro, estagiou com o renomado professor Aluísio de Castro e fez sua pós-graduação em clínica médica na sétima enfermaria da Santa Casa do Rio de Janeiro sob a direção do professor Miguel Couto, ícone da medicina brasileira.

Regressando a Sobral, em 1936, instalou consultório, a convite do Dr. Leocádio Araújo, exercendo as especialidades de pediatria e clínica médica. Naquela época, clinicavam em Sobral os médicos Manoel Marinho de Andrade e Ossian de Aguiar, e logo em seguida os médicos Guarany Mont'Alverne e Arimatéia Monte Silva.

Thomaz teve relevante papel na campanha contra o Calazar, (leishmaniose visceral) tendo descoberto ser a raposa, além do cão, reservatório do mosquito transmissor - o flebótomo. A raposa amarrada no quintal de sua casa é mostrada no livro de parasitologia do Professor Samuel Pessoa. Thomaz Aragão, Guarany Mont'Alverne e Joaquim Eduardo Alencar foram parceiros do casal Leônidas e Maria Deane no estudo do Calazar. Maria e Leônidas Deane eram professores de doenças parasitárias na Universidade de São Paulo (USP). O referido casal esteve por seis meses em Sobral estudando o surto de Calazar na zona norte do Estado do Ceará.

Em 1953, Thomaz Aragão foi designado diretor do pavilhão do Calazar pelo Dr. Amílcar Barca Pelon. Thomaz Aragão publicou impor-

tantes trabalhos sobre Calazar, entre eles, o tratamento da leishmaniose visceral em Sobral e leishmaniose visceral no Ceará. Foi agraciado com a Medalha Visconde de Sabóia e a Medalha Gaspar Viana por relevantes serviços prestados à comunidade sobralense. Thomaz também foi Membro Titular da Academia Cearense de Medicina ocupando a Cadeira 38, patroneada pelo Acadêmico Álvaro Otacílio Nogueira. Faleceu em Sobral em 1998, aos 88 anos de problemas cardiopulmonares.

Dr. Thomaz era um mito na cidade de Sobral, representava o clínico generalista e personificava o médico de família tão necessário nos dias atuais. Dr. Thomaz vestia impecável terno de linho branco levando sempre sua maleta de médico à mão. Era a esperança e certeza da cura dos pacientes que o procuravam.

Dr. Arimatéia Monte Silva

José Arimatéia Monte Silva nasceu na cidade de São Benedito (Serra da Ibiapaba) em 1908. Fez seus estudos secundários em Sobral. Estudou medicina na cidade do Rio de Janeiro, onde se graduou em 1935 pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Dr. Arimatéia se casou com Ruth Antunes, filha de Jacinto Antunes, Prefeito de Sobral, em 1948. No Rio de Janeiro especializou-se em cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia. Regressando a Sobral em 1936, passou a exercer sua especialidade na Santa Casa e, sobretudo, na Maternidade Manoel Marinho, onde exerceu na década de 1970, o cargo de Diretor Médico. Dr. Arimatéia também instalou o primeiro aparelho de radiologia em Sobral. A totalidade dos exames eram não contrastados, limitando-se ao estudo radiológico de partes moles, osso, tórax e abdome simples. Dr. Arimatéia era médico de muita leitura, mas introspectivo por natureza. Esta iniciativa do saudoso cirurgião deu enorme contribuição à medicina da época. Arimatéia apreciava a leitura médica, tendo publicado na revista *Ceará Médico* uma revisão sobre colecistite aguda.

O fato seguinte bem ilustra a curiosidade científica de Arimatéia. Dr. Custódio operou tumor de ovário que continha no interior restos de ossos, cabelos e dentes. Custódio, surpreso, confessou que nada sabia a respeito. Arimatéia disse: “Custódio vou ler sobre o assunto e logo lhe direi”. No dia seguinte, Arimatéia disse: “Custódio o tumor que operamos

tem origem embrionária e chama-se teratoma”. Note-se que isto ocorreu antes da fundação da Faculdade de Medicina no Ceará²⁰.

Por motivo familiar transferiu-se para Fortaleza em 1977, onde faleceu em abril de 1980 de patologia coronária, aos 71 anos.

Dr. Guarany Mont’Alverne²¹

Antonio Guarany Mont’ Alverne nasceu em Sobral em outubro de 1912, onde fez o curso primário. O curso secundário foi feito no Colégio Cearense em Fortaleza. Deslocou-se para Rio de Janeiro em 1930, onde ingressou na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, colando grau em 4 de dezembro de 1935. Dr. Guarany frequentou o Hospital São Francisco, dedicando-se particularmente a urologia, sob a orientação do professor Jorge Gouveia. Após sua graduação, foi auxiliar da disciplina da técnica operatória, tendo como preceptor o professor Jorge de Moraes Grey. Regressou ao Ceará em junho de 1936, recebendo de Dom José a direção da Santa Casa onde iria exercer a especialidade de cirurgia geral e urologia. Dr. Guarany foi Diretor Médico da referida instituição de 1936 a 1978, data de seu passamento. Foram 42 anos de exercício profissional, em tempos difíceis, muito diferente dos dias atuais.

Guarany Mont’ Alverne se casou com Nadir Ferreira Gomes, nascida de tradicional família sobralense em junho de 1940. Tornou-se líder médico na zona norte do Estado, por força de suas qualidades humanas e profissionais. Durante seus anos em Sobral, influenciou direta ou indiretamente os médicos do seu tempo no exercício da medicina. Era um verdadeiro mestre, perpetuando-se pela transmissão do saber e experiência. Sua equipe cirúrgica era formada pelos cirurgiões Grijalba Mendes Carneiro e Antonio Neves, tendo como anestesistas os Drs. José Alverne, Everton Mont’ Alverne, Ary Fonteles, Olavo Rangel e Vicente Cristino.

Sua mãe, Marphisa Mont’ Alverne, assim se referiu ao filho médico, quando celebrou a matriarca seu octogésimo aniversário, em 1971: “Pedra fundamental da Santa Casa onde, com o poder de Deus, suas mãos benfazejas ao mando do coração, cortam, emendam, saram, e devolvem a saúde”²². Na posse de Mestre do Capítulo do Ceará do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, o Mestre Paulo Machado ao saudá-lo, assim disse:

Nas serras ou sertões, não existe vila ou arraial que lhe desconheça o nome e a fama. O nome é a técnica, o juízo clínico, a eficiência manifestada na limpidez da idéia e do maneio; a fama são as virtudes que lhe adornam o espírito: o amor à família, a lealdade aos amigos, a dedicação ao enfermo e o apego à terra.²³

Dr. Guarany Mont'Alverne partiu cedo, com 65 anos, em janeiro de 1978, na cidade do Rio de Janeiro, sendo sepultado em Sobral.

Dr. Adauto Araújo²⁴

Joaquim Adauto Araújo nasceu em Santana do Acaraú em 1915. Fez seu curso secundário no Colégio Cearense em Fortaleza, seguindo para o Rio de Janeiro onde colou grau em medicina na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, Praia Vermelha, em 1937. Especializou-se em ginecologia e obstetrícia. Regressando a Sobral, Dr. Adauto exerceu suas atividades médicas nesta cidade e adjacências com maestria por longos 30 anos. Adauto foi membro da Academia Sobralense de Letras ocupando a cadeira de número 14, sempre participando ativamente das atividades médicas e culturais de Sobral. No outono da vida, por vocação, tornou-se importante agropecuarista na zona norte do Estado. Dr. Adauto veio a falecer de doença coronária em 1992, aos 77 anos.

Dr. José Alverne

José Mendes Mont'Alverne nasceu em Sobral, em 3 de junho de 1912, onde realizou seus primeiros estudos. José Alverne foi para o Rio de Janeiro para estudar medicina, trabalhando como estudante na firma Muller e Cia.

Colou grau em medicina em 1940, pela então Faculdade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro do Instituto Hahnemanniana, hoje, parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Regressando ao Ceará, após proveitoso estágio no Hospital da Marinha, estabeleceu-se em Granja. Após alguns anos (1948) regressou a Sobral instalando consultório de obstetrícia, graças aos conhecimentos adquiridos com o renomado Prof. Hélio Agnaga. Em Sobral, era o obstetra de maior clínica. Cauteloso e atencioso, Alverne era o protótipo do

médico de família tão desejado nos dias atuais. Posteriormente, sob a sugestão do primo Dr. Guarany, especializou-se em anesthesiologia sob a orientação do Professor José Carlos Ribeiro, sendo, durante anos, o único anestesista de Sobral.

Dirigiu a Maternidade da Santa Casa de Sobral e a Maternidade Manoel Marinho de Sabóia. José Alverne foi diretor médico do SAMDU, posteriormente Posto de Assistência Médica do então INPS, além de Coordenador do Grupamento Médico Pericial do INPS e ardoroso Rotariano sendo um dos primeiros sobralenses a ser agraciado com a Medalha *Paul Harris*. José Alverne era amigo pessoal e colega de turma do renomado médico e homem público, José Pontes Neto. José Alverne foi o primeiro secretário do Centro Médico Cearense - Secção de Sobral, cuja ata guardava com extremo zelo.

Dr. José Alverne exerceu suas atividades médicas com dedicação, austeridade e competência, vindo a falecer em 5 de julho de 1994, aos 82 anos, de problemas pulmonares.

Dr. Antonio Custódio²⁵

Dr. Antonio Custódio de Azevedo nasceu na fazenda Boa Vista, distrito de Jaibaras em 1906, onde permaneceu até os 13 anos de idade, quando se transferiu para Sobral, para realizar o começo de seu sonho: o de ser médico. Em Sobral passou a trabalhar na loja de seu irmão José Custódio e, posteriormente, na sua própria loja. Custódio deslocou-se para Fortaleza onde estudou no Colégio Pimentel e no Liceu do Ceará, onde concluiu seu estudo secundário. Em 1929, com 23 anos, Custódio chega à Bahia onde ingressa na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, colando grau em 5 de dezembro de 1936. O recém-formado Custódio instalou consultório em 1937, em Sobral, na especialidade de cirurgia, ginecologia, obstetrícia e doenças da menopausa.

Dr. Custódio contraiu núpcias com Doralice Menezes na Bahia, em 1938. Dr. Antonio Custódio foi médico incansável logo realizando seu grande desejo: o de ser cirurgião conhecido, sobretudo, na população mais carente. Em casos mais graves não hesitava em ouvir a opinião de outros colegas. Custódio foi cogitado para ser prefeito de Sobral, mas, por fim, elegeu-se deputado estadual, cargo este que exerceu por três

legislaturas consecutivas. Retirou-se da política e passou a clinicar por pouco tempo em Sobral. Custódio havia adquirido fazenda perto de Jaibaras de nome Aprazível. Encantou-se com sua fazenda e construiu capela com imagem de Nossa Senhora de Fátima vinda de Portugal. Dr. Custódio promoveu retiro espiritual por três dias no Aprazível, sendo Monsenhor Fontenelle o diretor espiritual do retiro. Também dotou o Aprazível de escola, correios e hotel. Lá, construiu sua casa de morada, onde passou o resto de sua existência entre familiares e amigos. Dr. Custódio faleceu de patologia coronária em 1987 na cidade de Sobral, aos 81 anos

Dr. Afonso

Afonso Magalhães Pinto nasceu na cidade de Santa Quitéria em 1916. Estudou no Colégio São Luis e Liceu do Ceará. Afonso colou grau em 1940 pela Universidade Federal da Bahia. No ano seguinte, regressou à sua terra natal exercendo a especialidade de clínica geral. Sua tradição de família política o fez Interventor no município de Santa Quitéria, tendo também sido vereador (1947) com assento na Câmara Municipal do mesmo município.

Em 1949, foi nomeado para o Instituto de Aposentadoria em Transportes e Cargas (hoje INSS), lotado na cidade de Camocim, onde contraiu núpcias com a professora Maria Helena Cela, no ano de 1955, pertencente à ilustre família daquela cidade. Apesar de praticar a especialidade em sua plenitude, Dr. Afonso sentiu a necessidade de ampliar seus conhecimentos. Para tanto, em 1958, fez estágio em cardiologia no Hospital das Clínicas da USP, sob a direção dos renomados professores Luis Decour, Fúlvio Pilegi e o famoso eletrocardiografista João Tranchesí. Afonso retornou ao Ceará fixando residência em Sobral em 1958, onde instalou consultório na Rua da Aurora. Afonso foi o primeiro cardiologista de Sobral.

Este médico amigo, presenteou este Autor com livro clássico de eletrocardiografia, de autoria do mexicano Sodi Palares, que ainda hoje está bem conservado. Afonso faleceu prematuramente em 1969, com apenas 53 anos, mas será sempre cultuado na memória como o primeiro cardiologista que clinicou em Sobral com formação cardiológica em São Paulo e seu distinguido espírito humanitário.

Dr. Olavo Rangel²⁶

Olavo Rangel Parente nasceu na cidade de Sobral, em agosto de 1918. Dr. Olavo cursou o primário no Colégio Luis Felipe e o secundário em Fortaleza no Colégio Cearense. Colou grau em medicina em dezembro de 1945, na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (Praia Vermelha). Olavo Rangel especializou-se em obstetrícia e ginecologia com estágio de pós-graduação no Hospital São Francisco e Maternidade Promater do Hospital Miguel Couto no Rio de Janeiro.

Olavo regressou a Sobral em 1946, tendo sido nomeado médico do extinto IAPETEC. Também exerceu sua especialidade na Santa Casa de Sobral e posteriormente na Maternidade Manoel Marinho. Em 1955, passou a integrar o corpo de plantonistas do ex-SAMDU. Dr. Olavo casou-se com Nise Sanford, filha do renomado homem público, Dr. Paulo Sanford, Prefeito de Sobral eleito em 1954.

No início da década de 1970, fez curso de anestesiologia na Casa de Saúde Cesar Cals, sob a direção dos anestesistas Maranhão Filho e Reynaldo Meireles. Olavo participou ativamente do movimento cirúrgico da Santa Casa como anestesista da equipe dos médicos Guarany Mont'Alverne, Grijalba Mendes e Antonio Neves. Acometido de cardiopatia coronária, voltou a clinicar até seu passamento, em 2000, com 81 anos.

Dr. José Nilson

José Nilson Ferreira Gomes nasceu em Sobral em setembro de 1923, tendo realizado o curso primário e secundário no Colégio Sobralense. José Nilson concluiu seus estudos em Salvador, Bahia, graduando-se em medicina pela Universidade Federal da Bahia, em 1948. Dr. José Nilson fez especialização em otorrinolaringologia e oftalmologia. Casou-se com Maria Vilma Araújo, em 1950.

José Nilson realizava todas as cirurgias da sua especialidade sempre com excelentes resultados. Dominava a oftalmologia e otorrinolaringologia em toda zona norte do Estado do Ceará. Foi pioneiro em Sobral nesta especialidade, exercendo-a com extrema competência e maestria até o final de seus dias em 1983. Dividia o tempo no seu consultório, na clínica Comendador José Modesto e na Santa Casa, onde

realizava as cirurgias de seus pacientes. José Nilson foi médico do extinto SAMDU e coordenador geral do INAMPS em Sobral. Nilson atuou em áreas fora do campo médico, como membro da Academia Sobralense de Estudos e Letras. Faleceu prematuramente em Sobral, em fevereiro de 1983, com 60 anos. A vocação médica de nosso saudoso José Nilson se estende à Dra. Ana Maria, sua filha, que exerce a mesma especialidade em Sobral, com afinco e sabedoria.

Dr. Aristides Andrade

Aristides Frederico de Andrade Filho nasceu em junho de 1924, na cidade de Sobral. Aristides fez o curso secundário no Colégio Cearense em Fortaleza. Graduou-se em medicina, em 1950, pela Universidade Federal da Bahia. Regressando a Sobral, Dr. Aristides exerceu a especialidade de cirurgia-ginecologia e obstetrícia, fazendo parte do corpo clínico da Santa Casa de Sobral. Dr. Aristides contraiu núpcias com Teresinha Adeodato, de família ilustre de Sobral. Aristides se notabilizou pelo carinho e atenção que dispensava aos seus pacientes. Como cirurgião era cauteloso, obtendo ótimos resultados cirúrgicos. A partir do início da década de 1970, passou também a fazer parte do grupo de cirurgiões do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, ao lado de seu amigo e colega Estevam Ferreira da Ponte. Dr. Aristides foi Médico-Capitão da Polícia Militar do Ceará e cirurgião do extinto SAMDU.

Faleceu prematuramente de patologia cardíaca aos 49 anos em 1973. Dr. Aristides tinha um carisma todo especial que refletia sua competência e bondade espiritual. Seu jazigo ainda hoje é visitado por pessoas em busca de Fé e Paz.

Dr. Felizardo Ferreira Gomes

José Felizardo Ferreira Gomes nasceu em Sobral, a 7 de dezembro de 1925. Após seus estudos primários e secundários, deslocou-se para a Bahia onde colou grau em medicina pela Universidade Federal da Bahia, em 1953. Dr. Felizardo regressou a Sobral após completar especialização em radiologia geral, instalando consultório em Sobral na Praça da Meruoca. Dr. Felizardo casou-se em dezembro de 1953 com Tereza Maria Frota, pertencente à tradicional família sobralense.

Dr. Felizardo exerceu a radiologia geral da época em toda sua plenitude, sendo pioneiro, em vários estudos radiológicos em Sobral e, certamente ter-se-ia sobressaído entre seus pares, se não tivesse adoecido jovem, em 1958, vindo a falecer em 1965, com 40 anos de idade. Dr. Felizardo é irmão do Dr. José Nilson Ferreira Gomes e pai do Dr. José Dummar, médico pneumologista do Hospital de Messejana, onde exerce a especialidade com saber e dedicação ao enfermo.

Dr. Estevam Ferreira da Ponte

Estevam Ferreira da Ponte nasceu na cidade de Sobral em 1924. Fez seu curso secundário no Colégio Sobralense e Colégio São João, em Fortaleza. Colou grau em medicina em 1953, pela Faculdade de Ciências Médicas no Rio de Janeiro. Após sua graduação, permaneceu no Rio de Janeiro por mais dois anos, especializando-se em obstetrícia e ginecologia. Retornou a Sobral em 1957, exercendo suas atividades médicas na Maternidade da Santa Casa de Sobral e na Maternidade Manoel Marinho. Dr. Estevam era médico incansável, dedicando-se dia e noite com afinco e maestria a clínica e cirurgia obstétrica e ginecológica. Estevam contraiu núpcias com Doraluce Azevedo, filha do médico Antonio Custódio Azevedo.

Em 1970, fundou, com recursos próprios e auxiliado pelo colega Dr. Aristides Andrade, o Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Sobral. No ápice de sua carreira foi acometido de problemas cardiocirculatórios, deslocando-se para São Paulo e posteriormente, acompanhado pelo autor e sua esposa Dora, para Kansas City, Missouri, nos Estados Unidos da América, onde se submeteu a angioplastia coronária. Regressando a Sobral, continuou a clinicar com a mesma disposição, até falecer em fevereiro de 1988 aos 64 anos.

O seu Hospital continua em pleno funcionamento, servindo a comunidade sobralense, sendo, portanto, o maior legado à cidade de Sobral.

Dr. Grijalba²⁷

Grijalba José Mendes Carneiro nasceu em Sobral em 1926, colando grau em medicina em 1955, na atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), antiga Faculdade de Ciências

Médicas. Ainda como estudante, trabalhou no Hospital Moncorvo Filho. Dr. Grijalba fez pós-graduação no Hospital de Ipanema, sob a orientação dos professores Lúcio Galvão, José Hilário e Alcides Caltabiano. Nesta ocasião, convivendo com o renomado professor Lúcio Galvão, adquiriu as bases da técnica cirúrgica que iria guiar sua vida como cirurgião por toda a sua carreira médica. Regressou a Sobral em 1956, onde se incorporou ao serviço de cirurgia ao lado do Dr. Guarany e posteriormente do Dr. Antonio Neves. Foi Vice-Diretor Médico da Santa Casa de Sobral e médico do extinto SAMDU, desde 1958. Cirurgião geral extremamente hábil e versátil, deu enorme contribuição à cirurgia de sua cidade natal. Dr. Grijalba era médico de formação moral, ética e profissional exemplar. Compareceu a inúmeros cursos e congressos durante sua vida médica, estando sempre atualizado na qualidade de cirurgião. Dr. Guarany dizia que Grijalba era cirurgião completo. Grijalba tinha o dom da habilidade manual e possuía excelente discernimento clínico. Faleceu precocemente de complicações de hipertensão arterial em outubro de 1985, com 58 anos.

Dr. Éverton²⁸

Éverton Francisco Mendes Mont'Alverne nasceu em Sobral, em 1928. Fez seu estudo secundário no Colégio Sobralense e posteriormente no Colégio Cearense. Em 1948, deslocou-se para o Rio de Janeiro ingressando na então Faculdade de Ciências Médicas (UFRJ) e colou grau em 1954. Dr. Éverton especializou-se em pediatria, regressando a Sobral em 1956, onde instalou consultório na Praça São João. Neste mesmo ano, foi nomeado Diretor do Pavilhão de Tuberculose Antonio Rodrigues de Albuquerque que funcionava anexo à Santa Casa.

Dr. Éverton passou a fazer parte do corpo clínico da Santa Casa, onde mantinha permanentemente enfermaria atendendo inúmeras crianças que necessitavam de cuidados médicos. Por sugestão de seu irmão, José Alverne, especializou-se em anesthesiologia, em Fortaleza, na Casa de Saúde São Raimundo, sob a direção do mestre Ernani Maciel.

Éverton participou ativamente da vida social de Sobral, tendo recebido várias homenagens médicas em vida. Faleceu de patologia renal, aos 70 anos, em 1998. Régis, seu filho, é anestesista da Santa Casa de Sobral.

Dr. Neves²⁹

Antonio de Pádua Neves nasceu na cidade de Marco, Ceará, em 1932, onde fez seu curso primário. Neves concluiu seus estudos no Colégio Sobralense e Colégio São João em Fortaleza. Ingressou na Faculdade de Ciências Médicas em Recife, Pernambuco, onde se graduou em medicina, em 1960. Dr. Neves foi estagiário por concurso da Maternidade da Encruzilhada em Recife e da clínica de cirurgia do Hospital Centenário, de 1958 a 1960, sob a orientação do professor Luiz Tavares. Após sua graduação, Dr. Neves foi cirurgião e obstetra da Fundação SESP, em Areias, PB e Pão de Açúcar.

Neves chegou a Sobral em julho de 1961, incorporando-se, de pronto ao serviço de cirurgia, chefiado pelos médicos Guarany Mont'Alverne e Grijalba Mendes Carneiro, formando uma equipe de cirurgiões de excelência pautada pela melhor formação técnica, ética e moral, um exemplo para a posteridade, de união e solidariedade.

A Equipe, como era conhecida, manteve-se incólume até o passamento precoce dos médicos Guarany e Grijalba. Dr. Neves casou-se em 1962 com Maria da Conceição Cunha, filha de tradicional família de Recife. Em 1962, Dr. Neves foi nomeado médico da Secretaria de Saúde do Estado e médico plantonista do extinto SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência).

Em 1967, foi nomeado pelo Secretário de Saúde, Dr. Jonatas Nunes de Barros, primeiro delegado da Primeira Delegacia de Saúde de Sobral.

Dr. Neves continuou a exercer suas atividades como cirurgião da Santa Casa de Sobral, onde foi Vice-Provedor de 1985 a 1996 e Diretor Clínico de 1988 a 1996. Hoje, é cirurgião do Hospital da Unimed, que, funciona na antiga Maternidade Manoel Marinho. Destacamos que Dr. Neves teve intensa educação médica continuada, participando de congressos e cursos durante toda sua carreira médica, inclusive, estágio em cirurgia geral na Universidade de Los Angeles (UCLA), Califórnia, em 1991. Dr. Neves foi diretor presidente da Unimed Sobral em 1997. Recebeu inúmeros títulos honoríficos, destacando-se os seguintes: Cidadão Sobralense em 1980 e Medalha D. José em 1975 (50 anos da Santa Casa). Atualmente aos 77 anos, Dr. Neves continua exercendo a medicina em seu consultório e como cirurgião no Hospital da Unimed.

IV

Afirmamos, no início deste texto, consistir ele apenas numa objetiva e limitada busca da recuperação da biografia dos que iniciaram a medicina na cidade de Sobral. Traduz este esforço bem mais numa provocação, no afã de procurar trazer registros históricos, em que, sob a ótica do concreto, a ambiência social de gente de “carne e sangue” pulsava, como nos adverte Guimarães Rosa. A realidade espacial onde os desafios eram postos, a exigirem respostas da sociedade em que se explicitavam bem que poderá ser *Leitmotiv* de preocupações futuras. Ao descrever um rápido perfil biográfico dos médicos que fizeram a medicina em Sobral, parecem claras as dificuldades, por exemplo, na obtenção de uma formação qualificada. Como se viu, todos tiveram que deixar o Ceará e quase todos regressaram. Se é verdade que quase a totalidade dos aqui enumerados são egressos da elite econômica, política e social do meio onde viviam (e de outra forma não poderia ser!), por outro lado a singular contribuição por eles prestada representa o esforço da transformação, obedecidos, claro, os limites da força da história. Desenvolver a medicina, nos rincões dos sertões brasileiros representava a vitória do improvável, quase do impossível. Ao trabalhar na construção desta tradição, hoje renovada pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, em Sobral, os nomes do passado apenas confirmam o que já se sabe: não há tradição sem uma criação que a renove; não há criação sem uma tradição que a alimente.

A Universidade Federal do Ceará teve a oportunidade e o privilégio de, apoiando-se nos ombros dos médicos pioneiros daquela notável instituição, vislumbrar ser possível, estenderem seu campo de ação interiorizando a Universidade, e neste sentido, fundou a Faculdade de Medicina de Sobral, campus avançado da Universidade Federal do Ceará.

A Faculdade de Medicina em Sobral teve profundo impacto na comunidade sobralense e em toda a zona norte, tão carente de profissionais na área da saúde. A Santa Casa é hoje Hospital Universitário que forma futuros médicos com qualidade suficiente para seguir os passos dos médicos pioneiros da Santa Casa que, sem as facilidades da medicina atual, saravam e curavam seus doentes, devolvendo-os à família e à sociedade, com bem-estar e saúde.

Concluímos com versos de W. H. Auden, de *blues* fúnebre, como um canto de despedida de Guarany Mont'Alverne, tão precocemente arrebatado do seio de sua família e de sua arte de curar.

**Que os aviões, gemendo acima em alvoroço.
Escrevam contra o céu o anúncio: ele morreu.
Que as pombas guardem luto — um laço no pescoço
Era meu norte, sul, meu leste, oeste, enquanto
Viveu meu dia útil, meu fim-de-semana,
Meu meio-dia, meia-noite, fala e canto.**

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Francisco Sadoc. **História da Cultura Sobralense**. Sobral: Imprensa Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú, 1978.

AZEVEDO, Antônio Custódio de. **O Poder da Força de Vontade - Esboço Autobiográfico**. Sobral: 1986.

BARBOSA, José Policarpo de Araújo. **História da Saúde Pública do Ceará**. Fortaleza: Edições da Universidade Federal do Ceará, s/d.

BRUNINI, CARLOS. **Aforismos de Hipócrates**. TYPUS – IBEHE: 1998.

CAVALCANTE, Arnaud. **Vultos da Sociedade Sobralense**. Sobral: Imprensa Oficial do Município de Sobral, 2004.

CRAVEIRO FILHO, **O Centenário. Album Centenário de Sobral**: Sobral, 1941.

DIAS LOPES, José Alberto **Comunicação Pessoal ao Autor**. Sobral: 2010.

FREITAS, Nilson Almino de. **Sobral – Oportunidade e Tradição**. Sobral: Edições da Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2000.

FROTA, Dom José Tupinambá da. **História de Sobral**. 2ª edição. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1974.

GIRÃO, Glória Giovanna Saboya Mont'Alverne. **Sobral: História e Vida**. Sobral: Edições da Universidade Estadual Vale do Acaraú, 1997.

MACHADO, Paulo. **Discurso Passando o Cargo de Mestre do Capítulo do Ceará do Colégio Brasileiro de Cirurgiões ao Dr. Guarany Mont'Alverne**. Sobral, 1971.

_____. **Discurso Inaugural Academia Cearense de Medicina, Anais Fortaleza, 1978.**

MARTINS, Vicente. **Homens e Vultos de Sobral**, 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1989.

MONT'ALVERNE, Guarany, **CONTRIBUIÇÃO DE SOBRAL A MEDICINA NACIONAL**. Correio da Semana de 5 de julho de 1973.

MONT'ALVERNE, José Ronaldo. **Discurso Agradecendo Homenagem Outorgada pela Sociedade Brasileira de Cardiologia**. *Mimeo*. Fortaleza: 2007.

Documentos:

ACADEMIA CEARENSE DE MEDICINA. **Anais**. Fortaleza, Vol. IX, nº 9.

ACADEMIA CEARENSE DE MEDICINA. **Anais**. Fortaleza, Vol VII, nº 7.

MONT'ALVERNE, Maria Marphysa de Araújo. **Carta aos Filhos**. Arquivo pessoal do Autor José Ronaldo Mont'Alverne, Sobral: 1956.

NOTAS:

¹ BRUNINI, Carlos. **Aforismos de Hipócrates**, p.157.

² MONT'ALVERNE, José Ronaldo. **Discurso Agradecendo Homenagem Outorgada pela Sociedade Brasileira de Cardiologia**, p.1.

³ ARAÚJO, Francisco Sadoc. **História da Cultura Sobralense**, p.63.

⁴ Id. Ib, p. 64-70.

⁵ MONT ALVERNE Guarany, **CONTRIBUIÇÃO DE SOBRAL A MEDICINA NACIONAL**. Correio da Semana de 5 julho 1973.

⁶ BARBOSA, José Policarpo de Araújo. **História da Saúde Pública do Ceará**, p. 94.

⁷ Id. Ib., p. 96.

⁸ Cf.: ARAUJO, Francisco Sadoc. Ib., p.64 ; BARBOSA, José Policarpo de Araújo. Ib.,p.96 ; e GIRÃO, Glória G. S. Mont' Alverne. **Sobral: História e Vida**, p.75.

⁹ Expressão cunhada pelo sobralense Parsifal Barroso, ex-governador e deputado federal, para significar o sobralense que, morando na cidade ou longe desta, mantém forte vínculo com a terra natal.

¹⁰ FREITAS, Nilson Almino de. **Sobral – Opulência e Tradição**, p. 84ss. Assim como o termo “sobralizados”, a “sobralidade” deve ser entendida como um elemento concreto, presente na mentalidade sobralense. Neste sentido, é que a interessante contribuição de Nilson Almino de Freitas discorre a respeito da “sobralidade triunfante”, isto é, a “glória de Sobral”, materializada pelo sucesso de seus filhos, dentro e fora da Cidade, num componente nitidamente de caráter monárquico. No período em que a cidade de Sobral – durante os anos 60 a 90 do século passado, de forma toda especial – não esteve à frente do centro do poder político estadual, e suas lideranças políticas não foram capazes de se tornar atores políticos regionais, este quadro não arrefeceu a ideia do “triumfalismo”. A partir de 1990, com a eleição de Ciro Gomes ao Governo do Estado, seguido de seu irmão, Cid Gomes (eleito Governador em 2006), além do protagonismo de suas lideranças políticas em diversos cargos de direção no âmbito do Estado, emergiu novamente o “triumfalismo” como uma consequência quase natural para esta sociedade.

¹¹ FROTA, Dom José Tupinambá da. **História de Sobral**, p. 479.

¹² Id. ib., p. 480.

¹³ Id. ib., pp. 488/492.

¹⁴ Id. ib., pp. 556/557.

¹⁵ O período a que se refere foi caracterizado e insere-se na duração da República Velha, cuja tônica era a “política dos governadores, identificada, principalmente, com o Governo do Pres. Campos Sales (15.11.1898 – 15.11.1902).

¹⁶ MONT’ALVERNE, Guarany. **Contribuição de Sobral à Medicina Nacional**, Correio da Semana, 5 de julho de 1973; e CRAVEIRO Filho. **O Centenário, Álbum Centenário de Sobral**, s/p.

¹⁷ DIAS LOPES, José Alberto **COMUNICAÇÃO PESSOAL** e ARAÚJO, Francisco Sadoc, p. 70.

¹⁸ ACADEMIA CEARENSE DE MEDICINA. **Anais**, p. 155.

¹⁹ ACADEMIA CEARENSE DE MEDICINA. **Anais**, p.130 e GIRÃO, Glória G. S. Mont’ Alverne. **Sobral: História e Vida**, p. 134.

²⁰ AZEVEDO, Antonio Custódio. **O Poder da Força de Vontade - Esboço Autobiográfico**, p. 207.

²¹ MARTINS, Vicente. **Homens e Vultos de Sobral**, p.70; e CRAVEIRO FILHO, ib., s/p.

²² MONT’ALVERNE, Maria Marphysa de Araújo. **Carta aos Filhos**, s/p.

²³ MACHADO, Paulo. Discurso Passando o Cargo de Mestre do Capítulo do Ceará do Colégio Brasileiro de Cirurgiões ao Dr. Guarany Mont’Alverne, p 1.

²⁴ CRAVEIRO FILHO, ib., s/p.

²⁵ CRAVEIRO FILHO, ib., s/p; e AZEVEDO, Antonio Custódio. **O Poder da Força de Vontade - Esboço Autobiográfico**, pp. 207-216.

²⁶ CAVALCANTE, Arnaud, **Vultos da Sociedade Sobralense**, p. 421.

²⁷ CAVALCANTE, Arnaud, ib., p. 214.

²⁸ Id. ib. p. 158.

²⁹ Id. ib. p. .90.

80 anos da pesca e piscicultura do DNOCS (1932 - 2012)

JOSÉ JARBAS STUDART GURGEL*

om atuação no semiárido nordestino há mais de um século o DNOCS responde pela construção de 300 açudes públicos, de 622 particulares em cooperação, de centena de quilômetros de malhas ferroviárias e rodoviárias, de 100 campos de pouso, redes de eletrificação, telefonia, irrigação, abastecimento d'água, saneamento, hidroelétricas, perfuração de 34.000 poços tubulares, perenização de 3.325 km de rios intermitentes, reflorestamento, práticas de agricultura de vazante, de áreas seca e irrigada, pecuária, hidrologia, meteorologia, geologia e outras obras de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico da região.

Dentre tantas realizações destacam-se a pesca e piscicultura como das mais representativas, haja vista o elevado conceito nacional e internacional que granjearam, motivo pelo qual com este artigo fazemos a memória de tão significativo desempenho, que vem sendo executado ao longo de oitenta (80) anos ininterruptos.

Com efeito, sobrepujando situações idênticas as do DNOCS, ameaçado de desaparecer do mapa várias vezes, como no caso mais recente da Medida Provisória N° 1795, de 1º de janeiro de 1999, editada pelo Governo Federal e enviada ao Congresso Nacional em vinte e duas (22) reedições com a mesma justificativa de inviável para o crescimento econômico e social do país, não compensando investimentos financeiros de qualquer natureza; também este setor durante muito tempo foi afetado por injustas alegações, mas resistiu com bravura às tentativas de sua extinção.

* Professor aposentado da UFC e pesquisador aposentado do DNOCS.

Em sua longa existência a pesca e piscicultura do DNOCS conseguiram firmar-se numa base sólida, graças aos trabalhos realizados por uma plêiade de renomados cientistas e de dedicados servidores que lhes garantiram o reconhecimento público, a ponto de ser considerado por um Diretor Geral, como **o orgulho do DNOCS**, como se pode ler no ofício nº 632/DG, de 18.06.1962, assinado pelo Engº Joaquim José Bentes Rodrigues Collares.

A atividade de pesca e piscicultura no semiárido nordestino foi e continuará sendo por muito tempo uma saga que se confunde com a história das secas, pois desde o início da colonização, a Corte Portuguesa já determinava o assentamento de flagelados às margens dos rios para garantir a alimentação com o peixe que fosse capturado, o que deu origem ao nascimento de importantes cidades, como Sobral e Russas, no Estado do Ceará e de muitas outras que surgiram à medida que as crises climáticas forçavam o êxodo das populações rurícolas.¹

Esta preocupação se fez mais evidente quando a Rainha Reinante de Portugal, Dona Maria I, ao suceder seu pai, o Rei José I, em 24 de março de 1777, criou no Brasil em 1789 a Pia Sociedade Agrícola, gênese do atual DNOCS, com a finalidade de prestar assistência aos flagelados das secas, tendo sido nesta época, que por sua ordem, foi construída a Igreja de Almofala, município de Itarema, CE, ainda hoje de pé.²

O primeiro registro sobre os peixes do Ceará coube a Matias Beck, colonizador holandês, ao citar no seu Diário em 1649, que os rios eram piscosos³, enquanto outro historiador⁴ afirma que no Século XVII as pescarias nos rios e lagos do Ceará garantiam a alimentação, senão abundante, ao menos limitada para manter as necessidades mais prementes da vida vegetativa, como também a população residente nas margens do rio Piranhas, que atravessa os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, escapou da seca de 1844 ao capturar peixes daquele manancial, usando como artefatos de pesca suas próprias redes de dormir.⁵

Atormentado pelos terríveis efeitos dessa seca, que teve uma duração de 3 anos (1844/1846), somente quatorze (14) anos depois é que o Governo Imperial decidiu criar em 1860 uma Comissão Científica de Exploração comandada pelo Marechal de Campo Henrique de Beaurepaire Rohan para estudar o problema, a qual recomendou a melhoria dos meios de transporte, de armazenamento de água mediante a cons-

trução de 30 açudes, a instalação de estações meteorológicas, a abertura de um canal ligando o rio São Francisco ao rio Jaguaribe e a criação de peixes em viveiros.

Em 1888, com o surgimento de outra crise climática no Nordeste, as mesmas consequências trágicas voltaram a ocorrer, já que as obras planejadas pela Comissão referida ainda não tinham sido iniciadas, apesar de decorridos quase 30 anos.

Para amenizar a aflitiva situação, o Governo Imperial acabou autorizando a construção do primeiro açude público, dentre os 30 programados, no caso, o açude Cedro, em Quixadá, Ceará, cujos recursos financeiros necessários foram alocados por conta do próprio Imperador D. Pedro II, que garantiu vender até o último brilhante de sua Coroa Real, para não deixar morrer de fome nenhum nordestino, tendo aludida obra sido iniciada à custa do suor dos flagelados e não de escravos como alguns historiadores afirmam e concluída em 1906, dezoito (18) anos depois (Foto 1).

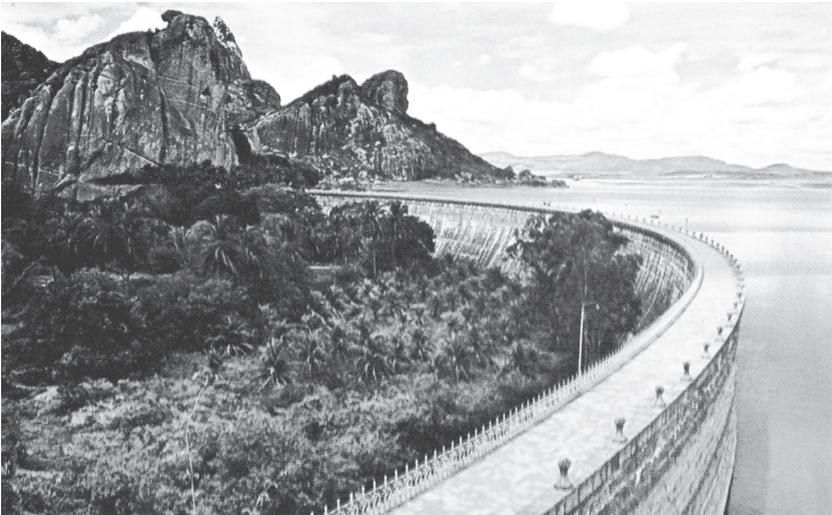


Foto 1 – Açude Cedro, em Quixadá, CE, que graças à pesca garantiu a sobrevivência de milhares de flagelados na grande seca de 1915.

O flagelo acontecido em 1900 fez o Governo da República disponibilizar, pela primeira vez, recursos financeiros orçamentários para as

obras contra as secas e criar com o objetivo de sua aplicação as Comissões: de Açudes e Irrigação, de Estudos e Obras Contra as Secas e a de Perfuração de Poços, que foram fundidas em 1906 em uma Superintendência de Estudos e Obras Contra as Secas, reestruturada um ano depois como Comissão de Açudes e Irrigação.

Devido as precárias condições para seu bom desempenho, ela foi extinta e em seu lugar criada em 21 de outubro de 1909 a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), com o objetivo de construir açudes, estradas, perfurar poços, instalar estações meteorológicas, pluviométricas e realizar levantamentos geológicos e botânicos, tendo sido omitida a última recomendação contida no Relatório de Beaurepaire Rohan. Somente dois anos depois é que o Decreto Federal Nº 9.256, de 28 de dezembro de 1911, veio acrescentar entre as atribuições que cabiam à IOCS aquela que havia sido esquecida – **a prática da piscicultura**.

Como resultado desta nova atividade, na grande calamidade de 1915, a famosa Seca do Quinze, o açude Cedro, em Quixadá, CE, cuja construção havia sido concluída nove (9) anos antes, permitiu a sobrevivência de uma multidão de flagelados que para lá se dirigiu, onde eram capturados cerca de 2.700 peixes, diariamente.⁶

Na crise climática de 1919, com o Decreto Nº. 13.687, de 09.07.1919, a IOCS foi reestruturada e passou a ser denominada Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), tendo como tônica a construção de açudes, a abertura de estradas, a perfuração de poços, a irrigação e a criação de postos de piscicultura à margem de açudes e rios, para introdução e melhoramento de peixes de boa qualidade e erradicação das espécies indesejáveis, mas, somente em 12/11/1932 é que foi criada a **Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste (CTPN)**, por Portaria do então Ministro da Viação e Obras Públicas - o insigne nordestino Dr. José Américo de Almeida, o qual em 1978, poucos meses antes de falecer, veio a Fortaleza para uma visita ao DNOCS (Foto 2).



Foto 2 – Ministro José Américo de Almeida sendo recebido no DNOCS pelo Diretor Geral, Eng. José Osvaldo Pontes e Diretor de Pesca e Piscicultura, Biologista José Jarbas Studart Gurgel, em 28.04.1978.

Para dirigir esta Comissão foi convidado o ilustre cientista brasileiro **Dr. Rodolpho Theodoro Wilhelm Gaspar von Ihering**, que vinha se destacando no Instituto Biológico de São Paulo como um dos mais brilhantes pesquisadores daquela época na área da ciência pesqueira, tendo sido a partir deste momento que do DNOCS passou a ser conhecido internacionalmente, como a maior instituição do país no campo da pesca e da piscicultura, graças aos excelentes trabalhos desenvolvidos pela CTPN e que continuam ainda nos dias atuais.

Discorrendo sobre o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, o historiador João Gonçalves de Souza⁷ teceu elogiosos comentários concernentes as atividades do setor de pesca e piscicultura do DNOCS, inclusive destacando o depoimento que lhe foi prestado, pessoalmente, pelo Ministro José Américo de Almeida, em 07/09/1977, ao se declarar plenamente feliz com a ideia de criação da aludida CTPN, cujos investimentos feitos com a construção de açudes pelo DNOCS, têm sido totalmente recuperados somente com a produção de pescado.

Refere-se o mesmo autor em sua obra ao açude Araras, em Varjota, CE, que nos seus primeiros nove (9) anos de exploração pela pesca, já haviam sido amortizados 84,2% dos investimentos,⁸ bem como do açude Lima Campos, em Icó, CE, que em vinte e sete (27) anos de atividade pesqueira, o valor do pescado capturado já tinha resarcido 114,78% dos investimentos aplicados na sua construção, conforme estudos feitos pelo biólogo Osmar Fontenele.⁹

Estrutura orgânica e funcional

Diretamente subordinada a então Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e em caráter apenas temporário conferido pelo Aviso Nº 1.374, de 19 de julho de 1934, foram atribuídas à CTPN as seguintes finalidades:

- a) promover o povoamento das águas interiores do Nordeste, com peixes de boa qualidade, prolíficos e precoces e defender essa fauna contra seus inimigos e moléstias;
- b) metodizar as pescarias e determinar as épocas de suas realizações;
- c) divulgar os processos de conserva do pescado.

Esta estrutura da CTPN foi temporária, mas perdurou por mais de 10 anos, com a sede funcionando em Campina Grande, PB, até que pelo Decreto-Lei Nº 8.436, de 28/12/1945, foi transformada em setor permanente do DNOCS, com o nome de Serviço de Piscicultura, autonomia administrativa, financeira, cuja sede já havia sido transferida em maio de 1935 para Fortaleza, CE, instalada primeiramente em casa alugada à rua Rodolfo Teófilo, 198 (atual rua Valdery Uchoa), no bairro do Benfica, depois em casa também alugada na rua Barão do Rio Branco nº 1866, esquina com a rua Antonio Pompeu, no Centro e posteriormente, no prédio próprio adquirido em 1956 à Av. do Imperador nº 1313, porém, diretamente vinculada à Administração Central do DNOCS, sediada no Rio de Janeiro, então Capital do país.¹⁰

Dezoito (18) anos depois, quando o DNOCS foi transformado em Autarquia Federal por força da Lei Nº 4.229, de 01 de junho de 1963, regulamentada pelo Decreto Nº 52.637, de 08 de outubro de 1963, o Serviço de Piscicultura perdeu a condição de organismo centra-

lizador em toda região do semiárido nordestino e passou a repartir com os Distritos de Fomento e Produção, criados pela citada Lei, suas atribuições específicas através de uma Divisão de Pesca e Piscicultura vinculada à Diretoria de Fomento e Produção da Administração Central do DNOCS, cuja sede foi transferida de Brasília para Fortaleza e instalada no Edifício Herculano, localizado na rua Senador Pompeu, 679, esquina com a rua Senador Alencar, no Centro, cabendo a ela, na forma regimental provisória, as atividades de coordenação, orientação, fiscalização, experimentação e pesquisa.

Aludido Regimento Interno do DNOCS que somente foi aprovado dois (2) anos depois com o Decreto Nº 57.427, de 14 de dezembro de 1965, garantiu esta situação orgânica e funcional, dando porém maior vigor às atribuições voltadas para a experimentação e a pesquisa, que passaram a ser executadas pelo Instituto de Biologia e Tecnologia Pesqueira (IBTP), vinculado diretamente à Divisão de Pesca e Piscicultura da Diretoria de Fomento e Produção e absorvendo as Seções de Pesquisas Gerais e de Aclimação de Espécies que funcionavam em Lima Campos, Icó, CE e a Seção de Limnologia, em Amanari, Maranguape, CE, cuja sede do IBTP passou a funcionar na cidade de Pentecoste, CE.

Grandes abalos sofreram os setores da estrutura organizacional do DNOCS com o advento da Portaria Nº 730/DG, de 07 de abril de 1967, que determinou a extinção de algumas Diretorias da Administração Central, dentre elas a de Fomento e Produção e a fusão dos Distritos de Obras e de Fomento em Diretorias Regionais com atividades executivas independentes, deixando assim de ser coordenadas, orientadas e fiscalizadas pela Administração Central, através da Divisão de Pesca e Piscicultura, as tradicionais atividades de sua competência.

A implantação de uma nova estrutura em caráter experimental ocorreu com o advento da Portaria Ministerial Nº 0085, de 8 de abril de 1968, que aprovou as Normas Regimentais Provisórias e fracionou mais ainda os setores específicos de trabalho, tanto no âmbito da Administração Central como das Diretorias Regionais.

Pode-se afirmar não ter sido este um período muito lisonjeiro, visto as constantes transformações ocorridas, até que, com a Portaria Nº 131/DG, de 5 de fevereiro de 1970, foi restabelecida a extinta Divisão de Pesca e Piscicultura, ficando todavia subordinada à então recém-criada Diretoria de Agronomia.

Esboçou-se nesta época um movimento entre os técnicos de pesca e piscicultura do DNOCS no sentido de sensibilizar o então Diretor Geral – Eng^o José Lins de Albuquerque, para que fosse criada uma Diretoria de Pesca e Piscicultura, no mesmo nível das outras de atividades-fins.

Diversos artigos foram publicados em jornais de Fortaleza e de outras Capitais do Nordeste por técnicos e funcionários do setor de pesca e piscicultura do DNOCS, destacando-se principalmente os de autoria dos biólogos Rui Simões de Menezes e Osmar Fontenele, que fizeram uso frequente de suas brilhantes inteligências e foram esteios dos mais garridos na consecução deste objetivo.

Assinado por todos os técnicos em atividades na área de pesca e piscicultura, foi apresentado ao Diretor Geral do DNOCS um documento intitulado **Contribuição ao Novo Organograma da Autarquia**, cuja justificativa referente ao item 2.2, constou a transcrição de um trecho da entrevista concedida ao jornal O POVO, de Fortaleza, CE, edição de 02.09.1953, pelo Dr. W. H. L. Allsopp, então chefe da Divisão de Pesca do Departamento de Agricultura da Guiana Inglesa, na qual afirmava que o Serviço de Piscicultura do DNOCS, sem levar em conta a valiosa contribuição que vinha prestando para favorecer as condições econômicas e alimentares da população nordestina, podia ser considerado como um dos melhores e de maior importância do mundo.

O movimento surtiu os efeitos desejados e em 17 de novembro de 1972, na solenidade comemorativa do 40^o aniversário de criação da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste (CTPN) o Diretor Geral do DNOCS baixou a Portaria N^o 03/DG, criando em caráter provisório a Diretoria de Pesca e Piscicultura, ato depois consolidado pelo Decreto N^o 73.159, de 14 de novembro de 1973, que aprovou a nova estrutura orgânica do DNOCS (Foto 3).

Com base neste Decreto, através da Portaria N^o 1.110, de 08 de abril de 1975, o Ministro do Interior aprovou o novo Regimento Interno do DNOCS, que em seu Art. 80, referente a Diretoria de Pesca e Piscicultura, dizia:

Compete à Diretoria de Pesca e Piscicultura, unidade de primeiro grau divisional, promover o desenvolvimento da piscicultura e da pesca nas águas continentais da área de atuação do DNOCS, de acordo com os planos e programas estabelecidos.



Foto 3 – O Engº José Lins Albuquerque e sua esposa, Sra. Nise Studart Lins, descerrando a placa comemorativa da Diretoria de Pesca e Piscicultura do DNOCS, em 17.11. 1972.

Não obstante a instabilidade de sua estrutura administrativa por razões da ordem política vigente no país a partir de 1964, todavia, foi elevado o desempenho do setor de pesca e piscicultura do DNOCS naquele conturbado período, conforme atesta o biólogo Osmar Fontenele.¹¹

Apesar do retorno do país ao regime democrático essa instabilidade de natureza administrativa do DNOCS não cessou, haja vista as contínuas ameaças de sua extinção, cuja mais recente foi a edição da Medida Provisória Nº 1795, de 01.01.1999 pelo Governo Federal, que levou de roldão todos os setores administrativos e técnicos do vetusto DNOCS.

Destaca-se, todavia, a mobilização dos diversos segmentos da sociedade, como políticos, empresários, associações de classe e funcionários ativos e inativos, que de forma coesa conseguiu sensibilizar os altos escalões do Governo Federal em favor da permanência da secular instituição, o que deu motivo à criação da **Sociedade dos Amigos do DNOCS (SOAD)**, em 04 de julho de 2001, para atuar como uma sentinela avançada, no tempo e no espaço, pela sua permanente existência.

As atividades de pesca e piscicultura foram então asseguradas, porém estadualizadas, como as outras atividades-fins, sendo mantido

entretanto o seu controle técnico pela **Coordenadoria de Pesca e Aquicultura** da Administração Central, atual sucedânea da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste (CTPN), criada em 1932 e da Diretoria de Pesca e Piscicultura (DIPIS), em 1972.

Primórdio das atividades

Ao ser nomeado pelo Ministro José Américo de Almeida em novembro de 1932, chefe da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste (CTPN), Rodolpho von Ihering embarcou em São Paulo com a esposa e a filha Dora, em março de 1933, no vapor do Loyd Brasileiro – Raul Soares, rumo a João Pessoa, PB, onde começou a implantar a instituição recém-criada, cuidando em primeiro lugar da instalação de um Laboratório Central, na cidade de Campina Grande, PB, por ser o centro geográfico do semiárido nordestino.

Desta forma, as atividades técnicas e científicas da CTPN somente tiveram início em maio de 1933, com a aquisição de veículos para transporte de equipamentos e de pessoal (Foto 4).



Foto 4 – Veículos da CTPN estacionados à margem do açude Bodocongó, PB, com seu pessoal técnico-científico e de apoio.

Também um grande obstáculo para o início dos trabalhos foi a formação das equipes de pesquisadores e de administradores, visto a carência de pessoal capacitado e especializado, pelo que teve de arregimentar com o apoio integral do governo federal, cientistas, técnicos e servidores de um modo geral, para execução dos trabalhos programados.

Sob a chefia do Dr. Rodolpho von Ihering, em seus primórdios, a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste contou com a colaboração de pessoal especializado contratado para dar início às suas atividades, oriundo de várias partes e que foram:

1. Dr. Pedro de Azevedo, médico, nascido em Amparo, SP e primeiro sucessor de Rodolpho von Ihering à frente da CTPN;
2. Dr. Luiz Canale, médico, nascido em São Paulo, SP;
3. Dr. Mário Viana Dias, médico, nascido no Rio de Janeiro, RJ;
4. Dr. Benedito Borges Vieira, médico, nascido em São Paulo, SP e que foi o segundo sucessor junto a CTPN;
5. Dr. Stillman Wright, limnologista, nascido em Chicago, Illinois, EUA;
6. Prof. Alfredo Norfini, aquarelista, nascido em Perúgia, Itália;
7. Amadeu Amaral Filho, jornalista, nascido em São Paulo, SP;
8. Mário Ventel, secretário da CTPN, nascido no Rio de Janeiro, RJ;
9. Diniz Drummond Junior, tesoureiro da CTPN, nascido no Rio de Janeiro, RJ;
10. Dora von Ihering, secretária particular e filha de Rodolpho von Ihering, nascida em Viena, Austria.

Esta equipe a partir de junho de 1935 passou a atuar também no Ceará, já que antes a CTPN se limitava apenas aos Estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, visto as dificuldades para deslocamento aos lugares mais distantes, conforme foi anunciado pela imprensa de Fortaleza e confirmado pelo seu ilustre chefe em conferência realizada no dia 18 de junho de 1935, no auditório do Centro de Saúde Pública localizado à rua General Sampaio, esquina com a rua Liberato Barroso, na atual praça José de Alencar e que contou com a presença das autoridades locais, o qual expôs ao público os objetivos da CTPN em atingir todos os estados, visando primordialmente o levantamento da fauna e da flora aquáticas do Nordeste brasileiro.

O biólogo Raimundo Adhemar Braga afirma que, concluído este trabalho a CTPN registrou nesta região a presença de 92 espécies novas de animais, das quais 38 de peixes, bem como 14 espécies novas de vegetais.¹²

Como resultado deste estudo, a CTPN constatou uma pobreza qualitativa e quantitativa da ictiofauna do semiárido nordestino, representada por cerca de dez (10) espécies de valor comercial, que resultou em uma mudança nos rumos de sua programação, a qual voltou-se a partir de então para o estudo da biologia das espécies ictíicas de outras bacias hidrográficas, com o objetivo de serem transplantadas e aclimatizadas nos açudes da Região.

Com este intuito, o Dr. Rodolpho von Ihering e seus assistentes empreenderam viagens de estudo a diversas partes do país e no exterior, como às bacias do Amazonas, do São Francisco, Tietê, Mogi-Guassu, Prata, Parnaíba, Poti e outras, tendo contado para isso com a colaboração de importantes instituições científicas, como o Instituto Manguinhos, Instituto Biológico, Museu Emílio Goeldi e de pesquisadores famosos, como os Drs. Lauro Travassos, Zeferino Vaz e Carlos Estevão de Oliveira.

Nos seus primeiros anos de atividades, a CTPN que já estava começando a ser conhecida internacionalmente, passou a receber estagiários de nível superior, oriundos de várias instituições e que desejavam adquirir conhecimentos científicos, mediante a prática de campo concernente à piscicultura, piscifatura, ictiologia, limnologia e outras especialidades da ciência pesqueira.

Ihering e sua filha Dora¹³ registram vinte e três (23) profissionais de nível superior formados em instituições nacionais e do exterior que estagiaram na CTPN, tendo alguns deles chegado a efetivar-se e prestar excelente contribuição ao DNOCS, como o Dr. Clemente Pereira (São João da Bocaina, SP) que foi, posteriormente, Diretor do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo; Dr. Harald Sioli (Kothlen, Alemanha), que ocupou durante muitos anos o importante cargo de Diretor do Instituto Max-Planck, em Bonn, Alemanha e os Drs. Antônio Carlos Estevão de Oliveira (Recife, PE), Valdemar Carneiro de França (Feijó, AC), Osmar Fontenele (Fortaleza, CE) e Rui Simões de Menezes (Fortaleza, CE), que estiveram à frente da CTPN como terceiro, quarto, sexto e sétimo sucessores de Rodolpho von. Ihering, respectivamente.

Os outros estagiários foram: Dr. Dorival Cardoso (São Paulo, SP), Dr. Ergasto Cordero (Montevideu, Uruguai), Dr. Hermann Lent (Rio de Janeiro, Brasil), Dr. Fritz Haas (Berlim, Alemanha), Dr. Otto Schubart (Viena, Austria), Dr. Francis Drouet (Illinois, EUA), Dr. Wesly Curran (Kansas, EUA), Dr. K. O. Muller (Bonn, Alemanha), Dr. Tomás Marini (Buenos Aires, Argentina), Dr. Achilles Scorzelli (Rio de Janeiro, Brasil), Dr. Oceano Atlântico Linhares (Seríngal Porto Icó, Tarauacá, AC), Dr. Alcides Lourenço Gomes (Rio de Janeiro, RJ), Dr. Victor Petrágli (Rio de Janeiro, RJ), Dr. Eládio Cruz Lima (Belém, PA), Dr. José Sales de Oliveira (Petrolina, PE), Dr. João Pereira Junior (São Paulo, SP) e Dr. Hans Hagman (Belém, PA).

Graças a brilhante atuação dos pioneiros da pesca e da piscicultura no semiárido nordestino, não foi difícil à CTPN tornar-se conhecida no mundo inteiro, tendo por isto atraído a atenção de cientistas nacionais e estrangeiros que vieram conhecer de perto os trabalhos realizados, como ainda citam:

Dr. Henrique Rocha Lima – Diretor do Instituto Biológico de São Paulo, Brasil, Dr. Eusébio de Oliveira – Geólogo do Rio de Janeiro, Brasil, Dr. Raul Moura – Fundação Rockfeller do Rio de Janeiro, Brasil, Dr. Cesar Pinho – Instituto Manguinhos do Rio de Janeiro, Brasil, Dr. Florentino da Silva – Biologista de João Pessoa, Brasil, Dr. Costa Pinho – Instituto Manguinhos do Rio de Janeiro, Brasil, Dra. Heloisa Alberto Torres – Museu Nacional do Rio de Janeiro, Brasil, Dr. Misao Shiura – Tóquio, Japão, Dr. Sheru Ushida – Limnologista de Osaka, Japão, Dr. Waldo L. Scmitt – Smithsonian Institution de Washington, EUA, Dr. Hugo Cluck – Heidelberg University de Heidelberg, Alemanha, Dr. Genésio Pacheco – Instituto Biológico de São Paulo, Brasil, Dr. José Penha – Instituto Biológico de São Paulo, Brasil, Dr. Albert Ronny – Philadelphia, EUA, Dr. Pierre Delfontaine – Paris, França, Dr. Schultz-Kampfhennke – Berlim, Alemanha, Dr. Plínio Cavalcanti – Recife, Brasil e Dr. Jorge da Cruz Azevedo – São Paulo, Brasil.

Rodolpho von Ihering chefou a CTPN até novembro de 1937, visto ter retornado a São Paulo a convite do Ministro Fernando Costa, titular do Ministério da Agricultura, para implantar no país o Serviço Nacional de Piscicultura, que teve efêmera duração e desiludido por não ter podido executar este projeto face as injunções políticas de então e das dificuldades burocráticas que impediam seu trabalho, com apenas

vinte (20) meses à frente do SNP faleceu subitamente em 15 de setembro de 1939, por parada cardíaca, no momento em que fazia uma palestra na Faculdade de Medicina, na cidade de São Paulo.

Durante cinco (5) anos como chefe da CTPN, Rodolpho von Ihering montou no semiárido nordestino uma sólida estrutura para desenvolvimento da pesca e da piscicultura, cujo ponto mais alto foi a fundação de uma escola de cientistas pesqueiros de mais alto nível, que até hoje vem repassando de geração em geração a valiosa experiência adquirida, como garantia para o povo do sertão de uma vida digna e abundante.

A era pós-Ihering

Com o afastamento de Rodolpho von Ihering da CTPN e ao longo dos oitenta (80) anos de contínuas atividades, foram quatorze (14) as gestões dos técnicos que o sucederam à frente do aludido setor e que deram continuidade ao seu projeto, cuja ordem cronológica é a seguinte:

- 1) Pedro de Azevedo (de 1937 a 1940);
- 2) Benedito Borges Vieira (de 1940 a 1941);
- 3) Antônio Carlos Estevão de Oliveira (de 1942 a 1946);
- 4) Valdemar Carneiro de França (de 1946 a 1952);
- 5) Carlos Bastos Tigre (de 1952 a 1956);
- 6) Osmar Fontenele (de 1956 a 1961);
- 7) Rui Simões de Menezes (de 1961 a 1962);
- 8) Osmar Fontenele (de 1963 a 1972)
- 9) Raimundo Adhemar Braga (de 1973 a 1974);
- 10) José Jarbas Studart Gurgel (de 1974 a 1989);
- 11) José Napoleão de Carvalho (de 1989 a 2000);
- 12) Renata Teles Polary Borriheiro (de 2000 a 2008);
- 13) João Fernandes Fontenelle (de 2008 a 2009) e
- 14) Pedro Eymard Campos Mesquita (2010 a 2012).

Merece ser destacada a gestão de três (3) ilustres ictiólogos à frente do Serviço de Piscicultura no período de 1946 a 1972, remanescentes da época de Ihering, quando grandes realizações foram desenvolvidas no referido setor (Foto 5).

De 1945 a 1973, muitos profissionais de nível superior ingressaram na área de pesca e piscicultura do DNOCS, onde ocuparam funções e cargos técnicos e administrativos, como Raimundo Adhemar Braga, José Alberto Magalhães Bastos, José Evandro Camurça, José Newton Bezerra, Zenon Sampaio, Pedro Henrique de Paula, Ari Gadelha de Alencar Araripe, Emanuel Maia dos Santos Lima, Otacílio Raulino de Sousa, Harrison Machado, Durval Ferreira, Haig Adamian, Bento Manoel Fradique Grangeiro, Sebastião Luiz de Oliveira e Silva, José Augusto Gaspar de Gouvêa, Normando Vasconcelos Lopes, José Rogério Pontes Tavares, Fernando Hugo Studart Rocha e outros.



Foto 5 – Biologistas Rui Simões de Menezes e Osmar Fontenele (de gravata), que exerceram cargos de chefia no período de 1956 a 1972.

Dentre estes o Eng^o Agr. Ari Gadelha de Alencar Araripe carece de registro especial, haja vista que, embora tenha migrado para outra área após mais de dois (2) anos de efetivo exercício no setor de pesca e piscicultura do DNOCS, retornou anos depois ao mesmo Departamento para ocupar cargo administrativo, que culminou com sua nomeação em 1990 para o cargo de Diretor Geral do DNOCS.

De 1974 a 1989, período em que ocupamos o cargo de Diretor de Pesca e Piscicultura do DNOCS, oitenta e oito (88) profissionais de nível superior formaram a equipe técnica da aludida Diretoria, alguns deles egressos da antiga CTPN e do Serviço de Piscicultura.

Integraram ainda esta equipe nos anos de 1966 a 1991 técnicos da USAID: J. S. Dendy, E. W. Shell, J. Prather, Leonard L. Lovshin Jr., J. W. Jensen, W. D. Davies, Norris B. Jeffrey e Harrys Magnusson e da AGROBER/HUNGRIA: Geza Cseri, Janos Gonczi, Istvan Eross, Elizabeth Kupai, Laszlo Bekesi, Gyula Borbely, Piroska Szabó, Tamas Szakac, Gyorgy Palicz, Bela Janvari, Zoltan Kovaks, Akos Lukac, Edith Makarovné, Tibor Zentai, Attila Hesz, Laszlo Bucovinski, e Gyula Kovacs.

Faz-se importante mencionar também no mesmo período o excelente quadro de funcionários de nível médio que marcaram presença na área administrativa, como os desenhistas Mário Dias e Miguel Ângelo de Azevedo, este último atual membro do Instituto do Ceará, os escritores Nanges Campos e Angêlica Coelho, os secretários Vicente Furtado Leite, Expedito Ribeiro de Freitas, Maria Eglantine de Sales Lopes, Maria Ilca Girão Paiva, os almoxarifes José Bezerra da Silva (Cazu-zinha) e Felix Farias de Sousa, os laboratoristas José Lopes de Menezes e Raimundo Modesto de Sousa, os agentes administrativos José Hamilton Bezerra, Rocilda Chacon Menescal e muitos outros.

Fatos relevantes

Com o objetivo de promover a pesca e piscicultura no semiárido nordestino para alcance das metas programadas, particularmente no tocante a melhoria da biocenose, mediante o transplante de novas espécies de peixes de valor comercial, a CTPN deu início às suas atividades realizando estudos bioecológico dos recursos hídricos, tendo para tal contratado vários cientistas, dentre eles o limnologista americano Dr. Stillman Wright, discípulo de Birge e Juday, professores de limnologia da Universidade de Wisconsin, EUA, o qual durante três (3) anos executou pesquisas limnológicas nos açudes do DNOCS..

Na verdade a CTPN teve a preocupação de garantir o sucesso deste empreendimento ao caracterizar sob este aspecto os ambientes aquáticos propícios à introdução de novas espécies, ao seguir o axioma defendido por Kleerekoper, que diz: “a criação de peixes em águas de-

ficientemente conhecidas, pode ser comparada com a soltura de milhares de pintos na mata virgem, na esperança de serem encontrados frangos gordos algum tempo depois.”¹⁴

Graças a esta iniciativa, o Nordeste é mundialmente reconhecido como berço da limnologia brasileira, como afirma o famoso cientista cearense Francisco de Assis Esteves,¹⁵ doutor em limnologia pela Universidade de Kiel, Alemanha, devendo-se isto ao DNOCS pelo mérito de ter sido pioneiro nestes estudos.

Dispondo de um carro-laboratório para execução das pesquisas limnológicas nos açudes do semiárido nordestino, a CTPN acampava em locais inóspitos, após vencer as longas e precárias estradas existentes e como não contava com equipamentos fotográficos precisos para retratar com maior nitidez e precisão o ambiente estudado, fazia parte da equipe um famoso aquarelista italiano Alfredo Norfini, cuja missão era transferir para a tela nos seus mínimos detalhes, aspectos da paisagem sertaneja, dos animais estudados, dos peixes coletados nos rios e lagoas, da vegetação aquática, da gente simples, humilde e acolhedora, como forma de comprovação documental.

Nestas viagens pelo interior foram inúmeras as peripécias enfrentadas pelos cientistas da CTPN, sendo dignos de registro alguns fatos hilariantes, como o casual encontro da equipe com o bando de Lampião, contado a mim, pessoalmente, pela filha do Dr. Rodolpho von Ihering, que exercia na CTPN a função de secretária.

Estava o grupo acampado nas brenhas do sertão paraibano às margens de um açude, quando alguns dos operários contratados no local desconfiaram que estavam sendo observados de longe por mateiros escondidos na mata, dando conhecimento disto aos cientistas, o que acabou sendo confirmado ao acordarem de manhã bem cedo no acampamento e virem que estavam cercados pelos cangaceiros de Lampião. O chefe do bando, montado no seu cavalo, foi logo dizendo, imperiosamente, ao primeiro que o viu:

– Quero que me entregue, imediatamente, o aparelho de encontrar ouro na água!

Ele retirou-se e entrou na barraca onde estavam Drs. Ihering e Stillman Wright, para comunicar apreensivamente, o que estava ocorrendo.

Dr. Ihering ao tomar conhecimento da ordem enviada pelo bandido, entendeu o que Lampião queria e dirigiu-se até ele com toda

atenção e cordialidade, entregando o disco de Secchi que o Dr. Stillman Wright usava nos estudos limnológicos dos açudes, explicando que se tratava de um instrumento para medir a visibilidade da água e se saber até onde a luz penetrava, não tendo a Comissão interesse algum em procurar ouro, mas, estudar os açudes a fim de produzirem mais peixes para atender as necessidades da população.

Depois de examinar cuidadosamente o instrumento e verificar que estava errado a respeito do que pensava, o Capitão Virgulino devolveu o disco de Secchi e se afastou do acampamento com o seu bando sem importunar ninguém.

Ao longo dos 80 anos de contínuas atividades inúmeros foram os fatos ocorridos que contribuíram de maneira notável para o êxito alcançado, pelo que registro apenas alguns dos mais relevantes, como o primeiro peixamento efetuado pela CTPN em 14/10/1933, quando foram transplantados oitenta e cinco (85) exemplares de mandi, *Pimelodus clarias*, capturados no Rio São Francisco e introduzidos no açude Campo de Sertania, Arcoverde, PE e a palestra proferida em 09/12/1933 pelo Dr. Rodolpho von Ihering, sob o título: “Aspectos Biológicos do Sertão”, no I Congresso dos Problemas do Nordeste, no Rio de Janeiro, RJ, promovido pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.¹⁶

No 15º Congresso Internacional de Fisiologia, realizado de 11 a 15/11/1935, em Leningrado/Moscou, Rússia, foi apresentado pelos seus descobridores o método da reprodução induzida de peixes, considerado na época como a maior descoberta científica de todos os tempos no campo da piscicultura. Também graças às pesquisas realizadas é dado conhecimento ao mundo científico a existência de 3 (três) novas espécies de **Diaptomus** existentes nos açudes do Nordeste brasileiro.¹⁷

No 66º Congresso de Pesca Norte-americano, realizado em 1936 na cidade de Grand Rapid, Mississipi, EUA, é apresentado por Ihering o método de hipofisação de peixes que fora recentemente descoberto no DNOCS¹⁸ e F. Drouet, da Universidade de Missouri, realiza no mesmo ano levantamento da flora aquática do Nordeste, tendo percorrido num raio de 50 km, todos os açudes, riachos e rios existentes nas proximidades de Fortaleza, CE.¹⁹

Visando atender uma das atribuições conferidas pelo Decreto-Lei Nº 8.436, de 28.12.1954, qual seja, o extermínio de espécies daninhas, deu-se início aos estudos sobre a ictiotoxidade do timbó, *Derris*

sp. e o biólogo José Alberto Magalhães Bastos foi designado para realizar os experimentos com peixes nordestinos e amazônicos, tendo sido bem-sucedido neste empreendimento, o que garantiu o êxito da execução deste programa em missões posteriores.²⁰

Foi construída no açude Pilões, PB, a primeira escada de peixe do semiárido nordestino, com a finalidade de garantir a reprodução das espécies ictíicas de piracema e é executada com êxito a erradicação de piranhas e pirambebas da bacia hidrográfica do açude Araras, em Varjota, CE.

Inaugura-se em 15/09/1958, em Fortaleza, CE, o Museu Rodolpho von Ihering, à Avenida do Imperador, 1313, que posteriormente foi vítima da incúria de maus administradores, com transferência em 1965 para o 7º andar do Edifício Herculano, à rua Senador Pompeu, 649, nesta Capital, desativado em 1981, como se constata na edição do jornal *O Povo*, de 13.09.1981, com a incorporação do seu acervo em 1985 para o novo Museu das Secas do DNOCS instalado à rua Pedro Pereira 686, que foi posteriormente recuperado graças a ação enérgica do então Diretor de Pesca e Piscicultura, o qual para evitar novos transtornos o transferiu em 10/06/1985 para o Centro de Pesquisas Ictiológicas Rodolpho von Ihering, em Pentecoste, CE, tendo sido reinaugurado em 12/11/1986, conforme notícia publicada no jornal *O Estado*, de 13 seguinte. Em sua edição de 19/09/2006 o jornal *O Povo* voltou a se referir sobre este Museu, na Seção em que recorda fatos registrados em suas páginas ocorridos 30 anos atrás (Foto 6).



Foto 6 – Ato de reinauguração do Museu Rodolpho von Ihering, vendo-se da esquerda para a direita: Engº Cesar Rosas, Engº Uirandé Augusto Borges, Sra. Maria Fontenele, Biol. Osmar Fontenele, Biol. J. Jarbas S. Gurgel, Eng. Hildeberto Santos Araujo e Hélio Pinto Vieira.

Início em 17/09/1959 da Operação Jaguaribe, sob a supervisão do Méd. Vet. Valdemar Carneiro de França, com a finalidade de erradicar espécies indesejáveis de peixes da bacia hidrográfica do açude Orós, CE.

Início em março de 1960 dos estudos limnológicos do açude Amanari, em Maranguape, CE, cujos resultados foram apresentados na 1ª Reunião Regional de Limnologia Latino-americana, em Santo Tomé, Santa Fé, Argentina.²¹

Pesquisadores pesqueiros do DNOCS a convite da NOVACAP realizam em março/1964 estudos bioecológicos no Lago de Paranoá, em Brasília, DF²² e dois (2) anos depois é firmado com a USAID – Agência Para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos da América, um convênio para a pesca e piscicultura nos açudes do Nordeste, cuja sede funcionou na rua Carlos Vasconcelos, 1481 e que contou com a participação técnica e financeira da Universidade de Auburn, Alabama, EUA.

Um dos eventos mais importantes ocorreu em 24/11/1971 quando chegaram a Fortaleza, por via aérea e procedentes da Estação de Piscicultura de Bouakê, Costa do Marfim, África, sessenta (60) alevinos de tilápia do Nilo, *Oreochromis niloticus* e igual quantidade de tilápia de Zanzibar, *Oreochromis hornorum*, espécies até então inexistentes no continente americano e que, depois de aclimatadas e geradas tecnologicamente de produção de alevinos e engorda, foram distribuídas para outros países, inclusive os Estados Unidos da América do Norte.²³

É inaugurado em 8 de março de 1985 a nova sede do Centro de Pesquisas Ictiológicas Rodolpho von Ihering, em Pentecoste, Ceará, com modernos laboratórios de Limnologia, Tecnologia de Pescado, Ictiologia, .Biologia Pesqueira, auditório, prédios da administração, briquetes de ração, casas para funcionários, pavimentação interna e externa, tanques, viveiros, canais de abastecimento e de drenagem, hidroelétrica e outras instalações e pouco tempo depois é firmado um convênio de assistência técnica com a Empresa estatal húngara – AGROBER e que durou dez (10) anos, tendo neste período executado importantes projetos de desenvolvimento da pesca e da piscicultura no semiárido nordestino.

Junto com a UFC colaborou para a FAO ao elaborar um “Manual Sobre Manejo de Reservatórios para a Produção de Peixes”, 190 p., fi-

nanciado pelo Projeto AQUILA, no qual foram abordados aspectos da administração pesqueira de reservatórios, com a finalidade de divulgar e implantar na América Latina e no Caribe, o modelo adotado pelo DNOCS na exploração da pesca dos açudes públicos do semiárido nordestino, tendo ainda na época o autor desta memória atendido o convite da Universidade de Waterloo, Ontário, Canadá, como professor visitante (Foto 7).

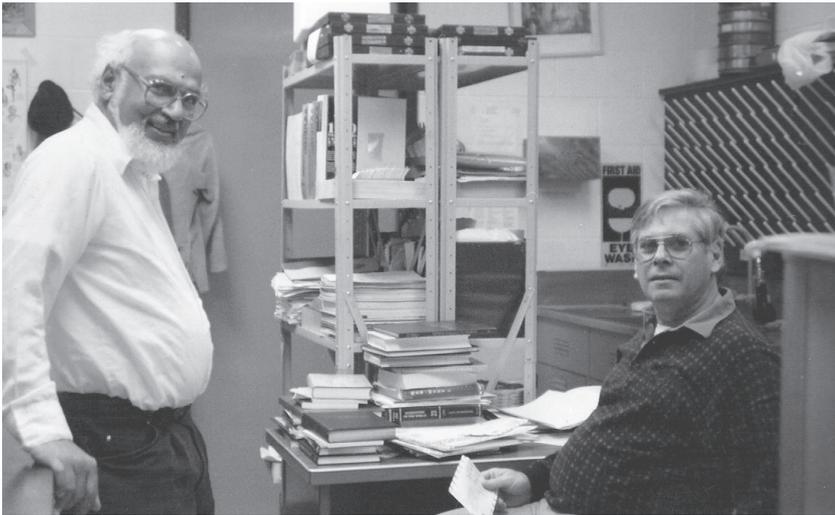


Foto 7 – Prof. Dr. C. H. Fernando (UW) e Prof. J. Jarbas S. Gurgel (UFC/DNOCS), no Departamento de Biologia da Universidade de Waterloo, Waterloo, Ontário, Canadá (Nov. 1992).

É publicado na revista *Internationale Revue ges Hydrobiologie*, vol. 79, nº 1, páginas 77 a 94, de Berlim, Alemanha, trabalho sobre a pesca comercial em cem (100) açudes públicos do DNOCS, com destaque para o papel da tilápia, de autoria dos Professores. J.J.S. Gurgel e C. H. Fernando, da Universidade Federal do Ceará e do DNOCS (Brasil) e da Universidade de Waterloo (Canadá).

Posteriormente, a revista científica – *Journal of Aquatic Sciences* do Sri Lanka, publica artigo em inglês de autoria dos professores M. A. Igarashi, Moisés A. de Oliveira e J. Jarbas S. Gurgel, no qual destacam a experiência do cultivo da tilápia no semiárido nordestino, principal-

mente nos açudes públicos do DNOCS e os vantajosos efeitos sócio-econômicos advindos com a sua disseminação.

A pesca e piscicultura do DNOCS participa da II EXPO MUNDIAL ocorrida em Zaragoza, Espanha, que contou com a participação de mais de 100 países, tendo o Eng. Agr. Pedro Eymard Mesquita apresentado numa Mesa-Redonda o painel **Projeto Pirarucu**, peixe da bacia amazônica que foi transplantado e aclimatizado no semiárido nordestino para produção extensiva em açudes e que agora está sendo utilizado para cultivo em sistema de criação intensiva, bem como celebra festivamente o centenário de criação do DNOCS, trazendo como marco comemorativo, além de outros eventos, o lançamento em solenidade pública no auditório do Banco do Nordeste do Brasil, no Passaré, em Fortaleza, CE, o livro de autoria de J. Jarbas S.Gurgel, intitulado: *A Biocenose Melhorada*, no qual conta a história dos transplantes de animais e vegetais para o semiárido nordestino e da geração de tecnologias de cultivo das espécies transplantadas.

A grande descoberta científica

Realizado com êxito o transplante para os açudes públicos das espécies que pareciam aclimatadas às novas condições ambientais, os cientistas da CTPN passaram a enfrentar um grande obstáculo, qual seja, a indisponibilidade de oferta de alevinos para povoamento e repovoamento de açudes particulares.

Sendo do conhecimento que muitas das espécies introduzidas eram de piracema e portanto não desovavam em cativeiro, pois necessitavam migrar na época das chuvas para desenvolver suas gônadas e, conseqüentemente, realizar a reprodução natural, viram-se impedidos de produzir alevinos para atender a demanda.

Neste sentido foram intensificadas as pesquisas visando a descoberta de um método que levasse aquelas espécies à reprodução em cativeiro, baseado nas experiências do fisiologista argentino Dr. Bernardo Alberto Houssay, tendo a CTPN contado com a colaboração do Instituto Biológico de São Paulo, na pessoa do seu pesquisador Dr. Dorival Cardoso, a quem o Dr. Rodolpho von Ihering confiou a execução do projeto.

No final do ano de 1933, mediante utilização de glândulas pituitárias extraídas de peixes doadores em estado de estro, masceradas e

diluídas em soro fisiológico e aplicadas hipodermicamente em peixes receptores (♂ e ♀) das espécies de piracema, os cientistas do Instituto Biológico e da CTPN passaram a admitir que dentro de pouco tempo poderiam alcançar os objetivos pretendidos.

Na verdade, com a intensificação das pesquisas e o empenho dos Drs. Pedro de Azevedo, Benedito Borges Vieira, Antônio Carlos Estevão de Oliveira, Luiz Canale, Emílio Camacho, Rui Simões de Menezes e Osmar Fontenele, a CTPN conseguiu obter em março de 1934 a primeira reprodução induzida de peixes de piracema no semiárido nordestino, em exemplares de curimatã comum, *Prochilodus cearensis*, no açude Bodocongó, em Campina Grande, PB.²⁴

O método descoberto teve como principal fator para o êxito, a utilização de exemplares adultos, machos e fêmeas, em estado de estro, tanto dos peixes doares da pituitária (hipófise), que eram sacrificados, como dos receptores, nos quais eram aplicadas doses do soro hipofisário preparado com glândulas frescas dos doadores. Quando ocorreu esta descoberta o chefe da CTPN encontrava-se viajando, mas logo que regressou foram realizadas várias hipofisacões em sua presença, que confirmaram a validade dos resultados anteriormente alcançados.²⁵

Pode-se afirmar sem contestação que esta descoberta foi o maior feito científico realizado pelo setor de pesca e piscicultura do DNOCS em toda sua história e que teve repercussão internacional, tanto assim que o método passou a ser adotado por universidades e centros de pesquisas pesqueiras do mundo inteiro. O Dr. Clemente Pereira, um dos médicos fisiologistas que trabalharam no projeto, confirma tal informação ao dizer que o brilhante feito encontrou merecido eco nos meios científicos, tendo o seu idealizador ainda em vida tido o prazer de ver o processo de hipofisacão adotado em estações de piscicultura dos Estados Unidos da América do Norte.²⁶

Mais recentemente, dois ilustres pesquisadores norte-americanos em sua monumental obra sobre a fisiologia da glândula pituitária, afirmaram que a técnica da reprodução induzida de peixes usada nas estações de piscicultura da antiga URSS, atual Rússia, foi obtida da contribuição que os cientistas brasileiros apresentaram no XV Congresso Internacional de Fisiologia, realizado em novembro de 1935, em Leningrado/Moscou.²⁷

Seguro da eficiência do método de reprodução induzida de peixes, inclusive das modificações procedidas no método original, Ro-

dolpho von Ihering convidou a imprensa da Capital cearense em 24 de abril de 1937 para, na presença do Governador do Estado do Ceará, do Prefeito Municipal de Fortaleza, de outras destacadas autoridades e pessoas gratas da sociedade local, assistirem no Posto de Piscicultura da Gentilândia uma demonstração ao vivo desta importante descoberta.²⁸

Estações de piscicultura do DNOCS

Com a descoberta do método de reprodução induzida de peixes de piracema, passou a ser possível a criação de alevinos das espécies ictíicas de valor comercial, nativas e introduzidas, tornando realidade o sonho acalentado por Ihering de que em algum dia haveria de se criar peixes em cativeiro como se criam galinhas.

Mas, para fechar o ciclo de produção havia a necessidade de ser montada uma estrutura adequada, sem a qual não se obteria um resultado satisfatório, tanto na fase larval como de alevino, haja vista que nesta passagem de vida, de uma etapa para outro, a taxa de mortalidade pode chegar a 10% ao dia.²⁹

Neste sentido e com a geração de tecnologias de produção das espécies ictíicas cultivadas, funcionaram em todo semiárido nordestino ao longo deste período, quinze (15) Estações de Piscicultura, das quais as duas primeiras já foram desativadas e as três (3) últimas estão em fase de conclusão de suas instalações, muito embora já estejam operando, com produção e distribuição de alevinos, apesar de suas precárias condições técnicas. Pela ordem de instalação são estas as Estações de Piscicultura do DNOCS, que atualmente produzem mais de sessenta (60) milhões de alevinos/ano:

1. Estação de Piscicultura da Gentilândia, já desativada e que ficava localizada no atual bairro do Benfica, à rua Paulino Nogueira, 125, em frente a Praça da Gentilândia, em Fortaleza, CE, no local onde hoje está instalada a Residência Universitária da UFC, a qual começou a funcionar em maio de 1935, tendo sido reinaugurada em abril de 1937, após ser ampliada com a construção de mais quatorze (14) tanques de produção de alevinos.
2. Estação de Piscicultura de Tauape, também em Fortaleza, CE, inaugurada em junho de 1939, em terreno cedido pela Prefeitura Muni-

cipal de Fortaleza, mas que foi desativada pouco tempo depois, por necessidade de urbanização da área.

3. Estação de Piscicultura Pedro de Azevedo, em Lima Campos, Icó, CE, cujo projeto de engenharia foi aprovado pela Portaria Ministerial Nº 504, de 17/10/ 1938, teve sua construção realizada com muito rigor técnico, ocorrendo o início do seu funcionamento em 21/07/1942, com o peixamento do açude Angico, em Cedro, CE.
4. Estação de Piscicultura Valdemar Carneiro de França, em Amanari, Maranguape, CE, cujo primeiro peixamento ocorreu em 15/05/1956, com a introdução dos primeiros alevinos produzidos no açude Desterro, em Maranguape, CE. Entretanto, suas edificações e instalações só ficaram totalmente concluídas em março de 1957, tendo sido ampliada em 1982, mediante desapropriação de quatro (4) ha de uma propriedade rural vizinha, cujo projeto de engenharia foi de autoria do Eng. Agr. Osmar Fontenele, a qual a partir de sua inauguração passou a servir de modelo padrão para as novas unidades que fossem construídas pelo DNOCS.³⁰
5. Estação de Piscicultura Estevão de Oliveira, em Itans, Caicó, RN, que por razões políticas foi inaugurada em 22/04/1966 antes de totalmente concluída, tendo somente em 07/12/1966, realizado o seu primeiro peixamento, no açude Pedra e Cal, em Caicó, RN.³¹
6. Estação de Piscicultura Oceano Atlântico Linhares, em Jacurici, Itiuba, BA, inaugurada oficialmente em 11/09/1968, quando realizou o seu primeiro peixamento no açude Boa Vista, no mesmo município. O nome dado a esta Estação foi em homenagem ao saudoso ictiólogo do DNOCS - Oceano Atlântico Linhares, em reconhecimento aos serviços prestados à piscicultura na época da CTPN, por ocasião das comemorações dos cinqüenta e dois (52) anos de criação do aludido setor, mediante Portaria baixada pelo Diretor Geral em 12/11/1984.
7. Estação de Piscicultura Ademar Braga, construída à jusante do açude Caldeirão, em Piripiri, PI e que foi inaugurada oficialmente em 11/11/ 1977, com a presença do então Ministro do Interior Maurício Rangel Reis, cuja primeira operação de peixamento ocorreu antes mesmo deste ato, ou seja, em 15/02/1977.
8. Estação de Piscicultura Bastos Tigre, em Poço da Cruz, Ibimirim, PE, cuja inauguração ocorreu em 01/03/1982, mas que por razões de

ordem técnica permaneceu desativada de 1999 a 2005, quando passou por uma recuperação de suas instalações com a ajuda financeira do Governo do Estado de Pernambuco, tendo sido reinaugurada em 1º. de julho de 2005.

9. Estação de Piscicultura Osmar Fontenele, localizada no Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú e próxima à barragem do açude Aires de Sousa, em Sobral, CE, tendo sido inaugurada em 12/11/1995.
10. Estação de Piscicultura Antônio Carneiro Sobrinho, localizada no Perímetro Irrigado de General Sampaio, em Pentecoste, CE, que funcionou de 1968 a 1985 como Unidade Experimental de Piscicultura Intensiva (UEPI) do Centro de Pesquisas Ictiológicas Rodolpho von Ihering, mas que, a partir de 1993 e em homenagem ao saudoso farmacêutico e cientista falecido, Dr. Antônio Carneiro Sobrinho, na qual serviu durante seus últimos 20 anos de técnico competente e dedicado. Atualmente, ela foi adaptada para produzir alevinos de pirarucu, *A. gigas*, com a construção de novos viveiros.
11. Estação de Piscicultura Rui Simões de Menezes, em Castanhão, Alto Santo, CE, inaugurada em 06/06/2006 pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, cuja capacidade de produção é de 35 milhões de alevinos/ano.
12. Estação de Piscicultura Joaquim Firmino Filho, em São Gonçalo, Souza, PB, inaugurada em 2008, cujo nome recebido foi uma exceção ao que até então vinha sendo adotado, porém sem desmérito algum, se constituiu em justa homenagem póstuma a um humilde pescador, pelos relevantes serviços prestados à sociedade.
13. Estação de Piscicultura de Jaramataia, localizada no açude de igual nome, no Estado de Alagoas, e que ainda se encontra em fase de construção.
14. Estação de Piscicultura de Três Barras, localizada no açude de igual nome, município de Gracho Cardoso, no estado de Sergipe e que se encontra em fase de conclusão de suas instalações.
15. Estação de Piscicultura de Brumado, localizada no açude de igual nome e também ainda não concluída totalmente, no Rio de Contas, BA.

Nesta octogenária existência foram introduzidos nos açudes públicos e particulares bem como em viveiros de criação intensiva e supe-

rintensiva, cerca de 600 milhões de alevinos de 38 diferentes espécies de peixes de valor comercial, todavia, esta distribuição passou a ocorrer mais intensamente a partir de 1988, graças ao convênio firmado com a empresa estatal da Hungria – AGROBER, quando as Estações de Piscicultura do DNOCS deixaram de utilizar as suas antigas incubadoras e passaram a contar com modernas instalações, como os **fish-com** importados daquele país. (Foto 8).



Foto 8 - Laboratório móvel provido de incubadoras para ovos livres de peixes, conhecido por Fish-Com e importado da Hungria.

Pesquisas pesqueiras

A execução de projetos de pesquisa pesqueira tem sido um formidável suporte para o desenvolvimento da pesca e da piscicultura no semiárido nordestino e contribuído de forma significativa para o aumento da produção de alimentos, haja vista o axioma defendido por Ihering, de que a piscicultura não pode prescindir da pesquisa, muito bem entendido pelos seus seguidores, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, como recursos humanos capacitados, infraestrutura adequada e recursos financeiros disponíveis.

No início de suas atividades, as pesquisas eram executadas em modestos laboratórios, muitas vezes improvisados, com um mínimo de equipamentos científicos ou no campo, diretamente nos açudes, para onde os técnicos e os instrumentos eram transportados, utilizando o famoso carro-laboratório, entretanto, mais recentemente, as condições foram melhoradas, principalmente com o advento do Centro de Pesquisas Ictiológicas Rodolpho von Ihering, em Pentecoste, CE.

Criado pela Portaria Nº 03/DGO, de 17 de novembro de 1972 do Diretor Geral do DNOCS e instalado em janeiro de 1973 quando foi iniciada a construção de sua sede, após efetivada a desapropriação da área à jusante da barragem do açude Pereira de Miranda, naquela cidade e ao ser inaugurada treze (13) anos depois, em 8 de março de 1985, foi considerado na época como o maior da América Latina em sua especialidade, estando encravado em uma área 140 ha e provido de toda infraestrutura necessária para execução de suas atividades (Foto 9).

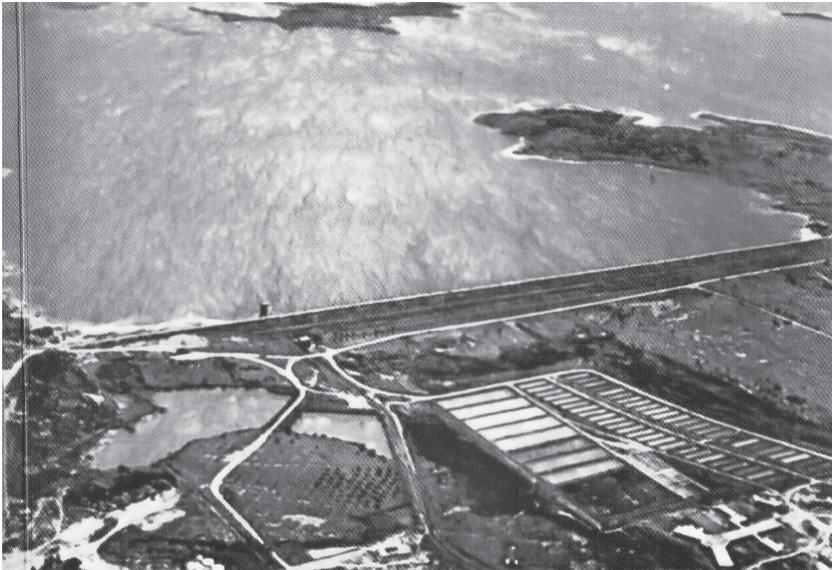


Foto 9 – Vista aérea do Centro de Pesquisas Ictiológicas Rodolpho von Ihering, à jusante da barragem Pereira de Miranda, em Pentecoste, CE.

O custo total da obra foi da ordem de US\$800.000,00 (oitocentos mil dólares), oriundos de diversas fontes, como da União – recursos

orçamentários do DNOCS, FAO, SUDEPE, SUDENE, USAID, FINEP, UFC e CNPq, que foram alocados e aplicados mediante Convênios firmados para execução de pesquisas, treinamento e capacitação de recursos humanos.

No tocante às pesquisas realizadas, foram excelentes os resultados obtidos, destacando-se a aclimatização de várias espécies de peixes, dentre elas as tilápias do Nilo e de Zanzibar, mas, seu melhor desempenho foi a geração de novas tecnologias de criação intensiva de peixes, em sistemas de monocultivo, policultivo e cultivo consorciado, até então desconhecidos na região e que passaram a ser irradiadas para o restante do país e conquistaram para o DNOCS o título de instituição de maior experiência do mundo no campo da aquicultura.

Dentre as pesquisas realizadas, se destaca a dinâmica de população de peixes no rio Parnaíba, sob a supervisão do Dr. Raimundo Adhemar Braga, no período de abril de 1962 a outubro de 1970, com o objetivo de avaliar o impacto da construção da hidroelétrica de Boa Esperança, em Guadalupe, PI, sobre a ictiofauna do Rio Parnaíba, à jusante e montante de sua barragem, muito anos antes do país despertar para a importância prévia dos estudos bioecológicos em ecossistemas afetados e elaboração de Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA) para obras desta natureza, que só mais tarde a nova Constituição brasileira, promulgada em 1988, no seu Capítulo VI, passou a exigir dos seus responsáveis.³²

No período de 1986 a 1995 o Centro de Pesquisas Ictiológicas Rodolpho von Ihering teve uma atividade intensa, graças a participação de especialistas húngaros que realizaram importantes trabalhos nos campos da tecnologia de ração, nutrição, processamento do pescado, limnologia, ictiologia, reprodução induzida, ictiopatologia, carcinicultura, piscicultura e pesca, cuja contribuição foi valiosa para o desenvolvimento da aquicultura no semiárido do nordeste brasileiro.

Merece ser ainda destacado como um dos mais relevantes, os estudos feitos no campo da genética de peixes, com um bem equipado laboratório e contratação de pesquisadores especializados, mediante estudos de DNA (genoma), graças ao qual foi possível a reintrodução do pirarucu, *Arapaima gigas*, no semiárido nordestino e que já se encontravam em extinção os descendentes do primeiro lote transplantado da bacia amazônica em 1939, agora garantida mediante manutenção da

pureza genética de exemplares trazidos de Mato Grosso do Sul, em abril de 2005 e da reversão do hábito alimentar, originalmente carnívoro para onívoro, passando a alimentar-se de ração balanceada, com ganho de peso acima das expectativas.

Muitos fatos ainda poderíamos registrar nesta caminhada tão longa da pesca e da piscicultura do DNOCS, na qual estivemos envolvidos por quase quatro (4) décadas, participando da maioria desses acontecimentos, particularmente a partir de 1960, mas queremos aqui encerrar este repertório por acharmos que seja o bastante para deixar sua marca gravada nos anais deste vetusto Instituto do Ceará, guardião de nossa história e de nossas tradições.

Bibliografia consultada

¹ CARVALHO, O. 1973, Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste, Ministério do Interior/Subsecretaria de Pesquisa e Programação, 130 p., Brasília, DF

² GURGEL, J.J.S. 2002, O DNOCS – Não 93, mas 212 Anos de Existência, *Jornal O POVO*, Seção “Jornal do Leitor”, Ed. de 29.09.2002, Fortaleza, CE.

³ MENEZES, R.S. 1974, Trinta Anos de Piscicultura no Ceará, *Jornal O POVO*, edição de fev.1974, Fortaleza, CE.

⁴ ALVES, J. 1953, História do Ceará, Monografia Nº 23, Coleção Instituto do Ceará, v 1, 242 p., Fortaleza, Ceará.

⁵ GUERRA, F. & GUERRA, T., 1909, Secas Contra a Seca, Tip. Cruz Coutinho, 313 p., Rio de Janeiro, RJ.

⁶ MENEZES, R.S., 1945, Nota Sobre a Pesca no Açude Cedro, o Campo, 16 (182): p. 4-5, Rio de Janeiro, RJ

⁷ SOUZA, J.G., 1979, O Nordeste Brasileiro – Uma Experiência de Desenvolvimento Regional, 1ª ed., Banco do Nordeste do Brasil S.A., 409 p, Fortaleza, CE.

⁸ FONTENELE, O, 1968, Análise Sumária dos Primeiros Nove Anos de Pesca Comercial no Açude Araras, Série Circular Nº 2, Centro de Pesquisas Biológico Pesqueiras, DNOCS, 16 p., Fortaleza, CE.

⁹ FONTENELE, O., 1969, Comentários sobre Vinte e Sete Anos de

Pesca Comercial no Açude Lima Campos, Bol. DNOCS, Série: Fom. E Prod., 27 (2/4), p. 9-24, Fortaleza, CE.

¹⁰ TIGRE, C.B., 1956, O Serviço de Piscicultura, DNOCS, Pub. N° 169, Série I-C, 68 p., Fortaleza, CE.

¹¹ FONTENELE, O., 1974, O Nordeste e a Piscicultura, *Jornal Tribuna do Ceará*, ed. de 30.03.1974, Fortaleza, CE.

¹² BRAGA, R.A., 1972b, Pesca e Piscicultura Continentais no Nordeste do Brasil (Resenha Histórica), *Bol. Cear. Agron.* 13, p. 57-67, Fortaleza, CE.

¹³ IHERING & BONANÇA, D.v.I., 1983, Ciência e Belezas nos Sertões do Nordeste, Ministério do Interior/DNOCS, 305 p., Fortaleza, Ceará.

¹⁴ KLEEREKOPER, H., 1944, Introdução ao Estudo da Limnologia, Ed. SAI/MA, 129 p., Rio de Janeiro, RJ

¹⁵ ESTEVES, F. A., 1988, Fundamentos de Limnologia, Ed. Interciências/FINEP, 575 p., Rio de Janeiro, RJ.

¹⁶ IHERING, R. von, 1934, Aspectos Biológicos do Sertão, *Jornal Diário da Manhã*, ed. janeiro/1934, Recife, PE.

¹⁷ WRIGHT, S., 1935, Three News Species of *Diaptomus* from NE Brazil. In: Anais Acad. Brasil. Ciências, 7 (3): p. 213-233, Rio de Janeiro, RJ .

¹⁸ NOMURA, H., 1984, Análise Sucinta da Obra Científica, Literária e de Divulgação do Doutor Rodolpho von Ihering. In: PAIVA, M.P., A Permanência de Rodolpho von Ihering, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 212 p., Rio de Janeiro, RJ

¹⁹ DROUET, F., 1936, Seis Meses de Estudos Botânicos no Nordeste, Bol. Inspectoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), 5 (2): 37-39, Rio de Janeiro, RJ.

²⁰ BASTOS, J.A.M., 1954, Toxidez do Timbó para Algumas Espécies de Peixes Nordestinos e Amazônicos, Publ. N° 157, Série I-C, DNOCS Serv. Piscicultura, Fortaleza, CE.

²¹ GURGEL, J.J.S., 1970, Aspectos Limnológicos do Açude Amanari, em Maranguape, CE – Estudos físico-químicos, *Bol. Tec. DNOCS*, 28 (1): p. 31-47, Fortaleza, CE.

- ²² FRANÇA, V.C. de; GURGEL, J.J.S. e BRAGA, R.A., 1969, Exame Biológico-Pesqueiro do Lago Israel Pinheiro (Brasília, Brasil), *Bol. Tec. DNOCS*, 27 (1): p. 35-64, Fortaleza, CE.
- ²³ GURGEL, J.J.S., 2009, A Biocenose Melhorada – A História do Transplante de Espécies Animais e Vegetais e da Transferência de Tecnologia de Cultivo gerada pelo DNOCS no Semiárido Nordeste, DNOCS/BNB-ETENE, 160 p., Fortaleza, CE.
- ²⁴ FONTENELE, O. , 1981, O Método de Hipofisacão de Peixes adotado pelo DNOCS, MINTER/DNOCS, 33 p., Fortaleza, CE.
- ²⁵ GOMES, A.L., 1948, Rodolpho von Ihering, *Jornal “ A Manhã”*, edição de 29.08.1948, Rio de Janeiro, RJ.
- ²⁶ PEREIRA, C., 1940, Biografia de Rodolpho von Ihering, *Arq. de Zool., Secretaria da Agric.*, 1: p. 491-502, São Paulo, SP.
- ²⁷ PICKFORD, G.E. & ATZ, J.W., 1957, *The Physiology of the Pituitary Gland of Fishes*, New-York Zoological Society, p. I-xiii, 1-613, New York, USA.
- ²⁸ DIAS, M.V., 1983, O Naturalista Rodolpho von Ihering, Conferência pronunciada na ABC, em 15.07.1983, Rio de Janeiro, RJ.
- ²⁹ WOODHEAD, A. D., 1979, Senescence in Fishes, *Proceeding of the Symposium Zoological Society*, 44 p., London, England.
- ³⁰ FONTENELE, O. & NEPOMUCENO, F. H., 1980, Estação de Piscicultura Valdemar C. de França, ex-Posto de Piscicultura de Amanari (Maranguape, CE) DNOCS, 51 p., Fortaleza, CE.
- ³¹ FLORENTINO, P. J.; LIMA, I.M., 1981, Estação de Piscicultura de Itans, suas instalações e atividades durante dez anos: Abril de 1966 a Abril de 1976. In: DNOCS, 2ª Coletânea de Trabalhos Técnicos: Pesca e Piscicultura. MINTER/DNOCS, p. 585-594, Fortaleza, CE..
- ³² GURGEL, J.J.S., 1999, Apostilas de Princípios da Ciência Pesqueira, UFC/CCA/DEP – Curso de Graduação em Engenharia de Pesca, 160 p., Fortaleza, CE.

A história não contada (Fala a jovens pesquisadores)

GEOVÁ SOBREIRA*

A Universidade Central de Venezuela, durante o mês de maio de 1975, promoveu um seminário de nível internacional para discutir e analisar a vasta obra de ficção do romancista Alejo Carpentier. Posteriormente, essas conferências foram reunidas em livro sob o título *Razón de Ser*¹. Alejo Carpentier abriu aquele seminário com uma instigante conferência analisando os grandes riscos e os imensos desafios atuais com que se defrontam os profissionais da escrita, com o inquietante fenômeno da globalização da cultura de massa, com a comunicação digital em tempo real, uma vez que o operário da palavra dispõe apenas de um maleável, frágil e fluido instrumento de trabalho incompatível com os revolucionários, e até assustadores, avanços tecnológicos do mundo moderno como dispõe o músico com a introdução do uso da digitalização, da mixagem, dos sintetizadores de sons, dos aparelhos eletroacústicos e da masterização da música. Inimaginável, também, é a contribuição da química moderna com a produção de novos materiais para os avanços das artes plásticas. Fantástica e formidável foi também a rápida evolução da indústria do cinema e da imagem, em virtude dos avanços tecnológicos, passando quase como um passe de mágica do cinema mudo para os filmes em 3D.

No entanto, apesar de todos os avanços tecnológicos, o artista e o trabalhador da palavra não foram nem serão beneficiados com essas

* Mestre em Ciências Econômicas (Fundação Getúlio Vargas – Rio), Ensaísta e Historiador.

¹ Universidade Central de Venezuela, Rediciones Del Rectorado, Caracas, 1976.

maravilhosas e surpreendentes técnicas. Ele está confinado. Seu único instrumento de trabalho é a palavra para com ela e só com ela expressar o belo, a verdade, todas as paixões humanas, grandezas e infâmias, tragédias e heroísmos, extraindo cadências, sons, seduções e ritmos. Bilac², em seu clássico soneto *Inania Verba*, exclama: “Ah! Quem há de exprimir, alma impotente e escrava/ O que a boca não diz, o que a mão não escreve?” Mais dramático é o tormento de Augusto dos Anjos na luta pela busca da palavra exata para exprimir com precisão o turbilhão de sentimentos em ebulição na mente do poeta. (Soneto “A Idéia”, in *Eu & Outras Poesias*, Rio de Janeiro: Civilização/Itatiaia, 1982). É a divindade da palavra que abre o *Evangelho de São João*, porque “No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”³.

Reside aí a grande sedução do escritor.

Jacques Le Goff⁴ dedicou sua vida a desvendar encantos e surpresas do mágico caldeirão cultural da Idade Média. Em seu minucioso estudo *Os Intelectuais na Idade Média*, com suprema maestria e riqueza de pormenores, dissecou as funções do *escriba* a serviço da Igreja e dos Reis, redigindo relatos, crônicas, hagiografias, “éditos” e decretos, bulas e encíclicas papais. O *escriba* transformar-se-á, com o passar do tempo, em “intelectual”. Se em Paris pontificaram os teólogos escolásticos, pululando com jactância e soberba por todos os cantos, fazendo guerras verbais por questiúnculas, a Ibéria era invadida por árabes e mouros, matemáticos, astrônomos, esculápios, num caldeamento maravilhoso e mágico de raças e de culturas, com rapsódias maravilhosas como da *Moura Encantada*, da *Donzela Teodora*, de *A História da Imperatriz Porcina*, e com a fascinante sedução dos contos das *Mil e Uma Noites*. É nessa Ibéria onde irá surgir a tradição da novela picaresca com *A Vida de Lazarillo de Tormes e de suas Fortunas e Adversidade*, narrando as andanças e desventuras de certo Lázaro desde Tormes, da aldeia de Salamanca à moura Toledo, capital do Reino de Espanha. Depois veio Cervantes e o cavaleiro de sonhos, Dom Quixote, conquistar lugar privilegiado na literatura mundial. E o pícaro foi se adaptando como podia, imiscuindo-se nos desvãos mais ínfimos e baixos do edi-

² BILAC, Olavo. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

³ *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

⁴ LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed. 2002.

fício social do século XV, estratificado pelo absolutismo de Carlos V e sob os tentáculos infernais da Santa Inquisição.

De repente, esse mundo picaresco deságua como por encanto nos sertões. No meio da caatinga adusta e ressequida, habitada por bois e vaqueiros, surgem princesas, com seus reinos e castelos encantados, como a *Princesa da Pedra Fina* ou *A Princesa Magalona*, e seus pícaros e ardilosos heróis de sobrevivência com Cancão de Fogo, Chicó, João Grilo, até o surgimento do real maravilhoso, do barroco rústico e sublime de José Pacheco com *A Chegada de Lampião no Inferno*, e mais sublime ainda com *O Grande Debate de Lampião com São Pedro*. É o universo barroco, moçárabe e ibérico que forma a grande novelística. Nela bebeu Alejo Carpentier para a construção de sua magistral e vasta obra literária. No entanto, no início de sua carreira, Alejo Carpentier, por inexperiência ou modismo da época, aventurou-se a escrever um *Romance Experimental*, observando os rígidos cânones do *Realismo Francês*, que obrigavam a escolha de determinado tema e ambiente, documentar-se a seu respeito, observá-lo, vivê-lo durante algum tempo, e pôr-se depois a trabalhar com base no material recolhido. Com estas diretrizes, o então jovem romancista, Alejo Carpentier partiu para o interior de Cuba, instalou-se por uma semana numa pequena aldeia de forte influência afro-cubana, com suas práticas de “santeria”, observou por longas horas rituais africanos de danças e fetiches, fazendo detalhadas anotações de tudo que lhe surgia como esdrúxula ou espantosa novidade. Ele voltou para Havana com cadernos abarrotados de notas e escreveu o romance *Ecue-Yamba-O*. Foi o mais medíocre livro de sua vasta obra literária.

Se até na ficção literária, esse frágil método de captar a realidade social e cultural de uma região, com rápido olhar, com alguns cartapácios de anotações e com algumas dezenas de entrevistas pode produzir verdadeiros monstros literários, os historiadores, sociólogos, antropólogos estão muito mais expostos a essas perigosas armadilhas, que, além de mascarar e encobrir fatos produz versões incompatíveis com o que de concreto sucedeu, porque jogam para debaixo do tapete a realidade dos acontecimentos gerando narrativas transitórias e falseando o relato histórico.

E nós temos no Ceará muitas histórias mal contadas.

Pesquisadores, lépidos e sôfregos por informações para suas dissertações de mestrado ou teses de doutorado, são as vítimas mais ex-

postas a essas ciladas e perigosas armadilhas... E elas são tão perigosas, embora pareçam fascinantes, porque podem até manchar e comprometer promissoras carreiras acadêmicas como divulgadores de mentiras e injúrias.

O êxito do trabalho do cientista social depende de sua capacidade de farejar tapetes e baús das elites para extrair deles fatos silenciados pela História e principalmente saber mergulhar no imaginário popular para sentir com a alma do povo. Henry Koster foi, entre viajantes europeus, quem no início do Império, melhor compreendeu a alma brasileira, porque anotava suas conversações com populares sentado nos degraus das portas das casas-grandes, pisava o massapé dos canaviais, andando ao lado de escravos, cochilava no embalo da rede ou lombo de burros, mastigando léguas-de-beiço em conversas miúdas.

Há riscos em demasia nas andanças investigativas do pesquisador.

Temos um exemplo clássico na História do Ceará. O naturalista escocês, George Gardner, veio ao Brasil em 1836. Por léguas e léguas, ele percorreu as mais árduas e menos favorecidas regiões do País e realizou um profícuo trabalho científico de identificação de espécies animais e vegetais, que, até então, eram desconhecidas completamente de todo o mundo científico.

George Gardner⁵ produziu um rigoroso relato científico da fauna e flora brasileiras: *Viagem ao Interior do Brasil*. No entanto, cometeu grosseiro erro imiscuindo-se em história local, dando ouvidos e voz a intrigas e a ódios políticos, impingindo e disseminando rancores contra José Martiniano de Alencar e principalmente calúnias contra Bárbara de Alencar, contando histórias picantes da vida do Crato:

“O vigário, então, um velho de setenta e oito anos, era pai de seis filhos naturais, um dos quais, educado para sacerdote, depois se tornou presidente da província e era então senador do Império, conquanto ainda conservasse seu título eclesiástico. Durante minha estada em Crato ele veio visitar o pai, trazendo consigo sua amante, que era sua prima, com oito filhos dos dez que ela dera, tendo, além disso, cinco filhos de outra mulher, que falecera ao dar a luz ao sexto”.

⁵ GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP e Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1975, p. 94.

Com esse pequeno relato, George Gardner reduz a figura de Bárbara de Alencar, heroína de Revolução de 1817 e primeira prisioneira política do Brasil em simples e banal mancebia de um velho pároco de aldeia perdida no interior do Brasil.

Surpreende esse relato, narrado sem análise e reflexão, sem nem ao menos elaborar uma cronologia dos acontecimentos que sacudiram o Ceará e o Brasil em 1817 e 1824 para eliminar dúvidas e incongruências de sua infeliz narrativa. No entanto, esse pequeno trecho de bisbilhotice social de historietas maliciosas de “ponta de calçada” contido na sua importante obra científica macula a história política do Ceará como uma crônica maldosa com um único objetivo de denegrir a geração que realizou a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador.

Em sua peregrinação científica, George Gardner veio ao Ceará, deslocando-se até o sul da Província, fixando-se na Vila do Crato para estudar a estupenda e luxuriante riqueza vegetal da Chapada do Araripe. No Crato, foi hóspede do Padre Francisco Gonçalves Martins, então vigário-substituto daquela Vila. Lá permaneciam ainda vivas as tensões políticas da Província, sangravam ainda feridas de lutas heróicas, chorava-se o assassinato covarde de Tristão Gonçalves, sentiam-se revoltas pelo fuzilamento de Pinto Madeira, estavam acesas também paixões e vinganças nascidas entre os que sonharam e lutaram por “uma outra independência do Brasil” republicana, liberal e federalista, e aqueles mesquinhos e ferrenhos monarquistas e imperialistas, que não queriam perder regalias, benesses e prestígios concedidos pelo Império. Recaíram sobre as Províncias de Pernambuco e do Ceará os ódios da Corte do Rio de Janeiro, como vingança pela Revolução de 1817 e pela Confederação do Equador em 1824. O ódio Imperial fez-se presente e para deter e esmagar o ímpeto de crescimento econômico das Províncias do Norte capaz de sonhar e desfraldar a bandeira da liberdade. A alfândega de Pernambuco, a única superavitária da Colônia, financiou a mais nobre e generosa das Revoluções brasileiras. Por esta patriótica ousadia, Pernambuco perdeu dois terços do seu território e a Província do Ceará, que não tinha muito a perder em razão de sua fragilidade econômica, foi submetida ao tacão mesquinho da Corte do Rio de Janeiro. A política da Corte era eliminar a influência dos remanescentes históricos das lutas pela Independência. Os bens dos revolucionários de

1817 e da Confederação do Equador foram confiscados. O Governo Imperial, em 2 de novembro de 1824, ofereceu um prêmio de 10 contos de réis pela eliminação de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (*Arquivo do Barão Studart*, fs. 42)⁶.

Existia, portanto, na região um clima propício para injúrias, calúnias e traições. O então vigário-substituto da Vila Crato, Padre Francisco Gonçalves Martins, adversário da família Alencar, anfitrião de George Gardner, tinha arrematado vastas propriedades, em supostas hastas públicas, habilmente arrançadas, apoderando-se de bens de propriedade de dona Bárbara Alencar. José Martiniano de Alencar lutou bravamente para reaver o patrimônio da família, que fora confiscado pelo Império e distribuído entre os seus adversários e inimigos. Por isso, as tensões e paixões políticas da Província do Ceará estavam exaltadas, quando da passagem de George Gardner pela Vila Real do Crato e o então Vigário, seu anfitrião, incumbiu-se sem pejo e vergonha de contar-lhe toda a sorte de mentiras para denegrir a memória de José Martiniano de Alencar. O naturalista George Gardner, em certo momento, abandonou, pois, o escopo e objeto de seus estudos da flora e da fauna da Serra do Araripe, para fazer crônica maliciosa de alcovas alheias, enlameando a história de dona Bárbara de Alencar e do Padre Miguel Carlos da Silva Saldanha. Assim, a elite cearense, seduzida pelos encantos da Corte, jogou eventos belos e nobres de nossa História para debaixo do tapete e transformou-se servilmente em agente passiva do Governo Imperial. O Ceará ficou sendo a Província dos Barões, mas que tinham vergonha de sua história e de seu passado e contentaram-se com o triste papel de ser simples cachos dos poderosos da Corte do Rio de Janeiro.

Atingir José Martiniano de Alencar era a aspiração da Corte do Rio de Janeiro. Riscar da História o nome de Tristão Gonçalves era o intuito dos que aspiravam o “poder absolutista”, excluindo a independência das Províncias.

A Confederação do Equador, um dos capítulos mais belos da História do Ceará, não foi um movimento separatista como inculcado e sim a bandeira de liberdade contra as pretensões absolutistas de Dom Pedro I. Os mártires cearenses foram fuzilados, em 25 de maio de 1825, no

⁶ *Arquivo do Barão de Studart*, Fortaleza: Instituto do Ceará, 2010. Coordenação Geral de José Augusto Bezerra.

Campo da Pólvora, em Fortaleza. Com a reurbanização da cidade em 1892, aquele espaço público recebeu o nome de Praça dos Mártires, mas pouco tempo depois foi rebatizado, apagando seu passado histórico glorioso, mudado até o nome para Passeio Público, imitando o Rio de Janeiro, e para esquecer aqueles fatos heróicos, de lá foram retirados todos os elementos que pudessem até lembrar, porque até lembrando sangrariam profundas feridas históricas, visto que ali tinham sido fuzilados os heróis cearenses da Confederação do Equador.

Ainda hoje, no Passeio Público de Fortaleza, nada existe que relembre o fuzilamento dos Heróis desse fato histórico significativo.

No entanto, a vergonha mais dolorosa da história oficial do Estado do Ceará viria ocorrer alguns anos mais tarde, no transcurso do Primeiro Centenário da Confederação do Equador. Enquanto Pernambuco realizava uma semana inteira de festejos coroados pelo belo trabalho de Barbosa Lima Sobrinho⁷, *Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador*, exaltando o ideário do movimento de 1824, que derivou da confluência de suas águas os três pilares da vida nacional: o liberal, o federalista e o nacionalista. Assim, enquanto Pernambuco exaltava seus heróis, o Ceará sentia repugnante vergonha de seus mártires. O Instituto do Ceará realizou no Teatro José de Alencar uma reunião solene para lembrar a Confederação do Equador. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, presidente do Instituto do Ceará assim se pronunciou: “No meio da ruína de caráter, que sucede às causas vencidas e que então cobriu de pó infamante a maioria dos homens implicados no movimento, foi Tristão um dos que sobrenadaram ao soçobro geral do arrependimento tardio. A Revolução do Equador, bem como qualquer outra tendente a fragmentar a nossa estremecida pátria, **nem deve merecer encômios nem ser proposta à geração atual como protótipo de civismo.**”⁸ (grifos meus).

A rediscussão dos temas mais relevantes da História do Ceará é, pois, de fundamental importância para sedimentar uma cultura pedagógica e sem medo da verdade, sem servilismos políticos. E essa rediscussão deveria ser iniciada como o estudo do movimento na Província

⁷ LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Pernambuco: da independência à Confederação do Equador*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, 234 p.

⁸ POMPEU, Tomás. Discurso pronunciado na sessão solene do Instituto do Ceará, em 26 de agosto de 1924. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1924, Tomo Especial, 691 p.

do Ceará pelo reconhecimento da Independência do Brasil, abrindo todos os baús, onde se mantêm escondidos os fatos mais importantes e fundamentais para a nossa formação política.

Esse silêncio é tributo das oligarquias submissas ao poder central.

Pernambuco fez de Frei Caneca herói nacional.

O Ceará sepultou no esquecimento geral os seus heróis.

* * *

Outro exemplo clássico de riscos a que está exposto o pesquisador, quando não se reveste de prudência e não testa e analisa detalhadamente as informações colhidas doutros documentos e doutras fontes, foi provavelmente o que ocorreu com o professor Lourenço Filho, em seu livro *Juazeiro do Padre Cícero*.

Além disso, o pesquisador deve conhecer bem o contexto histórico em que se desenrolou o fato estudado, a realidade local e o envolvimento e interesses das “fontes” informantes em construir narrativas envolvendo e distorcendo fatos do objeto de estudo.

O professor Lourenço Filho veio ao Ceará como repórter do jornal *Estado de São Paulo*, logo no início dos anos 1920. Esse é um momento muito instigante na história da vida política brasileira. O Brasil caminhava para a celebração do Primeiro Centenário da Independência e o Estado de São Paulo, com sua elite enriquecida com a produção e exportação do café, estruturava-se para ocupar posição de hegemonia econômica, política e cultural no Brasil. A primeira etapa dessa marcha para a consolidação das aspirações paulistas era a construção do Monumento do Ipiranga e a instalação do Museu da Independência, cujo diretor Afonso d’Escagnolle Taunay teve como missão formar uma pinacoteca com vultos paulistas como importantes atores da história do Brasil. Visando atingir esse objetivo, o Governo do Estado de São Paulo reuniu seus mais importantes intelectuais e escritores para reescrever a história de São Paulo e o seu papel de relevo na nossa história. Coube a Paulo Setúbal a incumbência de, com pinceladas artísticas, redesenhar a figura do **bandeirante**, dando-lhe nova roupagem, transformando em heroísmo patriótico ações predatórias como as perpetradas por Domingos Jorge Velho, exterminador de milhares de índios. Narrará Paulo Setúbal, com fino glamour, as aventuras amo-

rosas da Marquesa de Santos com o Imperador Pedro I em idílios românticos. O jornal *Estado de São Paulo* empenhou-se nessa bem articulada campanha, e até financiou e divulgou com largas coberturas jornalísticas a Semana de Arte Moderna. São Paulo queria tornar-se o coração, a mente e o braço produtivo do Brasil. Era a locomotiva febril puxando carros ociosos...

Nessa campanha, jovens intelectuais paulistas visitaram diversas regiões do interior do território brasileiro para relatar em longos artigos o atraso econômico, a ausência total de infraestrutura social, o analfabetismo generalizado, a falta de equipamentos de saúde pública e a pobreza aviltante grassando em todos os sentidos. Na mesma edição em que divulgavam matéria jornalística exibindo o quadro deprimente de determinadas regiões brasileiras, havia outra matéria mostrando e exibindo a explosão de riqueza e a qualidade de vida da rica elite paulista. Era um confronto doloroso das duas faces da mesma moeda, de um país esmagado por mais de 300 anos de escravidão, de exploração extrativista predatória, com omissão total do Estado.

Assim, entre esses muitos intelectuais-repórteres, que produziram longos artigos e conferências sobre a penúria e a miséria de determinadas regiões do Brasil, vieram ao Ceará, e mais precisamente a Juazeiro, Paulo Moraes e Barros e Lourenço Filho, professor da Escola Normal de São Paulo, para mostrar ao país que a terra do Padre Cícero era “um quisto ameaçador” à tranquilidade social. E sua série de artigos publicada em *O Estado de São Paulo* foi reunida em livro, lançado em 1926, *Juazeiro do Padre Cícero*⁹. O jovem intelectual ficou aparvalhado diante do “estranho aglomerado humano: o Juazeiro do Padre Cícero”. Espantou-se diante da realidade social, como se todo o atraso dos sertões tivesse ali se condensado, para condicionar maior retrocesso e estabelecer condições propícias de desajustamentos, em que repontam mentalidades atrasadas por séculos. É preciso fixar alguns aspectos de Juazeiro, chamado por muitos de famosa Meca sertaneja, que impressionaram profundamente Lourenço Filho — “arraial e feira, antro e oficina, centro de orações e hospício enorme...”¹⁰. O livro de Lourenço

⁹ LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*. 3ª. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos.

¹⁰ LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*. 3ª. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956, p. 29.

Filho foi, logo, saudado com entusiasmo invulgar pelos mais ilustres membros da intelectualidade brasileira e recebeu prêmio da Academia Brasileira de Letras. Foi a consagração pelas letras do jovem intelectual paulista. O sertão era o atraso. Juazeiro era um covil imundo de jagunços e fanáticos.

* * *

Este curto espaço de tempo de uma fala rápida em um congresso não comporta uma análise crítica de toda a obra do professor Lourenço Filho, *Juazeiro do Padre Cícero*. Assim, cingir-me-ei a estudar apenas o seu capítulo 8º, que analisa a figura singular do Beato José Lourenço da Silva. A escolha deste capítulo da obra do educador paulista não é aleatória e tem a finalidade de mostrar aos jovens pesquisadores as perigosas armadilhas a que eles estão sujeitos e expostos em suas pesquisas de campo.

Lourenço Filho usou como “fontes” para elaboração do capítulo 8º da obra sob análise: um artigo publicado no jornal *Gazeta do Cariri*¹¹, editado no Crato, edição de 22 de janeiro de 1922; um discurso na Assembleia Estadual do Ceará, pronunciado pelo jovem deputado Dr. José Martins Rodrigues, em 15 de março de 1922; e o discurso do Dr. Floro Bartolomeu da Costa pronunciado, no dia 23 de setembro de 1923, na Câmara dos Deputados¹². A notícia de um “boi milagreiro”, do “boi santo” causou-lhe tão grande impacto, que fez o professor Lourenço Filho até dispensar a procura de outras fontes para certificar-se da exatidão e veracidade dos fatos, que se propunha a narrar.

A primeira providência que caberia ao jovem intelectual fazer seria examinar a extensão e a profundidade dos ódios políticos, que sacudiam a região do Cariri naqueles tensos momentos. A ascensão política em nível federal do Dr. Floro Bartolomeu da Costa, inquietava as elites cearenses, de modo especial, a arquidiocese do Ceará. Em 1921, o Dr. Floro Bartolomeu da Costa foi candidato a deputado federal com o apoio ostensivo e resolutivo do Padre Cícero. Sua eleição figurava-se

¹¹ Jornal *Gazeta do Cariri*, Crato. Edição de 22 de janeiro de 1922.

¹² COSTA, Floro Bartolomeu da. *Joazeiro e o Padre Cícero* (Depoimento para a História). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

como uma real ameaça às famílias tradicionais que mantinham a hegemonia política da região por décadas. Além desse aspecto, a “aristocracia” local temia a consolidação política do movimento religioso de Juazeiro. O jornal *A Razão*, órgão oficial da Diocese do Crato, em campanha aberta contra a candidatura do Dr. Floro Bartolomeu da Costa, afirmava que ele era forasteiro e que nem ao menos era representante legítimo do povo cearense, e mais, que eram bem conhecidas as inamistosas relações reinantes entre o Dr. Floro Bartolomeu da Costa e os católicos de todo Ceará. A repulsa da hierarquia católica ao candidato do Padre Cícero à Câmara Federal era ostensiva e pública não só da Diocese do Crato, mas seguida pelo clero da Diocese de Sobral e da arquidiocese de Fortaleza.

Rodolfo Teófilo, uma das figuras mais brilhantes da intelectualidade de Fortaleza, na época, mantinha, contudo, arraigada animosidade pessoal contra o Dr. Floro Bartolomeu da Costa, desde a Revolução de 1914, que destituiu o Governador Franco Rabelo, porque os romeiros do Padre Cícero cercaram sua residência apenas gritando palavras de ordem contra o Governador do Estado. Rodolfo Teófilo publicou no jornal *Correio do Ceará*, de Fortaleza, um artigo intitulado **As Estátuas**, ridicularizando a candidatura do Dr. Floro Bartolomeu da Costa e transcreve parte do artigo publicado na *Gazeta do Cariri*, em 22 de janeiro de 1922, a quem chama de manipulador do fanatismo dos sertanejos e acrescenta: “Um boi do Padre Cícero foi tido por santo e milagreiro, tanto que os seus excrementos, mormente a urina, eram disputados pelos romeiros e eram usados para curar doenças.” A arquidiocese do Ceará orientou a todos os seus vigários que lessem o citado artigo em todas as missas não só sugerindo, mas pedindo aos católicos do Estado, que não votassem no candidato do Padre Cícero. Até os púlpitos foram transformados em exaltadas tribunas contra Dr. Floro Bartolomeu da Costa.

Foi nesse conturbado ambiente político que nasceu a fantástica e maldosa história do *Boi Mansinho*. E é uma história muito simples. Em 1915, Delmiro Gouveia importou da Índia um plantel de gado puro sangue da raça *gir*, e quando esses animais chegaram ao porto do Recife, após longa e penosa viagem marítima, Delmiro Gouveia escolheu um belo casal de animais da raça *gir* e mandou de presente ao Padre Cícero, com o objetivo de melhorar a genética do rebanho bovino da

região sul do Ceará. Após o desembarque dos animais no porto do Recife, o casal de bezerros foi conduzido para o Juazeiro, tanguido por vaqueiros, fazendo pequenos pousos e paradas no caminho. A fadiga da viagem marítima e a mudança brusca da qualidade da alimentação e a longa jornada dos animais pelos sertões na seca de 1915 afetaram a saúde dos animais de tal modo que a bezerra não resistiu à inclemência do tempo e morreu exaurida de fome e de cansaço quando já se aproximava do Ceará. O bezerro chegou a Juazeiro em plena petição de miséria, apenas vivo, mas muito magro e doente. O Padre Cícero mandou chamar o beato José Lourenço, administrador de uma das propriedades rurais mais prósperas e bem cuidadas da região e determinou que ele cuidasse daquele bezerro com todo desvelo, pois havia chegado de muito longe, do “estrangeiro”, magro e doente, mas que era muito importante para melhoramento genético dos rebanhos da região e que tinha sido um riquíssimo presente de um amigo muito ilustre.

O beato José Lourenço conduziu o bezerro para o Sítio Baixa-Dantas, localizado no município do Crato, e desvelou-se em mil cuidados para lhe salvar a vida, construindo um abrigo coberto para o animal e fornecendo-lhe a melhor alimentação possível, dando-lhe banho e escovando-lhe o pelo. Aos poucos o animal foi se recuperando dos traumas da viagem e tornou-se um lindo touro, que passou a contribuir para a melhoria genética dos rebanhos da vizinhança. Indagado do excesso de cuidados que o beato José Lourenço dedicava àquele animal, ele repetiu muitas vezes “Se qualquer objeto do Meu Padim, por mais que sem futuro que seja e mesmo ele sem pedir eu cuido com imenso zelo, quanto mais um animal tão recomendado, quanto este”.

Foi o desvelo por esse boi de propriedade do Padre Cícero, que abriu a longa esteira de acusação e maledicências contra o beato José Lourenço.

O deputado José Martins Rodrigues, um dos líderes dos movimentos católicos dirigidos por Dom Manoel, arcebispo do Ceará, engajou-se com denodado empenho na campanha contra a candidatura do Dr. Floro Bartolomeu da Costa a deputado federal e pronunciou da tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará um contundente discurso atacando o fanatismo reinante em Juazeiro e, com vastos recursos oratórios, contou que o Padre Cícero tinha um *Boi Milagreiro*. E, com essa pecha, passou a combater a candidatura do Dr. Floro Barto-

lomeu da Costa e clamando para que a população católica do Ceará não votasse em candidatos apoiados pelo Padre Cícero, que era um manipulador do fanatismo e explorador do povo sertanejo.

A imprensa do Estado do Ceará abriu largos espaços para as declarações do deputado José Martins Rodrigues, pois a matéria era por demais chocante. No entanto, não teve a menor repercussão na imprensa estadual o discurso do deputado Godofredo Teles, da mesma tribuna da Assembleia Legislativa, pronunciado uma semana depois da fala do deputado José Martins Rodrigues, desmentindo suas acusações falaciosas e o deputado Godofredo Teles falava com conhecimento de causa porque era da região, conhecia a vida dos moradores da comunidade agrícola da Baixa-Dantas e vinha de longa data acompanhando o melhoramento genético do gado da região com cruzamento do touro da raça *gir*, de propriedade do Padre Cícero, e que se encontrava sob os cuidados e zelos do Beato José Lourenço. Gritou da tribuna da Assembleia Estadual que “*boi milagreiro* só existia na mente dos inimigos gratuitos do Padre Cícero!”

A fria razão sempre perde em debates com as paixões desenfreadas.

Existiam, contudo, sólidos caminhos à disposição do jovem intelectual Lourenço Filho para a busca da verdade mascarada naquelas histórias escabrosas do *Boi Santo* ou *Milagreiro* e não era tão difícil assim uma averiguação desapassionada dos fatos porque o Sítio Baixa-Dantas, onde morava o beato José Lourenço, ficava apenas a cinco quilômetros do local onde Lourenço Filho se achava hospedado. E ele lá não foi. Poderia, até mesmo, para certificar-se da realidade daquelas estranhas narrativas, em um dos seus passeios pelas ruas do Crato, dar uma pequena parada no Cartório de José Bezerra de Brito, que era irmão do coronel João de Brito, proprietário do Sítio Baixa-Dantas e que se encontrava, desde 1900, arrendado ao Padre Cícero e administrado pelo beato José Lourenço. Era lá que estava o “boi mansinho”. E isso também ele não o fez.

O professor Lourenço Filho poderia compulsar o livro *Beatos e Cangaceiros*, de autoria de Xavier de Oliveira, editado no Rio de Janeiro, em 1920. Esse livro estava provocando profundo mal-estar em toda a população de Juazeiro. Era o desfile dos beatos, que habitavam em Juazeiro: o beato da Cruz, o beato Vicente, o beato Ricardo, o beato Manoel Antonio, o beato Romualdo, o beato José, o beato Chiquinho, o

beato Elias, italiano e muito amado pelos romeiros, o beato Domingos, o beato Chico Andrade, o beato Antonio, só não fala, em momento algum, no beato José Lourenço. Xavier de Oliveira abre sua galeria de beatos com o beato da Cruz, que andava sempre conduzindo o seu “cordeiro santo”¹³ pelas ruas de Juazeiro. Xavier de Oliveira fotografou o beato da Cruz e o seu “cordeiro santo” como exemplo condenável da exaltação religiosa do fanatismo romeiro. A indagação que é feita, agora: por que foi que não foi fotografado o “Boi Santo” do Beato Zé Lourenço? Seria muito mais ilustrativa a exaltação do incitamento fanático a foto do *boi santo*, com seus chifres enfeitados com fitas de todas as cores do que a de simples, manso e singelo carneiro.

No entanto, esse registro não foi feito. Além disso, Xavier de Oliveira era a pessoa mais interessada no desgaste político do Dr. Floro, que era seu adversário direto, naquela campanha política para a Câmara Federal.

Um pouco antes da vinda do Professor Lourenço Filho ao Juazeiro, esteve lá também o Dr. Paulo Moraes e Barros, em companhia do General Rondon e do deputado federal Simões Lopes, em comissão do Governo Federal para inspecionar as obras do Nordeste. De retorno ao sul do país, o Dr. Paulo Moraes e Barros, no dia 23 de agosto de 1923, pronunciou uma conferência na Associação dos Empregados no Comércio do Rio Janeiro, tecendo severas e injustificáveis críticas ao povo de Juazeiro, aos romeiros e ao Padre Cícero. Posteriormente, o Dr. Paulo Moraes e Barros reuniu essas conferências em livro sob o título *Impressões do Nordeste Brasileiro* (editado pela Gráfica Monteiro Lobato & Cia., São Paulo, 1924). Ele não afirma e apenas usando de artifícios de linguagem, ocultando-se, portanto, escreveu: “...contam-se do venerado Padrinho cousas do arco da velha. Dentre as muitas, vem-nos à pluma, a história de um boi zebu, com que foi presenteado, o qual, ao cabo de pouco tempo fazia de boi Ápis” (p. 59). O Dr. Paulo Moraes e Barros, fazendo ilações infundadas, afirma: “Atribuem a certo representante da Nação, que navega nas águas políticas de Juazeiro, a extinção do giboso fetiche, que ameaçava implantar-se como símbolo da redenção” (*ibidem*).

¹³ OLIVEIRA, Xavier de. *Beatos e Cangaceiros*. Rio de Janeiro; s/ed. p. 46.

O Dr. Paulo Moraes e Barros foi cauteloso no relato da história do “boi mansinho”, usando de circunlóquios do “dizem” e “contam-se”, sem nada afirmar, fugindo da autoria da narrativa, apenas aproveitou a oportunidade para atacar o Dr. Floro Bartolomeu da Costa e indiretamente o Padre Cícero.

A conferência do Dr. Paulo Moraes e Barros teve larga repercussão na cidade do Rio de Janeiro e o Dr. Floro Bartolomeu da Costa subiu à tribuna da Câmara Federal, um mês depois, no dia 23 de setembro de 1923, para defender o Juazeiro e o Padre Cícero das acusações, tidas por ele como falsas e maliciosas.

A singela verdade estava exposta aos olhos de todos.

A extremada decisão, atribuída ao Dr. Floro Bartolomeu da Costa e por ele executada, de eliminar em praça pública o *Boi Mansinho* e distribuir a carne para consumo dos populares de Juazeiro, de acordo com sua narrativa no discurso feito na Câmara Federal¹⁴, provou que aquela história fantasiosa eram ultrajes e artimanhas inventadas para combater a sua candidatura e atingir a figura do Padre Cícero. Não houve qualquer reação, por parte dos romeiros, contrária ao abate do *Boi Mansinho* e até se rejubilaram, pois tiveram eles carne em suas refeições. Houve, sim, o fato de o beato José Lourenço ficar retido na residência do Dr. Floro Bartolomeu da Costa, enquanto a polícia se deslocava até o Sítio Baixa-Dantas, no Crato, para não gerar dúvidas de que o touro abatido em praça pública era realmente o *Boi Mansinho*.

Como a arquidiocese do Ceará, e, de modo especial, a diocese do Crato, não conseguindo derrotar nas urnas a candidatura do Dr. Floro Bartolomeu da Costa, entraram com o pedido de cassação do seu mandato assinado por todos os vigários do Estado do Ceará, sob a alegação de que o Dr. Floro Bartolomeu era inimigo do clero cearense. Pleito unanimemente rejeitado pelos Membros da Primeira Comissão de Inquérito da Câmara dos Deputados¹⁵.

A história, portanto, do *Boi Mansinho* ou *Boi Santo*, como a intitulou Lourenço Filho, não mereceria nem um capítulo da História de Jua-

¹⁴ COSTA, Floro Bartolomeu da. Joazeiro e o Padre Cícero (Depoimento para a História). Rio de Janeiro; Imprensa Nacional, 1923.

¹⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessões Preparatórias, anos 1920 e 1930, p. 306-307.

zeiro. Apenas caber-lhe-ia um ligeiro parágrafo, assim como o fez o Dr. Paulo Moraes e Barros e ainda com reticências da espécie: “dizem”, “contam”... No entanto, a veiculação na grande imprensa brasileira daquela história do *Boi Santo* e ainda com a chancela de um respeitado e festejado intelectual do centro sul do país ganhou foros de verdade. Nertan Macedo, em 1959, publicou *Rosário, Rifle e Punhal*¹⁶, peça dramática em versos, misturando e fundindo as figuras de Antonio Conselheiro e do beato José Lourenço num único personagem, ganhando assim o *Boi Mansinho* espaço nos palcos brasileiros. Coube, todavia, ao dramaturgo Dias Gomes, na peça *A Revolução dos Beatos*¹⁷, cujo roteiro segue minuciosamente o relato contido no capítulo VIII do livro *Juazeiro do Padre Cícero*, de Lourenço Filho, consolidar na cultura brasileira a figura do *Boi Mansinho*, touro milagreiro, venerado por multidões de sertanejos fanáticos e que foi abatido em praça pública, por ordem do Padre Cícero, com ciúmes do prestígio do *Boi Mansinho*, que estava conquistando os seus romeiros.

Desde, então, seguindo a narrativa de Lourenço Filho, muito se tem escrito a respeito da vida e da comunidade agrícola liderada pelo beato José Lourenço e, quase sem exceção, todos repetem a história mal contada do Boi Mansinho.

São, portanto, imensos os perigos e riscos enfrentados pelos pesquisadores. Necessário revestir-se de muita cautela, confrontar os relatos da elite com os relatos populares. Identificar os interesses ocultos nas versões de *estórias* relatadas. Ler tudo o que se tem escrito a respeito do assunto pesquisado e buscar uma visão mais ampla e profunda do objeto da pesquisa. A verdade é uma pepita muito preciosa e só uma bateia sábia é capaz de capturá-la. No entanto, é sedutor o encontro com a verdade. Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, anota: “A nossa história é narrada em livros incompletos, monografias sem documentação suficiente, frivolidades narrativas de episódios mais ou menos grandiosos, sublimes e detestáveis.”¹⁸

Cabe aos jovens pesquisadores recontar nossa história.

¹⁶ MACEDO, Nertan. *Rosário, Rifle e Punhal*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1959.

¹⁷ GOMES, Dias. *A Invasão * A Revolução dos Beatos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

¹⁸ FREYRE, Gilberto (1938), 3ª ed. Rio de Janeiro: Schmidt - Editor.

Referências Bibliográficas

BARROS, Antonio Morais de (1924). *Impressões do Nordeste Brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Oficina Gráfica Monteiro Lobato & Cia.

BRÍGIDO, João (1888) *Apontamentos para a Historia do Cariry*. Fortaleza: Typ. da Gazeta do Norte.

CARPENTIER, Alejo (1976). *Razón de Ser*. 1ª ed. Caracas/Venezuela. Universidad Central de Caracas - Ediciones del Rectorado.

COSTA, Floro Bartolomeu da (1923). *Joaseiro e o Padre Cícero* (Depoimento para a História). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

GARDNER, George (1975) *Viagem ao Interior do Brasil*. São Paulo: EdUSP.

LE GOFF, Jacques (2003). *Os Intelectuais na Idade Média*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

GOMES, Dias (1962). *Teatro: a Invasão e a Revolução dos Beatos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KOSTER, Henry (2003). *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 12ª ed. Fortaleza: ABC Editora.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström (1926). *Joaseiro do Padre Cícero*. 1ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos.

MACEDO, Nertan (1959). *Rosário, Rifle e Punhal*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edit. Leitura S.A

SOBREIRA, Pe. Azarias (1938). *O Primeiro Bispo do Crato* (Dom Quintino). Fortaleza: Editora ABC.

Palestra proferida na Mesa-Redonda sobre “Arquivos, Cartas, Jornais, Historiografia, Patrimônio Oral e Artístico, no X CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ - Discursos, Ritos e Práticas: A Educação Popular, Cívica, Mediática e Religiosa na Perspectiva Comparada, de 25 a 28 de setembro de 2011, em Juazeiro do Norte/Ceará.



EFEMÉRIDES



Datas e fatos para a História do Ceará (1994/1995)

MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ)

• JANEIRO / 1994 •

10 - Criada, pelo Decreto nº. 9.324, a *Escola Ambiental Dra. Francisca de Assis Canito da Frota*, na Rua Monsenhor Salazar nº. 2430, no Dionísio Torres.

11 - Fundado o *Centro Integrado de Educação e Saúde Professora Terezinha Ferreira Parente*, na Rua Nelson Coelho nº 209, em Itambé.

13 - Inicia suas atividades do *Centro Integrado de Educação e Saúde Casimiro José de Lima Filho*, na Avenida Francisco Sá nº. 6449, na Barra do Ceará, oficializado com a criação em 09/08/1994 pelo Decreto nº. 9.469.

21 - Assume o comando da *10ª Região Militar* o general de divisão *Domingos Miguel Antônio Gazzineo*, em substituição ao general *Victor José Schlobach Fortuna*.

28 - Morre o professor Romão Nogueira *Filgueira Sampaio*, aos 78 anos de idade. Fundou o Educandário Santo Antônio, o Instituto Waldemar Falcão, publicou as revistas *Alvorada* e *Marajaig*, fundou a Associação Cearense de Folclore e publicou vários livros didáticos. Era um educador na expressão da palavra. O autor destas linhas estudou todo o primário e fez o curso de admissão ao ginásio no Instituto Waldemar Falcão, de sua propriedade, que funcionava em prédio na esquina da Rua Floriano Peixoto com Rua Pedro I, local hoje ocupado pela Praça General Murilo Borges, em frente ao BNB Cultural.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

30 - A modelo **Mônica Matias** é eleita **Rainha do Carnaval** Cearense na Barraca Cuca Legal na Praia do Futuro, ocasião em que foi anunciado o **Rei Momo Djani Pinheiro Landim**.

FEVEREIRO

01 - Assume o comando do **23º Batalhão de Caçadores - 23BC**, o coronel **Paulo Studart Filho**, substituindo o coronel **Antônio Carlos Pontes Barreto**.

13 a 15 - Ocorrem os festejos **carnavalescos** nas ruas e nos clubes da Cidade.

Inaugurada a **Praça Percide Benício Rodrigues**, entre a Rua nº 2, a Rua nº 3, a Avenida Coronel Carvalho e uma rua sem denominação, no Conjunto Habitacional Hermes Pereira, na Barra do Ceará.

MARÇO

09 - Morre, aos 71 anos de idade, o jornalista e amante da música tradicional brasileira **Antônio Alcântara Nogueira**, cearense de Iguatu nascido a 11/01/1923. Seu acervo musical está hoje no Museu da Imagem e do Som de Iguatu.

13 - Acontece a primeira implosão de um edifício em Fortaleza, na Avenida Presidente Kennedy (Avenida Beira-Mar), com fundos para a Rua da Paz é implodido pela Construtora Desmonte e Implosão Ltda.-CDI, o edifício **Jalcy Beira-Mar**, que fora construído em 1968 por Nasser Hissa Arquitetos Associados Ltda.

13 - Domingo - O superintendente de obras da Rede Sarah (**Hospital Sarah Kubitschek**), administrador **Jurandi Fermon Ribeiro**, vem a Fortaleza para supervisionar pessoalmente a construção do hospital, cujo prazo de entrega estava previsto para dezembro de 1995, juntamente com as unidades de São Luís, Salvador, Curitiba e Maceió. Anuncia que em abril as obras serão paralisadas por falta de verbas

20 - Desaba a torre e parte da fachada do prédio construído por José Magalhães Porto no início da década de 1920 na Praia de Iracema, a **Vila Morena**, que foi ocupada na época da 2ª Guerra Mundial pelos

americanos a caminho da África, com seu United States Office - USO. Falta de aviso da imprensa não foi, mas a Prefeitura Municipal de Fortaleza não tomou a mínima providência para evitar o acontecido. Hoje é o *Estoril*. O endereço é Rua dos Tabajaras n°. 397.

ABRIL

04 - Toma posse no comando da *Polícia Militar do Ceará*, o coronel PM *Manuel Damasceno de Sousa*, substituindo o coronel PM *Francisco Hamilton R. Barroso*.

15 - Inaugura-se o *Anfiteatro Lauro Maia*, da Fundação Cultural de Fortaleza, no Bosque Dom Delgado, que separa a Fundação do Paço Municipal. O endereço do anfiteatro é Rua Pereira Filgueiras n° 4.

25 - Morre em Fortaleza, aos 67 anos de idade, o médico e escritor Antônio Argos Ponte de Vasconcelos (*Argos Vasconcelos*), cearense nascido em Mondubim em 28/06/1927.

27 - Assume a Cadeira n° 17 da *Academia de Ciências Sociais do Ceará*, o escritor Francisco *Régis Frota* Araújo, substituindo *Dimas Macedo* que renunciou.

MAIO

05 - Morre em Fortaleza o compositor, músico e poeta *Petrúcio Maia*, radicado no Rio de Janeiro. Iniciou-se no grupo Pessoal do Ceará.

06 - Morre em Fortaleza, aos 80 anos de idade, o bacharel em Direito, e licenciado em Literatura Portuguesa, escritor cronista e contista José Maria *Moreira Campos*, cearense de Senador Pompeu onde nascera a 06/01/1914. Participou do movimento literário CLÃ. Era membro da *Academia Cearense de Letras - ACL*.

07 - Morre o contabilista *José de Moura Beleza*, ex-funcionário do Banco do Brasil, ex-presidente do Sindicato dos Bancários, nascido em Oeiras, PI, em 16/02/1921. Por causa de suas ideias esquerdistas foi cassado pelo golpe de 1964 sendo preso em Fernando de Noronha. Durante o regime militar foi perseguido constantemente.

12 - O jornalista Miguel Ângelo de Azevedo (*Nirez*) é homenageado na Câmara Municipal de Fortaleza, na Rua Antonele Bezerra, às 19h com a outorga da *Medalha Boticário Ferreira*, iniciativa do vereador Artur Bruno, por sugestão do compositor Calé Alencar.

16 - Morre, em Fortaleza, aos 79 anos de idade, o fazendário **Audizio Mosca de Carvalho**, ex-escrivão de coletorias e provedor da Santa Casa de Misericórdia. Nascera no dia 04/01/1915.

17 - Morre, aos 102 anos de idade, o engenheiro **Plínio Pompeu** de Sabóia Magalhães, nascido em Ipu no dia 03/03/1892. Era agraciado com a Medalha da Abolição e Sereia de Ouro.

24 - Morre, em Fortaleza, aos 94 anos de idade, o advogado, comerciante e ex-deputado estadual, tabelião **José Crispino**, cearense de Quixadá nascido em 24/02/1900.

31 - Morre, aos 76 anos de idade, o médico e professor Newton Teófilo Gonçalves (**Newton Gonçalves**), membro da **Academia Cearense de Letras - ACL**. Nascera em 17/09/1917 em Fortaleza.

JUNHO

02 - Morre, em Fortaleza, vítima de câncer no cérebro, o compositor e instrumentista **Aleardo Freitas** Guimarães, um dos fundadores do Violão Clube do Ceará. Teve algumas de suas composições gravadas no Sul do País. Seu corpo foi velado na Funerária Ternura sendo sepultado no Cemitério Parque da Paz. Era cearense de Fortaleza nascido a 09/10/1914 e pai do artista plástico Alano Freitas.

20 - Morre, em Quixeramobim, aos 78 anos de idade, o médico José **Pontes Neto**, ex-deputado pelo Partido Comunista Brasileiro, presidiu a Assembleia Legislativa em 1962. Era cearense de Massapê onde nascera em 01/12/1915. Era filho do deputado João Pontes.

27 - Publicado no Diário Oficial do Município - DOM o Ato 7.533, criando o **Centro Integrado de Educação e Saúde Taís Maria Bezerra Nogueira**, funcionando na Avenida Contorno Norte, nº. 710, no Conjunto São Cristóvão, Jangurussu.

JULHO

01 - Instituído o Plano Real do governo Itamar Augusto Cautiero Franco (**Itamar Franco**), que muda a moeda brasileira para *Real*, que tem o valor da URV.

08 - Morre, com a idade de 76 anos, **José Teixeira de Freitas**, membro do **Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)**. Nascera a 09/05/1915 em Itapipoca.

19 - Criado o **Departamento de Patrimônio Histórico Cultural** dentro da estrutura organizacional da Fundação Cultural de Fortaleza - FCF pelo prefeito Antônio Elbano Cambraia (Antônio Cambraia).

25 - Morre em Fortaleza o empresário panificador **Antônio de Andrade Moura**, que nascera em Portugal em 15/05/1916. Trabalhou na firma Júlio Ventura & Companhia, estabelecendo-se com a firma Moura & Gentil, de exportação e importação. Foi proprietário da Panificadora Santa Luzia, fabricando macarrão, bolachas e biscoitos e torrefação.

AGOSTO

02 - Morre, em Fortaleza, o professor e jornalista Osmírio de Oliveira Barreto (**Osmírio Barreto**), ex-diretor do Museu Histórico e Antropológico do Ceará (hoje Museu do Ceará). Formado em odontologia. Era cearense de Jaguaruana nascido em 07/07/1923. É hoje nome de Escola de 1º. Grau em Mondubim e de rua nas Dunas.

03 - Morre, em Fortaleza, o maestro, compositor **Cleóbulo Maia** das Chagas, da Polícia Militar do Ceará - PMC, autor do hino daquela corporação. Nascera em Limoeiro do Norte.

09 - Criada, pelo Decreto nº. 9.469, a **Escola de 1º. Grau Professor Américo Barreira**, na Rua Ricardo Pontes, s/nº, no Parque Genibaú.

11 - Decreto municipal cria a **Praça Amigos da Marinha**, que já existia desde 02/08/1980 em frente à estação de embarque e desembarque do Cais do Porto, na Avenida Vicente de Castro, no Mucuripe.

15 - Toma posse na Cadeira nº. 32, da **Academia Cearense de Letras - ACL**, a escritora **Rachel de Queiroz**, sendo saudada por Artur Eduardo Benevides.

SETEMBRO

04 - Morre, aos 76 anos de idade, o professor **João Hipólito Campos de Oliveira**, membro do **Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)**. Nascera no dia 15/05/1918 em Fortaleza.

08 - Assume o governo do Estado o magistrado **Adalberto Barros Leal**, em substituição a Ciro Ferreira Gomes (**Ciro Gomes**), que foi nomeado ministro da Fazenda.

21 - Inaugurada a Escola Moreira Leitão, hoje **Escola de 1º. Grau**

Dr. José Moreira Leitão, na Rua Coronel Honório Maia nº 467, no Parque Santa Maria.

29 - Inaugura-se a **Escola de 1º. Grau Professor Raimundo Soares de Sousa**, criada pelo Decreto nº 9.629 de 19/04/1994. Fica localizada em casa na Rua Costa Freire nº 550, na Vila Pery.

30 - Às 21h, recebem o **Troféu Sereia de Ouro**, do Sistema Verdes Mares de Comunicação, em jantar solene no Ideal Clube, o médico **José Osvaldo Soares**, o pesquisador Miguel Ângelo de Azevedo (**Nirez**), o cineasta **Luís Carlos Barreto** e o historiador **Mozart Soriano Aderaldo**, agradecendo em nome dos agraciados o jornalista Miguel Ângelo de Azevedo (**Nirez**). Por fim, usou da palavra a presidente do grupo, Yolanda Vidal Queiroz (**Yolanda Queiroz**). O **Troféu Sereia de Ouro** foi criado por Edson Queiroz, para homenagear os cearenses que de alguma forma se destacaram no cenário nacional ou internacional e até local, sendo esta a sua 24ª. edição.

OUTUBRO

03 - Os **eleitores** vão às urnas para escolha do Presidente da República, sendo candidatas **Fernando Henrique Cardoso** (PSDB) tendo como vice Marco Antônio de Oliveira Maciel (**Marco Maciel**) (PMDB), **Luís Inácio Lula da Silva** (PT) com o vice José Alencar Gomes da Silva (**José Alencar**) (PL).

04 - Inaugurada, sobre parte do Viaduto Lucas Bicalho ou **Ponte dos Ingleses**, armação de madeira com projeto de **Fausto Nilo** Costa Júnior e **Delberg Ponce de Leon**, dentro do projeto de revitalização da Praia de Iracema.

22 - Saem às ruas de Fortaleza, pela primeira vez, em caráter experimental, **policiais femininas**.

25 - Inaugura-se, na Rua Matoso Filho, no Quintino Cunha, a **Escola de 1º. Grau Professor José Denizard Macêdo de Alcântara**, referendada pelo Decreto nº 9629 de 19/04/1995.

Inaugurada neste mês e ano a **Creche Maurice Patte**, na Avenida Barão de Studart.

NOVEMBRO

08 - Inaugurado, no Jangurussu, na Rua 313, nº 243, Conjunto São Cristóvão, o **Centro Integrado de Educação e Saúde Professora Marta dos Martins Coelho Guilherme**.

22 - O violonista **José Menezes** de França, conhecido também por José Cavaquinho, cearense radicado no Rio de Janeiro, grava depoimento para o **Arquivo Nirez**, com a presença do compositor e produtor Calé Alencar.

24 - Inaugura-se na Rua 10, s/nº, Sítio Córrego, Mondubim, a **Escola de 1º. Grau Professor Osmírio de Oliveira Barreto**. Osmírio Barreto era historiador e jornalista e foi diretor do Museu Histórico e Antropológico do Ceará, hoje apenas Museu do Ceará. Falecera em 02/08/1994, em Fortaleza. Era cearense de Jaguaruana nascido em 27/07/1923.

30 - Toma posse na Cadeira nº 16, da **Academia Cearense de Letras - ACL**, a escritora Maria Beatriz Rosário de Alcântara (**Beatriz Alcântara**), sendo saudada por Marly Vasconcelos.

Publicado o jornal **PM Informativo**, do Gabinete do Comando Geral da Polícia Militar do Ceará, sob a responsabilidade do jornalista Luís Carlos Cabral de Moraes.

DEZEMBRO

04 - O **Ferrovário Atlético Cearense** é o novo **Campeão Cearense de Futebol** ao empatar com o **Icasa** em 0x0 no Estádio Plácido Aderaldo Castelo, o “Castelão”.

05 - Toma posse no **Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)**, o escritor, historiador e ex-deputado, Marcelo Caracas Linhares (**Marcelo Linhares**).

15 - O pesquisador Miguel Ângelo de Azevedo (**Nirez**) recebe, no Rio de Janeiro, RJ., o **Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade**, conferido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

16 - Toma posse na Cadeira nº. 35 da **Academia Cearense de Letras - ACL**, o escritor **Alberto Nepomuceno de Oliveira**, sendo saudado por Geraldo da Silva Fontenele (Geraldo Fontenele).

28 - Instalada em Fortaleza, a **Companhia Feminina da Polícia Militar - PM**, pelo coronel Manuel Damasceno, composta por um oficial, 19 sargentos, 20 cabos e 88 soldados.

Neste ano falece, em Brasília, o fotógrafo **Gabriel Gondim** de Lima, que foi proprietário em Fortaleza do Estúdio Fotográfico Gondim

e depois mudou-se para Brasília, antes de sua inauguração, e fotografou todos os grandes momentos da cidade. Tinha uma imensa coleção de objetos relacionados a Brasília. Era cearense de Fortaleza.

Fortaleza tem uma estimativa *populacional* de 1.882.539 habitantes, conforme dados do IBGE.

• JANEIRO / 1995 •

01 - Assume a Presidência da República, o sociólogo **Fernando Henrique Cardoso**, em substituição a Itamar Augusto Cautiero Franco (**Itamar Franco**). Tem como vice-presidente Marco Antônio de Oliveira Maciel (**Marco Maciel**).

01 - Muda de comando a **Polícia Militar do Ceará**, ao assumir o coronel PM **José Gilson Liberato**, substituindo o também coronel PM **Manuel Damasceno de Sousa**.

12 - Inaugura-se a **Escola de 1º Grau Padre Antônio Monteiro da Cruz**, funcionando na Rua Pedestre, XIII, nº 25, no Conjunto Fluminense.

17 - O governador **Ciro Ferreira Gomes** (Ciro Gomes) nomeia para a **Secretaria de Segurança Pública** o delegado da Polícia Federal **Edgar Fuques**, saindo o delegado **Francisco Quintino Farias**.

FEVEREIRO

01 - Assumem, na **Assembleia Legislativa**, todos os deputados estaduais eleitos e diplomados.

03 - Assume a **Capitania dos Portos do Ceará**, o capitão de fragata **José Aloísio de Melo Pinto**, que substitui **Pelágio Pereira Brandão**, do mesmo posto.

06 - Começa a funcionar a **Escola de 1º Grau Dr. Abdenago da Rocha Lima**, na Rua 114, nº 75, no Parque Dois Irmãos, no Itaperi.

08 - Inicia suas atividades a **Escola de 1º Grau Manuel Lima Soares**, funcionando em prédio na Rua 130, nº 60, Tupã Mirim I, Parque Dois Irmãos, no Itaperi.

11 - Eleita **Rainha do Carnaval** de Fortaleza a modelo **Ligia Viana Martins** e confirmada a indicação para **Rei Momo**, de **Djani Pinheiro Landim**, o mesmo do ano anterior.

12 - Morre, em Fortaleza, aos 81 anos de idade, o general de brigada Aldenor da Silva Maia (*Aldenor Maia*), veterano da Força Expedicionária Brasileira - FEB. Comandou a Polícia Militar do Ceará; foi secretário da Segurança Pública. Nascera em Quixadá, CE, em 12/04/1913.

20 - Toma posse no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, o professor Eduardo *Diatahy Bezerra de Menezes*.

26 a 28 - Dias dedicados ao *carnaval*.

MARÇO

04 - Assume pela segunda vez a Presidência do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, o historiador e escritor *Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira*, substituindo Geraldo da Silva Nobre (*Geraldo Nobre*).

11 - Morre, vítima de complicações durante cirurgia cardíaca, o conhecido radialista *Guajará Cialdini*. Nascera em Sobral no dia 26/03/1941, iniciando a carreira em sua cidade natal e aqui chegando passou a apresentar o programa “Varandão na Fazenda”, depois transformado em “Guajará no Varandão”, que explorava a tradição dos velhos ditados e ditos populares.

15 - Toma posse no Governo do Estado pela segunda vez Tasso Ribeiro Jereissati (*Tasso Jereissati*), tendo como vice Moroni Bing Torgan (*Moroni Torgan*).

ABRIL

09 - Morre, em Fortaleza, aos 77 anos de idade, o advogado *Aldenor Nunes Freire*, ex-vereador, ex-delegado do IAPC, ex-deputado estadual, nascido em Belém do Pará no dia 03/02/1918, mas radicado em Fortaleza desde os três meses de idade.

19 - Criado o *Centro Integrado de Educação e Saúde Francisco Domingos da Silva*, que já havia iniciado as atividades em agosto do ano anterior, funcionando na Avenida Presidente Castelo Branco s/nº, na Barra do Ceará. Francisco Domingos da Silva é o artista plástico Chico da Silva.

MAIO

08 - A **10ª Região Militar** tem novo comandante quando assume o general de divisão **Frederico Faria Sodré de Castro**, substituindo o general de divisão **Domingos Miguel Antônio Gazzineo**.

14 - Morre em Fortaleza, aos 69 anos incompletos, o monsenhor **Tito Guedes** Cavalcante, sendo sepultado na Catedral Metropolitana de Fortaleza, da qual era pároco. Nascera em casa na Rua da Assun o em Fortaleza em 31/05/1926.

17 - O Diário Oficial do Município - Diom n . 10607 traz a Lei n . 7708 do dia 08, que muda o nome da Rua Armando Amado de Oliveira para **Rua Senador Paula Pessoa**. No mesmo jornal é publicada a Lei n  7703 do dia 08, que oficializa o nome da **Vila Romero**, conjunto de casas construída no ano de 1935 por José Romero no lado leste do Parque da Liberdade.

19 - Instituída a **Medalha da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho**, com o objetivo de homenagear pessoas que se destacam no Direito do Trabalho ou prestam relevantes serviços   Justiça do Trabalho no país.

22 - Aos 78 anos de idade morre, em Fortaleza, o escritor, jornalista, professor **Clodomir Teófilo Girão**, cearense de Morada Nova nascido em 29/10/1916, veio para Fortaleza em junho de 1927; ex-diretor do Instituto Rui Barbosa e editor da revista * guia*, sendo sepultado   tarde, no cemitério Parque da Paz, falando na ocasião o professor Juarez Fernandes Leitão (Juarez Leitão), e Luís Rui Rocha Girão, agradecendo em nome da família.

23 - Sancionada pelo prefeito Antônio Elbano Cambraia (Antônio Cambraia), a Lei n . 7.719, que tomba como patrimônio cultural do Município de Fortaleza, a **Feira de Artesanato da Beira-Mar**.

23 - Morre, aos 63 anos incompletos, o médico **Francisco Evandro Ferreira Gomes**, fortalezense nascido em 02/06/1932.

31 - Falece, no Rio de Janeiro, o armador, empresário e ex-deputado estadual, **Manuel Martins de Lima**, nascido em Areia Branca, RN.

31 - Reinaugura-se, após reconstru o da torre que desabou e completa reforma, o novo **Estoril**, agora de concreto armado e não mais de taipa, como era anteriormente, na Rua dos Tabajaras n . 397, na Praia de Iracema.

JUNHO

09 - Inaugurada na Avenida Dioguinho nº. 5925, no Caça e Pesca, a *Escola de 1º. Grau Frei Tito de Alencar Lima*.

11 - Morre em Fortaleza, aos 74 anos de idade, o jornalista e jurista Francisco **Osmundo Pontes**, que manteve por muitos anos a *Revista Contemporânea*, dirigiu o Tribunal Regional do Trabalho, foi membro da Academia Cearense de Letras e da Academia Cearense de Retórica. Era nascido em Rio Purus, Amazonas, no dia 04/11/1920.

17 - Morre, aos 85 anos, o tabelião, poeta e escritor **Cláudio Martins**, membro do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, e presidente da *Academia Cearense de Letras - ACL*. Era cearense de Barbalha, tendo nascido a 10/05/1910.

25 - Morre, com a idade de 78 anos, o escritor e historiador **Mozart Soriano Aderaldo**, membro do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, da *Academia Cearense de Letras - ACL* e do Conselho Estadual de Cultura, autor de livros sobre a história de Fortaleza. Nascera em Brejo, Maranhão, em 22/04/1917.

30 - Assume o cargo de Reitor da *Universidade Federal do Ceará - UFC* o professor **Roberto Cláudio Frota Bezerra**, 49 anos, em substituição ao professor **Antônio de Albuquerque** Sousa Filho.

JULHO

07 - Reinaugura-se, a *Capela da Escola de Aprendizizes-Marinheiros do Ceará*, sob a invocação de Bom Jesus dos Navegantes. Fora inaugurada em 07/04/1947, mas até 1995 não tinha prédio próprio.

14 - A *Escola de Aprendizizes Marinheiros do Ceará - EAM* tem novo comandante, o capitão de fragata **Tércio Soares Souto**, que recebeu o cargo das mãos de **Nelson Elias Chaibem**, do mesmo posto.

14 - Morre, aos 67 anos de idade, em Fortaleza, o médico e poeta **Caetano Ximenes Aragão**, membro da *Academia Cearense de Medicina*, cearense de Alcântaras nascido em 1928.

20 - Morre, aos 74 anos de idade, o advogado e ex-deputado constituinte **Álvaro Lins** Cavalcante, cearense de Pedra Branca nascido em 14/12/1920. Fundou, com Crisanto Moreira da Rocha, a Casa do Ceará em Brasília.

26 - Morre o coronel do Exército **Edilson Moreira da Rocha**, que foi Secretário de Segurança por duas vezes. Nascera em Caucaia, CE, em 15/08/1925.

29 - O Poder Legislativo do Estado do Ceará, por meio da Resolução nº 51, de 21/11/1979, modificada pela Resolução 359, institui três “medalhas do mérito parlamentar”, a se conferirem, anualmente: a **Medalha Fernando Pinto** ao “empresário-padrão do Ceará” e as **Medalha Demócrito Rocha** ao intelectual padrão e a **Medalha Otávio Lobo**, ao educador ou instituição educadora de maior projeção no Estado.

31 - Morre o músico **Emídio Santana**, que fez parte da antiga Orquestra do Ceará Rádio Clube. Com seu saxofone, “eliminava” os calouros, ao aviso de Cabral de Araújo: “entra, Santana!”, com uma gargalhada no instrumento. Nascera a 12/01/1910, em Bonito de Santa Fé, PB.

AGOSTO

31 - Falece, em Fortaleza, aos 70 anos de idade, o médico e ex-deputado **Acilon Gonçalves Pinto**, cearense de Aurora nascido em 02/05/1925.

Com esta data sai o primeiro número do **Jornal Estação Fortaleza**, agosto de 1995, que se dizia “o jornal de todas as estações”, dirigido por **Alessandra Marinho Bouty**, com redação na Avenida Antônio Sales nº. 1317, sala 401, no Dionísio Torres.

SETEMBRO

10 - Assume a presidência da **Associação Cearense de Imprensa - ACI** o jornalista **Stênio Azevedo**, com mandato até 1998.

18 - Inaugurado o **Macro Atacadista S.A.**, na BR-116 esquina com Avenida Alberto Craveiro nº 507, em prédio construído com projeto de **Donald Barroso**, **Margarida Costa** e **Paulo Simões**, arquitetos.

18 - Morre, em Fortaleza, aos 83 anos de idade, o advogado **Manuel Castro Filho**, ex-deputado, ex-governador, presidiu a Assembleia Legislativa. Foi constituinte de 1947. Era cearense de Morada Nova onde nascera na Fazenda Onça a 01/07/1912.

19 - A Lei nº. 7.782 dá o nome de **Rua Osmírio Barreto** a uma via de Fortaleza, atendendo proposição do vereador Durval Ferraz.

Osmírio Barreto era historiador e jornalista e foi diretor do Museu Histórico e Antropológico do Ceará, hoje apenas Museu do Ceará. A Rua Osmírio Barreto fica nas Dunas.

29 - No Ideal Clube, às 21h, recebem o Troféu *Sereia de Ouro*, do Sistema Verdes Mares de Comunicação, a professora *Maria Calmon Porto*, o professor Odilon Gonzaga Braveza (*Odilon Braveza*), o advogado Francisco *Ernando Uchoa* Lima e o diplomata *José Jerônimo Moscardo de Sousa*. Foi o 25º. ano de sua entrega.

Inaugurada a herma de *José Pessoa de Araújo* na *Praça da Imprensa*, entre a Avenida Antônio Sales, Avenida Desembargador Moreira, Rua Assis Chateaubriand e Rua Visconde de Mauá.

OUTUBRO

01 - Inaugura-se, com projeto dos arquitetos *Sílvio Barreira*, *Helizete Maria Perdigão Pamplona* e cálculo do engenheiro *José Ricardo Brígido de Moura*, a *Capela de Santa Edwiges* na Avenida Marechal Castelo Branco (Avenida Leste-Oeste), no Arraial Moura Brasil.

04 - Assume a direção da *Companhia Brasileira de Transportes Urbanos - CBTU*, o engenheiro *Celso Rinaldo Lima Verde*, em substituição ao engenheiro *José do Carmo Gondim*.

10 - Criada pelo Decreto Municipal nº 9.720 a *Escola de 1º. Grau Marcos Valentin Pereira de Sousa*, funcionando na Rua Freire Alemão nº. 91, na Serrinha.

11 - Morre em São Paulo o advogado, jornalista, radialista e diplomata *Hermenegildo de Sá Cavalcante*, cearense de Aurora, nascido em 12/07/1927.

25 - Empossa-se no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)* o escritor e professor *José Cláudio de Oliveira*.

NOVEMBRO

17 - Assume *Oswaldo Evandro Carneiro Martins*, no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*.

17 - Morre no Rio de Janeiro, RJ, a atriz e escritora cearense *Ruth Alencar* Leão, aos 68 anos de idade, sendo seu corpo trazido para ser sepultado em Fortaleza, no Cemitério São João Batista.

22 - Recebem a **Medalha Lauro Maia**, da Fundação Cultural de Fortaleza, o pesquisador Miguel Ângelo de Azevedo (**Nirez**), o cantor e compositor Antônio Carlos Gomes **Belchior** Fontenele Fernandes e o professor **Antônio Gondim** de Lima (*in memoriam*) no Anfiteatro Lauro Maia. Fala em nome dos agraciados, o compositor **Belchior**.

DEZEMBRO

07 - Morre o médico anesthesiologista **João Alberto Gurgel**, que exerceu sua profissão na Assistência Municipal de Fortaleza, Pronto Socorro de Acidentados, Serviço Médico do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS onde chegou a Chefe e Associação dos Deficientes Motores e onde foi presidente. Nascera em 04/11/1931 em Fortaleza. Uma afecção neurológica o deixou em cadeira de rodas, o que não o impediu de trabalhar até a data de sua morte.

07 - Inauguração da sede da Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda (**Fundação Assefaz**), na Rua Carlos Vasconcelos nº 1080, em frente à Praça do Centro Artesanal Luísa Távora.

10 - Partida decisiva do **Campeonato Cearense de Futebol - 1995** entre as equipes do **Ferrovário Atlético Cearense** e **Icasa**, saindo empatada sem abertura de contagem, partida realizada no Estádio Presidente Vargas - PV. Como jogava pelo empate, sagra-se Bicampeão o **Ferrovário Atlético Cearense**.

26 - O Diário Oficial do Município - DOM nº 10.759 publica o texto da Lei nº 7.853, do dia 14, oriunda de proposta do veareador Durval Ferraz, que denomina de **Otacílio de Azevedo** uma artéria de Fortaleza. Até hoje não existe em Fortaleza a Rua Otacílio de Azevedo.

Com a indicação de data “verão de 1995”, é publicado o primeiro número da revista **Norrau**, sobre moda, editada por Norrau Comunicação e Cultura Ltda., na Rua Franklin Távora nº. 174 sala 202/203, com direção de **Sebastião Mesquita**, editor **Uerbert Rocha Santos**, jornalista responsável **Carlos Paiva**, projeto gráfico **Renato Ribeiro**.

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE fornece uma estimativa de 1.917.236 **habitantes** para Fortaleza.



PALESTRAS



Crise econômica e impactos sobre a economia brasileira

NILSON HOLANDA*

Membro deste Instituto há muitos anos, mas residindo em Brasília, desde 1979, raras vezes tenho condições de participar das reuniões desta renomada assembleia cultural. É, pois com muita honra e satisfação que aproveito esta oportunidade para partilhar com os meus companheiros do Instituto do Ceará algumas reflexões sobre a grave crise financeira e econômica que o mundo vem enfrentando desde 2008.

Quando se esperava que a economia mundial começasse a recuperar o seu equilíbrio, eis que essa crise veio a ser agravada mais recentemente com os problemas da União Europeia. É natural, portanto, que tentemos avaliar as suas repercussões sobre a nossa economia, buscando também explorar as alternativas de que o Brasil dispõe para neutralizar os seus impactos mais negativos.

I Introdução

A agenda econômica dos últimos meses foi pródiga em más notícias, potencializadas pelo pânico que, nessas ocasiões, tende a dominar os mercados financeiros, gerando dúvidas e inquietações e, de certa forma, confirmando a observação do historiador Thomas Carlyle (1795-1881), para quem a economia poderia ser classificada como uma ciência sinistra – “a dismal science”.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

De fato, os economistas têm uma tradição de previsões sombrias, que remontam à Escola Clássica, quando o fantasma malthusiano parecia limitar severamente as perspectivas de crescimento e progresso continuado. Por isso, concluía Ricardo, a economia tendia necessariamente para o estado estacionário.

Mas os Clássicos tinham pelo menos uma vertente otimista, quando se cogitava de crises econômicas. Eles entendiam que essas crises não eram endógenas ou inerentes ao sistema econômico, mas causadas basicamente por fatores exógenos: acidentes naturais, conturbações políticas, conflitos bélicos etc. E postulavam, ademais, que crises temporárias ou parciais poderiam ocorrer, mas nunca uma recessão geral dos mercados, porque a economia tendia naturalmente para o equilíbrio, como afirmava um dos mais ilustres representantes dessa Escola, o tratadista francês Jean Baptiste Say, com o seu famoso axioma de que a “oferta cria sua própria procura”¹.

Logo muitas críticas seriam feitas à Escola Clássica, derivadas de múltiplas correntes de pensamento tais como as dos realistas ingleses², dos românticos e nacionalistas alemães³, dos otimistas americanos e

¹ JEAN BAPTISTE SAY foi um militar, economista e professor que, em 1808, publicou um **Traité d'économie politique**, consolidando e aprimorando as ideias de Adam SMITH. Esse Tratado seria por muitos anos o principal livro didático de economia não apenas nas escolas da França como naquelas dos Estados Unidos e outros países. Ali seria estabelecido o método universal de estudo da economia na sequência de produção, distribuição e consumo.

² Representados principalmente por JAMES MAITLAND, Lord LAUDERDALE (1759-1838).

³ O Movimento **Romântico** tinha como fundamento a filosofia de EMMANUEL KANT (1724-1804) e JOHAN GOTTLIEB FICHTE (1762-1814), que enfatizavam a Lei Moral, a vontade coletiva e o papel do Estado. Os românticos criticavam o individualismo e o liberalismo das teorias inglesas, dado que o homem seria feito para a sociedade e não a sociedade para o homem. Essas teses tinham um forte componente reacionário e terminariam por degenerar nas doutrinas totalitárias do nazifascismo do período anterior à II Guerra Mundial. E na realidade o principal representante da Escola Romântica foi o economista, político e diplomata ADAM MÜLLER (1779-1829), a quem é atribuída a duvidosa honra de pai espiritual do nazismo. O primeiro e mais importante **nacionalista** foi o professor, economista, diplomata e político alemão Friedrich LIST (1789-1846), considerado o pai do *protecionismo*.

franceses⁴, dos socialistas utópicos⁵ da França. Essa vertente crítica encontraria seu zênite no socialismo supostamente científico do revolucionário internacional Karl Marx.

Note-se que a refutação final da Lei de Say não seria derivada dessas controvérsias doutrinárias, mas da simples evidência dos fatos, quando, em 1929, estourou a Grande Depressão, a mais profunda e prolongada crise econômica da história moderna. Ela durou quase dez anos e provavelmente duraria mais se não tivesse ocorrido a 2ª. Guerra Mundial.

A explicação teórica do fenômeno não demorou muito. Ela foi dada pelo genial economista britânico, John Maynard Keynes (1883-1946), no seu livro - **The General Theory of Employment, Interest and Money** (A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda) - publicado em 1936⁶. A radical mudança do enfoque da Escola Clássica para a abordagem keynesiana, é mostrada na Inserção 1, da página seguinte.

É curioso observar, no entanto, que muitos políticos espertos ou clarividentes já vinham praticando o keynesianismo antes de Keynes, como o presidente americano Franklin Roosevelt, com o seu *New Deal*, e o presidente brasileiro, Getúlio Vargas com a sua política de sustentação dos preços do café⁷.

Desde então as crises econômicas não são novidade em uma economia capitalista, ou, melhor dizendo, em uma *economia de mercado*. Esse modelo econômico, como sabem muito bem os profissionais da Economia, tem como fundamento uma grande liberdade de decisão e de ação dos chamados agentes econômicos. Ele funciona a partir de dois princípios básicos que se interpenetram e se reforçam mutuamente: de

⁴ Liderados pelo americano Henry Charles CAREY (1793-1879), que é considerado, de verdade, o primeiro economista dos Estados Unidos, e pelo francês Frederic BASTIAT, autor do livro **Harmonies Economiques**, publicado postumamente em 1850.

⁵ Dentre os quais os mais conhecidos são o Conde Henri de SAINT-SIMON (1760-1825), Charles FOURIER (1772-1837), Louis BLANC (1813-1882) e Pierre Joseph PROUDHON (1809-1865). Este último foi um sindicalista e revolucionário, com tendências anarquistas, e feroz crítico de todas as instituições do seu tempo, tendo cunhado a famosa frase: **A propriedade é roubo** (*La propriété c'est le vol*).

⁶ Keynes foi o economista mais famoso e influente do século XX. Muito entendem que o seu livro teve um impacto semelhante ao de obras seminais com *A Riqueza das Nações*, de Smith, os *Princípios* de Ricardo, a *Origem das Espécies* de Darwin ou *O Capital* de Karl Marx.

⁷ Graças a essa política o Brasil atravessou com relativa galhardia a longa catástrofe da Grande Depressão, dado que somente teve queda de produto nos anos de 1930 e 1931. Já em 1932 começava a sua recuperação.

um lado, a soberania do consumidor, e, de outro, a livre iniciativa e a capacidade de inovação do produtor e/ou empresário.

INSERÇÃO 1*	
DIFERENÇA ENTRE OS ENFOQUES “CLÁSSICO” E KEYNESIANO	
TEORIA “CLÁSSICA”	TEORIA KEYNESIANA
Fé no mercado e na tendência automática para o equilíbrio de pleno emprego. O sistema capitalista tende naturalmente para a estabilidade	Tendência da economia para desequilíbrio e o desemprego. O sistema capitalista é basicamente - ou por sua própria natureza - instável
O ajuste decorrente de variações na procura se faz via preços e salários e não através das quantidades, já que os preços e salários são flexíveis	O ajuste se faz via quantidades, ou seja, no volume de produção, já que salários e preços são rígidos (“sticky”)
Teoria particular que cuida apenas do “caso especial” do pleno emprego	Teoria “geral”, que explica tanto o pleno emprego como o desemprego
Preocupação com as flutuações de renda somente no longo prazo	Preocupação com as variações de renda no curto prazo (“no longo prazo estaremos todos mortos”)
Taxa de juros definida pela oferta e procura no mercado de poupanças	Taxa de juros definida pela preferência da liquidez
a moeda é apenas um “véu” que não afeta as variáveis reais	os fenômenos monetários têm impacto sobre as variáveis reais
postura passiva ou de “laissez faire”	comportamento ativista ou de intervenção na economia

* Reproduzido de Holanda, Nilson, *Das Utopias Solidárias à Ciência do Egoísmo – uma introdução à história do pensamento econômico*, UnB, manuscrito inédito.

Milhões de consumidores e produtores tomam suas decisões de forma soberana e independente, orientados pelos sinais do sistema de mercados competitivos, com toda a liberdade possível, dentro dos limites fixados pelo ordenamento jurídico da sociedade. Quanto mais livre for o mercado de um país tanto mais dinâmica, eficiente e inovadora será a sua economia.

Essa vantagem tem, porém, a sua contrapartida de custos: a instabilidade econômica, sob a forma de uma alternância cíclica de períodos de prosperidade e fases de recessão. A cada onda de expansão econômica segue-se inevitavelmente uma onda reversa de contração da renda e do emprego.

A intervenção do governo pode atenuar esses ciclos, mas não eliminá-los, porque eles são inerentes à forma de funcionamento de uma economia de mercado⁸. O exemplo mais marcante desse fenômeno foi exatamente a Grande Depressão de 1929, a maior crise econômica dos últimos cem anos.

II Crises Internacionais no Mundo Moderno

Após a revolução keynesiana jamais houve uma repetição do cataclismo da Grande Depressão. As últimas crises mundiais, como os choques do petróleo de 1973 e 1979, o colapso da dívida externa dos países emergentes, provocado pela moratória do México de 1982, o “Black Monday” (Segunda-Feira Negra) de 1987, o colapso das empresas “dot com”, entre 1995 e 2000 [além de outros episódios mencionados mais adiante] tiveram impactos profundos por todo o mundo, mas não duraram mais do que dois ou três anos. Ao fim desse período

⁸ Em contrapartida às vicissitudes das economias capitalistas, já na própria década de 20 do século passado, parecia estar surgindo, na conturbada União Soviética, uma alternativa à economia de mercado, sob a forma de uma economia de comando ou centralmente planejada, imune a essas instabilidade crônica. No setor industrial, o sucesso da economia centralmente planejada, pelo menos na fase dos dois primeiros Planos Quinquenais (que cobriram os períodos de 1928/32 e 1933/37, respectivamente), foi extraordinário. Até então nenhum outro país conseguira expandir sua indústria - e especialmente a indústria pesada - tão rapidamente como a URSS. No curto espaço de uma década - de 1928 a 1938 - a produção siderúrgica cresceu 4 vezes e a de carvão 3 vezes e meia. Em 1938, a União Soviética era a maior produtora mundial de tratores agrícolas e de locomotivas. Em 1939 ela era a terceira potência industrial do mundo, somente superada pelos Estados Unidos e Inglaterra (em termos de produto industrial bruto). Esse sucesso não foi alcançado sem que a população pagasse um alto custo social. Além da brutal repressão política, a prioridade para as indústrias de bens de capital e bens intermediários implicava o sacrifício da indústria de bens de consumo e, em consequência, a manutenção de baixos padrões de vida. O crescimento acelerado exigia uma alta taxa de investimento - cerca de um terço da renda nacional - impondo elevados sacrifícios e renúncias para toda a população. Mas a economia socializada tinha algumas vantagens, evitando certos males do capitalismo sem freios. Em princípio não havia desemprego e a economia estava livre da instabilidade crônica, sem os ciclos de expansão e recessão que caracterizam o sistema de mercado. Dessa forma, podemos dizer que o sistema comunista foi relativamente eficiente, nessa fase heróica ou primitiva do processo de desenvolvimento. À medida que a economia avançava, no entanto, esse processo se tornava mais complexo, exigindo insumos mais sofisticados, sob a forma de tecnologia, inovação e respeito às demandas do consumidor, a par de estratégias adaptativas e flexibilidade de gestão, condições que uma economia centralmente planejada, controlada, em um regime ditatorial, por uma gerontocracia incompetente, jamais poderia propiciar. O resultado foi a débâcle do sistema e a implosão do Império Soviético, no final do século passado.

de ajuste, saneamento e reestruturação, a economia mundial retomou sua trajetória ascendente.

Os Choques do Petróleo

O primeiro choque do petróleo estourou em 15 de outubro de 1973 quando foi anunciado, pelo cartel da OPEP, um embargo no fornecimento de petróleo em represália ao apoio que os Estados Unidos deram a Israel, na guerra do Yon Kippur⁹. Para protestar contra o apoio dado a Israel pelas potências ocidentais, especialmente pelos Estados Unidos, os países árabes que dominavam o cartel internacional do petróleo - a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) - impuseram um embargo às exportações de petróleo, provocando o *primeiro choque do petróleo*.

Houve uma corrida para formação de estoques e em março de 1974 o preço do petróleo havia quadruplicado, passando de 3 para 12 dólares o barril. Isso teve um efeito devastador sobre as economias dos países importadores de petróleo, elevando os seus déficits em conta-corrente e gerando uma enorme transferência de recursos para os países da OPEP. O saldo combinado da conta-corrente dos países industrializados passou de um superávit de US\$ 20,3 bilhões em 1973 para um déficit de US\$ 10,8 bilhões em 1974. No mesmo período, os países subdesenvolvidos importadores de petróleo tiveram o seu déficit aumentado de US\$ 11,3 bilhões para US\$ 37 bilhões. Em contrapartida, o superávit dos principais exportadores de petróleo aumentou de US\$ 6,7 para 68,3 bilhões.

A consequência para os países industrializados foi o surgimento de um fenômeno novo, a **estagflação** (“stagflation”), uma combinação de recessão (1973-1975) com inflação elevada. A recessão fez com que os países desenvolvidos rapidamente ajustassem seus balanços de transações correntes. Os países subdesenvolvidos, porém, continuaram a manter déficits elevados, via crescente endividamento externo, viabilizado pelos abundantes petrodólares que fluíam dos países árabes para os mercados financeiros internacionais

⁹ Provocada por uma invasão de Israel por parte do Egito e da Síria, logo apoiada pelos demais países árabes.

A economia americana recuperou-se rapidamente da recessão, embora à custa de um “dólar fraco”, que se desvalorizou no período de 1976 a 1979. Para fortalecer o dólar nos mercados cambiais, o novo Presidente do FED, Paul Volcker, implantou, em outubro de 1979, uma política monetária restritiva, que implicou em forte elevação da taxas de juros internacional.

No mesmo ano, com a queda do Xá do Irã, em função da revolução iraniana, liderada pelo Aiatolá Khomeini, irrompe o *segundo choque do petróleo*, elevando o preço do barril de US\$ 13, em 1978, para US\$ 32 em 1980. Essa combinação de fatores provocou, nos países industrializados, entre 1981 e 1983, uma forte recessão, que seria a mais severa desde a Grande Depressão e, na realidade, somente viria a ser totalmente superada em 1987/1988.

Os países subdesenvolvidos foram mais atingidos ainda, numa tríplice dimensão: com o aumento do custo de suas importações, com a redução dos mercados para suas exportações e com a elevação dos encargos sobre suas elevadas e crescentes dívidas externas. O impacto sobre o balanço de transações correntes do Brasil, por exemplo, pode ser evidenciado pelos dados da tabela 1, que mostra a elevação da “conta petróleo”, no conjunto de nossas importações.

Tabela 1 - Brasil: gastos com a Conta “petróleo”

ANOS SELECIONADOS	VALORES (em milhões de dólares)
1971	327
1974	2.840
1978	4.196
1980	9.844
1981	11.000
1982	10.120
1983	6.755
1984	5.442
1985	2.786
1986	3.850
1987	3.201
1988	2.400
1993	4.094
1994	4.356
1995	5.227
1996	6.227

Fonte: Banco Central

As crises do petróleo, todavia, mostraram que o mercado funciona. Os aumentos de preços induziram novos investimentos em exploração, que levaram a grandes descobertas no Mar do Norte (Noruega), no México e até mesmo no Brasil (Bacia de Campos). Assim, um dos efeitos foi o *aumento da oferta*. Do lado da procura, houve *retração do consumo* e esforços para economia de insumos energéticos e para *substituição do petróleo por fontes alternativas*, como ocorreu com o grande programa do álcool-combustível do Brasil. Os preços se reduziram continuamente e, em janeiro de 1998, a OPEP estava tentando novamente forçar a sua elevação, dado que eles haviam atingido um recorde de baixa: US\$ 12 por barril, que, em termos reais, equivaliam ao mesmo preço de antes da primeira crise do petróleo.

Note-se que a história do petróleo tem início na segunda metade do século XIX, embora a primeira combustão a gasolina somente tenha sido descoberta em 1870 e a bomba de gasolina inventada em 1885. Os preços do barril de petróleo, em termos reais, estiveram muito baixos por mais de noventa anos – entre 1880 e 1970. Tiveram fortes aumentos nos anos 1970, queda posterior e novo aumento, no final dessa década. Desde então uma característica básica tem sido sua acentuada instabilidade, em contraste com a longa estabilidade do período anterior.

Depois de 1980 os preços do petróleo começaram um declínio que chegaria ao limite de um mínimo de 10 dólares por barril, em 1986, 46 % abaixo do que prevalecera em 1979. Mas em 2003 novamente os preços do petróleo começaram a subir, alcançando 147 dólares em junho de 2008. A partir daí a recessão mundial forçou o seu declínio para pouco mais de 60 dólares, o que motivou uma decisão da OPEP para reduzir a sua produção. Hoje, a despeito da frustrada recuperação da economia mundial, o preço do petróleo se encontra novamente acima dos 100 dólares por barril.

O Colapso do México e a Crise Financeira Internacional de 1982

O ajuste dos países subdesenvolvidos aos choques do petróleo foi feito principalmente através de crescente endividamento externo. De início isso fazia sentido porque as taxas de juros internacionais eram muito baixas (chegando a ser negativas, em termos reais, para alguns anos). Os contratos de empréstimos externos eram feitos, porém, a

taxas flutuantes, que poderiam ser alteradas acompanhando o movimento dos juros nos mercados internacionais.

Em 1978 a LIBOR (London Interbank Offered Rate) - a taxa de juros embutida nesses contratos - era pouco mais de 9 %, para contratos denominados em dólar. Em 1981 ela subiu para cerca de 17 %, representando um pesado ônus para os países endividados.

Em agosto de 1982, o México teve suas reservas esgotadas e declarou-se impossibilitado de continuar a cumprir os seus compromissos internacionais. A **moratória do México**, aliada à ausência de qualquer tentativa de ajuda por parte do FMI e da comunidade internacional, provocou pânico e retração na oferta de empréstimos, da parte dos bancos internacionais. Interrompido o fluxo de novos capitais, os países mais endividados (como o Brasil, com uma dívida de US\$ 88 bilhões, em 1982) e a Argentina (com uma dívida de US\$ 40 bilhões, no mesmo ano), viram-se impossibilitados de cumprir suas obrigações, dando origem à crise da dívida externa que iria durar quase 10 anos.

No caso do Brasil – como disse, no final de 1983, Carlos Langoni, então Presidente do Banco Central – estávamos com as reservas zeradas e num processo de reescalonamento da dívida. Ou racionávamos o câmbio ou o petróleo, vez que este último representava 40 % de nossas importações e custava 40 dólares o barril. Por isso, o governo teve de praticar a centralização do câmbio, controlando a parte de juros e outros serviços, como viagens. Mesmo assim as remessas de dividendos não foram limitadas, o que permitiu adiar a moratória, que somente viria a ser decretada, unilateralmente, em 1987, depois do fracasso do Plano Cruzado.

Black Monday (A segunda-feira negra)

No dia 19 de outubro de 1987, uma segunda-feira, depois denominada de, **Black Monday**, ocorreu subitamente uma onda de fortes quedas de Bolsas de Valores por todo o mundo. O índice Dow Jones caiu nesse dia, 22,6 %. As bolsas do Canadá e da Inglaterra tiveram quedas semelhantes. Mas as perdas foram ainda maiores noutros países, como Austrália, (41 %), Hong Kong (45 %) e Nova Zelândia (60 %). Ocorreu um pânico generalizado, mas houve pronta intervenção do Fed (banco central americano) e a crise não durou muito.

As suas origens, de início, pareciam misteriosas, porque não foram identificadas muitas razões para antecipar uma crise global. Depois foi observado que existiam problemas de liquidez, sobrevalorização de ações e reações psicológicas de comportamento de manada, o que foi agravado por inovações tecnológicas, como o chamado “program trading”, utilizado pelas corretoras, que deflagrava automaticamente ordens de venda, quando os valores ultrapassavam um determinado patamar de queda. Isso multiplicava o fator círculo vicioso que é inerente a qualquer reação de mercado.

O Declínio do Japão Depois da Crise de 1989-1990

Entre 1953 e 1973 o Japão cresceu a taxas anuais extraordinariamente elevadas – da ordem de 10 % ao ano. Mesmo depois das crises do petróleo o Japão continuou a crescer, num ritmo mais lento (de pouco mais de 4 % ao ano, entre 1974 e 1991), mas ainda assim superior ao dos demais países industrializados, suscitando comentários de que, dentro de alguns anos, poderia superar os Estados Unidos como a maior potência econômica do mundo.

No final dos anos 1980 houve intensa especulação com ações e imóveis no Japão (e também, em parte, em Hong-Kong). Essa bolha especulativa explodiu em 1989/1990, criando graves problemas para o sistema financeiro japonês e provocando uma crise econômica que, até hoje, o Japão não conseguiu superar.

A sua taxa de crescimento reduziu-se para 0,9 % ao ano, em média, no período de 1992 a 2001, melhorando um pouco, para 1,8 %, em média, no período posterior de 2002 a 2007. Mas o país recaiu na recessão, com quedas do seu PIB em 2008 (-1,2 %) e 2009 (-5,2 %). Recentemente o Japão perdeu para a China a sua posição de segunda maior potência econômica do mundo.

O México em Crise Novamente em 1994/1995 (o efeito tequila)

No final de 1994, com a elevação dos juros americanos e a fuga de capitais dos países emergentes, surgiu uma nova crise internacional, provocada pelo *colapso da economia mexicana*, entre o final de 1994 e o início de 1995. Essa crise logo se espalhou pelo mundo, generalizando o chamado “efeito tequila”.

O México havia implantado, com relativo sucesso, um programa de estabilização, conseguindo reduzir sua taxa de inflação de 159 % em 1987 para 8 % em 1993. Mas a valorização do peso e o aquecimento da demanda produziram um forte desequilíbrio da balança comercial. As importações cresceram de US\$ 19 bilhões, em 1987, para 65 bilhões, em 1993.

O balanço de pagamentos do país, que, em 1987, apresentara um superávit de US 8,7 bilhões, começou a se deteriorar e, já em 1989 registrou um pequeno déficit, que logo cresceu para US\$1,5 bilhão em 1990, US\$ 9 bilhões em 1991, US\$18 bilhões em 1992, US\$ 19,5 bilhões em 1993 e aproximadamente US\$ 28 bilhões em 1994, o que representaria 9,64 % do PIB.

Essa diferença foi coberta com o influxo de capitais externos. Mas o perfil desses empréstimos não era adequado, dado que os capitais mobilizados eram de curto prazo, e, como tal, não podiam ser utilizados para gerar futura capacidade de pagamento, tendo sido utilizados para a especulação nas bolsas de valores.

Desde 20 de outubro de 1992 o sistema mexicano previa uma desvalorização diária do peso em 0.0004 %, [isto dava apenas 1.16 % ao ano, taxa muito baixa como expectativa de inflação] com um sistema de bandas que regulava a intervenção do Banco do México no mercado cambial.

Estimava-se que o peso estivesse valorizado em cerca de 30 %. Quando, no dia 20 de dezembro de 1994, o governo o desvalorizou em 15 %, desencadeou-se a crise, com pânico na Bolsa de Valores e forte fuga de capitais (cerca de US\$ 5 bilhões saíram do país em pouco mais de um mês), o que forçou o governo, alguns dias depois, a abandonar a política de bandas e deixar o peso flutuar, ao mesmo tempo em que anunciava um congelamento de preços e salários por trinta dias.

As reservas do país, que haviam crescido de 6 bilhões em 1988 até alcançarem um pico de 25 bilhões, declinaram para US\$ 16 bilhões, no segundo semestre de 1994. Depois da crise, se reduziram, em dois meses, a menos da metade - de US\$ 16 para US\$ 6 bilhões.

Na fase mais aguda da crise, o peso caiu 40 %, sendo que em apenas três dias a sua desvalorização foi de 32,9 %. Em nove dias, houve uma fuga de capitais da ordem de 8 bilhões, 12 % do total de investimentos externos no México (*Time Magazine*, 9.1.95)

Os problemas da economia mexicana eram basicamente estruturais: um baixo nível de poupança interna, uma taxa de câmbio desatua-

lizada e uma excessiva dependência de capitais externos de curto prazo que se caracterizavam por sua extrema volatilidade.

Como o México já fazia parte do NAFTA, desta vez houve intervenção dos Estados Unidos e do FMI, com pacotes de ajuda financeira de US\$ 19 bilhões, que ajudaram o país a sair da crise e evitaram que os seus efeitos se tornassem mais fortes e se espalhassem por toda a América Latina.

A Crise do Sudeste Asiático de 1997-1998

Em agosto de 1997 a Tailândia, pressionada por uma grande dívida externa e pela fuga de capitais, tomou a decisão de tornar o seu câmbio flutuante. Com a forte desvalorização do *bath* – a moeda tailandesa – e grande queda em sua bolsa de valores, o país passou e enfrentar uma crise financeira e econômica, que logo se estenderia para o todo Sudeste Asiático (Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Coreia do Sul) e para o Japão.

Essa crise depois atingiria a Rússia e o Brasil e somente seria superada depois de uma intensa mobilização de recursos financeiros do FMI e do G7¹⁰, a par de tentativas de reordenamento institucional e saneamento do sistema financeiro dos países do Sudeste Asiático.

O Colapso do Fundo LTCM - Long Term Capital Management

Vale a pena mencionar, como uma das consequências da crise do Sudeste Asiático, o colapso do fundo LTCM, que teve uma grande repercussão nos mercados financeiros internacionais. O Fundo de Hedge¹¹

¹⁰ O G7, ou Grupo dos Sete, é uma associação informal constituída pelos sete países mais industrializados e desenvolvidos do mundo – Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá - que se reúne periodicamente para avaliar questões econômicas e financeiras internacionais. Nos últimos anos, tem tido a participação da Rússia, passando a chamar-se G8.

¹¹ Os fundos de hedge (literalmente, cobertura ou cerca de proteção) são instituições financeiras especializadas em operações de mercados futuros que diminuem os riscos daquelas pessoas ou empresas que querem se precaver em relação aos efeitos de variações de preços de câmbio, commodities etc. Este é o caso, por exemplo, de alguém que tem uma dívida em dólar, a ser paga daqui a um ano, e quer minimizar os seus prejuízos, na hipótese de a taxa de câmbio aumentar muito nesse período.

LTCM - Long Term Capital Management ficou famoso porque reunia, entre seus sócios, diversos ex-professores universitários, inclusive dois prêmios Nobel de Economia – Robert Merton e Myron Scholes. Ademais, utilizava as técnicas e modelos mais sofisticados de gerenciamento de riscos e assegurava aos seus investidores retornos extremamente elevados. No seu apogeu, tinha ativos de mais de US 100 bilhões e milhares de participantes. Logo após a crise da Rússia, em 1998, o fundo perdeu US\$ 4,6 bilhões em poucos meses e teve de ser socorrido pelo Banco Central Americano, o que não impediu sua bancarrota e sua liquidação nos inícios de 2000. Sua história foi contada no livro *Quando os gênios falham*, de Roger Lowenstein, jornalista do *The Wall Street Journal*.

O Estouro da Bolha dot.com (2000-2002)

Na virada do século, o avanço da internet e o sucesso de muitas pequenas empresas baseadas em alta tecnologia, particularmente nos setores de telemática ou TICs – tecnologias de informática e telecomunicações - e no chamado “e-commerce”¹², induziu uma explosão de empresas “dot.com”¹³, auxiliadas pelas baixas taxas de juros da época e pela abundância de “venture capital”¹⁴. Logo essas empresas lançaram suas ações na Bolsa de Valores e se entusiasmaram com sua rápida valorização, embora muitas delas não gerassem um centavo de lucro.

Argumentava-se que nessa área de tecnologia, como o capital é basicamente intangível, o que interessa não é o balanço contábil e a conta de lucros e perdas de hoje, mas as perspectivas de lucros futuros.

¹² *E-commerce* ou *E-Business* corresponde ao novo modelo de comércio que realiza transações via internet, a exemplo do que fazem as empresas Amazon (americana) ou Submarino (brasileira). Abrange assim os empreendimentos baseados na WEB, ou, seja, as transações de negócios realizadas entre empresas por meio da internet

¹³ Empresas *dot.com* ou *ponto.com* (= .com) são empresas virtuais que exploram as novas oportunidades criadas pela internet e têm seus endereços com a terminação .com.

¹⁴ Um modalidade de empresa de investimento que se especializa no financiamento de empresas com capital de risco, ou seja, mediante participação no seu capital social. É o caso, por exemplo do BNDESPAR, uma subsidiária do BNDES. Normalmente, isso é feito sob a forma de “private equity” em empresas consolidadas, que tem condições de assegurar a remuneração do capital aplicado, com o pagamento de dividendos. As empresas de “venture capital” tem a peculiaridade de buscar participações em empresas em estágio inicial, particularmente em setores de alta tecnologia, onde os riscos são maiores, mas que apresentem perspectivas de lucros mais elevados ou de retorno mais rápido dos capitais aplicados.

Nessas condições, argumentavam os sábios da *Nova Economia*, a tradicional relação preço/lucro – coisa de contador, sempre muito rasteiro no seu raciocínio – perdia totalmente o sentido. O importante era crescer, aumentar a “market share” e eventualmente dominar o mercado, quando então seria fácil obter lucros. Um exemplo de empresa desse tipo – e uma das poucas que deram certo – foi a *Amazon* que durante muito tempo ganhou fama e mercado, tendo prejuízos, e hoje, ao que parece, é uma empresa bem-sucedida.

Os analistas observam que, de um ponto de vista histórico, o “dot com boom” não foi muito diferente de outras loucuras financeiras inspiradas pelo avanço da tecnologia, como o que aconteceu com as ferrovias nos anos 1840, os automóveis e o rádio nos anos 1920, a eletrônica baseada no transistor nos anos 1950, o “computer time-sharing” nos 1960 e os computadores pessoais e a biotecnologia nos anos 80 do século passado.

No dia 10 de março de 2000 o índice Nasdaq da Bolsa de Nova Iorque, que espelha o comportamento das ações de empresas de alta tecnologia, particularmente aquelas baseadas na Internet (chamadas “dot com”), atingiu o seu apogeu: um pico de 5.048 pontos, mais que o dobro do seu valor um ano antes. Como já referido, muitas das empresas avaliadas jamais haviam obtido lucros, mas a onda de otimismo em relação às maravilhas da tecnologia moderna inflava o valor dos seus ativos.

Desde o ano anterior, porém, o Federal Reserve havia aumentado a taxa de juros seis vezes e a economia começava a mostrar sinais de enfraquecimento. Um volume muito alto de ordens de vendas por parte de empresas do ramo gerou uma reação em cadeia, de modo que em poucos dias esse índice caiu para 4.580 (15 de março). Entre março de 2000 e outubro de 2002 as perdas de valor de mercado das companhias de alta tecnologia chegaram a 5 trilhões¹⁵ de dólares.

A Crise e a Moratória da Argentina (2001)

Os problemas da economia argentina remontam aos inícios dos anos 1990, quando, às voltas com a hiperinflação, o Ministro da Eco-

¹⁵ Para que se tenha uma ideia do tamanho desse prejuízo basta referir que esse valor de 2002 corresponde a três vezes e meia o tamanho do PIB do Brasil de 2008 (1.411 bilhões de dólares, pelo método Atlas do BIRD)

nomia, Domingo Cavallo, lançou um *Plano de Conversibilidade* que vinculava o peso ao dólar, numa relação de 1 para 1 (um peso = um dólar). A economia foi estabilizada e, aproveitando a onda de juros baixos e de fluxos abundantes de capitais internacionais, a economia do país voltou a crescer, embora à custa de uma crescente dívida pública externa.

As crises do México de 1994 e do Sudeste Asiático de 1997 fizeram minguar os investimentos internacionais. E quando o Brasil, um dos principais parceiros da Argentina, desvalorizou o real, em 1999, o Plano de Conversibilidade implodiu¹⁶.

A economia argentina vinha crescendo a uma taxa de 3,7 %, em média, no período de 1992 a 2001¹⁷. Mas, com o abandono da conversibilidade do peso, em 2001, o governo da Argentina sentiu-se obrigado a decretar a *moratória* de sua dívida externa. No ano seguinte o seu PIB teve uma forte queda de *menos* 10,9 %. A renegociação da dívida somente seria concluída quatro anos depois, mas, já a partir de 2003, a economia argentina passou a crescer aceleradamente, com taxas variando de 6,8 % a 9 %, até 2008. Em 2008, em função da crise do sub-prime, essa taxa declinou para 0,9 %, ainda assim positiva, quando a maioria dos países apresentou taxas negativas

Instabilidade Econômica nas Últimas Quatro Décadas

Depois da crise de 1929, no período de prosperidade e expansão que se seguiu ao pós-guerra, entre 1945 e 1973, as crises econômicas “foram poucas, distanciadas umas das outras e excepcionalmente leves”, como assinala o professor Charles Kindleberger¹⁸.

Mas depois do primeiro choque do petróleo, e, particularmente, após os mais recentes processos de globalização das correntes de comércio mundial e de avanço tecnológico nos ramos da informática e das comunicações (que ampliou e sofisticou os instrumentos dos mer-

¹⁶ Cf. *Folha de São Paulo*, 3 de março de 2005.

¹⁷ Cf. FMI, *World Economic Outlook*, 2010.

¹⁸ Kindleberger, Charles, *Manias, Pânico e Crashes – Um Histórico das Crises Financeiras*, 3ª. Edição, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000, traduzido de *Manias, Panic and Crashes : a history of financial crises*, 1996.

cados financeiros, ao mesmo tempo em que a regulamentação e os controles do governo foram enfraquecidos), as crises financeiras – e, por consequência, as crises econômicas - se tornaram bem mais frequentes e mais profundas.

Essa instabilidade natural das economias industrializadas fica evidente pelo registro de cinco crises de recessão da economia americana, nos últimos trinta e dois anos (de 1980 a 2011): 1) de janeiro a julho de 1980; 2) de julho de 1981 a novembro de 1982; 3) de julho de 1990 a março de 1991; 4) de março de 2001 a novembro desse ano e 5) a recessão atual que se iniciou em dezembro de 2007 e ainda não foi debelada.

As economias emergentes sofreram, além dos efeitos dessas crises globais, os impactos de outras crises mais localizadas, como, no caso do Brasil, a desvalorização do real em 1999, forçando o país a adotar um câmbio flutuante (em substituição do sistema de bandas que prevalecia desde o lançamento do real) e a reação dos mercados à eleição de Lula em 2002, que se traduziu em fuga de capitais e provocou um forte aumento da cotação do dólar.

Finalmente, podemos inferir desse sumário histórico que temos de considerar, pelo menos, dois tipos de crises: as que resultam de *choques de oferta*, como as decorrentes da ação do cartel da OPEP ou as que, no passado, foram consequência de crises políticas que culminaram com guerras e revoluções, e as que se sucedem a *recuos ou retração de demanda*, quase sempre provocadas por crises financeiras, tanto nos mercado de crédito como nos mercados de ações.

III A Crise do “Subprime”¹⁹ de 2008

No final de 2007 surgiu, no segmento do mercado imobiliário dos Estados Unidos, a crise mais recente – a famosa “subprime”, com a explosão de uma “bolha” de créditos artificialmente inflados e concedidos a clientes de baixa categoria, que tinham poucas possibilidades de resgatá-los.

¹⁹ Créditos *sub prime* são créditos concedidos a clientes de segunda categoria, que representam potencialmente um maior risco de inadimplência e, como tal, são obrigados a pagar uma taxa mais elevada que a *prime rate* (taxa privilegiada de mais baixo custo), sendo essa diferença um prêmio ou provisão para compensar o risco maior.

A quebra do Banco Lehman Brothers

Essa *crise financeira* se tornou mais aguda e se transformou numa *crise econômica* – atingindo os setores produtivos e causando uma recessão de escala mundial - quando, em setembro de 2008, o tradicional banco de investimento estadunidense Lehman Brothers, fundado em 1850, foi obrigado a pedir falência, gerando um efeito dominó que se traduziu na crise dos créditos “subprimes”.

A quebra do Lehman Brothers foi seguida, no espaço de poucos dias, pela falência técnica da maior empresa seguradora dos Estados Unidos da América, a *American International Group* (AIG). O governo norte-americano, alarmado com o efeito sistêmico que a falência dessa tradicional e poderosa instituição financeira - abandonada às “soluções de mercado” - provocou nos mercados financeiros mundiais, resolveu, em vinte e quatro horas, injetar oitenta e cinco bilhões de dólares de dinheiro público na AIG, para salvar suas operações.

Mas, em poucas semanas, a crise norte-americana já atravessava o Atlântico: a Islândia estatizou o segundo maior banco do país, que passava por sérias dificuldades.

Para evitar um colapso geral, o governo norte-americano reestatizou as agências de crédito imobiliário *Fannie Mae* e *Freddie Mac*, privatizadas em 1968. A crise financeira foi aparentemente evitada, mas, a essa altura, a crise econômica já se havia espalhado por todo o mundo.

A recessão atingiu a maioria dos países industrializados, como Estados Unidos, Inglaterra e França, e, em menor escala, os emergentes, que foram beneficiados pelo extraordinário dinamismo da China e da Índia, que continuaram a crescer a taxas extremamente elevadas (entre 7 % e 10 % ao ano). Mesmo assim o Brasil, que ainda conseguira crescer 5,1 % em 2008, teve a economia estagnada em 2009, o que, de certa forma, abriu espaço para uma forte recuperação, no ano seguinte, quando a nossa economia cresceu 7,5 %.

A crise do mercado imobiliário dos Estados Unidos e dos chamados créditos “subprime” (que tinha base nesse mercado) impôs pesadas perdas a bancos tradicionais, de grande porte, como o *Citybank* de Nova York, (que, para recompor seu capital, foi obrigado a vender ações a fundos soberanos do Oriente Médio), o *Northern Rock* na Inglaterra (que recebeu empréstimos de 26 bilhões de libras - 34,5 bilhões de

euros – do Banco da Inglaterra e, ainda assim, para não quebrar, foi “nacionalizado” pelo Governo britânico, no dia 17.02.2008) e o *Société Generale* (o segundo maior banco da França que escandalizou os mercados financeiros, com um prejuízo de US\$ 7 bilhões).

A Análise da Revista Economist

Ainda no início da crise, a revista *Economist*, em seu relatório especial “Paradise Lost – A special report on international banking” (May, 17th 2008, p. 17) estimou que as perdas e baixas de ativos (“write-downs”) já chegavam, naquela época, a 335 bilhões de dólares.

Também em função da mesma crise, O *WestLB*, um banco estatal da Renânia do Norte-Vestfália, na Alemanha, teve um prejuízo de mais um bilhão de euros no ano passado e estava recebendo do governo uma injeção de capital de 5 bilhões de euros para superar a crise. A revista *Economist* apresentava um Panteão da Vergonha (“Hall of Shame”), que destacava os bancos que registraram maiores perdas com a crise, liderados pelo Citybank e pelo UBS (União de Bancos Suíços, agora apelidado em inglês “Used to Be Smart”, ou seja, “costumava ser esperto...”) e seguidos pelos Bancos Merrill Lynch, Bank of America, Royal Bank of Scotland, Morgan Stanley, HSBC, JPMorgan Chase e Credit Suisse.

A revista *Economist* relatou que os analistas especializados previam que essa era a maior crise financeira dos últimos 20 anos, estimando-se que ela duraria mais que o esperado, em função de sua gravidade, medida pelo número de trimestres cujos lucros foram perdidos desde o seu início. Esse indicador mostrava que o colapso do mercado “subprime” havia superado o de crises anteriores como a do México de 1994-1995, a da Ásia e Rússia (que também atingiu o Brasil) de 1997-1999 e a dos dotcom (bolha das empresas de alta tecnologia, vinculadas à internet) das empresas de telecomunicações²⁰ e da empresa de energia Enron²¹ de 2000-2001.

²⁰ Ver a respeito na edição da *Economist* de 20-26 de julho de 2002, o *special report* sobre *The Telecom Crises* (p. 59).

²¹ A ENRON era uma grande empresa americana do setor de energia, que pediu concordata em dezembro de 2001, após ter sido alvo de uma série de denúncias de fraudes contábeis e fiscais. Com uma dívida de US\$ 13 bilhões, o grupo arrastou consigo a Arthur Andersen, que fazia a sua auditoria. Cf. Entenda o Caso Enron, *Folha de São Paulo*, 27 de maio de 2005.

Argumentava a revista que a crise eclodiu exatamente porque os bancos são instituições muito especiais. A base do seu negócio é intrinsecamente frágil, vez que “even the strongest bank cannot survive a severe loss of confidence”²². Por isso o Bear Stearns,

“an institution with a long record of surviving crises, was brought to its knees in a matter of days as clients and counterparties withdrew funding... HBOS, a big British bank with a healthy funding profile, watched its shares plummet on a single day in March as short-sellers fanned rumours that it was in trouble. It survived, but the confidence trick on which banking depends – persuading depositors and creditors that they can get their money back when they want – was suddenly laid bare”²³.

O Bear Stearns era um banco de 85 anos que, para não falir, teve de receber um pacote de ajuda do Fed americano (a primeira intervenção desse tipo desde os anos 30 do século passado) e, ainda assim, foi obrigado a vender o seu controle ao J. P. Morgan, por um preço simbólico.

De qualquer modo procurava-se caracterizar o problema como uma crise de liquidez e credibilidade, provocada por alguns erros de gestão e falhas de regulamentação e supervisão (os fatores causais, no nosso entender) e potencializada por um alentado espectro de fatores de realimentação ou propagação dessa conjuntura de dificuldades financeiras²⁴.

²² Mesmo o banco mais sólido não pode sobreviver a uma grave crise de confiança.

²³ Uma instituição com uma longa tradição de sobrevivência a crises foi posta de joelhos quando os seus clientes e depositantes retiraram os seus recursos... HBOS, um grande banco inglês com um perfil de passivos saudáveis, testemunhou uma forte desvalorização de suas ações, em um único dia, à medida que operadores de mercados futuros espalhavam boatos de que ele estava em dificuldades. Ele sobreviveu, mas a armadilha da confiança da qual depende qualquer banco – convencendo depositantes e credores de que eles podem obter o seu dinheiro de volta quando necessitarem - subitamente foi posta a nu.

²⁴ A análise da *Economist* é bastante complexa e não de todo esclarecedora, porque reflete em parte o ponto de vista do próprio sistema bancário que entrou em crise e procura justificativas para o comportamento dos bancos, alegando que os riscos são parte do ofício e que os defeitos e erros tendem a ser corrigidos mais cedo ou mais tarde.

IV Raízes das Crises Financeiras e Econômicas

A função creditícia é, por sua própria natureza, uma atividade econômica particularmente arriscada, porque se fundamenta na confiança (de *credere*, o verbo latino que tanto significa emprestar como confiar) atribuída pelo credor ao creditado e nas projeções que um e outro fazem em relação a um futuro naturalmente incerto e cada vez menos previsível.

Por isso são comuns, na história econômica, os casos de fracassos e quebras de muitas instituições financeiras, provocando perda de confiança do público e crises financeiras que terminam por contaminar o mundo real da produção e do comércio, degenerando em recessões e depressões econômicas. Em seu livro *Manias, Pânico e Crashes – Um histórico das Crises Financeiras*, já citado, o professor Charles Kindleberger apresenta uma análise dos episódios mais relevantes desse tipo, desde a Guerra dos Trinta Anos (1618-1623) aos dias atuais.

Essas crises se tornaram mais frequentes a partir da segunda metade do século passado, particularmente depois dos choques do petróleo dos anos setenta, que geraram vultosos fluxos de capitais em busca de aplicações nos mercados internacionais e abriram mercados novos para os bancos comerciais, nem sempre competentes ou cuidadosos na reciclagem planetária desses fundos.

Crises Bancárias

As crises bancárias se tornaram frequentes nas últimas décadas. Entre 1980 e 1998, o mundo registrou 105 ocorrências, a maior parte (63) nos anos 1990 – índice muito maior que nas décadas anteriores²⁵. Conforme ressaltam Luiz Carlos Prado e Dulce Monteiro Filha, no artigo “O BNDES e os Acordos de Capital de Basileia”, publicado na Revista do BNDES (Rio de Janeiro, vol. 12, n. 23, p. 177-200, junho de 2005).

²⁵ Cf. Luiz Sugimoto, Assessoria de Imprensa da Universidade de Campinas, 2 a 28 de junho de 2002.

Nas principais economias maduras o número e a importância das falências bancárias cresceram na década de 1990. No Reino Unido, no início da década, um grande número de pequenos e médios bancos especializados em empréstimos para determinadas regiões, setores industriais ou grupos étnicos passou por dificuldades financeiras, situação que foi agravada com a falência em julho de 1991 do Bank of Credit and Commerce International (BCCI). Esses pequenos bancos foram obrigados a aumentar sua liquidez e reduzir seus ativos totais, que declinaram em 25% no período 1990/92. Três desses bancos (Chancery, Edington e Authority) acabaram por falir em 1991.

Com a crise de liquidez do National Mortgage Bank (NMB), o Banco da Inglaterra foi obrigado a intervir através de transferência de fundos para o NMB e vários outros bancos. Porém, a mais importante falência do período foi, em 1995, do Baring Brothers, um dos mais antigos bancos de investimento britânico.

Nos Estados Unidos, enquanto a maioria das falências bancárias no período 1980/2000 foi de pequenos bancos, o Federal Reserve foi obrigado a intervir em algumas crises de maiores dimensões. Algumas ocorreram antes do Basileia I, como a falência, em 1984, do Continental Illinois National Bank, o sétimo banco comercial dos Estados Unidos, seguindo-se a falência de outros 79 bancos. Mas na década de 1990 um grande número de instituições de pequeno porte também passou por graves problemas financeiros, entre as quais faliram o BestBank em 1998, o The National Bank of Keystone e o Pacific Thrift and Loan.

No Japão, o período 1994/96 foi marcado por várias falências de instituições financeiras. Em dezembro de 1994 duas cooperativas de crédito urbanas faliram, o Tokyo Kyowa e o Anzen. Em julho de 1995 faliu o Cosmo Credit Cooperative, seguido das falências do Hyogo Bank e do Kizy Credit Cooperative em agosto. Entre 1995 e 1996 as jusen (empresas de crédito imobiliário) passaram por uma grande crise, tendo sido ajudadas por dinheiro público.

Em 1997 o Nippon Credit Bank (NCB) foi obrigado a reestruturar-se, e em seguida o Hokkaido Takushoky Bank (HTB), que tinha um ativo de Y 9,5 trilhões, declarou falência. Em novembro de 1997 a crise agravou-se com a reestruturação do Sanyo Securities e a falência do Yamaichi Securities, uma das quatro maiores corretoras

ras do Japão, com ativos de Y 22 trilhões. Finalmente, em 26 de novembro de 1997 foi anunciada a falência do Tokyo City Bank ²⁶.

Mesmo na atual crise do “subprime”, que não caracteriza estritamente uma crise bancária, mais de 380 bancos comerciais dos Estados Unidos encerraram as suas atividades, nos últimos três anos, desde a queda do Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008 ²⁷.

As *causas aparentes e imediatas da crise atual* são bem conhecidas: o colapso do mercado de hipotecas “subprime” dos Estados Unidos, que gerou pânico nos mercados, elevou o risco sistêmico e se espalhou por todo o sistema financeiro, incluindo bancos de investimento, fundos de hedge, bancos comerciais, seguradoras e mercados de ações, de câmbio e de commodities.

As *causas verdadeiras* – que explicam a extensão e profundidade da crise – tem origens mais remotas, que podem ser diferenciadas entre:

- fatores causais propriamente ditos, de um lado, e
- mecanismos de propagação, de outro.

Fatores Causais da Crise “subprime”

Entre os fatores causais da crise de 2008 podemos identificar a má gestão das instituições financeiras, buscando lucros elevados em curto prazo, em detrimento da segurança e da boa prática bancária, o que foi agravado pela falta de adequada e suficiente supervisão da parte das agências reguladoras dos governos nacionais.

Isso foi consequência das políticas de *fundamentalismo de mercado*, que, lideradas por Margareth Thatcher e Ronald Reagan, se espalharam pelo mundo, a partir dos anos 80 do século passado, e postu-

²⁶ Na crise financeira desse ano a Bolsa de Hong Kong caiu 25% em quatro dias (outubro) e o won sul-coreano entrou em colapso (novembro). No Japão, a falência da Yamaichi Securities mostrou a fragilidade das empresas financeiras do país. Em agosto do ano seguinte, a Rússia desvalorizou o rublo. No mesmo ano, em seguida à crise russa, o Brasil foi forçado a negociar um pacote de ajuda de cerca de US\$ 40 bilhões com o FMI, em plena campanha eleitoral, para evitar o colapso da moeda, o que terminou por ocorrer – com a desvalorização do real - em janeiro de 1999, depois das eleições.

²⁷ Cf. *Correio Braziliense*, 16.09.2011, p.13.

lavam uma forte desregulamentação da atividade econômica, e, em particular, dos sistemas financeiros.

Tudo acontecendo, ademais, num contexto de intensa inovação e multiplicação de papéis e instrumentos de captação de recursos do público, provocando um *progressivo descolamento entre a economia virtual do mercado financeiro e a economia real do sistema produtivo*. Entre 1980 e 2006, por exemplo, o PIB mundial cresceu 4,8 vezes – de 10, 1 para 48 trilhões de dólares. Em paralelo, o valor dos depósitos bancários, títulos e ações elevou-se de 12 para 167 trilhões. A relação entre o mercado financeiro e o PIB real aumentou assim de 1,2 para 3,5 (*Folha de São Paulo*, 18.10.2008). Mais recentemente essa relação se elevou de 1 para 10.

Na análise do *Economist*, mencionada linhas atrás (edição de May, 17th 2008), os *fatores causais* – ou “core ingredients”, na linguagem dessa Revista – foram:

- excessiva e açodada expansão dos empréstimos;
- investimentos descuidados e
- falha generalizada dos mecanismos e técnicas de gestão de riscos (p.10).

Em síntese, má gestão, governança inadequada e supervisão ineficaz ou insuficiente.

Mecanismos amplificadores ou fatores de propagação

Os efeitos iniciais dessas causas básicas foram potencializados pela conjugação de três fatores adicionais:

- 1) o fenômeno da globalização, sob a forma de um aumento dos fluxos internacionais de comércio a taxas superiores às da elevação do PIB mundial, que aumentou a interdependência entre as economias e sistemas financeiros de todo o mundo;
- 2) a crescente sofisticação tecnológica dos instrumentos financeiros, induzidas pelo avanço das TICs (tecnologias da informação e da comunicação) e

3) em paralelo, o enfraquecimento dos mecanismos de regulação e controle por parte dos governos nacionais, na ausência de quaisquer mecanismos de regulação internacional.

Além disso, no moderno sistema bancário internacional, o impacto da crise é multiplicado por diversos *amplificadores* que aumentam o seu impacto para cima ou para baixo, gerando incertezas.

Entre esses amplificadores, são mencionados pela revista *Economist*:

a) o uso de derivativos²⁸ fazendo com que os bancos fiquem expostos a riscos de ativos cuja propriedade na realidade eles não têm;

b) a aplicação do princípio do “fair value accounting”, ou de avaliação dos ativos pelo valor de mercado atual, o que implica largas variações desse valor ao longo do tempo, agravando a situação nos processos de baixa ou de alta;

c) os riscos associados (*counterpart risk*) ou efeitos secundários decorrentes das transações interbancárias;

d) e, o mais importante de todos, a *alavancagem excessiva* (“excessive leverage”). No caso do Bear Stearns, por exemplo, o índice de alavancagem²⁹ (ativos/PL) aumentou de 26,0 em 2005 para 32,8 em 2007.

²⁸ DERIVATIVOS são instrumentos financeiros cujos preços de mercado *derivam* ou resultam dos preços de mercado de outros ativos (bens ou instrumentos financeiros). É o que ocorre quando o valor das transações depende do comportamento futuro de outros mercados, como os mercados de ações, câmbio ou juros. Os derivativos foram criados com o objetivo de se transferir riscos entre os participantes do mercado, permitindo que se negocie apenas a oscilação de preços dos ativos sem necessidade de negociação física do ativo considerado. Podem representar uma ferramenta valiosa de proteção contra o risco da oscilação de preço dos ativos, mas podem descambar rapidamente para a especulação, e aí é que está o perigo que eles tem representado para os sistemas financeiros de todo o mundo.

²⁹ Alavancagem é a relação entre os recursos próprios ou internos de uma empresa (capital e reservas) e aqueles de natureza externa, mobilizados sob a forma de empréstimos e financiamentos. Os bancos e outras organizações financeiras são instituições que operam basicamente com depósitos de terceiros, a partir de uma base relativamente pequena de recursos próprios. Obviamente, isso implica um risco, que será tanto maior quanto mais elevada for o índice de alavancagem. Por isso, ela é delimitada e controlada pela entidades reguladoras do mercado bancário.

Ademais os bancos se expuseram de forma muito arriscada fazendo *alavancagem de produtos*, por intermédio de mecanismos complexos como os CDOs - “Collateralized debt obligations”, um típico produto de crédito estruturado de invenção relativamente recente (final da década de 1980) que se evidenciou mal avaliado para agências de “rating” e com uma tendência para rápida desvalorização em resposta a qualquer aperto de liquidez.

Os bancos também agiram de forma irresponsável praticando a chamada *alavancagem de liquidez*, com o uso de SIVs – “structured investment vehicles – outra inovação da engenharia financeira (cujo nome sofisticado, esconde, na realidade, uma malandragem muito antiga e perigosa), através dos quais os bancos tomam emprestado a curto prazo, com juros baixos, e repassam os recursos a longo prazo, com juros mais elevados, ganhando a diferença de taxas, mas ficando muito expostos aos humores da liquidez do mercado.

Além dos bancos, outras instituições colaboraram para o surgimento da crise:

- as agências de avaliação de crédito, que valorizaram erradamente os empréstimos hipotecários;
- as empresas de seguros, como as *monolines*, especializadas na prestação de garantias sobre títulos (“bonds”) imobiliários ou papéis emitidos por governos municipais e estaduais;
- as instituições não regulamentadas que entraram no mercado de hipotecas;
- os bancos centrais que deveriam ter apertado o crédito mais cedo,
- além dos próprios investidores, que, engolfados em um “global glut of liquidity” e ávidos por aplicar os vultosos recursos oriundos de exportadores de petróleo, economias emergentes em franca ascensão e fundos soberanos, não tomaram os cuidados e precauções necessárias³⁰.

³⁰ A pesquisa da revista é muito longa e um tanto desarticulada e esta breve análise não faz justiça ao esforço de investigação realizado. Mas a sua avaliação apresenta muitos indicadores que explicam os riscos e as fragilidades do sistema bancário internacional nos dias de hoje.

Antecipação da Crise: Os Profetas Ignorados

Teria sido possível evitar essa crise? Aqui é interessante registrar que não faltaram advertências de alguns profetas do Apocalipse, cujos prognósticos pessimistas foram ignorados no ambiente festivo do cassino financeiro que vem dominando os mercados internacionais.

Iniciada a crise, ela se propagou com extrema rapidez em função da crescente interpenetração dos mercados financeiros, da globalização dos mercados de bens e serviços e da intensa especulação gerada por aquilo que o então Presidente do FED americano, Alan Greenspan, numa conferência de ‘black tie’ no Washington Hilton Hotel, no dia 5 de dezembro de 1996, havia classificado como “exuberância irracional” dos agentes econômicos.

Exuberância Irracional

Com base nessa expressão de Greenspan, o professor Robert Shiller, da Universidade de Yale, publicou em 2000 um livro a que deu o título de *Irrational Exuberance* (Princeton University Press) e que se tornou um New York Times best-seller. Aí ele advertia que o mercado de ações tinha se transformado em uma bolha (*bubble*) em março de 2000 (quando ele se encontrava num pico de valorização) e que isso poderia levar a uma queda rápida. Uma figura do seu livro mostrava com clareza como os preços das ações subiram muito acima do que poderia esperar da evolução dos rendimentos efetivos das empresas (e também da tendência dos dividendos) e dos níveis de taxas de juros.

Em 2005, numa entrevista à NBC, ele argumentou que no longo prazo os preços dos imóveis não poderiam subir mais que a inflação, salvo em áreas com alguma restrição de uso de solo, e que tendiam a acompanhar o valor dos custos de construção acrescido do lucro econômico normal.

Na 2ª. edição do seu livro, em 2005, Shiller advertiu novamente:

o mercado de ações não desceu aos seus níveis históricos: a relação preço/lucro, como eu a defino neste livro, ainda está, no momento em que escrevo este livro (2005) muito acima da média histórica... As pessoas ainda têm muito confiança nos mercados e acreditam firmemente que prestando atenção às flutuações no valor dos seus investimentos podem algum dia tornar-se ricas e assim elas não to-

mam cautelas ou adotam estratégias conservadoras para a eventualidade de resultados negativos

Suas advertências foram ignoradas até que no final de 2006 e início de 2007, as pessoas começaram a perceber os riscos do mercado imobiliário.

O Doutor Apocalypse

Mais recentemente ganhou notoriedade o professor Nouriel Roubini³¹, da Universidade de Nova York, porque, no dia 7 de setembro de 2006, numa conferência pronunciada para um grupo de economistas do FMI, ele antecipou, com muita precisão, que uma crise financeira estava em gestação, incluindo uma explosão da bolha imobiliária, um choque dos preços do petróleo, perda de confiança dos consumidores e ao final uma profunda recessão.

Ele detalhou exatamente a sequência de todos os eventos que iriam gerar a crise nos vários mercados. Suas previsões não foram levadas a sério, mas quando elas foram confirmadas com muita exatidão ele se tornou uma celebridade, recebendo o apelido de *Dr. Apocalypse*.

As Previsões de Stiglitz

Joseph Stiglitz, em seu excelente livro *Freefall – America, Free Markets and the Sinking of the World Economy*³², comenta que, há

³¹ Um judeu de origem persa, nascido na Turquia e educado em Israel, Itália e Estados Unidos (onde doutorou-se na Universidade de Harvard) e hoje cidadão americano.

³² *Queda Livre: A América, os Mercados Livres e o Naufrágio da Economia Mundial*. Publicado por New York: W. W. Norton Co., 2010. Infelizmente somente tomamos conhecimento desse livro – que ainda não conseguimos ler integralmente – depois que este texto já estava escrito. Stiglitz se considera um especialista em crises, inclusive porque era o Economista Chefe do Banco Mundial, quando eclodiu a crise do Sudeste Asiático de 1997-1998. Sua análise – do pouco que pudemos compulsar – parece ser a mais completa e profunda avaliação dos fatores que explicam a crise do subprime. Stiglitz foi presidente do Conselho de Assesores Econômicos (*Council of Economic Advisers*) no governo do Presidente Clinton (1995-1997), Vice-Presidente Sênior para Políticas de Desenvolvimento do Banco Mundial, onde se tornou seu economista chefe. Recebeu, juntamente com A. Michael Spence and George A. Akerlof, o *Prêmio Nobel de Economia* em 2001 "por criar os fundamentos da teoria dos mercados com informações assimétricas". Stiglitz formou-se no Amherst College (B.A., 1964), em Massachusetts, e no Massachusetts Institute of Technology (Ph.D., 1967). Lecionou em várias importantes universidades americanas, dentre elas Yale, Harvard e Stanford. Em 2001 Stiglitz tornou-se professor de economia, administração de empresas e negócios internacionais na Columbia University em Nova York.

muitos anos, ele e outros economistas keynesianos, como Paul Krugman, Stephen Roach (do Banco Morgan Stanley's), Robert Wescott (ex-membro do Conselho de Assessores Econômicos do Governo Clinton), além dos já mencionados Shiller e Roubini e do financista Robert Soros, vinham antecipando essa crise e feito repetidas advertências a respeito.

VI O Desafio Atual: uma Superposição de Crises

Quando a economia mundial começava a se recuperar eis que uma nova crise é deflagrada na União Europeia e se superpõe àquela iniciada pela do *subprime*.

Os Desequilíbrios dos Países da União Europeia

Desta vez não temos apenas uma *crise conjuntural*, oriunda do setor privado, de simples queda de demanda e recessão, mas, adicionalmente, uma *crise estrutural* de finanças governamentais, de responsabilidade do setor público, mais profunda e complexa, que resultou do excessivo endividamento e dos desequilíbrios orçamentários de alguns países da zona do Euro, localizados na Europa Meridional, e cruelmente classificados como PIGS (literalmente, *porcos*, em inglês) – Portugal, Itália, Grécia e Espanha³³.

Ela se superpõe à crise do “subprime”, mas sofre também a influência reversa dos problemas surgidos do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos, com a briga política em torno dos limites máximos de endividamento desse país, que ainda é hoje a maior economia e o maior devedor do mundo.

Contradições da Economia Unificada do Euro

No caso da UE, o problema resultou também de algumas contradições básicas desse modelo de economia unificada. Do ponto de vista político ninguém pode negar que a consolidação da Zona do Euro foi uma extraordinária demonstração daquilo que, em inglês se denomina

³³ Ignorando o caso da Irlanda, também incluída nesse grupo.

como *statecraft ou statesmanship* e que podemos traduzir como capacidade e sabedoria no manejo de questões públicas, ou seja, do engenho e arte dos estadistas europeus que patrocinaram a sua criação.

Ao longo de mais de 50 anos de esforços, conseguiu-se reunir em um mesmo bloco econômico, 27 países historicamente afastados por diferenças culturais, rivalidades políticas e conflitos bélicos.

O apogeu dessa união parecia ter sido alcançado quando, no dia 1º de janeiro de 2002, dentre esses 27 países, 17 adotaram o euro como moeda comum³⁴.

O ex-ministro Simonsen costumava parafrasear Pascal dizendo que a política tem razões que a economia desconhece. E aqui poderíamos acrescentar, em contrapartida, que a economia tem exigências que a política ignora.

A formidável engenharia da superestrutura política da União Europeia não foi respaldada por uma sólida base de infraestrutura econômica, gerando contradições e disfunções que agora estão cobrando o seu preço.

Unificação Monetária sem Coordenação Fiscal

Em primeiro lugar, a unificação monetária não teve como contrapartida uma unificação fiscal. Como cada país mantém a sua soberania e a sua capacidade para gastar, tributar e endividar-se, isso significa que a União Europeia é uma organização muito capenga em termos de instrumentos para manejo de políticas econômicas: somente pode utilizar a *política monetária*, mas não a *política fiscal*, que, em situações de recessão ou inflação, é exatamente o mecanismo de intervenção mais eficaz e importante.

A Cisão entre os Países do Norte e do Sul da Europa

Em segundo lugar, historicamente sempre existiu uma separação e uma desigualdade muito grande entre os vários quadrantes do continente europeu, ou seja, primeiro, entre a Europa Oriental e a Europa Ocidental, e, depois, dentro desta última, entre os países do Norte e os do Sul.

³⁴ Na realidade, nesse dia, apenas 12 países aderiram ao euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal. Outros, como Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Países Baixos, além de Chipre e Malta, aderiram depois.

À medida que a União se foi expandindo e terminou por incorporar os países do sul – mediterrâneos e atlânticos – um desequilíbrio muito forte se estabeleceu entre

- um primeiro grupo de países fortes economicamente, prudentes e responsáveis (do ponto de vista fiscal) e altamente competitivos, no contexto internacional (a exemplo de Alemanha e Holanda) e
- um segundo grupo mais fraco economicamente, menos competitivo e mais desorganizado do ponto de vista das finanças públicas (como os mencionados PIGS).

O resultado é o desequilíbrio mostrado na tabela 2, abaixo, em termos de saldos de transações correntes de alguns países selecionados da União Europeia.

Note-se que no Grupo A, dos países mais fortes e competitivos, apenas a França destoa do conjunto, com um déficit de transações correntes ainda assim controlável, ao nível de 2,6 % do PIB. E todos têm déficits orçamentários (sendo o mais elevado exatamente o da França), à exceção da Suécia, que apresenta a situação mais sólida.

Tabela 2 - balanços externos e fiscais de países selecionados da zona do euro (2011)

PAÍSES	BALANÇO DE TRANSAÇÕES CORRENTES		SALDO ORÇAMENTÁRIO COMO % DO PIB
	US\$bilhões	% PIB	
Alemanha	189,2	5,0	-1,7
Holanda	61,8	7,3	-3,8
Áustria	10,7	1,4	-3,7
Bélgica	2,7	1,6	-3,8
França	-63,4	-2,6	-5,8
Suécia (a)	35,0	6,4	0,6
<i>Subtotal A</i>	<i>236,0</i>		
Itália	-83,3	-3,7	-3,7
Portugal	-20,6	-9,0	-5,9
Espanha	-61,6	-4,4	-6,5
Grécia	-31,9	-8,3	-10,0
<i>Subtotal B</i>	<i>-197,4</i>		
<i>Diferença A - B</i>	<i>38,6</i>		
<i>ÁREA DO EURO</i>	<i>-87,8</i>	<i>-0,5</i>	<i>-4,2</i>

FONTE: Economist, 10-16, September, 2011, salvo para os dados de Portugal que são do FMI
Notas: (a) A Suécia faz parte da União Europeia, mas não aderiu ao euro.

Já no Grupo B, dos países mais fracos e menos competitivos, todos se apresentam numa situação econômica muito precária, especialmente Portugal e Grécia, que têm déficits de transações correntes da ordem de 9 e 8 % dos respectivos produtos (PIB), além de elevados déficits orçamentários, muito acima dos limites estabelecidos quando de seu ingresso na União Europeia (em torno de 3 % do PIB, como limite máximo).

Esses déficits somente são sustentáveis se houver alguém disposto a financiá-los com recursos oriundos do setor privado ou do setor público. No caso do déficit orçamentário, ele pode ser compensado com a mobilização de recursos domésticos ou internos. Já o déficit de balanço de pagamentos demanda sempre um financiamento externo, proveniente de outro país ou de alguma organização financeira multilateral, como Banco Mundial, FMI, BCE, Fundo Europeu de Estabilização etc. Se o déficit público tem a mesma dimensão que o déficit de transações correntes, temos o caso dos *déficits gêmeos* e, nesta hipótese, ambos podem ser compensados por uma mesma operação financeira. Vale dizer, a entrada de capitais, que financia o déficit externo, tem como contrapartida o financiamento interno do déficit do orçamento público.

Na ausência desse apoio oficial, a consequência natural é a perda de confiança do setor privado, a piora na classificação dos créditos do país devedor, a retração de crédito da parte dos seus financiadores tradicionais, a elevação da taxa de juros para compensar o maior risco, deflagrando-se o conhecido círculo vicioso de uma crise financeira, que se transforma em crise econômica e termina por gerar uma crise política e social. Os bancos começam a desconfiar uns dos outros, fechando as portas do comércio interbancário, num processo que pode degenerar numa crise bancária de proporções imprevisíveis.

Por isso, a Comunidade do Euro está enfrentando um grave problema que se desdobra em duas dimensões: a) uma *crise conjuntural* de curto prazo, que demanda soluções imediatas ou urgentes; b) *uma crise estrutural, de baixa competitividade* dos países do Grupo B, que somente pode ser equacionada no contexto de uma estratégia de longo prazo.

Não se pode ignorar que a EU tentou prevenir a crise estrutural acima referida com a adoção de um programa de transferências de recursos dos países mais ricos para aqueles menos desenvolvidos e com a

imposição de limites e regras de disciplina fiscal e orçamentária, como condição para o ingresso na União. Mas hoje é evidente que essas regras não foram cumpridas – sendo que alguns países, como a Grécia, chegaram a falsificar suas estatísticas de finanças públicas³⁵ – o que vem agravando a natural resistência dos países mais ricos - que pagavam a conta dessas transferências - para aumentar a ajuda aos países hoje em dificuldades.

Foi feito um grande esforço de mobilização de recursos do Banco Central Europeu, do Fundo Europeu de Estabilização, do FMI e, mais recentemente, de bancos centrais de outros países, e até do grupo dos BRICs emergentes, para tentar aportar recursos adicionais visando a sustentar o programa de reestruturação dos PIGS e também reduzir a perigosa pressão que começa a ameaçar a estabilidade dos bancos europeus.

Mas esses programas de reestruturação fiscal, com redução de gastos e de endividamento e aumento de impostos enfrentam, naturalmente, forte oposição política, além de serem flagrantemente inoportunos, pois, numa situação de forte recessão, o normal seria aumentar gastos e reduzir tributos.

Alguns entendem que, na situação em que se encontram, os PIGS devem considerar até mesmo a hipótese do *calote* – como disse recentemente numa reunião do G7 na Polônia, a Ministra da Fazenda da Áustria, Maria Fetcher – uma solução extrema que teria naturalmente graves repercussões e impactos sobre o sistema financeiro e bancário da Europa e a credibilidade do euro.

A Questão da Competitividade

Se a questão conjuntural já é difícil de resolver, mais complicada ainda é a questão estrutural, ou seja, a da baixa competitividade dos PIGS.

E aqui entra em ação outra disfunção do euro, um terceiro problema criado pela moeda única em relação a esses países: a impossibilidade de utilizar a taxa de câmbio para tentar corrigir os seus déficits de balanço de pagamentos. A taxa de câmbio é uma só, tanto para a Alemanha forte como para a Grécia fraca.

³⁵ Recentemente Portugal informou que a Região Autônoma da Madeira havia esquecido de informar um débito de mais de um bilhão e cem milhões de euros! Cf. *Correio Braziliense*, 17.09.2011, p. 19.

A competitividade de qualquer país depende da relação entre o nível de salários reais e o produto gerado por unidade de trabalho. Vale dizer, entre o custo de sua mão de obra, de um lado, e a produtividade dessa mesma mão de obra, de outro³⁶.

Com uma taxa de câmbio fixa, em função da moeda comum (euro), os países somente podem ganhar competitividade de duas maneiras: a) reduzindo salários reais, ou b) elevando substancial e rapidamente a produtividade de sua mão de obra. A primeira hipótese é inviável porque os salários nominais são irredutíveis e também porque não existe a possibilidade de redução dos salários reais, via inflação. Já a segunda hipótese – embora possível e até inarredável – depende de reformas estruturais profundas e penosas e de um longo período de ajustamento.

Por isso, alguns observadores já admitem até mesmo a possibilidade de esses países abandonarem o euro, como única forma de conseguir superar os seus problemas de balanço de pagamentos.

O Problema da Moeda Reserva (para transações internacionais)

Por último, para compor um quadro sem precedentes de dificuldades nas relações financeiras internacionais, tivemos há pouco o rebaixamento da avaliação da dívida soberana dos Estados Unidos, que tem sido e continua a ser o principal emissor de *moeda reserva* do mundo, desde a implosão do padrão ouro e o esvaziamento da função da libra esterlina.

Foi uma avaliação que não teve maiores consequências porque continuamos sem alternativas para substituição do dólar na sua função como moeda reserva para transações internacionais. Mas é um novo

³⁶ Obviamente, a questão da competitividade na vida real é bem mais complexa do que aquela implícita nos conceitos abstratos dos economistas. E aqui temos pelo menos dois enfoques importantes: o da *competitividade macro*, no contexto dos sistemas econômicos nacionais; e o da *competitividade micro*, na perspectiva das relações entre empresas de um mesmo sistema econômico. No primeiro nível, o *World Economic Forum* define competitividade como “o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país”, acrescentando que a produtividade, por sua vez, “define o nível de prosperidade sustentável que pode ser alcançado pela economia nacional”, em termos de mais elevados padrões de renda para os seus cidadãos. Ver *The Global Competitiveness Report 2008–2009*. No segundo nível podemos adotar o conceito de Michael Porter, para quem a competitividade é (do ponto de vista de uma empresa) a habilidade ou talento resultantes de conhecimentos adquiridos capazes de criar e sustentar um desempenho superior ao desenvolvido pelos concorrentes (In *A vantagem competitiva das nações.*, 1993, Rio de Janeiro: Editora Campus).

alerta em relação a uma disfunção do sistema financeiro internacional, que vem de longa data e jamais foi equacionada com seriedade e vontade de buscar uma solução – porque isso nunca interessou aos poderosos do momento – mas que algum dia precisará ser corrigida ou eliminada.

VII O Impacto Sobre a Economia Brasileira

A crise atual, que já dura mais de três anos e agora apresenta novos desdobramentos preocupantes, é, sem dúvida, a mais grave desde a Grande Depressão de 1929. E ninguém sabe exatamente quando ela poderá ser debelada, dada a complexidade de fatores que estão na sua origem.

Na sua dimensão conjuntural, podemos identificar como suas causas três fatores estreitamente associados (como já referido anteriormente): a globalização dos mercados, o processo de acelerada inovação e expansão dos instrumentos financeiros e a leniência e omissão dos órgãos reguladores, que deram muita liberdade às instituições financeiras privadas para expandir crédito e fazer especulação, sem a devida atenção às regras elementares da boa prática bancária. Essa liberdade excessiva, por sua vez, foi consequência dos programas de liberalização econômica e reforma do estado que foram iniciados por Margaret Thatcher (Primeira Ministra da Inglaterra de 1979 a 1990) e Ronald Reagan (Presidente dos Estados Unidos de 1981 a 1989) e dominaram o mundo nas duas últimas décadas do século passado. Essa postura radical, que se tem caracterizado como *fundamentalismo de mercado*, já provocou estragos suficientes e encontra-se em fase de revisão e retração.

Já a crise fiscal tem raízes mais profundas e para sua solução são necessárias reformas estruturais que geralmente não têm muito suporte político em nenhuma parte do mundo.

Os Estados Unidos, o caso mais grave, tinham uma tradição de incorrer em elevados déficits públicos, em períodos de guerra, restabelecendo o equilíbrio orçamentário nos interregnos de paz. Nas últimas três décadas (de 1981 a 2010), porém, somente apresentaram superávit fiscal em quatro anos – os últimos três anos do governo Clinton (1998, 1999 e 2000) e o primeiro do seu sucessor (Bush, em 2001). De 2002 em diante o déficit só fez aumentar, estimando-se que alcance, no corrente ano, um recorde equivalente a 10,9 % do PIB, como resultado de

uma diferença entre despesas correspondentes a 25% do PIB (o índice mais elevado das três últimas décadas) e receitas de apenas 14,4 % do mesmo PIB (o índice mais baixo dos últimos trinta anos).³⁷

Para obter a aprovação do seu projeto de elevação do teto de endividamento do país, o governo Obama assumiu compromissos de redução de gastos. Como vai fazer isso em uma conjuntura ainda recessiva, esse é o grande enigma a ser decifrado. Especialmente se levarmos em conta que cerca de 76 % dos seus gastos públicos são praticamente incompressíveis, sendo 57 % para programas sociais (20 % para seguridade social, 22,6 % para saúde e 14,5 % para programas de amparo à renda, como assistência alimentar, seguro desemprego, assistência à habitação e assistência social) e 19,3 % para defesa. Não podendo contar com uma política fiscal expansionista, o arsenal anticíclico ficou reduzido às políticas monetárias, hoje já esgotadas, com juros próximos de zero e o mercado inundado de recursos líquidos, como resultado do chamado QE2 – *quantitative easing*³⁸. A crise internacional é grave e, mantidas as atuais condições, não temos ainda soluções à vista, embora elas sejam conhecidas e até um tanto óbvias. Essa não é uma questão de teoria ou de diagnóstico, mas um problema prático de decisão e ação que está constringida mais por fatores políticos e institucionais do que por razões técnicas ou econômicas

E como fica o Brasil? Respondendo a essa pergunta, em breve nota, preparada no dia 26 de outubro de 2008³⁹, quando a profundidade da crise já se tornara bem evidente, fizemos as seguintes observações:

³⁷ *Folha de São Paulo* de 7 de agosto de 2011.

³⁸ Depois de reduzir as taxas de juros de curto prazo para um nível próximo de zero, o instrumento tradicional de uma política monetária expansionista, o Fed intensificou o seu esforço de incentivo à economia promovendo compras de títulos de médio e longo prazo (o que reduz as taxas de juros correspondentes) e outros ativos financeiros, de modo a induzir a retomada de concessão de créditos pelo bancos e o aumento dos gastos de consumo da população. É isso o que se chama *quantitative easing* (facilitação quantitativa), algo que foi tentado duas vezes, primeiro em 2010 (QE1) e, mais recentemente (QE2), quando prometeu injetar no sistema econômico 900 bilhões de dólares, até o final deste ano. Como a economia ainda não reagiu o suficiente, já se fala em um eventual QE3, o que tem suscitado algumas controvérsias entre os economistas.

³⁹ Holanda, Nilson, *CRISE ECONÔMICA E IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA*, outubro de 2008, Versão resumida do primeiro capítulo (Antecedentes históricos: 1.1 – Crises financeiras no mundo moderno, 1.2 – A recente crise do chamado mercado sub-prime, 1.3 – A experiência brasileira) de um longo estudo preparado para a AFBNB (Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil) sobre BNB – CAMINHOS ESTRATÉGICOS PARA REAFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL (Síntese), Report 06 do Projeto da AFBNB, (versão de setembro de 2008).

Num primeiro momento o importante era manter a confiança e o otimismo e as autoridades disseram exatamente o que o público queria ouvir: os fundamentos da economia brasileira são sólidos, a nossa dependência externa se reduziu bastante, a inflação continua sob controle, o sistema financeiro está saneado, os investimentos do PAC continuam em andamento, em síntese, que pouco seremos afetados pela crise internacional. Em grande parte isso era verdadeiro, sob o ângulo econômico, e, sobretudo oportuno, e até necessário, do ponto de vista político.

A esta altura, porém, temos condições de visualizar com maior clareza os efeitos e impactos da crise sobre a economia brasileira. Esses impactos são transmitidos por dois canais principais: o financeiro, que diz respeito às relações financeiras internacionais, e o comercial (exportações e importações).

Do ponto de vista financeiro, a situação atual é exatamente oposta àquela que enfrentou o Brasil na crise asiática e da Rússia de 1997/98, que nos forçou a recorrer ao FMI. Hoje com um amplo colchão de divisas que nos torna credores externos, em termos líquidos, até podemos tripudiar sobre o FMI, como tem feito Lula, em algumas de suas declarações.

Mas as cousas não são assim tão simples. A crise chegou ao Brasil quando mais uma vez estávamos com o real sobrevalorizado e já prejudicando a balança comercial, desestimulando as exportações e incentivando uma febre importadora. Foi uma reedição do erro do governo FHC, que manteve o câmbio fixo e levou o país a uma grave debilidade externa, até que o próprio mercado, de forma traumática, reajustasse o câmbio, nos inícios de 1999. Foi esse reajuste que nos permitiu superar a armadilha do câmbio fixo e acumular as reservas de que hoje o governo se vangloria. Isso tudo aconteceu à revelia do governo FHC e Lula teve o mérito de manter o câmbio flexível.

Com a valorização do real, no entanto, ressurgiu um problema de desequilíbrio externo que julgávamos definitivamente superado. Houve uma rápida mudança no nosso balanço de pagamentos: o déficit de transações correntes que, no final dos anos 90, no governo FHC, estava assumindo proporções calamitosas, foi revertido a partir de 2003, graças à desvalorização do real em 1999. No triênio de 2004 a 2006 o nosso superávit nessa conta foi superior a 10 bilhões de dólares anuais, o que, associado à entrada de investimentos diretos, permitiu ao Brasil acumular um colchão de reservas superior a 200 bilhões de US.

Mas ao mesmo tempo em que se expandiam as exportações e, sobretudo, crescia o volume de investimentos diretos e aplicações financeiras de investidores estrangeiros, atraídos por nossas altas taxas de juros, aumentava a oferta de dólares e o real era valorizado.

Como o governo atual aderiu rigidamente (e também comodamente ou passivamente) à sua política de câmbio flexível, repetimos o erro do governo FHC permitindo uma elevada valorização do real (ou a desvalorização do dólar). Em conseqüência, as exportações foram desestimuladas e as importações explodiram. A favorável situação do nosso balanço de pagamentos foi revertida em 2007 com a queda do superávit para 1, 7 bilhões. Em 2008 já temos – até agosto – um déficit de 21,9 bilhões.

Mais recentemente a situação do câmbio se alterou radicalmente (mas a mudança no balanço de pagamentos vai demorar um pouco mais). A crise internacional incentivou as remessas de lucros e a saída de capitais externos do Brasil. O resultado foi uma forte desvalorização da Bolsa e uma acentuada elevação da taxa de câmbio. Isso é bom para o balanço externo, mas ruim para o controle da inflação.

Por outro lado, do ponto de vista das relações comerciais, os impactos da crise são todos negativos: redução das exportações, face à recessão que parece já estar instalada nos Estados Unidos e em alguns países europeus; piora dos termos de troca, com a queda dos preços das commodities que exportamos como soja e minério de ferro, redução da taxa de crescimento e aumento do desemprego. Isso vai atingir todos os países emergentes, como a Rússia, que aproveitou intensamente o “boom” do mercado de petróleo, e a China que tem nos Estados Unidos o seu principal mercado. Mas enquanto a China pode reduzir o seu crescimento do PIB de 10 para 7 % ao ano, o Brasil vai ter que reajustar suas metas de 4,5 para 3 % ou talvez menos. É uma taxa muito baixa que frustra todas as esperanças que foram embaladas pelo PAC e pelo novo Plano Plurianual, recentemente aprovado pelo Congresso.

Em seguida enfatizamos que essa não era a questão principal e que, do ponto de vista dos desafios e perspectivas do Brasil, o nosso grande problema era:

a falta de uma estratégia firme e de um *projeto coerente de desenvolvimento*, em função do que mais uma vez desperdiçamos uma grande oportunidade histórica que foi o período de expansão da economia mundial que agora se esgotou.

Como nem FHC nem Lula fizeram os ajustes necessários nas finanças públicas – ambos permaneceram sentados no sucesso do Plano Real e este último no sucesso adicional da desvalorização do real de 1999 em diante – o controle da inflação teve de ser feito somente pelo lado da política monetária, com altas taxas de juros. Essa política restritiva implicou num crescimento medíocre da economia brasileira, de pouco mais de 3 % ao ano, quando, aproveitando a favorável conjuntura internacional, a Índia crescia a 7 % (a.a.) e a China a 10 % (a.a.).

Houve uma expansão brutal das receitas públicas e o governo também não aproveitou isso para fazer investimentos ou reduzir a dívida pública e a absurdamente alta conta de juros (de mais de 100 bilhões de reais por ano, para um país que mal consegue fazer investimentos públicos de 10 a 20 bilhões de reais, anualmente). Preferiu aumentar os gastos de custeio e nos últimos meses tomou medidas que vão expandir bastante as despesas de pessoal.

Agora teremos uma desaceleração do crescimento em função da queda das exportações, da baixa dos preços de produtos exportados (o que gera uma piora nas relações de troca, se os preços das importações não baixarem na mesma proporção), retração de investimentos internos e externos, desemprego e redução do consumo e, por consequência, queda de demanda exatamente dos setores mais dinâmicos da economia nacional, como a indústria automobilística, de eletrônicos e de outros bens de consumo durável. Haverá também queda da taxa de aumento das receitas fiscais (ou até redução), agravando o estrangulamento financeiro do setor público.

O governo vem adotando uma estratégia agressiva para impedir o agravamento da crise e evitar uma desaceleração econômica mais profunda. Não só diz que pretende manter os investimentos do PAC como credenciou os bancos oficiais – especialmente BB, BNDES e Caixa – a ajudarem as empresas em dificuldades, inclusive com a compra de participações acionárias e até o “take over” de bancos privados. O Banco do Brasil foi autorizado a comprar carteiras de financiamentos de veículos para tentar sustentar a procura de automóveis e a Caixa, mais envolvida em financiamentos imobiliários, vai ter uma subsidiária de participações para eventualmente comprar ações de empresas de construção em dificuldades e promover a sua recuperação.

É difícil avaliar o que disso pode resultar. Além dos problemas operacionais envolvidos, essa política expansionista pode entrar em choque com o regime de metas de inflação. E aí teremos de

enfrentar o clássico dilema: crescer com inflação ou estabilizar com estagnação.

Agora a economia brasileira se encontra sob forte estresse, que impacta mais de imediato os mercados de câmbio e de capitais. O real que estava forte demais agora ameaça virar pó, o que não nos interessa, porque passa a encarecer em demasia as importações, transformando-se em mais um fator inflacionário e também porque gera impactos negativos em empresas exportadoras que anteciparam a venda de suas receitas em dólares ou fizeram empréstimos e operações em mercados futuros que podem implicar em elevadas perdas cambiais. Algumas grandes empresas como Aracruz e Votorantin, tradicionalmente muito sólidas, estão agora em dificuldades porque fizeram operações acreditando na estabilidade do real valorizado.

Temos interesse em uma desvalorização mais lenta ou gradual, mas não é isso o que está ocorrendo. O governo já gastou 23 bilhões de dólares das reservas e ameaça jogar no mercado mais 50 bilhões de dólares de swaps cambiais e não consegue estabilizar o dólar, que disparou para 2,3 reais por dólar e deve subir ainda mais antes que alcance um novo equilíbrio. Neste ano a cotação do dólar subiu 30,8 % (somente na semana passada a variação de sua cotação foi de mais 9,7 %).

O ideal talvez fosse que – no momento adequado, quando o mercado estiver mais calmo – o governo adotasse um sistema de câmbio flexível com um regime de bandas, que permitisse ajustes graduais, impedindo valorizações ou desvalorizações bruscas.

A Bolsa já acumula uma perda de mais de 50 % neste ano (com recuo do índice IBOVESPA aos níveis de novembro de 2005; em relação ao pico alcançado em 20 de maio deste ano, a queda é de 57 %), anulando todos os ganhos do ano passado e gerando pânico entre os investidores. É um reflexo do que vem acontecendo nas bolsas do mundo inteiro.

Avaliada em retrospecto, essa análise continua válida e serve como referência para uma projeção do que podemos esperar da situação atual. Note-se que a despeito do esforço feito pelo Governo Lula, promovendo talvez uma ganância exagerada, a economia brasileira estagnou em 2009, mas teve uma forte recuperação em 2010 (crescimento do PIB de 7,5 %).

Hoje, com mais razão ainda, o governo ressalta os aspectos positivos que deverão preservar a vitalidade de nossa economia: superávit primário maior e dívida menor; déficit mantido ao nível de 2 % do PIB (que se compara com os 9 % dos Estados Unidos); sistema financeiro sólido (nenhum banco brasileiro quebrou de 2008 para cá), reservas externas recordes da ordem de 350 bilhões de dólares.

E tenta ampliar suas opções com um Programa de incentivos financeiros e tributários denominado talvez pretensiosamente de *Brasil Maior*, que se desdobra em três eixos: a) incentivos fiscais e ampliação do crédito à produção, ao investimento e à inovação, inclusive com desoneração parcial de tributos incidentes sobre a folha de pagamentos das empresas; b) defesa da indústria nacional e preservação do mercado interno, combatendo a guerra cambial e a competição predatória no plano internacional; c) promoção de exportações. A despeito dos seus méritos, este é um elenco de medidas tópicas e parciais, que não caracterizam uma estratégia de desenvolvimento sustentável em longo prazo.

Mas as nossas debilidades continuam as mesmas e o governo está consciente dos riscos que nos rondarão nos próximos anos, caso persista ou se aprofunde a recessão nos Estados Unidos e na União Europeia, pelo esgotamento dos recursos financeiros e das alternativas de intervenção para reativar suas economias.

Esses riscos envolvem:

- a queda de nossas exportações, com a deterioração do nosso balanço de pagamentos, como já referido acima;
- a redução dos preços das commodities que exportamos e que tiveram grande valorização de cotações nos últimos anos, redução que pode implicar, para o país, em grande perda nos seus termos de intercâmbio;
- os movimentos extremados do mercado de câmbio, com a entrada de grandes volumes de capitais externos, revalorizando o real e prejudicando a nossa competitividade, tendo como consequência um processo de desindustrialização já em andamento; ou, em sentido contrário, a fuga de capitais e a elevação da taxa de câmbio, o que é bom para as nossas exportações, mas pode gerar um processo inflacionário;
- a redução de nossa taxa de crescimento (que este ano estará pouco

acima de 3 %, e poderá reduzir-se ainda mais, nos anos seguintes, se não houver uma reversão da conjuntura econômica mundial);

O Governo, naturalmente, é discreto em relação a esses riscos e prefere enfatizar os aspectos positivos, como o fato de que as nossas reservas de divisas atingiram um recorde histórico de 350 bilhões de dólares ou de que a nossa dívida líquida do setor público se reduziu de mais de 43 % em julho de 2009 para 39,7 % em julho de 2011.

Ninguém menciona o fato de que as nossas reservas externas têm algumas fragilidades, pois não foram construídas com saldos positivos de transações correntes, como foi o caso da China, mas via mobilização de recursos do exterior. Com efeito, nos últimos 21 anos, de 1990 a 2010, somente tivemos saldos positivos nessa conta nos 5 anos que vão de 2003 a 2007. De 2008 em diante esse balanço tem sido negativo, da ordem de 28 bilhões, em 2008, 24 bilhões em 2009 e 47 bilhões em 2010 (o maior da nossa história). No somatório das duas décadas referidas, o balanço de transações correntes do Brasil foi negativo, num total de 242,5 bilhões de dólares.

Isso significa que essas reservas não são exatamente nossas, mas dos investidores e financiadores do exterior que as puseram à nossa disposição, à medida que lhes asseguramos rendimentos mais elevados dos que eles podem obter em seus países de origem. É assim uma situação potencialmente instável, que não podemos ignorar.

Por outro lado só raramente se chama a atenção para o alto custo de manutenção dessas reservas, vez que o governo é obrigado a emitir títulos no mercado interno para comprar os dólares (vez que não dispõe de um saldo orçamentário positivo), pagando as mais altas taxas de juros do mundo, e, em contrapartida, essas reservas são aplicadas no Exterior, com um rendimento muito pequeno, vez que as taxas internacionais de juros estão bem próximas de zero. A diferença entre essas duas taxas gera um elevado prejuízo para o orçamento da União (via resultados negativos do Banco Central).

Ressalta-se que estão sendo atingidas as metas de superávit primário⁴⁰ que atingiu, no primeiro semestre deste ano, o recorde de 78,2

⁴⁰ Superávit primário é o excesso de receitas *menos* despesas (excluídas destas, porém, a conta dos juros). Quando incorporamos no orçamento a conta de juros, o resultado final é um déficit fiscal.

bilhões, mas esse valor não foi ainda suficiente para cobrir a absurda conta de juros do mesmo período, da ordem de 119,75 bilhões. Estima-se que a conta de juros do corrente ano atinja 230 bilhões de reais, um valor absurdo e despropositado. Ainda recentemente a revista *Economist* ressaltou que poucos países do mundo estão suportando uma carga de juros tão elevada como o Brasil, ao nível de 6 % do PIB.

VIII Conclusão

A crise internacional é séria e, como não temos até agora nenhuma solução à vista, ela implica riscos graves para a economia brasileira, como para qualquer outra economia emergente que pretenda inserir-se de forma crescente nas correntes do comércio internacional. O problema maior não é o risco em si, mas a nossa posição de vulnerabilidade em relação à sua influência e impactos.

Por isso, numa perspectiva de longo prazo, precisamos encarar com realismo, sem análises superficiais nem ufanismos inconsequentes, os reais desafios que precisamos superar para aproveitar as oportunidades que ainda estão ao nosso alcance.

Embora o eixo da economia mundial esteja se deslocando para os países emergentes, em particular, aqueles da Ásia, a economia dos Estados Unidos ainda é a maior do planeta. Por isso, sem a retomada do crescimento americano, tudo fica muito difícil para qualquer país do mundo. Os remédios para a crise americana são conhecidos, mas pendências políticas, quando interesses eleitoreiros se sobrepõem às necessidades vitais da nação, vêm dificultando a formulação de uma estratégia coerente e suficiente para a recuperação de sua economia.

Podemos antecipar, no entanto, que mais cedo ou mais tarde, os níveis de desemprego se tornarão intoleráveis e os riscos de convulsão social induzirão os políticos a tomarem as providências necessárias. Pois, como indica a experiência, a lógica política impõe que as cousas devam piorar muito antes que possam melhorar. Mesmo porque não há melhor motivação para administradores incompetentes, ineptos ou mal intencionados que uma boa crise: ela permite ver os problemas com clareza, circunscreve e limita as opções a serem consideradas e facilita a tomada de decisão em relação ao que deve ser feito. Como dizia o famoso pensador inglês Samuel Johnson 1709 – 1784), um indivíduo

que vai ser enforcado na manhã seguinte tende a raciocinar com uma clareza e uma rapidez impressionantes...

Além disso, a economia mundial está sofrendo uma transformação que tende a aliviar o impacto internacional das recessões dos países desenvolvidos. O eixo da economia mundial está sendo deslocado para os países hoje emergentes, em particular a China e os demais membros do grupo dos BRICs.

Em 1949, os países industrializados detinham cerca de 70 % do produto mundial. Somente os Estados Unidos e a Europa Ocidental tinham 64 % desse produto. Hoje (dados de 2010) os países industrializados detêm apenas 55 % do PIB mundial, conforme mostra a tabela 3, a seguir. E, em função do descompasso de seu crescimento em relação aos países emergentes, serão por estes ultrapassados dentro de poucos anos.

Tabela 3 - Distribuição do PIB mundial entre países desenvolvidos e emergentes.

CATEGORIAS	PIB EM 2010 (PPP), em US\$ milhões	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (no total mundial)
PAÍSES DESENVOLVIDOS (Alta Renda)	41.867.971	54,84
<i>Área do Euro</i>		<i>14,877</i>
PAÍSES EMERGENTES	34.474.242	45,16
BAIXA RENDA	993.220	1,30
RENDA MÉDIA	33.481.022	43,86
<i>Média alta</i>	<i>8.969.795</i>	<i>11,75</i>
<i>Médiabaixa</i>	<i>24.511.227</i>	<i>32,11</i>
TOTAL	76.342.213	

Fonte: World Development Indicators database, World Bank, 28, July, 2011.

My Table: Vinte Maiores Economias e participação dos BRICs e Emergentes - 16.08.2011/09.09.2011/10.2011

Os Estados Unidos, isolados, em 1949, respondiam por 40,9 % do PIB mundial⁴¹. Hoje essa participação é de apenas 19,12 %, conforme mostra a tabela 4, em que estão apresentadas as *Vinte Maiores Economias do Mundo*, em 2010, conforme classificação do Banco Mundial, registrando esses produtos tanto pelo método PPP, como pelo método tradicional (Atlas).

Note-se que, dentre esses vinte países, doze são classificados como *desenvolvidos* e oito como *emergentes*, dentre os quais se destaca o grupo dos BRICs, com a China em segundo lugar (tendo recentemente superado o Japão), a Índia no quarto (esperando-se que também ultrapasse o Japão, muito breve), a Rússia no sexto e o Brasil na nona posição.

A tabela 5, derivada da anterior e apresentada na página seguinte, mostra que o conjunto dos BRICs já responde por 1/4 do PIB mundial (além de concentrar 41,5 % de toda a população do globo).

⁴¹ Cf. Meier e Baldwin, *Economic Development*, New York: John Wiley and Sons, 1959, p. 10.

Tabela 4 – As vinte maiores economias do mundo (2010)⁴²

Rank	PAÍS	PRODUTO INTERNO BRUTO (milhões de dólares)		POPULAÇÃO (mil/hab.)	PRODUTO PER CAPITA (mil dólares)		Relação ppp/atlas	% do PIB mundial
		PPP	ATLAS		PPP	ATLAS		
1	Estados Unidos	14.582.400	14.600.828	309.712	47,08	47,14	1,00	19,12
2	China	10.084.764	5.700.018	1.338.300	7,54	4,26	1,77	13,22
3	Japão	4.332.537	5.369.116	127.380	34,01	42,15	0,81	5,68
4	Índia	4.198.609	1.566.636	1.170.938	3,59	1,34	2,68	5,50
5	Alemanha	3.071.282	3.537.180	81.636	37,62	43,33	0,87	4,03
6	Rússia	2.812.383	1.404.179	141.750	19,84	9,91	2,00	3,69
7	Reino Unido	2.231.150	2.399.292	62.247	35,84	38,54	0,93	2,92
8	França	2.194.118	2.749.821	64.877	33,82	42,39	0,80	2,88
9	Brasil	2.169.180	1.830.392	194.946	11,13	9,39	1,19	2,84
10	Itália	1.908.569	2.125.845	60.575	31,51	35,09	0,90	2,50
11	México	1.652.168	1.012.316	108.523	15,22	9,33	1,63	2,17
12	Espanha	1.477.840	1.462.894	46.217	31,98	31,65	1,01	1,94
13	Coreia do Sul	1.417.549	972.299	48.875	29,00	19,89	1,46	1,86
14	Canadá	1.327.345	1.415.436	34.174	38,84	41,42	0,94	1,74
15	Turquia	1.115.994	719.404	75.705	14,74	9,50	1,55	1,46
16	Indonésia	1.029.789	599.148	232.517	4,43	2,58	1,72	1,35
17	Austrália	865.043	956.912	22.327	38,74	42,86	0,90	1,13
18	Irã	838.695	330.400	73.864	11,35	4,47	2,54	1,10
19	Polônia	754.097	474.045	38.178	19,75	12,42	1,59	0,99
20	Holanda	705.601	826.491	16.623	42,45	49,72	0,85	0,92
Subtotal		58.769.113	50.052.653	4.249.363				
Participação no total mundial (%)		77	79	62				
MUNDO*		76.285.343	63.048.775	6.855.209				

My Table: Vinte Maiores Economias e participação dos BRICs e Emergentes - 16.08.2011/09.09.2011/10.2011.

Fonte: World Development Indicators database, World Bank, 28, July, 2011.

* O total do produto mundial desta tabela apresenta uma diferença insignificante em relação ao apresentado nas tabelas 3 e 5, por problemas de metodologia, mas todos têm como fonte o Banco Mundial.

⁴² Classificadas pelo critério PPP.

Tabela 5 – Participação dos brics no produto e na população mundial.

PAÍSES	PIB em 2010 (PPP) (US milhões)	POPULAÇÃO em 2010 (mil hab)
China	10.084.764	1.338.300
Índia	4.198.609	1.170.938
Rússia	2.812.383	141.750
Brasil	2.169.180	194.946
	19.264.937	2.845.934
MUNDO	76.285.343	6.855.209
Participação (%) dos BRICS	25,25	41,51

Dado que estamos convencidos (como foi dito anteriormente) de que o nosso maior problema é a falta de *projeto* coerente de *desenvolvimento* e de uma estratégia firme voltada para sua viabilização, esta é uma boa oportunidade para refletirmos sobre tudo o que precisa ser feito, em termos de *reformas estruturais*, para transformar em realidade o extraordinário potencial de desenvolvimento do Brasil, que tem condições de ascender a um padrão de economia de alta renda (de acordo com os critérios do Banco Mundial), no prazo de pouco mais de uma década⁴³.

⁴³ É razoavelmente conhecido o fato de que, ao longo de todo o período de mais de meio século (63 anos) que decorreu do imediato pós-guerra, desde 1948 - quando passamos a dispor de um sistema de contas nacionais - até 2010, o dado mais recente, o desempenho da economia brasileira é demarcado claramente por dois subperíodos bem diferenciados: a) um subperíodo de elevada expansão econômica de 1948 a 1980 (33 anos), quando a economia brasileira foi uma das mais dinâmicas do mundo, crescendo à taxa média de 7,4 % ao ano; e b) um subperíodo posterior de estagnação e lento crescimento nas últimas três décadas (30 anos), entre 1980 e 2010, quando essa taxa declinou para 2,5 %. Menos conhecido é o fato de que, no final do primeiro período, nos treze anos que decorreram entre 1968 e 1980, a renda per capita do Brasil mais do que dobrou, passando de 3.303 para 6.806 dólares, o que implica uma taxa média (geométrica) de crescimento de 6,26 % ao ano. E também pouco se fala de que nos treze anos seguintes (1981 a 1993) ocorreu um fenômeno inédito em nossa história: a renda per capita do Brasil declinou em média 0,42 % ao ano, de modo que em 1993 ela era de 6.447 dólares, inferior à registrada em 1980. De 1993 em diante (até 2009) ela volta a crescer, mas num ritmo muito lento, à taxa média de 1,61 % ao ano. Se o Brasil tivesse mantido o ritmo de crescimento dessa renda per capita de 6,26 % ao ano, observado ao longo do período de 1968 a 1980, a nossa renda per capita em 2010 seria da ordem de 42.074 dólares, equivalente à do Japão (42.150) e acima das da Irlanda (40.990), Inglaterra (38.540), Espanha (31.650), além de Nova Zelândia, Grécia, Portugal, Coreia do Sul etc. Ver Holanda, Nilson, UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL (29.08.2011).

Essa agenda de reformas, longamente adiada, tem duas dimensões principais: uma, e a mais importante, a dimensão institucional, e outra a econômico-social.

No plano institucional, os nossos objetivos devem ser:

- a superação de nossas tradições patrimonialistas, corporativas, clientelistas e burocráticas, que elevam custos, emperram o desenvolvimento e limitam os nossos padrões de competitividade internacional;
- a “reconstrução do estado brasileiro”, definindo claramente os campos de ação do governo e da empresa privada, reordenando o nosso pacto federativo e elevando a qualidade do gasto público.

No plano econômico e social, nossas prioridades devem ser:

- a reforma fiscal, criando condições para o rompimento da “armadilha dos juros”⁴⁴ em que estamos aprisionados, restaurando a poupança pública e a função do Estado como indutor e coordenador do processo de desenvolvimento e não simples distribuidor de benesses;
- a elevação da taxa de poupança e investimento para níveis compatíveis com a pretendida aceleração de nossa taxa de crescimento econômico;
- a criação de condições para a geração suficiente e eficaz de insumos difusos essenciais para o desenvolvimento, nos campos do conhecimento (educação, ciência, tecnologia e inovação) e dos serviços de infraestrutura (transportes, energia, comunicações, saneamento básico);
- a compatibilidade da estratégia redistributiva com a política de desenvolvimento e desta com a preservação ambiental, de modo a alcançar um efetivo padrão de desenvolvimento sustentável.

Esse é um programa ambicioso, mas viável. E, sobretudo, indispensável para que possamos reduzir a nossa dependência de fatores fora do nosso controle, eliminando a nossa vulnerabilidade aos efeitos de crises geradas no exterior e ampliando a nossa capacidade de comandar o nosso próprio destino.

⁴⁴ O círculo vicioso de juros elevados, que geram déficit fiscal, o qual implica novo aumento do estoque da dívida e, por consequência, nova elevação da conta de juros e assim por diante.

Sem dúvida isso vai exigir muitos esforços e sacrifícios. Mas um futuro brilhante e cada vez mais próximo será a nossa recompensa. Pois como dizia Fernando Pessoa, falando do seu *Mar Português*:

*Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!*

*Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.*

(Palestra proferida no Instituto do Ceará,
Fortaleza, em 21 de setembro de 2011).



***HOMENAGEM
PÓSTUMA***



General Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira



*12/01/1914 +30/08/2011

Em 30 de agosto de 2011 desapareceu de nosso convívio *Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira*, um dos sócios efetivos mais importantes do *sodalício do Barão de Studart*, por sua participação e realizações como presidente, no trabalho de dar continuidade a nossa casa de cultura, fundada em 1887. O perfil profissional e intelectual do general *Tácito* é sintetizado em sua biografia divulgada no *site* do Instituto do Ceará, transcrita, em parte, nesta homenagem póstuma que lhe prestamos através da *Revista do Instituto do Ceará*, porta-voz de nossa associação, que tanto ele amou e dignificou.

“O General Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira é uma das figuras mais distintas e queridas da sociedade cearense. Homem afável, distinto, inteligente, conquista pelo cavalheirismo, simpatia e pela cultura. Foi comandante da 10^a. Região Militar em Fortaleza e tornou-se

figura obrigatória em todos os cometimentos sociais, esportivos e, sobretudo, culturais. É Membro Titular do Instituto do Ceará, para o qual foi eleito a 23 de abril de 1980. Foi eleito Presidente do Instituto em 1983 e deixou sua marca nos grandes melhoramentos que introduziu na Entidade, quer em recuperação imobiliária, como no tocante aos serviços. Tácito Theophilo nasceu no dia 12 de janeiro de 1914, em Fortaleza, CE, filho de José Theophilo Gaspar de Oliveira e Alice Teixeira Theophilo Gaspar de Oliveira.

O General Tácito fez seus primeiros estudos no Colégio Nogueira; o Curso Preparatório no Colégio Militar do Ceará. Foi declarado Aspirante a Oficial em 1934, no Rio de Janeiro. Sua carreira militar foi das mais brilhantes, atingindo o posto de Major, por merecimento, em 1951; Tenente-Coronel por merecimento, em 1955; Coronel, por merecimento, em 1961; General-de-Brigada, em 1966; General de Divisão, em 1972 e General do Exército em 1976. Fez Cursos no Colégio Militar do Ceará, Escola Militar do Realengo, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, Escola de Guerra Naval e Escola Superior de Guerra.

Tem uma longa folha de serviços prestados à Pátria, sendo de ressaltar a sua participação na II Grande Guerra, quando comandou, durante toda a Campanha da Itália, assegurando a defesa, o transporte e a alimentação do pessoal do Quartel-General. Embarcou com sua unidade em 20-09-1919, regressando a 03-08-1945. Ainda na Itália, foi agraciado com a Medalha de Guerra, em cerimônia realizada na cidade de Alessandra, em 19 de maio de 1945. No Brasil, recebeu as Medalhas de Campanha e Bronze Star (EUA).

Exerceu a função de Chefe da 3ª. Seção (Planejamento e Operações) do Estado-Maior da Força Interamericana de Paz na República Dominicana, função que exerceu de 21-06-1965 até 1º. de fevereiro de 1966.

Desempenhou outras Comissões de fundamental importância, como a de Superintendente da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). O Ministro do Interior ressaltou a sua atuação, declarando o muito que lhe ficou a dever o Nordeste, pelo trabalho profícuo que empreendeu na Sudene, com dedicação, serenidade, firmeza e determinação invulgares, reafirmando, mais uma vez, em função civil, suas grandes qualidades de administrador, condutor de homens e chefe

nato. Tácito foi ainda Ministro de Estado, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Brasília, DF, de 27-10-1977 a 20-12-1978.

Sempre estudioso e dedicado às letras, colaborou nas revistas *Defesa Nacional* e *Revista Militar Brasileira*, editadas no Rio de Janeiro, colaborou na edição da *História do Exército Brasileiro* e publicou estudos sobre Caxias, Sampaio, Tibúrcio, Conde D'Eu, Independência, Guerra da Independência no Piauí e Maranhão, Colonização do Ceará, II Guerra Mundial, Campanha da FEB, etc.”

Destaques Bibliográficos

Tempos e Homens que passaram à História. UFC - Casa José de Alencar, Programa editorial, 1993. *Pinto Martins* (Infraero - Aeroportos Brasileiros – Queiroz Galvão -1993).

Rasgando Papéis (Reminiscências) – UFC Casa José de Alencar – Programa Editorial – 1998. *Pioneiros do Ar e do Mar*. Fortaleza, ABC editora, 2000. *Viajar e Recordar*. Fortaleza, ABC editora, 2004.

A Longa Carta – Diário de um Combatente. Fortaleza, ABC editora, 2009. Proferiu muitas conferências e palestras sobre variados temas históricos.

Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira na Revista do Instituto do Ceará.

Independência do Brasil. T. XCV (1981): 13-32. **Discurso de posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará**. T. XCV (1981): 131-141. **Comemoração do centenário de nascimento do Mal. Mascarenhas de Moraes**. T. XCVII (1983): 1-7. **Abolição – Um ato de fé**. TE. 7 (1984): 11-25. **Alguns documentos referentes à Abolição**. TE. (1984): 183-189. **O Brasil na Guerra**. T. XCVIII (1984): 1-12. **Medalha Barão de Studart**. T. XCIX (1986): 87-91. **Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira**. T. XCIX (1986): 121-127. **Independência política do Nordeste**. T.C (1986): 29-36. **Martim Soares Moreno, o Capitão do Ceará**. TE. 8 (1987): 31-48. **De Jânio Quadros a Castelo Branco**. T. CI (1987): 115-130. **13 de outubro de 64 (O entusiasmo diminuíra)**. T.CII (1988): 81-88. **1889 – Cem anos de República**. T.CIII (1989): 19-34. **Comunicação ao Instituto do Ceará**. T.CIII (1989): 340-342. **As forças armadas e a soberania nacional**. T.CIV (1990): 13-17. **Cinquentenário da 10ª Região Militar**. T. CVI (1992):

239-242. **Discurso de posse na presidência do Instituto do Ceará.** T. CIX (1995): 7-10. **General Tasso Fragoso.** T. CX (1996): 61-70. **Presidente General Ernesto Geisel.** T. CX (1996): 277-278. **Passando a presidência.** T. CXI (1997): 265-272. **A grande viagem – Pedro Álvares Cabral.** Tomo CXVII, n.117, p. 275-286, 2000. **Saudação ao Duque de Caxias no bicentenário de seu nascimento.** Tomo CXVII, n.117, p.279-286, 2003. **A conquista de Monte Castelo (Itália), 21 de fevereiro de 1945.** Tomo CXIX, n. 119, p. 67-80, 2005.



***NOTAS E
TRANSCRIÇÕES***



(Necrológio)
Antônio de Pádua Saraiva Câmara

FERNANDO CÂMARA *

Fazemos uma pausa, este ano, na publicação de trabalhos na área da história eclesiástica do Brasil ou mesmo de genealogia para reverenciar a memória de um irmão muito querido, Antônio de Pádua Saraiva Câmara. Foi chamado por Deus à Sua Glória, no dia 13 de setembro de 2011, depois de uma longa enfermidade, que enfrentou resignadamente, consumando uma vida totalmente dedicada a Deus, sua família e até mesmo aos parentes necessitados.

Nascido no dia 29 de janeiro de 1928, em nosso amado Quixeramobim, ali tivemos, ele, Waldo e eu, uma infância em comum, pois a diferença de idade, entre nós, era de apenas dois anos.

Já naquele tempo ele se mostrava mais interessado nos estudos, ou mesmo em uma boa leitura, ao contrário de nós outros, que não dispensávamos os folguedos infantis, ou mesmo um futebol, em frente à nossa casa, no horário da tarde.

Seu curso primário, concluído em 1941, quando obtive o 1º. lugar de sua turma, foi feito nas Escolas Reunidas de Quixeramobim, tendo por professora a nossa parenta Maria José Furtado de Andrade. Depois, veio fazer o curso ginásial em Fortaleza, matriculando-se no Colégio São Luís, pertencente ao então Interventor Federal, dr. Francisco de Menezes Pimentel, que fora contemporâneo de nosso pai, Miguel Fenelon Câmara, na antiga escola mantida pelos frades capuchinhos em Canindé. Transferiu-se, posteriormente, para o Colégio Castelo Branco,

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

da Arquidiocese de Fortaleza, ali fazendo o curso científico e obtendo sempre excelentes notas.

Retornou, então, para Quixeramobim e, em 1950, com a eleição de nosso saudoso irmão José Homero Saraiva Câmara para Prefeito Municipal, foi empossado seu Secretário, cargo que desempenhou com muita competência e dedicação.

Mais tarde, no governo do dr. Stênio Gomes da Silva, teve a sua nomeação para o Instituto de Previdência do Estado do Ceará - IPEC, e alguns anos depois, para o Tribunal de Contas do Estado, onde se aposentou.

Era Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia do Ceará, sendo também um profundo conhecedor de Geografia, e como já disse, gostava de uma boa leitura, possuindo uma vasta biblioteca de autores brasileiros e até mesmo estrangeiros.

Pouco saía de casa, e quando o fazia, pela manhã, era para a Banca do Paixão, na Praça do Ferreira, para encontrar-se com alguns amigos, e ali não faltavam os pedidos de ajuda de pessoas necessitadas e até mesmo espertalhões, como referiu, em sua Coluna no *Diário do Nordeste*, edição de 22 de setembro, o jornalista Lustosa da Costa:

Nos últimos anos de sua vida, Antônio Câmara, funcionário aposentado do Tribunal de Contas, costumava freqüentar a Banca do Paixão.

Era muito assediado por pedidos de ajuda financeira dos que sabiam de sua generosidade e não raro a gente via o quão ficava decepcionado com a criatura humana quando era alvo de golpes de espertalhões.

Além de sua reconhecida generosidade, era também detentor de sólida formação cristã, e quando sua doença não havia ainda se agravado, pediu ao nosso irmão, Dom Miguel Câmara Filho, que trouxesse um sacerdote, pois desejava confessar-se, o que fez muito contrito.

Homem de fé, em uma das vezes que o visitei no Hospital, ele já muito saturado de remédios, presenciei uma enfermeira insistindo para que tomasse uma medicação, ele se recusou, dizendo na oportunidade estas palavras: “Eu quero ser curado é com a graça de Deus”.

Era esta a figura maravilhosa deste inesquecível irmão, exemplo vivo da religiosidade Saraiva Leão e da altivez da família Câmara, que passa a fazer parte agora da Pátria Eterna, depois de servir de exemplo para todos nós, seus familiares e amigos!



***RELATÓRIO DAS
ATIVIDADES DE 2011***



Relatório da Secretaria Geral do Instituto do Ceará

VALDELICE CARNEIRO GIRÃO*

Introdução

A Secretaria Geral do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), em seus 125 anos de existência, atende às normas estatutárias em vigor, apresentando o relatório anual – 2011.

Edifício Sede

O prédio localizado na Rua Barão do Rio Branco nº 1594 construído em 1920, hoje sede do Instituto, exige sempre cuidados especiais. No período invernos, foi executada a limpeza das calhas na parte tradicional, a mudança do telhado na área térrea onde se encontra a biblioteca, a elevação do piso do estacionamento que inundava durante as chuvas, a colocação de abertura automática no portão de entrada, a iluminação de todo corredor e a descupinização, não só no Museu Barão de Studart, mas em toda parte da construção. Algumas providências estão sendo tomadas para pintura do Edifício e conserto da escada.

Diretoria

A diretoria eleita em 21 de fevereiro, para o mandato de 2011-2013 contou no ano de 2011 com as mesmas dificuldades financeiras referentes as de manutenção.

Os contatos do presidente José Augusto Bezerra com autoridades e as iniciativas tomadas nos deixaram um pouco mais tranquilos para o bom êxito da gestão.

Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Finalmente, foi aprovada pelo Ministério da Cultura, a prestação de contas pendente no Projeto de Organização e Montagem do Museu de História Barão de Studart, referente a gastos da aplicação de recursos ainda na administração do ex-presidente Eduardo Campos. Não foi fácil a aprovação pelo Governo do Estado do projeto que beneficia as Instituições Seculares com a verba anual de R\$ 150.000,00 reais, para manutenção, apoio com o qual sempre sonhamos. Mesmo com os pequenos recursos, foi criada a Livraria Virtual; organização do nosso site (um dos mais modernos do gênero, em nosso Estado), reformulação da sala de recepção com novos móveis, substituição dos serviços de som do auditório e restauração do acervo do Barão de Studart, inclusão da *Revista do Instituto do Ceará* na Internet, em servidor próprio que fica sob a gerência do Instituto, registro do Estatuto atual (...), o qual quase não fora mais possível em razão do tempo passado, organização de documentação do prédio e de contabilidade, regulamentação do nome do Instituto do Ceará junto à Receita Federal, além de regularização de utilidade pública federal e outras iniciativas necessárias.

Biblioteca

Em 2011 a Biblioteca do Instituto do Ceará teve sua estrutura melhorada com estabilizadores, esterilizadores, desumidificadores, aparelhos de ar condicionado e moderno sistema para prevenção de incêndio. Com a contratação de duas bibliotecárias continuaram os trabalhos de classificação, arranjos de livros e jornais, além de higienização de todo o acervo.

Registrou uma boa frequência de consulentes, pesquisadores e visitantes, a maioria para elaboração de Dissertações e Teses, para obtenção de grau de Mestre e Doutor.

O número de obras foi acrescido com a doação de instituições, escritores e amigos do Instituto mui especialmente com o recebimento da biblioteca do sócio falecido Abelardo Montenegro.

Museu de História - BARÃO DE STUDART

Aberto à visitação pública, o Museu de História Barão de Studart recebeu um bom número de visitantes, dos quais destacamos profes-

sores e alunos de Universidades do Ceará, tais como a Universidade Federal, Universidade do Vale do Acaraú, Universidade Regional do Cariri, Universidade Estadual do Ceará, e Faculdades agregadas e participou de palestras, debates e visitas orientadas.

Livraria – SEBO DA HISTÓRIA

Inaugurada em 2005, a livraria do Instituto tem recebido importante colaboração de sócios e amigos com a doação de livros raros e periódicos, gerando renda em prol da instituição.

Revista

A *Revista do Instituto do Ceará*, o relicário da História do Ceará, continua recebendo o patrocínio do Banco do Nordeste. Tem a coordenação do Professor Pedro Alberto de Oliveira Silva.

Boletim

O Boletim de nº 42/43 – Ano 72/73 nos traz, além de informações sobre os presidentes da Instituição, outras matérias.

Atividades Culturais

Nas reuniões ordinárias, realizadas, agora, uma vez por mês, tivemos exposições interessantes. Comemoração dos 124 anos de criação do Instituto, posse da nova Diretoria, do Conselho Superior e das Comissões eleitas para o biênio 2011/2013; a apresentação da Revista nº 124, distribuída aos presentes; a Palestra do Sócio Efetivo Nilson Holanda, que dissertou sobre o tema “A Crise Econômica Mundial e o Impacto sofrido na Economia Brasileira”, “Colonização Brasileira”, do Ézio de Sousa, “A Visão Histórica da Agricultura no Ceará”, apresentada por Pedro Sisnando Leite; Clélia Lustosa Costa apresentou o tema: “Planejamento Urbano e Teoria Médica”, Lançamento da nova edição do Livro *Fanáticos e Cangaceiros*, organizado por Gildácio Almeida Sá. Mereceu destaque especial a participação do presidente do Instituto, José Augusto Bezerra, ao V Colóquio dos Institutos Históricos Brasi-

leiros, realizado no Rio de Janeiro, de 19 a 21 de outubro; quando foi apresentado o livro de sua autoria *Uma História do Brasil em Manuscritos*. O lançamento da obra, no Ceará, se deu em 18 de novembro, apresentado pela professora Ana Camargo, livro este que mereceu ao Presidente, o prêmio oferecido pela Academia Portuguesa de História.

Concessão de Títulos e Honrarias

Foram agraciados com títulos os consócios:

José Augusto Bezerra

Outorga ao Presidente José Augusto Bezerra o Prêmio “A Presença de Portugal pelo Mundo”, oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian.

A Academia Portuguesa de História, tendo em vista os acordos nas relações culturais Brasil e Portugal, considerou José Augusto Bezerra Presidente da Associação Brasileira de Bibliófilos e do Instituto Histórico do Ceará, um dos importantes bibliófilos luso-brasileiros, concedendo-lhe o título de acadêmico daquela Instituição.

Pedro Sisnando Leite

O confrade Pedro Sisnando Leite participou de reuniões sobre desenvolvimento econômico do Ceará nas Universidades de Bem-Gurion (Bem-Sheva), Ruppin Academic Center (Rehovot) e Sapir University (Tel-Aviv). Na ocasião recebeu o diploma de representante no Ceará do “The Begins Center for Entrepreneurship & Hi-Tech Mangement, da “Guilford Glazer Faculty of Management”. E outras homenagens.

Aroldo Mota

Título de Cidadão de Fortaleza – Câmara Municipal de Fortaleza.

Pedro Alberto de Oliveira Silva

Homenagem recebida na Assembleia, como um dos fundadores da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH.

Registros Bibliográficos

Paulo Elpídio de Menezes Neto

- *A Universidade Possível.*
- *O Ceará e suas Universidades.*

Gisafran Nazareno Mota Jucá

- *A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana.*

Filomeno Moraes

- *Contra pontos – Democracia, República e Constituição no Brasil.*

José Augusto Bezerra

- *Uma História do Brasil em Manuscritos.*

Pedro Sisnando Leite

- *A agricultura numa Economia Mundial Turbulenta (Agricultura in a Turbulent Ward Economy).*
- *Desenvolvimento Rural: Políticas, Programas e Resultados – O caso do Ceará 1995 – 2002.*
- *Desenvolvimento Agrícola, Industrialização e Problema Rural no Nordeste.*
- *Israel: Um exemplo de desenvolvimento bem-sucedido.*

Luís de Gonzaga Fonseca Mota

- *Textos para Reflexão.*

Quadro Social

O Instituto sofreu em 2011 a perda de mais um de seus Sócios Efetivos – Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira. O General Tácito, ilustre militar, foi um dos membros ativos da Instituição; esteve na presidência por seis anos em mandatos intercalados (1983 – 1985 / 1995 – 1997).

Podemos concluir certos de que, apesar das dificuldades e o desaparecimento de um número considerável de sócios, o Instituto vem cumprindo seus objetivos. A correspondência com outras Instituições culturais está atualizada. Os serviços de secretaria, biblioteca e tesou-

raria feitos a contento graças ao trabalho coeso da Diretoria e o empenho de seu Presidente. Devemos, também, lembrar o esforço de seus funcionários, bolsistas e estagiários, que fazem um trabalho importantíssimo para este Instituto. A eles, os nossos agradecimentos.



***ATAS DAS SESSÕES
DE 2011***



Atas das sessões do Instituto do Ceará

VALDELICE CARNEIRO GIRÃO*

Ata da Sessão do dia 7 de fevereiro de 2011

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se em sessão ordinária no dia 7 de fevereiro de 2011, em sua sede social para mais uma reunião ordinária. Compareceram: Valdelice Carneiro Girão, Zélia Sá Viana Camurça, Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, José Liberal de Castro, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Pedro Sisnando Leite, Rejane Vasconcelos de Carvalho, Francisco Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra e funcionários. O Presidente, depois de cumprimentar os presentes, passou a informar as realizações do Instituto no ano anterior, através das iniciativas tomadas pela diretoria. Comentou as dificuldades na formação de uma nova diretoria, convocando para uma reunião extraordinária a ser realizada no dia 9 do corrente mês, afim de que o colegiado apresente sugestões para formação de uma chapa que deve ser votante no dia 21 do mês de fevereiro. Agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da Sessão Extraordinária de 9 de fevereiro de 2011

Às 15 horas e 30 minutos do dia 9 de fevereiro de 2011, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra em sessão extraordinária. Estiveram presentes os Sócios Efetivos: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Miguel Ângelo de Azevedo, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Joé Murilo Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota. O Presidente iniciou os trabalhos, comentando que, em razão das dificuldades na formação da chapa, para a eleição da nova diretoria, que deverá

*Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

realizar-se no dia 21 do mês em curso, colher sugestões do colegiado. Depois de alguns comentários, ficou acertado que haverá uma chapa que deve compor os membros da atual diretoria, encabeçada pelo Presidente José Augusto Bezerra. Algumas mudanças de nomes ocorrido nas comissões deve-se ao falecimento de alguns sócios e eleições de outros. O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da Sessão do dia 21 de fevereiro de 2011

Aos vinte e um dia do mês de fevereiro de 2011, em reunião ordinária, presidida pelo Presidente José Augusto Bezerra, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Compareceram os sócios efetivos: Valdelice Carneiro Girão, Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Francisco de Assis Arruda Furtado, Eduardo de Castro Bezerra Neto, Paulo Ayrton Araújo, Paulo Elpídio de Menezes Neto, Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), Oswaldo Evandro Carneiro Martins, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Rejane Maria V. Accioly de Carvalho, Francisco Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra, Ednilo Gomes de Soárez, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota. Aberta a sessão, o Presidente concedeu a palavra ao sócio efetivo Paulo Ayrton Araújo que comunicou o falecimento da genitora do confrade José Augusto Bezerra e solicitou a inserção em ata de um voto de pesar a família enlutada; voto aprovado por unanimidade. Em seguida o Presidente colocou em votação a proposta apresentada pelos Sócios Valdelice Carneiro Girão, José Liberal de Castro e Pedro Sisnando Leite. Foi aprovada pela Comissão de Verificação e Merecimento e pela Diretoria, concedendo o Diploma de Presidente de Honra ao Sócio Efetivo Paulo Ayrton Araújo, aprovada pela unanimidade dos Sócios Presentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da Sessão Eleitoral e posse da Diretoria ocorrida no dia 21 de fevereiro de 2011

Aos 21 dias do mês de fevereiro de 2011 em sua sede social reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência de Dr. José Augusto Bezerra. Compareceram os Sócios Efetivos: Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Mi-

guel Ângelo de Azevedo (Nirez), José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Francisco Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra, Ednilo Gomes de Soárez. O Presidente iniciou a sessão comunicando que a mesma tem por finalidade a eleição da Diretoria, do Conselho Superior e das Comissões, para o biênio 2011/2013. O confrade Paulo Ayrton Araújo propôs um voto de pesar pelo falecimento da mãe do Sr. Presidente Dr. José Augusto Bezerra, Sra. Maria Joviana Bezerra, que foi aprovado por unanimidade. E convidou a Sócia efetiva e secretária geral Valdelice Carneiro Girão para presidir os trabalhos da Sessão Eleitoral. Em continuação, a secretária geral leu a célula de votação e iniciaram-se os trabalhos convidando como escrutinadores os sócios Pedro Alberto de Oliveira Silva e Miguel Ângelo de Azevedo. A chamada dos votantes foi feita pela ordem de antiguidade, num total de 19 votantes. Votaram por sim 16 presentes e 3 por procurações. Com o resultado de 19 votos válidos foi eleita, por unanimidade, a chapa proposta e declarada impossada: Presidente – José Augusto Bezerra; Vice – Pedro Sisnando Leite; Secretário Geral – Valdelice Carneiro Girão; 1º Secretário – Paulo Ayrton Araújo; 2º Secretário – Maria Clélia Lustosa Costa; 1º Tesoureiro – Francisco Fernando Saraiva Câmara; 2º Tesoureiro – Ednilo Gomes de Soárez; Diretor da Biblioteca e Arquivo – Pedro Alberto de Oliveira Silva; Com. e Rel. Públicas – Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez). Conselho Superior: Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira (ex-Presidente); Paulo Ayrton Araújo (ex-Presidente); Zélia Sá Viana Camurça; José Murilo de Carvalho Martins; Carlos Mauro Cabral Benevides. Comissões: História - Pedro Alberto de Oliveira Silva; Francisco Fernando Saraiva Câmara; Valdelice Carneiro Girão; Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos; Gisafran Nazareno Mota Jucá. Geografia: Oswaldo Evandro Carneiro Martins; Caio Lóssio Botelho; Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos; Francisco Ésio de Sousa; Maria Clélia Lustosa Costa. Antropologia: Zélia Sá Viana Camurça; Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes; Oswaldo Evandro Carneiro Martins; José Murilo de Carvalho Martins; Rejane Maria V. Accioly de Carvalho. Revista: Pedro Alberto de Oliveira Silva; Francisco Fernando Saraiva Câmara; Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes; Francisco Ésio de Sousa; Maria Clélia Lustosa Costa. Verificação de Merecimento: Pedro Alberto de Oliveira Silva; Eduardo de Castro Bezerra Neto; Pedro Sisnando Leite; José Liberal de Castro; José Filomeno de Moraes Filho. Defesa do Patrimônio: Fernando Luiz Ximenes Rocha; Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez); José Liberal de Castro; Aroldo Cavalcanti Mota; Luiz de Gonzaga Fonseca Mota. Para constar, eu Pedro Sisnando Leite, secretário **ad hoc**, lavrei a presente ata, que depois de ser lida e aprovada será assinada pelos presentes.

Ata da Sessão solene do dia 11 de março de 2011

Às 19 horas do dia onze de março de 2011, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, em sessão solene, para comemorar os 124 anos de criação da Instituição, a posse da diretoria, Conselho Superior e Comissões; eleitas para o biênio de 2011-2013, quando conferiu o título de Presidente de Honra, ao Sócio Efetivo Paulo Ayrton Araújo. Compareceram os confrades: Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, José Liberal de Castro, Miguel Ângelo de Azevedo, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Pedro Sisnando Leite, Raimundo Elmo Vasconcelos, Francisco Êsio de Sousa, José Augusto Bezerra, Maria Clélia Lustosa Costa, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota. Um número considerável de convidados, entre eles a família do homenageado, autoridades, presidentes de associações culturais, sócios honorários e beneméritos. O jornalista Vicente Alencar, como mestre de cerimônia, convidou para tomar assento à mesa o dirigente da sessão, o Presidente do Instituto José Augusto Bezerra; o professor Francisco José Pinheiro, o General Lima Verde, ex-comandante da 10ª Região Militar e a amiga do Instituto, Sra. Irismar Linhares. O Presidente abriu a sessão, agradecendo a presença dos convidados, em seguida passando a palavra à Secretária, Valdelice Carneiro Girão para apresentar o relatório das atividades do Instituto, no período em apreço. O consócio Paulo Ayrton, na condição de ex-presidente, deu posse ao Presidente Eleito José Augusto Bezerra, que de modo contínuo empossou os demais membros: Vice-Presidente – Pedro Sisnando Leite; Secretário Geral – Valdelice Carneiro Girão; 1º Secretário – Paulo Ayrton Araújo; 2º Secretário – Maria Clélia Lustosa Costa; 1º Tesoureiro – Francisco Fernando Saraiva Câmara; 2º Tesoureiro – Ednilo Gomes de Soárez; Diretor da Biblioteca e Arquivo – Pedro Alberto de Oliveira Silva; Com. e Rel. Públicas – Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez); Conselho Superior: Tácito Teóphilo Gaspar de Oliveira (ex-Presidente); Paulo Ayrton Araújo (ex-Presidente); Zélia Sá Viana Camurça; José Murilo de Carvalho Martins; Carlos Mauro Cabral Benevides. Comissões: História – Pedro Alberto de Oliveira Silva; Francisco Fernando Saraiva Câmara; Valdelice Carneiro Girão, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos; Gisafra Nazareno Mota Jucá. Geografia: Oswaldo Evandro Carneiro Martins; Caio Lóssio Botelho; Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos; Francisco Êsio de Sousa; Maria Clélia Lustosa Costa. Antropologia: Zélia Sá Viana Camurça; Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes; José Murilo de Carvalho Martins; Rejane Maria V. Accioly de Carvalho. Revista: Pedro Alberto de Oliveira Silva; Francisco Fernando Saraiva Câmara; Eduardo Diatahy Bezerra Menezes;

Francisco Ésio de Sousa; Maria Clélia Lustosa Costa. Verificação de Merecimento: Pedro Alberto de Oliveira Silva; Eduardo de Castro Bezerra Neto; Pedro Sisnando Leite; José Liberal de Castro; José Filomeno de Moraes Filho. Defesa do Patrimônio: Fernando Luiz Ximenes Rocha; Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez); José Liberal de Castro; Aroldo Cavalcanti Mota; Luiz de Gonzaga Fonseca Mota. Em seguida conferiu o Título de Presidente de Honra ao ex-presidente Paulo Ayrton Araújo, que foi entregue pela Sócia mais antiga do Instituto Dra. Zélia Sá Viana Camurça. Paulo Ayrton agradeceu, comovido. Por fim o Presidente depois de falar das atividades realizadas pelo Instituto e o que pretende realizar em sua gestão apresentou o Catálogo da Hemeroteca, que foi distribuído com os presentes. Encerrou a sessão convidando a todos para o coquetel. Para constar, eu Maria Clélia Lustosa Costa, 2ª Secretária, lavrei a presente ata.

Ata da Sessão de 20 de maio de 2011

Aos vinte dias do mês de maio de 2011, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) reuniu-se em sessão ordinária sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra. Compareceram os sócios efetivos: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, José Liberal de Castro, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Francisco Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra, Ednilo Soárez, Maria Clélia Lustosa Costa. O Presidente iniciou os trabalhos apresentando as boas-vindas aos presentes e convidou para compor a mesa a escritora Maria Luísa Bomfim. Falou das providências tomadas em relação à atualização dos computadores, com aquisição de peças, ao patrocínio do Grupo Hapvida para manter o sistema de internet durante mais um ano e às mudanças nas datas das reuniões, que passarão a ser realizadas uma vez por mês, no dia 20. Noticiou que o Instituto do Ceará conseguiu o que perseguia há um século: uma lei em que o Estado dará uma ajuda permanente à entidade; uma ajuda anual de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). A parte burocrática está sendo efetuada através da Secretaria de Cultura. Em seguida, foram lidas atas de sessões anteriores. O Segundo Secretário, com a palavra, congratulou-se com o casal Tácito Teophilo pelos 72 anos de união conjugal, ocorrido em 31 de março, quando receberam familiares e amigos. Na ocasião, a escritora Yolanda Teophilo ofertou aos presentes sua recente produção literária *Para não esquecer*. Apresentou votos de aplausos para a consócia Clélia Lustosa pelo trabalho sobre o bairro da Aldeota, publicado no jornal O Povo. Parabenizou o Presidente pela entrevista, destacando as atividades culturais do Instituto do

Ceará no referido jornal. Registrou o lançamento do livro do Sócio Efetivo José Filomeno Moraes intitulado: *Contrapontos - Democracia, República e Constituição no Brasil*. Em seguida, o presidente passou a palavra ao conferencista do dia, Êsio de Sousa, que dissertou sobre o tema “Colonização Brasileira”. Foi aplaudido. Agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, secretária **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da Sessão Ordinária de 20 de junho de 2011

Aos vinte dias do mês de junho de 2011, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), em conjunto com a Academia de Ciências Sociais, realizou mais uma sessão ordinária. Compareceram os Sócios Efetivos: Pedro Sisnando Leite, Valdelice Carneiro Girão, José Augusto Bezerra, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Paulo Elpídio de Menezes Neto, José Liberal de Castro, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, Francisco Êsio de Sousa, José Filomeno de Moraes Filho, Ednilo Gomes de Soárez e Luiz de Gonzaga Fonseca Mota; membros da Academia e um número considerável de convidados. O Presidente José Augusto Bezerra convidou para compor a mesa o Vice-Presidente do Instituto e da Academia Pedro Sisnando Leite, assim como o Secretário da Academia de Ciências Sociais do Ceará Pedro Bezerra de Araújo. Iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes, notificando que o palestrante do dia seria o consócio Pedro Sisnando Leite, dissertando sobre o tema “A Visão Histórica da Agricultura no Ceará”. Em seguida passou a palavra ao Secretário da Academia que leu parte da ata em que os sócios da mesma elegeram como Sócio Honorário o Bibliófilo e Presidente do Instituto do Ceará José Augusto Bezerra, que recebeu o título e a medalha da Academia. A saudação foi feita pelo acadêmico José Filomeno Moraes Filho. Antes de passar a palavra ao conferencista, o Presidente parabenizou o consócio Paulo Elpídio de Menezes Neto pelo lançamento dos livros *Universidade Possível* e *Ceará e suas Universidades*. Notificou a posse do Sócio Honorário do Instituto, Adegildo Férrer como Sócio da Academia de Letras dos Municípios Cearenses, como representante de Cariús. O orador do dia, mostrando-se profundo conhecedor do assunto, concluiu sua palestra, aplaudido pelos presentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Para constar, Eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da Sessão de 20 de julho de 2011

Aos 20 dias do mês de julho de 2011, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), reuniu-se no Auditório Barão de Studart, sob a

presidência do consócio José Augusto Bezerra para mais uma reunião ordinária. Compareceram os Sócios Efetivos: Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Valdelice Carneiro Girão, José Liberal de Castro, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Raimundo Elmo Vasconcelos, José Augusto Bezerra, Ednilo Gomes de Soárez, Maria Clélia Lustosa Costa, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota; Sócios Honorários, Beneméritos e convidados. O Presidente iniciou os trabalhos, comunicando que a pedido da família do sócio efetivo Abelardo Montenegro, o Instituto do Ceará concedeu espaço para evento em homenagem ao saudoso confrade. Para a ocasião, o Sr. Gildácio Almeida Sá, como organizador da reedição do livro *Fanáticos e Cangaceiros*, de autoria do homenageado, convidou o médico Marcelo Gurgel para apresentação da obra. Em seguida o presidente comentou as iniciativas que estão sendo tomadas para sanar falhas na prestação de contas do projeto efetuado na gestão anterior – Memorial Barão de Studart, patrocinado pelo Ministério da Cultura, assim como dificuldades encontradas na execução da lei já aprovada pela Assembléia – Auxílio financeiro para as Instituições Seculares do Ceará. Depois da leitura da ata de sessão anterior, aprovada pelos presentes, o consócio Ednilo Soárez participou o falecimento do Professor da Faculdade de Direito Agerson Tabosa, pedindo um voto de pesar, aprovado. A palestra do orador mereceu comentários de alguns Sócios. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão. Para constar, Eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da Sessão do dia 20 de agosto de 2011

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 20 de agosto de 2011, em sessão ordinária. Estiveram presentes: Valdelice Carneiro Girão, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Câmara, Paulo Ayrton Araújo, José Liberal de Castro, Miguel Ângelo de Azevedo, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, José Murilo Martins, Gisafran Mota Jucá, Francisco Ézio de Sousa, José Augusto Bezerra, Ednilo Soárez, Maria Clélia Lustosa Costa; os Sócios Honorários e Beneméritos Vicente Alencar e João Pires; um número considerável de alunos e professores do curso de Geografia da UFC; amigos do Instituto e outros convidados. O Presidente José Augusto Bezerra abriu os trabalhos, agradecendo a presença de todos, fazendo rápido pronunciamento sobre as iniciativas tomadas junto a Secretaria de Cultura para recebimento da verba, já votada pela Assembleia às Instituições centenárias do Ceará. Depois da lei-

tura da ata, aprovada, abriu espaço para os comentários: o 1º. Secretário Paulo Ayrton Araújo informou o estado de saúde do ex-presidente do Instituto Gen. Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira; o Vice-Presidente Pedro Sisnando Leite apresentou o seu livro recentemente lançado. O Professor Diatahy leu a notícia publicada no jornal da Universidade Federal do Ceará de maio – junho de 2011, que trata do livro *A Grandeza Índia do Ceara* pelo poeta Floriano Martins, edição que integra a Coleção “Nossa Cultura”; o livro reúne texto originalmente publicado, na década de 1940, na *Revista do Instituto do Ceará*, pelo Geógrafo e Historiador cearense Thomaz Pompeu Sobrinho – Presidente Perpétuo do Instituto; ex-dirigente da Inspeção de Obras Contra as Secas, DNOCS, professor da Faculdade de Agronomia e autor de excelentes trabalhos. A obra discute aspectos da geografia humana cearense e apresenta, dentre outros temas, a etnologia de algumas palavras indígenas, a estrutura geológica do Ceará e hipóteses quanto às origens de inscrições rupestres do Estado, de que Pompeu Sobrinho era o grande mestre. Em seguida passou a palavra ao Professor Pedro Alberto para a apresentação da Revista nº124 – ano 2011; lançada no momento e distribuída aos presentes. A Professora Clélia Lustosa foi a oradora do dia, apresentando o tema “Planejamento urbano e teoria médica”, interessante trabalho merecedor de comentários dos consócios, José Augusto Bezerra, Murilo Martins e Liberal de Castro. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e encerrou a reunião. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, secretaria **ad hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da Sessão de 21 de setembro de 2011

Aos vinte e um dias do mês de setembro de 2011, no auditório Barão de Studart, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do Sócio Efetivo José Augusto Bezerra, reuniu-se em sessão ordinária. Compareceram os confrades: Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Pedro Sisnando Leite, Fernando Saraiva Câmara, Liberal de Castro, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho, Ednilo Soárez, Zélia Sá Viana Camurça, Antônio Nilson Craveiro Holanda. Sócios Honorários e Beneméritos Adegildo Férrer, José Ribeiro de Matos e João Pires. Convidados especiais, entre eles economistas do Banco do Nordeste e outros. O Presidente iniciou a reunião cumprimentando os presentes e apresentando o palestrante do dia o Sócio Efetivo do Instituto Dr. Nilson Craveiro Holanda, que dissertou sobre o tema: “A Crise Econômica Mundial e o Impacto Sofrido na Economia Brasileira”. Comentou que o Instituto recebeu quatro alunos estagiários de escolas públicas; guia de turismo da Secretaria de Educação do Estado para estudos de História do Ceará. Em seguida solicitou

que a Secretária Geral lesse a ata de reunião anterior, que submetida à consideração dos sócios, foi aprovada. Abrindo espaço para as comunicações de praxe, passou a palavra ao Primeiro Secretário Paulo Ayrton Araújo, que registrou o falecimento do ilustre Sócio Efetivo do Instituto e ex-presidente General Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, ocorrido no dia 30 de agosto passado, comentando os cargos e funções exercidos por aquele militar cearense integrante da FEB, na Itália, conquistando o mais alto posto da Hierarquia do Exército Brasileiro, além de outras funções públicas. O corpo foi velado na Capela do Quartel Geral da 10ª Região Militar, recebendo honraria militar e sepultamento no Cemitério São João Batista, onde foram destacadas as virtudes cívicas do cidadão, cuja memória será lembrada na palavra do General Domingos Miguel Caz. O Presidente José Augusto lembrou a passagem do General Tácito no Instituto, não só como ex-presidente, mas sempre solícito com a Instituição. Propondo voto de condolência à viúva, escritora Yolanda Gadelha Theóphilo, sendo aprovado por todos. A Dra. Zélia lembrou que em nome do Conselho Superior enviou uma coroa de flores para o velório do presidente do referido Conselho. O Tesoureiro Fernando Câmara informou que o Sócio Honorário do Instituto José Ribeiro de Matos pretende contribuir com a quantia de cem reais mensais para as pequenas despesas do Instituto. O Presidente agradeceu; na oportunidade comunicou que apesar da aprovação da Lei que concede subvenção ao Instituto, a verba não foi até o presente liberada. Revelou que está em andamento a reforma do Estatuto, como é do conhecimento dos sócios, será atualizado. Ato contínuo, o Presidente concedeu a palavra ao Dr. Nilson Holanda, ilustre sócio do Instituto, ex-presidente do BNB, autor de livros na área econômica. O Dr. Nilson agradeceu ao Presidente, cumprimentou os sócios e convidados. Falou sobre a crise econômica mundial e o impacto na economia brasileira. Disse que o Brasil possui boas reservas, mas os gastos públicos são muito grandes. Concluída sua palestra, respondeu perguntas do consócio Pedro Sisnando Leite, Sócios Honorários e o empresário João Soares Neto. O palestrante concordou em parte com as proposições apresentadas, mas está confiante de que o Brasil supera a crise. O Presidente agradeceu ao orador, cumprimentou a todos e encerrou a reunião. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad hoc**, lavrei a presente ata.

Confraternização Natalina do Instituto do Ceará

No dia 16 de dezembro de 2011, às 17 horas, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), em sua sede social, para realização da Confraternização Natalina. Compareceram os Sócios Efetivos: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câ-

mara, Carlos Mauro Benevides, Murilo de Carvalho Martins, Paulo Ayrton Araújo, Paulo Elpídio de Menezes Neto, José Liberal de Castro, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Pedro Sisnando Leite, Gisafran Mota Jucá, Rejane Carvalho, José Augusto Bezerra, Ednilo Soárez, Maria Clélia Lustosa, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota; alguns deles acompanhados de suas esposas; sócios honorários e beneméritos; amigos e amigas do Instituto e funcionários. O Presidente, depois de cumprimentar os presentes, comentou as realizações do Instituto em 2011, destacando a aquisição da verba anual, aprovada pelo Governo Estadual, para despesas de manutenção da Instituição. O confrade Paulo Ayrton Araújo usou da palavra, parabenizando o Presidente pelas suas realizações pessoais e as iniciativas tomadas na direção da casa do Barão. As reflexões sobre o Natal foram feitas pelo sócio Ednilo Soárez, que abriu espaço para comentar as homenagens que o Presidente José Augusto recebeu; não só do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mas o Prêmio “A Presença de Portugal no Mundo”, oferecido pela Academia Portuguesa da História e a Fundação Calouste Gulbenkian, outorgado ao seu livro *Uma História do Brasil em Manuscritos*. O confrade Gonzaga Mota também fez bonita explanação sobre o Natal. A oração do Pai Nosso foi rezada por todos. A Senhora Bernadete, esposa do Presidente, ofereceu às senhoras presentes lembranças natalinas. Vinhos e guloseimas foram servidos. Com os cumprimentos de todos, foi encerrado o encontro.

Fortaleza, 16 de dezembro de 2011



***SÓCIOS FUNDADORES,
PRESIDENTES E
SÓCIOS EFETIVOS***



Sócios Fundadores e Presidentes

Guilherme Studart (Barão de Studart)
Paulino Nogueira Borges da Fonseca
Antônio Bezerra de Menezes
Joakim de Oliveira Catunda
João Batista Perdigão de Oliveira
Júlio César da Fonseca Filho
Pe. João Augusto da Frota
Antônio Augusto de Vasconcelos
José Sombra (Sênior)
Virgílio Brígido
Virgílio Augusto de Moraes
Juvenal Galeno da Costa e Silva

Presidentes

PAULINO NOGUEIRA BORGES DA FONSECA	4.3.1887 a 15.6.1908
THOMAZ POMPEU DE SOUSA BRASIL	15.8.1908 a 6.4.1929
GUILHERME STUDART (BARÃO DE STUDART)	6.4.1929 a 25.9.1938
THOMAZ POMPEU SOBRINHO	25.9.1938 a 9.11.1967
RAIMUNDO RENATO DE ALMEIDA BRAGA	9.11.1967 a 20.3.1968
CARLOS STUDART FILHO	20.3.1968 a 6.4.1982
MOZART SORIANO ADERALDO	6.4.1982 a 4.3.1983
TÁCITO THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA	4.3.1983 a 4.3.1985
ANTÔNIO MARTINS FILHO	4.3.1985 a 6.3.1989
MOZART SORIANO ADERALDO	6.3.1989 a 4.3.1991
GERALDO DA SILVA NOBRE	4.3.1991 a 4.3.1995
TÁCITO THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA	4.3.1995 a 4.3.1997
PAULO AYRTON ARAÚJO	4.3.1997 a 4.3.2001
GERALDO DA SILVA NOBRE	4.3.2001 a 4.3.2003
MANUEL EDUARDO PINHEIRO CAMPOS	4.3.2003 a 19.9.2007
JOSÉ AUGUSTO BEZERRA	19.9.2007 a 4.3.2013

Sócios Efetivos, por ordem de antiguidade, desde a fundação do Instituto do Ceará

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
001 – Paulino Nogueira Borges da Fonseca	27.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	15.06.1908
002 – Barão de Studart (Guilherme Studart)	05.01.1856	04.03.1887	04.03.1887	25.09.1938
003 – Joakim de Oliveira Catunda	02.12.1834	04.03.1887	04.03.1887	28.07.1907
004 – João Augusto da Frota (Pe.)	24.01.1849	04.03.1887	04.03.1887	02.04.1942
005 – João Batista Perdigão de Oliveira	23.08.1854	04.03.1887	04.03.1887	28.02.1929
006 – Antônio Augusto de Vasconcelos	23.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	10.03.1930
007 – Antônio Bezerra de Menezes	21.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	28.08.1921
008 – Júlio César da Fonseca Filho	10.10.1850	04.03.1887	04.03.1887	21.04.1931
009 – Juvenal Galeno da Costa e Silva	27.10.1836	04.03.1887	04.03.1887	07.03.1931
010 – José Sombra	04.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	16.03.1888
011 – Virgílio Brígido	24.04.1854	04.03.1887	04.03.1887	20.10.1920
012 – Virgílio Augusto de Moraes	21.12.1854	04.03.1887	04.03.1887	06.05.1914
013 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	30.06.1852	27.02.1889	12.03.1889	06.04.1929
014 – Manoel Soriano de Albuquerque	08.01.1877	24.12.1912	24.12.1912	05.09.1914
015 – Rodolfo Marcos Teófilo	06.05.1853	24.12.1912	24.12.1912	02.07.1932
016 – Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo	06.10.1852	24.12.1912	24.12.1912	29.09.1930
017 – Antônio Teodorico da Costa	12.08.1861	24.12.1912	24.12.1912	04.06.1939
018 – Álvaro Otacilio Nogueira Fernandes	14.09.1873	24.12.1912	24.12.1912	08.01.1953
019 – Álvaro Gurgel de Alencar	10.01.1861	20.09.1915	20.09.1915	02.07.1945
020 – José Lino da Justa	23.09.1863	1915	1915	22.03.1952
021 – Rodolfo Ferreira da Cunha (Pe.)	26.09.1880	1922	1922	19.04.1967
022 – Carlos Studart Filho	17.06.1896	20.09.1928	27.09.1928	06.04.1982
023 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho	16.11.1880	20.09.1928	27.09.1928	09.11.1967
024 – Eusébio Néri Alves de Sousa	14.08.1883	20.09.1928	27.09.1928	22.09.1947
025 – José da Cunha Sombra	21.03.1883	25.06.1929	05.07.1929	21.04.1932
026 – Álvaro Bomfilar da Cunha	14.04.1874	05.10.1929	05.11.1929	12.09.1957
027 – Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos	07.09.1880	20.04.1930	05.06.1930	20.01.1951
028 – Valdemar Cromwel do Rego Falcão	25.01.1895	20.09.1930	05.11.1930	02.10.1946
029 – José Pedro Soares Bulcão	13.05.1873	05.10.1931	31.10.1931	17.07.1942

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
030 – Antônio Martins de Aguiar e Silva	04.03.1893	05.10.1931	31.10.1931	30.08.1974
031 – Guilherme de Sousa Pinto	13.06.1883	05.10.1931	31.10.1931	14.09.1939
032 – José Carvalho	11.02.1872	05.10.1931	31.10.1931	15.02.1933
033 – Carlos Livino de Carvalho	17.02.1881	05.10.1931	31.10.1931	02.04.1960
034 – Leonardo Ferreira Mota	01.05.1891	05.10.1931	05.01.1932	02.01.1948
035 – Manuel Antônio de Andrade Furtado	28.01.1890	20.07.1932	05.09.1932	16.04.1968
036 – Djacir de Lima Menezes	16.11.1907	20.04.1933	20.05.1933	08.06.1996
037 – Hugo Vitor de Guimarães e Silva	17.11.1898	05.03.1936	14.04.1936	16.11.1950
038 – José Valdo Ribeiro Ramos	04.04.1901	20.02.1936	05.04.1936	04.12.1961
039 – Abner Carneiro de Vasconcelos	09.12.1884	20.03.1936	05.04.1936	03.02.1972
040 – Clodoaldo Pinto	27.10.1896	20.03.1936	05.04.1936	12.07.1979
041 – Alba Valdez (Maria Rodrigues Peixe)	12.12.1874	05.02.1936	10.05.1936	04.02.1962
042 – Misael Gomes da Silva (Pe.)	21.09.1885	20.04.1938	05.05.1938	20.08.1984
043 – João Franklin de Alencar Nogueira	27.10.1867	04.06.1941	19.07.1941	02.12.1947
044 – Dolor Uchoa Barreira	13.04.1893	04.06.1941	19.07.1941	30.06.1967
045 – Raimundo Girão	03.10.1900	04.06.1941	19.07.1941	24.07.1988
046 – Plácido Aderaldo Castelo	11.01.1906	04.06.1941	19.07.1941	17.06.1979
047 – Joaquim Alves de Oliveira	10.02.1894	20.11.1942	06.01.1943	08.06.1952
048 – Antônio Martins Filho	22.12.1904	20.11.1942	06.01.1943	20.12.2002
049 – Demócrito Rocha	14.04.1888	20.11.1942	06.01.1943	29.11.1943
050 – Luís Cavalcante Supupira	11.05.1901	20.11.1942	06.01.1943	11.07.1997
051 – Francisco Dias da Rocha	23.08.1869	04.12.1943	20.03.1944	25.07.1960
052 – Manuel do Nascimento Fernandes Távora	21.03.1877	04.12.1943	13.05.1944	23.09.1973
053 – Dom Antônio de Almeida Lustosa	11.02.1886	20.03.1944	29.04.1944	14.08.1974
054 – Raimundo Renato de Almeida Braga	20.12.1905	20.05.1944	31.08.1944	13.06.1968
055 – Carlos Feijó da Costa Ribeiro	05.04.1885	20.01.1948	17.02.1948	10.10.1958
056 – Josa Magalhães	08.01.1896	05.02.1948	17.03.1948	31.10.1983
057 – Francisco Martins (Fran)	13.03.1913	20.03.1948	27.06.1948	29.06.1996
058 – José Bonifácio de Sousa	01.11.1901	05.06.1950	20.09.1950	17.04.1970
059 – Florival Alves Seraine	19.04.1910	05.06.1950	21.10.1950	04.01.1999
060 – Mozart Soriano Aderaldo	22.04.1917	05.06.1950	27.10.1950	25.06.1995
061 – Boanerges Facó	30.09.1882	05.06.1950	17.01.1951	04.08.1970
062 – Francisco Alves de Andrade e Castro	21.11.1913	20.12.1950	30.03.1951	06.10.2001
063 – José Guimarães Duque	21.09.1903	20.04.1953	30.09.1953	12.05.1978
064 – Manuel Albano Amora	19.10.1915	04.06.1955	25.08.1955	02.06.1991

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
065 – Hugo Catunda Fontenele	10.08.1899	04.06.1955	25.08.1955	07.03.1980
066 – Luís Teixeira Barros	26.01.1920	04.06.1955	25.08.1955	07.04.2000
067 – José Sobreira de Amorim	14.05.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.03.1974
068 – José Denizard Macedo de Alcântara	01.09.1921	04.06.1955	25.08.1955	12.11.1983
069 – Ismael de Andrade Pordeus	25.12.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.09.1964
070 – Paulo Bonavides	20.05.1925	04.06.1955	25.08.1955	–
071 – João Batista Saraiva Leão	25.12.1895	04.06.1955	25.08.1955	30.12.1977
072 – José Aurélio Saraiva Câmara	20.06.1921	04.06.1955	25.08.1955	09.04.1974
073 – Joaquim Braga Montenegro	28.02.1907	04.06.1955	25.08.1955	20.11.1979
074 – Manuel Eduardo Pinheiro Campos	11.01.1923	20.08.1956	16.11.1956	19.09.2007
075 – Waldery Magalhães Uchoa	16.08.1917	20.10.1956	20.03.1957	21.10.1964
076 – Antônio Filgueiras Lima	21.05.1909	20.12.1956	23.04.1957	28.09.1965
077 – João Hipólito Campos de Oliveira	05.05.1917	04.04.1957	20.08.1957	04.09.1994
078 – José Parsifal Barroso	05.07.1913	20.10.1966	04.12.1967	26.04.1986
079 – Zélia Sá Viana Camurça	16.12.1924	04.09.1967	09.04.1968	–
080 – Oswaldo de Oliveira Riedel	20.07.1913	20.06.1968	04.11.1969	21.01.1989
081 – Antônio Gomes de Freitas	23.03.1904	21.10.1968	04.11.1969	15.07.1976
082 – Geraldo da Silva Nobre	31.08.1924	21.10.1968	28.11.1969	26.06.2005
083 – Raimundo Teles Pinheiro	20.03.1908	21.01.1974	04.07.1974	13.11.1987
084 – Virgílio de Moraes Fernandes Távora	29.09.1919	21.01.1974	04.07.1974	03.06.1988
085 – Guarino Alves de Oliveira	02.05.1921	21.01.1974	04.07.1974	28.10.1999
086 – Raimundo Aristides Ribeiro	12.03.1912	21.01.1974	04.07.1974	11.09.2003
087 – José Oswaldo de Araújo	17.03.1894	20.09.1974	04.12.1974	02.09.1975
088 – Pedro Alberto de Oliveira Silva	24.07.1937	20.09.1974	04.12.1974	–
089 – Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal	16.10.1922	20.09.1974	04.12.1974	13.04.2010
090 – Melquíades Pinto Paiva	06.03.1930	20.09.1974	04.12.1974	–
091 – Francisco Fernando Saraiva Câmara	24.08.1930	05.05.1975	17.10.1975	–
092 – Hélio de Sousa Melo	19.12.1921	05.05.1975	17.10.1975	28.11.2001
093 – Francisco de Assis Arruda Furtado	10.05.1923	21.07.1975	17.10.1975	–
094 – José Teixeira de Freitas	09.05.1918	21.07.1975	17.10.1975	08.07.1994
095 – José Caminha Alencar Araripe	01.05.1921	20.12.1976	26.04.1977	12.06.2010
096 – Itamar Santiago Espíndola	14.09.1917	20.12.1976	26.04.1977	13.08.1992
097 – Eduardo de Castro Bezerra Neto	16.12.1934	04.02.1980	22.05.1980	–
098 – Manuel Lima Soares	08.11.1923	20.10.1980	20.02.1981	06.05.1990
099 – Abelardo Fernando Montenegro	30.05.1912	20.10.1980	20.03.1981	26.04.2010

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
100 – Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	12.01.1914	20.10.1980	23.04.1981	30.08.2011
101 – Rubens de Azevedo	30.10.1921	22.06.1981	04.09.1981	17.01.2008
102 – Antônio Nilson Craveiro Holanda	22.06.1935	04.04.1978	24.02.1982	–
103 – Maria da Conceição Sousa	21.09.1913	21.06.1982	20.08.1982	09.02.1991
104 – Caio Lóssio Botelho	19.04.1933	06.02.1984	04.04.1984	–
105 – Cláudio Martins	10.05.1910	06.02.1984	23.04.1984	17.06.1995
106 – Carlos Mauro Cabral Benevides	21.03.1930	05.11.1984	23.08.1985	–
107 – Paulo Ayrton Araújo	05.01.1925	20.06.1986	20.08.1986	–
108 – Joaquim lobo de Macêdo (Joaryvar Macedo)	20.05.1937	20.01.1988	22.02.1988	29.01.1991
109 – Vládir Pontes Menezes	12.07.1934	04.08.1988	30.08.1988	–
110 – Valdelice Carneiro Girão	21.02.1926	20.09.1988	04.11.1988	–
111 – José Borges de Sales	10.02.1911	21.08.1989	20.12.1989	12.05.2006
112 – Paulo Elpídio de Menezes Neto	13.01.1936	05.09.1990	20.11.1990	–
113 – José Liberal de Castro	21.05.1926	22.04.1991	22.07.1991	–
114 – João Alfredo de Sousa Montenegro	15.12.1930	06.05.1991	20.06.1991	–
115 – Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)	15.05.1934	05.09.1991	21.10.1991	–
116 – Francisco Sadoc Araújo	17.12.1931	05.04.1993	17.07.1993	–
117 – Marcelo Caracas Linhares	15.03.1924	07.11.1994	05.12.1994	14.08.2007
118 – Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	28.04.1935	20.12.1994	20.02.1995	–
119 – José Cláudio de Oliveira	24.05.1926	20.09.1995	25.10.1995	03.06.2010
120 – Oswaldo Evandro Carneiro Martins	17.08.1922	20.09.1995	17.11.1995	–
121 – José Murilo de Carvalho Martins	31.03.1929	06.01.1997	27.06.1997	–
122 – Pedro Sisnando Leite	13.05.1933	05.06.1997	23.10.1997	–
123 – José Aroldo Cavalcanti Mota	27.01.1933	22.09.1997	13.11.1997	–
124 – Francisco Edson Cavalcante Pinheiro	30.01.1923	05.04.1999	21.06.1999	–
125 – Gisafran Nazareno Mota Jucá	20.09.1948	05.01.2000	24.04.2000	–
126 – Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos	20.06.1934	10.08.2000	25.10.2000	–
127 – Rejane Maria V. Accioly de Carvalho	23.08.1944	05.04.2002	05.06.2002	–
128 – Francisco Êsio de Souza	24.09.1935	22.04.2002	25.07.2002	–
129 – Dário Moreira de Castro Alves	14,12.1927	17.03.2004	17.08.2004	06.06.2010
130 – José Augusto Bezerra	01.06.1948	20.06.2005	05.08.2005	-
131 – José Filomeno Moraes Filho	20.11.1952	05.10.2005	25.11.2005	-
132 – Ednilo Gomes de Soárez	03.08.1939	05.10.2006	22.11.2006	-
133 - Maria Clélia Lustosa Costa	05.09.1953	05.12.2007	03.04.2008	-
134 - Luís de Gonzaga Fonseca Mota	09.12.1942	26.04.2008	20.06.2008	-
135 - Fernando Luiz Ximenes Rocha	23.11.1952	21.05.2008	10.10.2008	-

Relação atualizada dos Sócios Efetivos com os respectivos endereços - 2011

01. PAULO BONAVIDES
Av. Curió, 2810 – Casa 281 – Lagoa Redonda... (85) 3476.8262
60831-370 – Fortaleza, CE
02. ZÉLIA SÁ VIANA CAMURÇA
Rua Sena Madureira, 907 (85) 3219.2525
60055-080 – Caixa Postal 12.146 (85) 3219.2101
60021-970 – Fortaleza, CE
03. PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA
Rua José Carlos Gurgel Nogueira, 164..... (85) 3234.1417
60175-830 – Fortaleza, CE
04. MELQUÍADES PINTO PAIVA
Rua Coronel Linhares, 777- Ap. 1202 (85) 3224.1385
60170-241 – Fortaleza,CE
Rua Baronesa de Poconé, 71 - Ap. 701 (21) 2538.2498
22471-270 - Rio de Janeiro, RJ
e-mail: mappaiwa@uol.com.br
05. FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA
Rua João Cordeiro, 2554 (85) 3226.2532
60110-301 – Fortaleza, CE
06. FRANCISCO DE ASSIS ARRUDA FURTADO
Rua Henriqueta Galeno, 225 - Ap. 700..... (85) 3244.7817
60190-140 – Fortaleza, CE
07. ANTÔNIO NILSON CRAVEIRO HOLANDA
SHIS - QL 14 – Conj. 06 - Casa 17 (61) 248.3373
70640-065 – Brasília, DF
08. EDUARDO DE CASTRO BEZERRA NETO
Rua José Moacir Bezerra, 1055 (85) 3273.5897
60833-414 – Fortaleza, CE
e-mail: eduardobezerrant@gmail.com
60325-100 – Fortaleza, CE

09. TÁCITO THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA
Rua Beni Carvalho, 120..... (85) 3224.9347
60135-400 – Fortaleza, CE
10. CAIO LÓSSIO BOTELHO
Rua Oto de Alencar, 36..... (85) 3238.0859
60010-270 – Fortaleza, CE 3238.0449
11. CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES
SHIS – QI 05 – Conj. 17 – Casa 8 – Lago Sul ... (61) 248.6830
71165-170 – Brasília, DF
12. PAULO AYRTON ARAÚJO
Rua José Vilar, 2350 – Ap.1000..... (85) 3224.0004
60125-001 – Fortaleza, CE
13. VLADIR PONTES MENEZES
Rua Barão do Rio Branco, 1594..... (85) 3231.6152
60025-061 – Fortaleza, CE
14. VALDELICE CARNEIRO GIRÃO
Rua Marcos Macêdo, 140 - Ap.503 (85) 3244.4063
60150-190 – Fortaleza, CE
e-mail: valdelicegirao@oriontelecom.com.br
15. PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO
Rua Bartolomeu Mitre, 335 – Ap.401
22431-000 – Rio de Janeiro, RJ
Rua Silva Jatahy, 355 - Ap. 502..... (85) 3248.4666
60165-070 – FORTALEZA, CE
16. JOÃO ALFREDO DE SOUSA MONTENEGRO
Rua Monsenhor Bruno, 600 – Ap. 101 (85) 3264.4822
60115-190 – Fortaleza, CE
17. JOSÉ LIBERAL DE CASTRO
Rua Gervásio de Castro, 50 (85) 3223.5142
60015-185 – Fortaleza, CE
18. MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ)
Rua Prof. João Bosco, 560..... (85) 3281.6949
60430-690 – Fortaleza, CE
e-mail: nirez@terra.com.br

19. FRANCISCO SADOC DE ARAÚJO
Av. da Ressurreição, 926..... (88) 3613.1448
62020-540 – Sobral, CE
20. EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES
Rua Dr. Márlcio Fernandes, 140..... (85) 3261.7968
60810-025 – Fortaleza, CE 3241.2209
e-mail: diatahy@ufc.br - ediatayh@secrel.com.br
21. OSWALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS
Rua Xavier de Castro, 40..... (85) 3279.2828
60060-330 – Fortaleza, CE
22. JOSÉ MURILO DE CARVALHO MARTINS
Av. Beira-Mar, 3660 – Ap. 401..... (85) 3263.3311
60165-121 – Fortaleza, CE
23. PEDRO SISNANDO LEITE
Rua Dr. Zamenhof, 400 - Ap 1301 (85) 3262.3328
60176-060 – Fortaleza, CE
e-mail: psisnando@terra.com.br
24. AROLDO CAVALCANTI MOTA
Rua Vicente Leite, 550 - Ap.501..... (85) 3242.7900
60170-150 – Fortaleza, CE
25. FRANCISCO EDSON CAVALCANTE PINHEIRO
Rua Eduardo Garcia, 505 – Ap. 202..... (85) 3242.0388
60150-100 – Fortaleza, CE
26. GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ
Rua Francisco Holanda, 992 - Ap. 501 (85) 3272.3469
60130-040 – Fortaleza, CE
27. RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS
Rua Carlos Barbosa, 463 – Ap. 701 (85) 3249.4365
60175-355 – Fortaleza, CE
e-mail: alsvasconcelos@superig.com.br
28. REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO
Rua Fausto Cabral, 861..... (85) 3234.5093
60155-410 – Fortaleza,CE (85) 3262.1756
29. FRANCISCO ÉSIO DE SOUZA
Rua Henriqueta Galeno, 714 – Ap. 702..... (85) 3261.6745
60135-420 – Fortaleza, CE

-
30. JOSÉ AUGUSTO BEZERRA (85) 3264.0933
Av. Rui Barbosa, 748 - Ap. 800
60115-220 – Fortaleza, CE
e-mail: augustusimob@uol.com.br
31. JOSÉ FILOMENO MORAES FILHO..... (85) 3261.6508
Rua Monsenhor Catão, 1442 - Ap. 1003
60175-000 – Fortaleza, CE
32. EDNILO GOMES DE SOÁREZ (85) 4006.7979
Av. Beira-Mar, 4777 - Ap.1500
60165-125 – Fortaleza-CE
e-mail: ednilo@fa7.edu.br
33. MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA (85) 3248.6470
Rua Silva Jatahy, 400 - Ap. 901B
60165-070 - Fortaleza-CE
e-mail: clelialustosa@gmail.com
34. LUÍS DE GONZAGA FONSECA MOTA (85) 3261.8488
Rua José Vilar, 2350 - Ap. 800
60125-001 - Fortaleza-CE
e-mail: luizgmota@yahoo.com.br
35. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA (85) 3216.2500
Rua Silva Jatahy, 724 - Ap. 1100
60165-070 - Fortaleza-CE

ÍNDICE

Ao Leitor 5

ARTIGOS

Há 140 anos a promulgação da Lei do Ventre Livre (Reflexões sobre a escravidão)
Pedro Alberto de Oliveira Silva 9

Cearenses no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (séculos XIX e XX)
Melquíades Pinto Paiva 33

Planos para Fortaleza esquecidos ou descaminho de desenhos da Cidade
José Liberal de Castro 65

José Joaquim Telles Marrocos (Um educador e humanista silenciado)
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes 137

Caos etimológico
Oswaldo Evandro Carneiro Martins 169

Uma breve história da industrialização cearense
Carlos Negreiros Viana 177

A fabricação mitológica do Brasil
Francisco Adegildo Férrer 203

História da medicina em Sobral (Dos primórdios à Faculdade de Medicina)
José Ronaldo Mont'Alverne 209

80 anos da pesca e piscicultura do DNOCS (1932-2012)
José Jarbas Studart Gurgel 235

A história não contada (Fala a jovens pesquisadores)
Geová Sobreira 367

EFEMÉRIDES

Datas e fatos para a História do Ceará (1994-1995)
Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) 287

Datas e fatos para a História do Ceará (1992-1993)*

* Ver *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 124, 2010, p. 249-268.

PALESTRAS

Crise econômica e impactos sobre a economia brasileira <i>Nilson Holanda</i>	303
---	-----

HOMENAGEM PÓSTUMA

Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira (1914-2011)	353
---	-----

NOTAS E TRANSCRIÇÕES

(Necrológio) Antônio de Pádua Saraiva Câmara <i>Fernando Câmara</i>	361
--	-----

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 2011

Relatório da Secretaria Geral do Instituto do Ceará <i>Valdelice Carneiro Girão</i>	363
--	-----

ATAS DAS SESSÕES DE 2011

Atas das sessões do Instituto do Ceará	371
--	-----

SÓCIOS FUNDADORES, PRESIDENTES E SÓCIOS EFETIVOS

Sócios Fundadores e Presidentes	383
Sócios Efetivos, por ordem de antiguidade, desde a fundação do Instituto do Ceará	384
Relação atualizada dos Sócios Efetivos com os respectivos endereços - 2011	388

ÍNDICE	393
---------------------	-----



© **Revista do Instituto do Ceará 2011**

Coordenação
Pedro Alberto de Oliveira Silva

Projeto Gráfico e Editoração
Sandro Vasconcellos

Capa e Tratamento de Imagem da Capa
Geraldo Jesuino da Costa

Foto da Capa
José Liberal de Castro

Revisão
Leonora Vale de Albuquerque

Este volume 125/2011 da
Revista do Instituto do Ceará,
é patrocinado pelo

Banco do Nordeste do Brasil

